

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Lucas Lisboa Peths

**A TENDÊNCIA À “PRESIDENCIALIZAÇÃO” NO PARLAMENTARISMO
BRITÂNICO:**

a cobertura do *The Times* e do *The Guardian* nas eleições gerais
do Reino Unido em 2015 e o processo de personalização da política

Juiz de Fora

2016

Lucas Lisboa Peths

**A TENDÊNCIA À “PRESIDENCIALIZAÇÃO” NO PARLAMENTARISMO
BRITÂNICO:**

a cobertura do *The Times* e do *The Guardian* nas Eleições Gerais
do Reino Unido em 2015 e o processo de personalização da política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Juiz de Fora
Fevereiro de 2016

Lucas Lisboa Peths

A tendência à “presidencialização” no parlamentarismo britânico: a cobertura do *The Times* e do *The Guardian* nas Eleições Gerais do Reino Unido em 2015 e o processo de personalização da política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade
Linha de Pesquisa: Comunicação e Poder
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF)

Aprovado pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) - Orientador

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira (UFJF) - Convidado

Prof^a. Dra. Gláucia da Silva Mendes Moraes (CEFET-RJ) - Convidada

Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 2016.

*Aos que lutam contra a ilusão da meritocracia;
Aos mais pobres, que, cotidianamente, enfrentam e superam
mais que mil dissertações, mas não puderam chegar até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que acreditaram e que apoiaram, de perto, a conclusão desta jornada. Ao meu professor e orientador, Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, exemplo de profissional e de ser humano, pelo privilégio do convívio desde a graduação. A ele, devo grande parte do que aprendi sobre humildade, consciência e humanidade.

Ao professor Dr. Luiz Ademir de Oliveira, por sempre me ajudar a seguir em frente na conquista dos meus objetivos. À Dra. Gláucia da Silva Mendes, por ter aceitado, de imediato, o convite para participar da banca examinadora.

Ao professor Dr. Márcio de Oliveira Guerra, pelas observações e contribuições dadas no Exame de Qualificação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pela bolsa que possibilitou minha dedicação exclusiva ao mestrado.

À minha família, que me apoiou dando as condições para que eu completasse mais esta etapa.

À Renata, pelo companheirismo incondicional que me inspirou a superar todas as dificuldades e a concluir cada página escrita. Obrigado por tornar meus dias mais leves e felizes!

Ao Gildo, pela amizade inquestionável e pelo incentivo dado em todas as decisões que tomei desde a graduação.

Ao Guilherme, por estar sempre presente e disposto a conversar nos momentos mais difíceis.

À Thaisa, pelo apoio psicológico fundamental dado a mim desde o início.

*Sem educação não há democracia real;
Sem educação há apenas autocracia.
(Serj Tankian)*

RESUMO

A presente dissertação objetiva buscar e analisar evidências de personalização da política, ou seja, a valorização de características pessoais em detrimento de ideias ou ideologias partidárias, no contexto do parlamentarismo britânico. Apesar de não ser um conceito novo, a personalização se amplia na atualidade, em uma sociedade altamente mediada pelos meios de comunicação. O que vertebra o trabalho é a hipótese de que o parlamentarismo tende a uma “presidencialização”, assumindo, como já comprovado neste sistema de governo, características cada vez mais personalistas, contrariando sua essência de foco nas estruturas e na ordem partidárias. Neste contexto, é seguro dizer que fatores comunicacionais interferem e podem ser determinantes na condução de um processo eleitoral – mesmo no parlamentarismo – com os veículos de comunicação direcionando sua cobertura a elementos personalizados. Assim, os *media* se comportariam ora como palcos, ora como atores políticos, favorecendo a tendência de americanização das campanhas ao redor do mundo, com a desideologização das disputas e a declínio da identificação partidária como consequências comuns, elementos da chamada “nova ambiência eleitoral”. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo categorial, que englobou 66 publicações dos periódicos britânicos *The Times* e *The Guardian* durante a semana anterior às Eleições Gerais ao Parlamento britânico em 2015. As matérias foram classificadas em quatro categorias: ênfase em pessoas, com a personalização sendo evidenciada no lugar de outros conteúdos; ênfase nos partidos, destacando os textos que priorizaram tratar de temáticas partidárias e ideológicas; ênfase em políticas públicas, ressaltando notícias que abordaram tópicos de interesse geral da população, como saúde ou educação; por fim, foram agrupadas as matérias que tiveram ênfase na própria disputa eleitoral, com a publicação de resultados de pesquisas eleitorais ou possibilidades. Conjuntamente adotou-se a metodologia desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (Doxa) do atual IESP-UERJ. O modelo leva em consideração a valência, ou seja, a orientação positiva, negativa ou neutra das coberturas jornalísticas, o que permitiu identificar o posicionamento de cada um dos jornais em cada categoria.

Palavras-chave: poder; comunicação; política; personalização; parlamentarismo britânico.

ABSTRACT

This dissertation intends to seek and analyze evidences of personalization of politics, that is, the enhancement of personal characteristics rather than ideas or party ideologies, in the context of the British parliamentary system. Despite of not being a new concept, personalization is extended today in a highly mediated society by the media. What guides the work is the hypothesis that the parliamentary system tends to a "presidentialization", assuming, as already checked in this system of government, increasingly personalistic characteristics, contradicting its core focus on the structures and the party order. In this context, it is safe to say that communication factors interfere and can be decisive in the conduct of an electoral process – even in parliamentarism – with the media coverage targeting personalized elements. Thus, the media would behave sometimes as stages, sometimes as political actors, encouraging the americanization trend in campaigns around the world, with the lack of ideologization of disputes and the decline of party identification as common consequences, elements of the called "new electoral ambience". The methodology applied was the categorical content analysis, which included 66 publications of the British newspapers *The Times* and *The Guardian* during the preceding week to the general elections to the British Parliament in 2015. The publications were classified into four categories: emphasis on people, with customization being shown instead of other content; emphasis on the political parties, highlighting the texts that prioritized dealing with partisan and ideological issues; emphasis on public policies, highlighting news that address topics of general interest of the population, such as health or education; finally, the subjects who had an emphasis on the electoral dispute itself, with the publication of results of opinion polls or possibilities, were grouped. At the same time it was adopted the methodology developed by Research Laboratory of Political Communication and Public Opinion (Doxa) of the current IESP-UERJ. The model takes into account the valency, that is, positive, negative or neutral orientation of news coverage, which allowed us to identify the position of each of the newspapers in each category.

Keywords: power; communication; politics; personalization; british parliamentarism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Divisão dos distritos eleitorais do Reino Unido de acordo com o resultado das eleições de 2015	64
Gráfico 1: Enquadramento noticioso do <i>The Guardian</i>	93
Gráfico 2: Enquadramento noticioso do <i>The Times</i>	93
Gráfico 3: Enquadramento noticioso geral	94
Gráfico 4: Distribuição geral das valências	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados das eleições para o Parlamento britânico – 2015	66
Tabela 2: Modelos de governança da radiodifusão pública definidos por Hallin e Mancini	79
Tabela 3: Paralelismo partido-imprensa com base nos leitores dos jornais britânicos	82
Tabela 4: Proporção de público telespectador ou leitor de notícias diariamente e proporção do consumo TV/Jornais em países europeus – 2001	89
Tabela 5: Distribuição das valências positivas e negativas	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MÍDIA, POLÍTICA E PERSONALIZAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	16
2.1 MAQUIAVEL, VIRTÙ E PODER	16
2.2 PERSONALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA	19
3 MÍDIA, PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO	39
3.1 O PRESIDENCIALISMO E A SEPARAÇÃO DOS TRÊS PODERES	43
3.2 PARLAMENTARISMO: DA ORIGEM AO REINO UNIDO CONTEMPORÂNEO....	53
3.2.1 O sistema eleitoral britânico	60
3.3 ESTADO, GOVERNO E MÍDIA	70
3.3.1 O paralelismo assimétrico e o caso brasileiro	84
4 A BUSCA PELA PERSONALIZAÇÃO: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS <i>THE GUARDIAN</i> E <i>THE TIMES</i>	87
4.1 <i>THE GUARDIAN</i> E <i>THE TIMES</i> E O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO	92
4.1.1 Distribuição das valências	94
4.2 ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS MATÉRIAS	96
4.2.1 - 1º de maio	97
4.2.2 - 2 de maio	102
4.2.3 – 3 de maio	109
4.2.4 – 4 de maio	115
4.2.5 – 5 de maio	120
4.2.6 – 6 de maio	124
4.2.7 – 7 de maio	130
4.3 INFERÊNCIAS DA ANÁLISE	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
6 REFERÊNCIAS	143

APÊNDICE A: TABELA DE ANÁLISE DAS MATÉRIAS DO <i>THE GUARDIAN</i>.....	154
APÊNDICE B: TABELA COM A ANÁLISE DAS MATÉRIA DO <i>THE TIMES</i>	158
ANEXO 1: MATÉRIAS ANALISADAS NO <i>THE GUARDIAN</i>	166
ANEXO 2: MATÉRIAS ANALISADAS NO <i>THE TIMES</i>	229

1 INTRODUÇÃO

A comunicação política é um dos elementos centrais a serem estudados por aqueles que desejam compreender não apenas suas interfaces específicas, mas também o mundo que os cerca. Atualmente, ainda que neguemos qualquer tipo de identificação partidária, é impossível permanecermos isentos de qualquer percepção sobre grandes temas – especificamente a política, que, por sua definição, engloba tanto governantes quanto governados. A ampla mediação por diferentes meios de comunicação ajuda a consolidar esta tendência, direcionando, no mínimo, os temas a serem discutidos ou silenciados diariamente por nós (THOMPSON, 1998).

Erving Goffman (2009) defende que nos apresentamos cotidianamente a partir da adoção de papéis e simulações nem sempre conscientes. O mesmo, segundo ele, aconteceria em relação à nossa percepção do outro. Desta maneira, buscando maior aceitação, adotaríamos determinadas condutas e comportamentos reconhecidos na sociedade, de acordo com a conveniência do momento. Assim, como em um teatro, atuaríamos em busca do controle das impressões que os outros possuem de nós mesmos. De forma similar, Walter Lippman (2010) aborda a importância da construção e da manutenção de uma imagem positiva; segundo o autor, grandes homens são usualmente conhecidos a partir de uma personalidade fictícia construída, ocultando sua verdadeira face. Ora, existindo a possibilidade de projetar-se como herói, quem gostaria de exhibir-se como bandido?

O mesmo acontece na política – cada vez mais profissionalizada – com o estabelecimento de um *Theatrum politicum* definido por Wilson Gomes (2004) como a encenação por meio de enredos e múltiplos personagens constituídos. Assim, no lugar de ideias e debates, a política passaria a ser uma encenação, um espetáculo (SCHWARTZENBERG, 1977). A essa tendência de valorização das pessoas em detrimento das ideias (e também dos próprios partidos políticos) damos o nome de personalização, ponto central deste trabalho. A existência do fenômeno é investigada por diferentes autores, como Leal (2002), Aldé (2001), Wattenberg (2001), Schwartzberg (1977) e, ainda, por Manin (1995; 2013), que define o momento atual como uma democracia de público, em contraposição a uma democracia de partido, com foco nas legendas.

Apesar de discutida contemporaneamente, a personalização da política não é um fenômeno recente (ALDÉ, 2001). Pelo contrário, a política centrada nas pessoas, o culto e a valorização de atributos pessoais dos líderes políticos são elementos observados há séculos. Maquiavel já tratava da *virtù* do governante e da importância da construção de sua imagem no

século XVI, antes mesmo da existência de meios de comunicação de massa como os atuais. Desde *O Príncipe*, o *parecer ser* parece ser considerado mais importante do que o *ser*, efetivamente, para a manutenção de um governante no poder.

Na contemporaneidade midiaticizada, pode-se dizer que isso é ainda mais verdadeiro, principalmente no cenário político, ao considerarmos a chamada Nova ambiência eleitoral, que diz respeito à série de mudanças associadas à americanização das disputas eleitorais ao redor do planeta. (LEAL, 2002). A valorização do candidato, em detrimento do partido político, é um dos elementos a serem verificados neste contexto.

Ao longo do tempo, como também observou Bernard Manin (1995; 2013), é notória a mudança de papel dos partidos políticos e o declínio da identificação partidária dos eleitores – fenômeno comprovado tanto em sistemas presidencialistas quanto parlamentaristas, como no Reino Unido, a partir dos resultados dos processos eleitorais. Assim, com a desideologização dos debates partidários, já está consolidado o fato de que elementos como a imagem do candidato e seu desempenho pessoal são cruciais no processo eleitoral. Martin Wattenberg (2001) foi um dos autores que contribuíram para a solidificação deste pensamento, a partir da comprovação da tendência de crescimento da política centrada nos candidatos nos Estados Unidos – país que adota o sistema presidencialista – na década de 1980.

Neste contexto, pretende-se verificar se a personalização ocorre (e, em caso afirmativo, como ocorre) no parlamentarismo britânico durante as Eleições Gerais de 2015, partindo da hipótese de que este sistema de governo tende a uma “presidencialização”, ou seja, que assim como no presidencialismo, como destaca Keinert (1993), possui uma tendência de foco não nas legendas, mas no candidato a líder do poder Executivo, representado pelo primeiro-ministro. Isso iria de encontro à própria essência do parlamentarismo que, essencialmente, valorizaria os partidos políticos, inclusive com a polarização ideológica entre os partidos Conservador e Trabalhista, no caso inglês.

A contribuição e o diferencial da pesquisa proposta manifestam-se justamente neste contexto. Ora, se a personalização da política está presente até mesmo em um sistema notoriamente partidário, é razoável considerarmos que, na contemporaneidade globalizada, o comportamento de outras democracias também pode ser influenciado por este fenômeno. É justamente por isso que a análise foi desenvolvida no Reino Unido, considerado o berço do parlamentarismo (CRUZ, 2007; JACQUES, 1982), e não no Brasil ou em algum país latino-americano, por exemplo.

Para isso, aplicou-se a análise de conteúdo categorial em 66 publicações dos jornais britânicos *The Times* e *The Guardian* durante a semana anterior à Eleições Gerais ao Parlamento britânico em maio de 2015. As matérias foram classificadas em quatro categorias: ênfase em pessoas, com a personalização sendo evidenciada no lugar de outros conteúdos; ênfase nos partidos, destacando os textos que priorizaram tratar de temáticas partidárias e ideológicas; ênfase em políticas públicas, ressaltando notícias que abordaram tópicos de interesse geral da população, como saúde ou educação; finalmente, foram agrupadas as matérias que tiveram ênfase na própria disputa eleitoral, com a publicação de resultados de pesquisas eleitorais ou possibilidades.

Além da análise de conteúdo adotou-se a metodologia desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (Doxa) do atual IESP-UERJ. O modelo leva em consideração a valência, ou seja, a orientação positiva, negativa ou neutra das coberturas jornalísticas, o que permitiu identificar o posicionamento de cada um dos jornais em cada categoria.

Apesar de a televisão ser o meio de comunicação mais “consumido” pelos britânicos, os jornais impressos ainda têm enorme relevância, conforme observamos quando consideramos o seu retorno social. Para Aldé (2001), “os leitores de jornal são vistos como uma elite cognitiva relevante na formação da opinião pública” (p. 117). Como no Reino Unido não há espaço específico para as campanhas eleitorais no rádio ou na televisão, como no Brasil, a análise dos periódicos ganha ainda mais importância, já que se consolidam como espaços essenciais de disputa política, independentemente da tendência ideológica. É válido ressaltar que os jornais analisados possuem posicionamentos políticos e um público leitor distintos, com o *The Times* se aproximando da direita Conservadora e o *The Guardian* da esquerda Trabalhista (HALLIN, 2004).

O capítulo 2 deste trabalho dedica-se a apontar a relação existente entre mídia, política e apresentar, detalhadamente, o conceito da personalização da política, de sua percepção originária até os dias atuais, em uma sociedade altamente midiaticizada. Neste tópico também é trabalhada a profissionalização da política nos dias atuais, evidenciando a influência da utilização de pesquisas eleitorais na personalização.

Já o capítulo 3 trabalha as especificidades da relação entre mídia, parlamentarismo e presidencialismo, evidenciando características históricas e ressaltando pontos de aproximação e distanciamento entre os sistemas de governo. Para isso, são utilizados conceitos e autores da comunicação, ciência política e direito. Neste mesmo item são apresentadas as características do sistema eleitoral britânico, destacando o porquê de a adoção

de um sistema eleitoral em detrimento do outro também pode influenciar no resultado de uma eleição. Seguindo esta percepção, também são abordadas as relações entre Estado, Governo e mídia, já que a organização de cada um deles pode influenciar no modo como os meios de comunicação representam a política. Para isso, é utilizado, principalmente, o conceito de paralelismo político, trabalhado por Hallin e Mancini (2004).

O capítulo 4, por sua vez, compreende a análise dos jornais britânicos, lançando luz e deixando transparecer quais foram os assuntos discutidos nas publicações, além de evidenciar o destaque dado a pessoas, partidos, temas de interesse público e à própria campanha eleitoral. De maneira individualizada, aponta-se, em cada matéria, as evidências encontradas e que se relacionam com a hipótese de que existe uma tendência à personalização no parlamentarismo britânico.

Desta maneira, a partir da análise proposta, pode-se compreender não apenas o fenômeno da personalização da política no contexto do parlamentarismo, mas, de modo mais crítico e diferente do que o usualmente difundido, entender que a política e suas consequências teóricas estão vinculadas ao nosso dia-a-dia no Brasil e no mundo.

2 MÍDIA, POLÍTICA E PERSONALIZAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ao propor um debate sobre a política na sociedade contemporânea, bem como suas especificidades, como a personalização (ou seja, a valorização de características pessoais em detrimento do partido), faz-se necessário, primeiramente, traçar um breve histórico que evidencie como alguns elementos se modificaram e outros permaneceram até os dias atuais, mesmo sob nova roupagem ou denominação.

Neste sentido, para chegarmos ao debate da personalização nos diferentes sistemas de governo – parlamentarismo e presidencialismo – parte-se do pensamento de Maquiavel, explicitado a seguir.

2.1 MAQUIAVEL, *VIRTÙ* E PODER

Vivemos em uma sociedade culturalmente diferente daquela na qual Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) desenvolveu “O Príncipe”, sua obra mais conhecida, ainda no século XVI. A infância e adolescência do italiano foram vividas em um período de intensas disputas territoriais e instabilidade governamental, marcado pela troca freqüente de governantes, ainda no início do Renascimento. Na época, o conceito medieval de um mundo cristão guiado pela orientação divina foi substituído pela ideia de que os homens poderiam controlar seu próprio destino. (KELLY, 2013, p. 76).

Este contexto certamente contribuiu para que ele adotasse uma visão diferente na retratação do mundo em que vivia. No lugar de tratar de um Estado ideal, como já haviam feito Platão, Tomás de Aquino e Aristóteles, por exemplo, Maquiavel é reconhecido por tentar mostrar o mundo como de fato o era (de acordo com suas próprias percepções). Indo mais além, pode-se dizer que Maquiavel “nada mais fez do que estabelecer um manual sobre como adquirir o governo e mantê-lo. Um manual sobre como exercer e manter o poder no governo” (CRUZ, 2007, p. 19).

Para Cláudio Reis (2012, p. 89), “é justamente por sua escrita e por sua nítida separação da política em relação aos outros ramos do conhecimento que Maquiavel pode ser considerado o fundador do pensamento político moderno. Descobrimo a sua autonomia e instaurando um discurso empirista e realista (...)”. Nas palavras do próprio Maquiavel, pareceu mais conveniente “ir diretamente à efetiva verdade do que comprazer-me em imaginá-la” (WEFFORT, 2002, p. 23).

Neste contexto, talvez por isso acreditasse ser a ordem (entendida por ele como sinônimo de estabilidade) e a presença de um governante fixo, serem objetivos a serem conquistados e mantidos a qualquer custo, evitando o “caos e a barbárie” frutos da avidez dos homens pelo lucro. Daí surge a ideia – já extremamente conhecida – de que os fins justificariam os meios; ou seja: para ele os resultados é o que realmente teriam importância, independente do que fosse necessário para isso, desde que sob a justificativa do benefício público.

De acordo com as ideias de Maquiavel, não há valores definidos como “certos” ou “errados”: em vez disso, há os conceitos de utilitarismo, necessidade, sucesso, perigo e dano como forças motrizes das ações tomadas pelo governante. Para o autor, a utilidade assume, então, papel superior à moralidade no que se refere às características desejáveis a quem estiver no poder (KELLY, 2013, p. 76).

O Príncipe deveria possuir algumas qualidades de liderança, de acordo com Maquiavel. Foi o que ele chamou de *virtù* (ou virtude), corporificada em um líder. O autor sustenta que era preciso, além do pulso firme de um governante, algo a mais para que o principado fosse completo e bem sucedido. “A força explica o fundamento do poder, porém é a posse de *virtù* a chave por excelência do sucesso do príncipe” (WEFFORT, 2002, p. 23). Ou seja, o pensamento Maquiavélico não descarta o poder coercitivo do Príncipe (cujo local de exercício seria o próprio Estado), mas não se restringe a ele, e engloba também características mais subjetivas.

Ou seja, era preciso virtude – não em um sentido cristão, já que para ele alguns vícios poderiam ser chamados desta maneira – mas no sentido de qualidades de liderança e aparência. Um príncipe deveria se guiar pela necessidade, aparentando (ainda que não possuindo) qualidades valorizadas pelos governados. Este pensamento persiste até os dias atuais, mostrando que, apesar de historicamente diferentes, a sociedade atual e o mundo de Maquiavel ainda guardam semelhanças. Se a imagem de um líder forte e respeitável poderia ser conseguida por meio de chacinas ou conquista de novos territórios, o governante não deveria hesitar em colocá-las em prática, diria Maquiavel. O italiano acreditava ainda que as massas se deixam levar pelas aparências e pelas consequências dos atos já consumados.

Sob um viés mais contemporâneo e resgatando os conceitos de Pierre Bourdieu (1989) pode-se dizer que, além disso, o poder do governante, nesse caso, seria também simbólico. Para ele, o poder simbólico é um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Explicitando ainda mais o conceito, Pierre Bourdieu define que o poder simbólico é uma forma transfigurada e legitimada das outras formas (tradicionais) de poder, e que é uma maneira capaz de produzir efeitos reais, mas sem o tradicional dispêndio de energia. Em suas próprias palavras,

Só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força (...) na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente da energia. (BOURDIEU, 1989, p.15).

Outro autor que tratou do poder, mas sob uma ótica diferente, foi Michel Foucault (1979). Ele defende que o poder (entendido não como algo único, centralizado, mas descentralizado, sendo uma prática histórica) não poderia ser explicado completamente quando caracterizado exclusivamente pelo seu caráter repressor. Para o francês, ele iria além de impedir que os homens atuem de determinada forma, e buscaria gerir e controlar suas ações – podendo, inclusive diminuir o poder de mobilização ou força política (o que lembra as ideias de Maquiavel, que pregava um governo sustentado pelo temor). Dizer “não”, acrescenta Foucault, é insuficiente. “O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

E qual a relação desses pensamentos com o cenário atual? O “virtuoso”, para Maquiavel, é aquele que consegue avaliar o contexto, colocando em prática o que for mais conveniente, aproximando-se do povo – assim como o que se realiza na política contemporânea, cada vez mais profissionalizada. É o que será tratado a seguir.

2.2 PERSONALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Antes de se falar da profissionalização da comunicação política é preciso compreender o que permeia estes dois campos que, à primeira vista, são distintos, mas atualmente já se mostraram indissociáveis. Os atores políticos precisam se comunicar, e da maneira mais efetiva possível, para que sejam, de fato, entendidos pelos cidadãos eleitores.

Como aponta Castells (2009), para ser compreendido, o tipo de mensagem para fins políticos precisa ser simples, e a mais simples delas seria justamente a imagem. Neste contexto está a política centrada na própria figura do candidato – a chamada personalização – em detrimento do partido e ideais partidários.

Berger e Luckmann (2007), orientados pelas ideias do Interacionismo Simbólico, argumentam que a realidade é construída socialmente. Sendo assim, trata-se de um processo de institucionalização de papéis e práticas na vida cotidiana. Os autores argumentam que “a realidade objetiva pode ser facilmente ‘traduzida’ em realidade subjetiva, e vice-versa. A linguagem evidentemente é o principal veículo deste progressivo processo de tradução em ambas as direções” (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 179)

Desta maneira, para se falar de política e comunicação, hoje, é preciso considerar também os conceitos de “representação”, de Erving Goffman (2009). Com ideias alinhadas ao Interacionismo Simbólico, Goffman desenvolveu uma teoria que leva em consideração aspectos dramaturgicos aplicados à vida cotidiana, na qual nos apresentamos a partir de papéis e simulações nem sempre conscientes. Da mesma forma, nossa percepção do outro se daria a partir das representações que eles fariam de si mesmos. Em suas palavras, “presume-se que a vida apresenta coisas reais e, às vezes, bem ensaiadas” (GOFFMAN, 2009, p.9).

O autor parte da ideia de que os indivíduos já possuem um conhecimento prévio à interação, o que permitiria já conhecer ou ter uma impressão inicial sobre o outro. Desta forma, esse conhecimento agiria de modo a expressar uma ideia que acabasse por impressionar os outros. Ele pondera que o mundo todo não se constitui um palco, mas questiona: “não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não o é” (GOFFMAN, 2009, p. 71).

Para Goffman, os indivíduos buscam a aceitação a partir da associação de suas condutas a determinados símbolos reconhecidos na sociedade. Eles assumiriam, desta maneira, diferentes papéis sociais, de acordo com o que mais fosse conveniente em determinado momento ou o que estivesse em consonância com a imagem desejada. “Assim,

quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo” (GOFFMAN, 2009, p. 41), salienta.

Wilson Gomes (2004), ao tratar do pensamento de Goffman, explica que

O propósito é dirigir e regular a impressão que os outros fazem de nós. O meio para tanto é o controle das nossas expressões, nas interações com os outros, através do nosso equipamento de sinais. O controle das expressões, que no caso em que se alcance êxito se torna controle das impressões sobre os outros, pode ser descrito corretamente se o compreendermos à luz de uma analogia com a atuação teatral. (GOMES, 2004, p. 412).

Desta forma, como em um palco de teatro, atuaríamos sempre para controlar as impressões sobre nós mesmos. A política estaria também imersa neste cenário de representações. “É um contra-senso imaginar uma sociedade com um grau zero de teatralização do poder, pensar alguma forma social de onde fosse possível dispensar a dramaturgia política” (GOMES, 2004, p. 416). O autor, inclusive, utilizou o termo “Theatrum politicum” ao tratar dessa relação.

Gomes (2004) defende, também, que, no Brasil, a política se encena.

No Brasil não causa estranheza a ninguém que o universo político se apresente na cena pública mediante uma grande variedade de enredos, por meio de múltiplos personagens constituídos e conduzidos, por arte, através de falas, cenários, antagonismos e protagonistas, peripécias e desenlaces. (GOMES, 2004, p. 291).

Ao falar das representações cotidianas, pode-se estabelecer um paralelo com as ideias de Guy Debord (1997), na medida em que estaríamos, então, imersos em uma “sociedade do espetáculo”. O autor sustenta que tudo o que era vivido passou a ser apenas uma representação. O espetáculo, neste contexto, seria o próprio retrato da sociedade. “A realidade surge no espetáculo e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente”. (DEBORD, 1997, p. 15).

O espetáculo torna-se a afirmação de toda a vida social como simples aparência, dominando toda a sociedade. Ele está por toda a parte e, deste modo, não nos sentimos “em casa”, distante do palco, em lugar nenhum. E no estágio integrado em que o espetáculo se encontra, temos uma sociedade perfeita para ser governada, dado que a espetacularidade dispensa e impossibilita a verdade, podendo ocultar formas de dominação política. (GROHMANN, 2010, p. 16).

Em “O Estado Espetáculo”, de 1977, o francês Roger-Gérard Schwardzenberg opina que “a política, outrora, eram as ideias. Hoje, são as pessoas. Ou melhor, as personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel.

Como num espetáculo” (SCHWARTZENBERG, 1977, p.9). Com esta afirmação o autor aponta que o foco da política se modificou.

Além de vivermos sob as relações de sociedade e espetáculo destacadas por Guy Debord temos, ainda segundo ele, a própria espetacularização do Estado e da política; o espetáculo estaria, então, no próprio poder. Os políticos seriam personagens, que atuariam conforme os interesses e papéis que julgarem mais convenientes, e o Estado a “empresa teatral”. Atualmente

É a superestrutura da sociedade, é o próprio Estado que se transforma em empresa teatral, em ‘Estado-espetáculo’. De uma forma sistemática e organizada. Para melhor divertir e iludir o público de cidadãos. Para melhor distrair e desviar. E mais facilmente transformar a esfera política em cena lúdica, em teatro de ilusão (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 9).

Schwartzberg (1977) destaca ainda que, com a personalização, o poder acaba assumindo a fisionomia do próprio governante. Por sua vez, o governante poderia moldar a imagem que gostaria de exibir à população, de acordo com seus interesses e objetivos; a realidade, neste contexto, pouco importaria. De acordo com o autor, como no Príncipe, de Maquiavel, o importante é que a população nela acredite e a aceite – ainda que não seja, de fato, realidade. Em suas palavras, “os dirigentes se transformam em atores, em artistas da política. Inventam uma arte política, feita de artifícios e ilusões, de trucagens e tapeações.” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 135).

Desta forma, o autor argumenta que a política-espetáculo favoreceu a personalização do poder que, para ele, possui características teatrais. Como em uma representação, os políticos assumiriam papéis, que ele categoriza como o herói, o igual a todo mundo (*common man*), o líder charmoso, o pai e a a-mulher política. Como complementa Grohmann (2010), “deste modo, a política contemporânea seria espetacular porque se dedica à tarefa de providenciar fatos dotados de características de visualidade plena, que se impõem na esfera de visibilidade da comunicação de massa” (GROHMANN, 2010, p. 16). Ele conclui que, então, “o espetáculo pode aparecer nas esferas do visual e do teatral, e conta com artifícios técnicos que nos põem na condição de mera assistência” (GROHMANN, 2010, p. 17).

O pensamento contemporâneo de Walter Lippman (2010) resgata a importância da construção e manutenção de uma imagem positiva perante o público. De acordo com ele, “grandes homens, mesmo durante o período de suas idas, são usualmente conhecidos pelo público somente através de uma personalidade fictícia” (LIPPMAN, 2010, p. 24). Ou seja,

para o autor as pessoas acabam por criar suas próprias “fachadas”, exibidas publicamente, enquanto o “interior” permanece oculto.

Essa fachada, segundo Lippman, acabaria por se fixar na memória das pessoas, tendo o poder tanto de encarnar heróis ou criar demônios. O mundo, as situações e as próprias pessoas acabariam sendo conhecidas, então, a partir de representações (entendidas como no teatro – encenações). Ele destaca, ainda, que “o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento” (LIPPMAN, 2010, p. 29). Nesta seara teria-se, então, a representação da realidade por meio de signos (BAUDRILLARD, 1991), parte da sociedade do espetáculo de Debord. Dentro deste contexto evidencia-se a capacidade dos meios de comunicação na definição do que seria a realidade – o que se estende também à política.

Aldé (2001) explica que a personalização da política – tanto no que se refere aos emissores quanto aos receptores da informação – obedece a uma lógica afetiva, principalmente na televisão. “O que ‘as pessoas passam’, ao vivo ou na TV, não é construído pela coleta e análise de informações sobre administração, leis e medidas provisórias, e sim baseado na empatia da figura pública, em seu relacionamento – muitas vezes na mídia – com o telespectador individual” (ALDÉ, 2001, p. 174).

Os candidatos passaram a ser “moldados”, então, de acordo com a opinião pública, priorizando determinada característica em detrimento de outra, filtrando o que os eleitores deveriam ou não saber sobre seus hábitos, sua personalidade e suas ideologias, por exemplo. Há, portanto, a criação e manutenção de uma *persona*, palavra que, em latim, significa “disfarce”.

Para Leal, “não há como dissociar os debates sobre a construção de *personas* do problema da representação política” (2007, p. 10). O autor vai além, e ressalta que o cenário eleitoral passa a ser um espaço para “compreender como se formam os mitos e os discursos míticos (a construção de *personas* pelos candidatos ilustra esse processo)” (2007, p. 17).

Ao tratar da relação entre política e o espetáculo dramático, Wilson Gomes (2004) diz que a característica comum entre ambos seria o fato de que

os espectadores de um e de outro se entregam às peripécias e aos desenlaces que se representam, acompanham com pactuada sinceridade a trama, engajam-se emocionalmente até o ponto do riso, da indignação ou das lágrimas, enquanto, por outro lado, não perdem a consciência de que se trata ali, de fato, de um trabalho de atores, da encenação de um roteiro, de um resultado de um grande trabalho prévio de operários do espetáculo, do êxito de estratégias cuidadosamente planejadas, ensaiadas com disciplina e clareza de propósito, de um texto dito de cor e não de coração, de fingimento, *res ficta*, ficção. (GOMES, 2004, p. 389-390).

Ao tratarmos dessa encenação, precisamos considerar o papel central dos meios de comunicação de massa nesse processo. Longe de uma visão hipomidiática, que reduz a influência dos *media*, (mas sem também excessos hipermidiáticas, no extremo oposto), eles assumem um papel primordial na interação com a sociedade – principalmente a televisão.

Mais do que divulgar ideias, o meio, que se popularizou a partir da década de 1950, passou a transmitir mensagens que apelariam ao inconsciente do espectador. Nas palavras de Schwartzberg (1977), a televisão “desperta, no plano afetivo, uma atração ou uma repulsão cujas razões ele mal distingue, limitando-se a declarar a respeito deste ou daquele líder: ‘ele tem classe’; ‘parece simpático’; ou ‘tem um ar dissimulado’” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 194).

Com tamanha influência, os governados passariam a não mais atuarem na política, ocupando o papel de espectadores. Teria-se mais contato com emoções, e não com convicções, e as informações dariam lugar às impressões. Com as imagens (nem sempre reais) assumindo os papéis ocupados por ideologias, haveria um esvaziamento do debate público, alerta Schwartzberg. O povo não mais participaria, e tampouco os governantes se interessariam por isso.

Desta maneira, conclui o autor, condenando o Espetáculo: “a política se torna ‘império dos signos’. Sua linguagem é um jogo, um intercâmbio de sinais codificados. Os signos valem mais que as ideias expressas. As formas linguísticas adquirem vida própria, por si mesmas. O significante suplanta o significado”. (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 357). Assim, como salienta Aldé (2004), a televisão “colabora ativamente na construção da perspectiva a partir da qual cada pessoa confere significado ao mundo, define a agenda pública e fornece explicações que fundamentam a ação” (ALDÉ, 2004, p. 176).

À luz dos pensamentos de Walter Lippmann, Albuquerque e Dias (2013) ainda discorrem sobre o papel e poder da imprensa no processo de representações do mundo. Eles apontam que a opinião pública anda de acordo com o que é exibido na mídia, e negativam o papel dela no espelhamento da realidade. Como consequência, haveria nas publicações versões estereotipadas e inadequadas do real.

A grande mudança da atualidade, portanto, não é a utilização ou a preocupação com a imagem de determinado candidato ou governante (que mostramos existir já desde Maquiavel, com sua *virtù*), mas o papel ocupado pelos meios de comunicação - especialmente (mas não apenas) a televisão. Como salienta também Canclini, “a política, desde os solenes discursos parlamentares até os rituais cotidianos em que as hierarquias se marcam, sempre

teve seu lado teatral. Mas a espetacularização televisiva acentua e modifica, com isto, o sentido da atuação política”. (CANCLINI *apud* GROHMANN, 2010, p. 19).

John Thompson (1998), em “A Mídia e a Modernidade”, destacou como o desenvolvimento dos *media* afetou os modos de interação social, bem como a natureza da produção e do intercâmbio simbólico no mundo moderno. Segundo ele, esse desenvolvimento é “uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, um reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 1998, p. 19).

Na opinião de alguns, como é o caso de McAllister, a personalização é um fenômeno que marca o século XXI. Nas palavras dele, esse fenômeno “parece então ser o resultado da soma das tecnologias ao serviço dos *media* e das estratégias dos políticos. Na ausência de mudanças radicais a personalização da Política permanecerá uma, e talvez a principal, característica da política democrática do século XXI” (McAllister *apud* SANTANA, 2012, p. 12).

Até a personalização, as diferentes teorias sobre decisão do voto resultaram em diferentes focos de análises. “Nos anos 40, a associação entre indicadores sócio-demográficos e preferências eleitorais indicava haver variáveis estruturais como elementos condicionadores do voto (tese da Escola de Columbia)” (LEAL; VIEIRA, 2009, p.42).

Posteriormente, ganhou espaço a visão defendida pela chamada Escola de Michigan, que passou a considerar a identificação partidária como elemento importante no processo decisório. Com a queda dessa percepção, a ideia de que outras características (como imagem e atributos pessoais) influenciariam no voto passou a vigorar. Um autor que aborda essa transição até a personalização é Bernard Manin (1995), no artigo “As Metamorfoses do Governo Representativo”.

Para Manin, na sociedade atual (diferente do período do final do século XIX até os anos 80 dos anos XX), os partidos tiveram seu papel alterado, perdendo espaço para o voto influenciado principalmente na imagem construída do líder, da pessoa. Isso criaria uma crise de representação, com baixa identificação do eleitor com os partidos políticos e organizações como sindicatos, por exemplo, resultando em instabilidade eleitoral.

O autor destaca que, no passado, os partidos chegavam a propor aos eleitores um programa político, que se comprometiam a cumprir caso chegassem ao poder. Contudo, atualmente “a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes” (MANIN, 1995, p.2).

Como consequência dessa proeminência do culto à pessoa, com os políticos chegando ao poder por causa de suas aptidões e da experiência no uso dos meios de comunicação, Manin aponta que a eleição dos representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos podem expressar o que desejam ver executado. O cenário atual seria o que ele define como “democracia de público”, em contraponto à “democracia de partido”, de outrora.

O pensamento de Manin (1995; 2013) explica como o governo representativo se modificou ao longo do tempo, especialmente durante a segunda metade do século XIX, com o declínio do modelo parlamentar inglês do século XVIII. Como salienta Aldé, este modelo seria caracterizado pela eleição “como relação de confiança de caráter pessoal, levando à escolha de personalidades proeminentes publicamente, os ‘notáveis’” (ALDÉ, 2001, p. 15). Assim, os vitoriosos seriam aqueles que inspirassem confiança nos eleitores.

Outra característica do modelo parlamentar descrito por Manin seria a independência parcial dos representantes, que agiriam de acordo com sua própria consciência, votando em função de suas convicções pessoais, e não em função de compromissos assumidos fora do Parlamento. Isso não quer dizer, contudo, que não houvesse a pressão de associações políticas extraparlamentares – pelo contrário. O modelo também considera que as decisões políticas deveriam ser atingidas por meio do debate no Parlamento, “um lugar onde os políticos definem suas posições através da discussão e onde o consentimento de uma maioria é alcançado através da troca de argumentos”. (MANIN, 1995, p.7).

Segundo Alessandra Aldé (2001), o modelo parlamentar descrito por Manin é o que deu origem à concepção habermasiana de esfera pública, com destaque à discussão livre das questões de interesse coletivo. Como ela explica, sua legitimidade está na possibilidade de reunir um público formado por pessoas que construiriam a opinião pública com base no melhor argumento, fora da influência do poder político e econômico e das ações dos grupos de interesse.

Mesmo quando, em obras posteriores, Habermas amplia o conceito de deliberação para além das limitações históricas presentes em sua obra mais importante, *Mudança estrutural da esfera pública* (1996), de 1962, este princípio fundamental do debate racional e esclarecido permanece como o principal critério de legitimidade para uma democracia, dando grande dimensão ao fenômeno da comunicação em geral, sem no entanto admitir algumas das características concretas dos sistemas midiáticos contemporâneos. (ALDÉ, 2001, p. 15).

De acordo com Manin, a modificação desse modelo representativo tem no aumento do direito ao voto o fator mais relevante. O autor destaca que o acesso ao sufrágio se ampliou em conjunto com a emergência dos partidos de massa. Assim, as legendas passaram

a ser vistas como um “componente essencial da democracia representativa” (MANIN, 1995, p.12). Desta maneira, com o surgimento dos partidos de massa, os programas políticos se tornaram um importante mecanismo de diferenciação de ideologias partidárias e, portanto, essenciais na competição eleitoral.

Nesse sistema haveria a escolha dos candidatos pela organização partidária (com a participação de militantes de base), e o povo poderia “ter uma certa participação na seleção de candidatos e escolher pessoas que compartilhassem de sua situação econômica e de suas preocupações” (MANIN, 1995, p. 13). Isto permitiria o contato com os eleitos, inclusive fora do período de campanhas.

Outro elemento da democracia de partido descrita por Manin refere-se à relação das legendas com a opinião pública. Neste contexto, o autor destaca que as diversas associações da sociedade civil se caracterizariam por possuir vínculo com algum partido. Em um segundo momento, Manin afirma que na democracia de partido as decisões políticas seriam tomadas não mais nas sessões plenárias do Parlamento – mas surgiriam dentro do próprio partido, a partir de reuniões internas. Como explica Manin, “uma vez determinada a posição do partido, os deputados não podem mudar de opinião em função dos debates.” (MANIN, 1995, p.14).

Manin afirma que a transição do modelo parlamentar tradicional para a democracia de partido foi vista, de modo geral, como um avanço, não apenas porque o novo sistema acompanhava a extensão do direito de voto, mas também pelo tipo relação de representação que era implicada.

O “governo de partido” parecia criar uma maior identidade social e cultural entre governantes e governados e parecia também dar aos últimos um papel mais importante na definição da política pública. O governo representativo parecia, assim, aproximar-se do ideal de autogoverno, do povo governando a si mesmo. Esse progresso rumo à democracia, entendida como o governo do povo pelo povo, chegou a ser interpretado como um prolongamento da história dos Whigs ou, numa versão mais próxima de Tocqueville, como um degrau no avanço inexorável dos direitos de igualdade e autonomia dos indivíduos, que o “parlamentarismo liberal” realizava de modo imperfeito. (MANIN, 1995, p.27).

O último modelo proposto por Manin é a democracia de público, que se aproxima do contexto da democracia contemporânea. Em relação à escolha eleitoral, o autor destaca a existência do voto cada vez mais personalizado, com foco no candidato (e não mais no partido). Neste modelo, os melhores comunicadores seriam beneficiados, inclusive com a inversão das atitudes do partido em relação ao político. Neste contexto, “os partidos tendem, cada vez mais, a se colocar a serviço de um líder” (ALDÉ, 2001, p. 10).

A mídia aparece como uma das justificativas para este fenômeno: como os candidatos/políticos se comunicam diretamente com a população por meio dos veículos de comunicação, a mediação dos partidos políticos acabou se modificando e perdendo espaço. O autor ressalta, ainda, que os meios de comunicação fazem lembrar a natureza face a face da representatividade de outrora. Em suas palavras, “os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias” (MANIN, 1995, p. 26).

A existência de uma democracia de público atualmente é vista por Manin como um fato curioso, já que ela se caracteriza justamente pelo desaparecimento ou enfraquecimento das características que diferenciavam a democracia de partido do parlamentarismo – e que serviriam como maneira de aproximação de um governo “do povo pelo povo”. Ele explica que “o que está atualmente em declínio são as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado” (MANIN, 1995, p. 5). Isso, ele diz, sugere que talvez haja semelhanças entre o tipo de governo representativo que surge agora, com o parlamentarismo substituído pela democracia de partido. “A mudança que adveio no fim do século XIX talvez tenha sido menos radical do que se imaginava” (MANIN, 1995, p.5), destaca.

García-Canclini (1999) também trata do papel dos meios de comunicação neste contexto. Diferente de Manin (2013), que aponta apenas uma mudança no papel dos partidos políticos, ele sustenta a ideia hipermediática de que os veículos acabaram por substituir partidos, sindicatos e intelectuais. O autor aponta, ainda, que isso cria uma reestruturação da vida urbana, percebida justamente no declínio de entidades e reorganização das funções dos atores políticos tradicionais.

O pensamento de Dias e Albuquerque (2002) pondera, contudo, o poder da mídia nesse processo. Para eles não houve a suplantação do papel dos partidos políticos pela mídia, como também acredita Manin (2013). Em alguns casos, pelo contrário, e “sob certas circunstâncias, o uso dos meios de comunicação como recurso político pode, mesmo, servir como fator de fortalecimento, e não de enfraquecimento dos partidos políticos” (2002, p. 310). Os autores defendem que é preciso considerar outros fatores – principalmente históricos – na análise da queda de importância dos partidos na atualidade. O aumento da importância dos meios de comunicação e declínio do prestígio dos partidos é o que Dias e Albuquerque chamaram de “argumento da substituição”.

De acordo com Alessandra Aldé (2001), Maquiavel e Weber já haviam percebido a influência de elementos como o carisma, a oratória e a construção de uma imagem pessoal

eficiente dos governantes, em um período em que a mediação dos meios de comunicação (principalmente a televisão) era inexistente. Mais que ganhar territórios, a ideia Maquiavélica também contemplava a manutenção do Príncipe no poder – assim como hoje é feito. Exemplo disso é a cada vez maior utilização das pesquisas de opinião como um recurso político e eleitoral, como o objetivo de concretizar uma reeleição ou transferir votos para um sucessor.

Desta maneira, conhecer o povo, seus costumes e opiniões, era essencial – e ainda é, mesmo em se tratando de regimes autoritários, como destaca Aldé (2001).

Um certo grau de consenso sempre foi vantajoso para o exercício do poder. E, muito antes da atual democracia representativa, *vox populi* já era *vox Dei*. Manter favorável a “opinião popular”, nas palavras de Maquiavel, sempre tornou a política menos onerosa, tanto em termos financeiros quanto em termos sociais. (ALDÉ, 2001, p. 1).

A autora explica ainda que, à medida que os direitos políticos e civis se expandiram, nos últimos dois séculos, a questão das ideias do povo sobre a política ganhou novos contornos.

A necessidade de conquistar e manter o favor popular, a ser periodicamente confirmado através das eleições, torna seu conhecimento cada vez mais importante tanto em termos estratégicos, para a condução do Estado e organização da sociedade, quanto em termos normativos, na medida em que é preciso incorporar este novo ator político, o cidadão comum, ao modelo de democracia a ser adotado como legítimo, com as implicações decorrentes de suas características específicas (ALDÉ, 2001, p. 1).

Parte dessa percepção também se manifesta no conceito de “campanha permanente”, popularizado no livro “The Permanent Campaign: Inside the World of Elite Political Operatives”, de Sidney Blumenthal (1982). De acordo com ele, as campanhas políticas nos Estados Unidos e no Reino Unido deixaram, há muito, de serem realizadas apenas durante os períodos eleitorais¹. Desta forma, uma vitória ou uma derrota não determinariam o fim de uma campanha, e candidatos e partidos trabalhariam durante todo o tempo a fim de disseminar uma imagem pública favorável a partir dos meios de comunicação.

Para Cátia Santana (2012), o ato de governar, por si só, estará sempre ligado à ideia de campanha. Ela explica que essa associação é inevitável, “uma vez que foram as promessas eleitorais e tudo o que foi feito e proferido durante a campanha que levou o

¹ No Brasil, pudemos comprovar esta realidade a partir da Propaganda Partidária Gratuita (PPG), exibida em cadeia nacional de rádio e televisão anualmente. Nosso trabalho comprovou que, além de espaço de propagação de ideais partidários (como determinado legalmente), a PPG atua também como antecipação de campanhas – se enquadrando, portanto, no conceito de uma campanha permanente.

partido/candidato ao poder” (SANTANA, 2012, p.7). Desta forma, a autora salienta que o julgamento do governo acaba se dando a partir desses padrões: pela comparação com o que foi dito nas campanhas, pelos governos anteriores ou pelas expectativas futuras.

Pode-se dizer, então, que não é ato arbitrário quando uma figura pública aparece em determinado lugar e age de certa maneira, formula imagens, elabora pronunciamentos ou viagens pelo país (SANTANA, 2012). Muitas vezes – e contemporaneamente isso é ainda mais verdade – todas as aparições são cautelosamente programadas por uma equipe especializada. Como destaca James Stanyer (2007), “nota-se, de fato, uma escalada já muito bem documentada no número de especialistas de media e marketing com cargos partidários” (STANYER, 2007, p. 56).

Isso se dá também para se evitar rupturas em relação à imagem que foi construída previamente. Como destaca Goffman (2009), ao tratar das representações na vida cotidiana (e aí pode-se também incluir a política), “quando acontece uma ruptura, portanto, verificamos que as concepções de si mesmo em torno das quais foi construída sua personalidade podem ficar desacreditadas” (GOFFMAN, 2009, p. 221).

Ao tratar do planejamento da imagem durante uma exibição pública não se considera, entretanto, que a repercussão na mídia seja determinante na influência ou convencimento dos receptores da mensagem. Longe de se ter a visão hipermidiática-inoculante de que a mídia injetaria hipodermicamente seu conteúdo, a profissionalização da política e a campanha permanente teriam um efeito menos decisivo. O objetivo final é, de maneira mais limitada, pautar temas para serem posteriormente discutidos na agenda pública, de acordo com a Teoria da Agenda desenvolvida por Maxwell McCombs.

De acordo com McCombs (2009), recentemente a Teoria da Agenda tem incluído a opinião pública sobre os candidatos políticos e outras figuras políticas, “especificamente a imagem que o público possui sobre estes indivíduos e as contribuições que a mídia faz para estas imagens públicas” (MCCOMBS, 2009, p. 12). Essa percepção marca a ampliação da ênfase inicial da teoria, dada a uma agenda de temas públicos repercutidos em determinado dia.

Pode-se dizer, então, que a Teoria da Agenda (que passou a contar com a denominação de “agendamento” em 1968), continua atual e válida não apenas para o contexto dos Estados Unidos, onde a pesquisa foi realizada por Maxwell McCombs e Donald Shaw – ambos norte-americanos. Sobre a validade do pensamento, McCombs reitera que

O leitor encontrará considerável evidência na Inglaterra, Espanha, Japão, Taiwan e outros países ao redor do mundo. Um dos grandes méritos da Teoria da Agenda é esta sua diversidade geográfica e cultural nas evidências que replicam os principais aspectos desta influência dos veículos de comunicação de massa na sociedade” (MCCOMBS, 2009, p. 13).

De forma complementar ao agendamento (e também à visão de enquadramento), pode-se citar também o chamado efeito *priming* (IYENGAR; KINDER, 1987), que, com um viés mais psicológico, diz respeito à capacidade dos meios de comunicação influenciarem no julgamento das lideranças políticas a partir do que está na memória do público. No livro “News That Matters: television and American opinion”, os autores explicam que o *priming* se refere, fundamentalmente, às mudanças no padrão utilizado pelas pessoas ao fazerem uma escolha política.

Para Shanto Iyengar e Donald Kinder, ao avaliar o desempenho de um governante, os cidadãos aplicam determinados padrões em esquemas de memória mais (ou menos) salientes – e aí os meios de comunicação, a partir dos diferentes conteúdos e formatos de difusão, teriam influência. Portanto, mais do que discutir sobre o que as pessoas pensam, ou qual é a conformação do que é pensado por elas, o *priming* trata da ativação mental de determinados conteúdos a partir da informação jornalística, como explica Emerson Cervi:

Trata-se, portanto, de uma hipótese a respeito dos efeitos das notícias no público com inspiração psicológica, o que torna a discussão mais complexa do que o simples encadeamento de consequências, do tipo: informação transmitida sobre um tema (agendamento) e com determinada conformação (enquadramento) leva a dado efeito no público – reconfiguração da agenda de debates públicos. A hipótese *priming* amplia a explicação para: informação transmitida sobre dado tema (agendamento) e com determinada conformação (enquadramento) activa alguns esquemas de memória saliente do público (*priming*) para gerar dado efeito – avaliação de governantes. A novidade é a incorporação de predisposições do público para os efeitos das mensagens. (CERVI, 2010, p. 146).

Ora, com tudo isto explicitado fica claro que o fazer-político tem se alterado significativamente ao longo do tempo, principalmente em uma sociedade cada vez mais mediada por diferentes meios de comunicação – mesmo que a ideia da *virtù* Maquiavélica permaneça, ainda que com nova roupagem. Neste contexto, a profissionalização da comunicação política não se tornou não apenas justificável, mas essencial.

A plasticidade, a imagem, o *parecer ser* (mais do que o próprio *ser*), passaram a ser considerados – às vezes até mais do que o próprio conteúdo. A partir de então, criou-se a possibilidade de elaboração de uma personalidade pública (ALBUQUERQUE, 1999, p. 13) mais afinada com os interesses dos concorrentes à vida política. Mesmo que não representasse

verdadeiramente a pessoa, aquela imagem serviria a seus fins (que, no caso específico da política, seria de atingir o sucesso eleitoral, primordialmente). Não é a toa que Jean Blondel (1987), ao abordar o que permeia uma liderança política, trata não só das situações enfrentadas e dos instrumentos à disposição do governante, mas também das características pessoais dos líderes.

O nascimento do marketing político como novo campo de trabalho, então, deu-se a partir da percepção de que o eleitor poderia ser atingido de alguma maneira a partir da “plastificação” da política para os distintos meios de comunicação – mesmo que fora do período eleitoral formal. Compreender a rotina e a linguagem própria dos media passou, então, a ser essencial. Mais do que dizer, tornou-se importante conhecer as rotinas produtivas dos veículos noticiosos e responder a questões chave (que muito se assemelham ao lead jornalístico): *o como dizer, quando dizer, onde dizer, a quem dizer, por que dizer.*

Wilson Gomes (2004) aponta que, com esta nova realidade, a esfera política passou a lidar com a comunicação de massa de duas maneiras principais: a primeira, aderindo à lógica do espetáculo, conforme a lógica dos veículos (principalmente televisivos); a segunda, incorporando a lógica econômica e se tornando anunciantes. Em suas palavras,

A esfera política não tardou a compreender que a possibilidade que lhe restava de controle da informação política era a propaganda política divulgada pelo rádio e pela televisão e a organização de seus conteúdos de maneira a tornar-se irresistível aos princípios que organizam o jornalismo contemporâneo. (GOMES, 2004, p. 66).

Ao citar Newman (1993), Cátia Santana destaca que o autor considera que, na política, uma imagem é criada através do uso de impressões visuais a partir da “presença física do candidato, pelas suas aparições mediáticas e pelas suas experiências. Esta informação é depois integrada na mente dos cidadãos.” (SANTANA, 2012, p.11). Ela complementa: “em lado nenhum isto é mais verdade do que na Televisão, por todas as características que tornaram este meio o que é” (Idem).

O papel fundamental dos *media* nesse processo foi percebido por Vaclav Havel, último presidente da Checoslováquia e primeiro governante da República Tcheca. É o que Fallows (1997) reproduz:

“Fico sempre impressionado quando verifico o quanto estou à mercê dos diretores e editores de televisão; o quanto a minha imagem pública depende muito mais deles do que de mim mesmo. Sei de políticos que aprenderam a se ver exatamente como são vistos pelo olho da câmera. A televisão, de uma certa forma, parece ter se apropriado das suas personalidades para transformá-las em algo como sombras televisivas deles mesmos. Eu, às vezes, me pergunto se eles tomam o cuidado para dormir de um jeito que pareça bem na telinha.”(FALLOWS, 1997, p. 67).

James Stanyer (2007) reconhece e segue a mesma linha de raciocínio e, ao destacar o quão essenciais os profissionais de comunicação se tornaram nas sedes dos partidos políticos², destaca que eles “têm vindo a tornar o marketing e as relações públicas numa arma fundamental para alcançar os objetivos de exposição pública dos partidos. E são muito trabalhadas as estratégias para garantir o domínio da agenda e impedir as tentativas rivais de assalto à agenda noticiosa” (STANYER, 2007, p. 56).

Ao tratar da realização e promoção das conferências anuais dos principais partidos britânicos, James Stanyer comprova o grau de preocupação existente em relação à sua repercussão nos meios de comunicação. Para ele, esse tipo de evento – que recebe ampla e contínua cobertura midiática – funcionaria como uma importante plataforma para a “venda” e promoção de ideias e imagens no território nacional.

Todos os partidos tentam minimizar os riscos de publicidade negativa. A longo prazo, isto resulta num maior controlo sobre os assuntos públicos que têm lugar na agenda das conferências. Esta estratégia tem tido uma grande importância na função tradicional das conferências trabalhistas. A conferência do Partido Trabalhista já não é a sessão plenária de outrora, e mesmo a dos Liberais Democratas é cada vez mais um evento controlado. Enquanto as conferências se mantêm como únicos elementos de debate soberano nos dois partidos, a sua função de formação política está cada vez mais a entrar em desuso e quando muito é considerada uma tarefa arriscada . (STANYER, 2007, p.61).

Para que o agendamento na mídia seja positivo, Stanyer destaca que há uma gestão estratégica que praticamente “desenha” a estrutura do evento: desde o planejamento dos horários, passando pelo design da sala de conferências até as moções a serem debatidas. Tudo isso minimizaria os riscos de uma repercussão prejudicial ao partido. Citando como exemplo a conferência anual do Partido Trabalhista, ele aponta que os debates mais controversos são relegados para um horário específico (ou tratado em outra oportunidade, a portas fechadas).

Muitas vezes, este período ocorre antes da cobertura feita pelos jornalistas (de rádio e televisão) ou após a mesma. Outro truque é colocar os temas controversos antes ou no dia do discurso do líder, de modo a evitar que a conferência seja ensombrada por eles e os media se afastem dos eventos planejados para receber maior cobertura. (STANYER, 2007, p. 59).

Outro exemplo que evidencia o trabalho para prever e restringir possíveis focos de repercussão negativa é o controle na participação das discussões durante os encontros

² Os assessores de comunicação políticos têm sido chamados por um nome específico: *spin doctors*. Para mais informações, ver: RIBEIRO, Fernando Vasco. “Fontes Sofisticadas de Informação”. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

partidários. Stanyer diz que, tanto na conferência dos Conservadores ou dos Liberais-democratas, é preciso preencher uma minuta com detalhes do que se pretende dizer. Desta maneira, poder-se-ia controlar, inclusive, o tempo de fala de cada um. A mediação, longe de atuar como mero transmissor especular do real, acabou, de fato, interferindo nele, como também exemplifica Stanyer.

Uma fonte partidária, referindo-se à exclusão das câmaras da sala principal de conferências, retorquiu: “O objetivo é encorajar o debate, não evitá-lo... queremos que as pessoas perguntem o que realmente quiserem perguntar, sem se sentirem constrangidas por uma presença vinda do exterior. Não queremos que se sintam obrigadas a seguir a linha dominante do partido” (STANYER, 2007, p. 60).

Cátia Santana (2012) destaca que a adaptação dos políticos à lógica dos *media* chega a alterar a maneira de comunicar e o conteúdo dos discursos. Ela explica, ainda, que essa mudança de comportamento e de imagem é apontada como sendo um dos aspectos determinantes para a mediatização e personalização da política. Em concordância com o relatado por Stanyer, ela confirma também que

Eventos políticos são ‘montados’ como verdadeiras peças de teatro mediático de modo a captar a atenção dos meios de comunicação, moldando os eventos para encaixarem nos moldes dos *media* (principalmente no que concerne a hora do evento, a localização, o *sound bite* e até mesmo o *framing* – enquadramento - da mensagem ou dos atores políticos). (SANTANA, 2012, p. 10).

Tudo isto evidencia o que Norberto Bobbio (2000), aborda em “O Futuro da Democracia”. Ele ressalta que o governo tem se utilizado cada vez mais de pessoas especializadas, já que, para ele, a democracia tem perdido espaço para a Tecnocracia. Ele explica que

Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão qualquer. A democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo. A tecnocracia, ao contrário, pretende que sejam convocados para decidir apenas aqueles poucos que detêm conhecimentos específicos (BOBBIO, 2000, p. 46).

Este cenário de campanha permanente tem uma explicação encontrada nas ideias de Hugh Heclo, como aponta Cátia Santana, ao tratar da relação entre as campanhas eleitorais e permanentes:

A evolução para uma campanha perpétua, ou permanente tem como principais causas apontadas: o declínio dos partidos políticos, a ascensão das eleições centradas no candidato, a crescente importância da angariação de donativos, a expansão do ativismo público feito por grupos de interesses, o avanço nas TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), o aumento do governo federal e a maturação das sondagens e da especialização na Política dos profissionais do marketing e relações públicas (HECLO apud SANTANA, 2012, p. 8).

Ou seja, a personalização acaba por incentivar ainda mais a profissionalização das campanhas eleitorais que, por sua vez, acabam atuando permanentemente. Tudo isto aprofunda a política no contexto de representações e, como observado por Paulo Roberto Figueira Leal (2002), desideologiza ainda mais a disputa política.

Considerando as ideias do cientista político norte-americano Martin Wattenberg (2001), que observou a tendência de crescimento da política centrada nos candidatos na disputa eleitoral dos Estados Unidos nos anos 80, Leal (2002) identifica esse fator, bem como a queda da identificação partidária e a prevalência de fatores de curto prazo como instrumentos de decisão do voto, são alguns elementos da cultura norte-americana “herdados” por outros países do mundo. De acordo com ele,

Na tipificação de Popkin, o critério do eleitor é o do processamento de informações de forma clínica, e não de forma estatística. Popkin observa que o personalismo é mais típico das eleições nos EUA do que nos países com sistemas parlamentaristas; contudo, a globalização das características do modelo de campanha americano (com a universalização, por exemplo, da centralidade da televisão na propaganda política) torna as diferenças cada vez menores, ao longo do tempo (LEAL, 2002, p. 70).

As percepções de Leal são parte do que ele denomina de “Nova Ambiência Eleitoral”, um contexto que se refere às mudanças relacionadas à “americanização” das disputas eleitorais ao redor do planeta. Apesar de existirem especificidades nas características do processo eleitoral de cada país, pode-se falar na tendência à americanização em grande medida pela centralidade dos meios de comunicação de massa.

De acordo com Alessandra Aldé, “o cenário em que encontramos os cidadãos da democracia contemporânea caracteriza-se por uma esfera pública cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa” (2001, p.6). Ela explica que os partidos “parecem ter perdido o monopólio do espaço público da política para os meios de comunicação, que crescem em importância, tornando-se os canais de informação política mais importantes e universalmente acessíveis” (Idem). Com o aumento do eleitorado, diminui-se a possibilidade de interação direta entre candidato e eleitor – e neste contexto a mediação dos meios de comunicação é essencial.

Neste cenário está a personalização, que acaba por desideologizar o debate eleitoral. Essa combinação, somada à diminuição do controle partidário sobre as candidaturas e o crescimento das taxas de volatilidade (ou seja, a maior oscilação do eleitorado entre os partidos, sem fidelização de longo prazo), por exemplo, são marcas desta tendência.

Leal explica que, neste contexto, “quando a opinião pública tende à neutralidade sobre os partidos, é o candidato quem polariza o debate” (LEAL, 2002, p. 68). A própria profissionalização das campanhas influenciou neste processo, com a cada vez maior utilização das pesquisas eleitorais. Diz-se o que os eleitores querem ouvir, e padroniza-se os discursos de todos os oponentes.

Ou seja, características como competência, integridade, capacidade de decisão, carisma e demais atributos pessoais preenchem o espaço deixado vago pela discussão política – principalmente em disputas pouco ideologizadas, como evidenciou Wattenberg no caso norte-americano. Em suas palavras,

Como os próprios candidatos têm recebido mais atenção durante a campanha presidencial, seu caráter e habilidade têm sido examinados mais detidamente. Como tanta energia é investida em uma só pessoa, os atributos pessoais dos candidatos são claramente fatores relevantes a serem discutidos na campanha. Antes mesmo que ações presidenciais tivessem consequências mundiais imediatas, comportamento pessoal e características eram muitas vezes uma consideração importante. (WATTENBERG, 1991, p. 80. Tradução nossa)³

Samuel Popkin (1991), dando continuidade ao pensamento iniciado por Anthony Downs e pela psicologia cognitiva, trata da racionalidade da escolha do voto. A ideia central é de que as decisões tomadas pelos eleitores têm como base cálculos racionais. Para o autor, o eleitorado possui suas próprias considerações sobre o mundo que os cerca – incluindo aí os próprios partidos e representantes políticos.

Popkin, assim como Downs, destaca que o eleitor médio não possui incentivos para buscar informações, já que este processo teria custos. Com isso, “os dados com os quais ele trabalha são subprodutos de informações advindas de outras atividades – pessoais ou econômicas, por exemplo. As informações que se usa para o cálculo político são indiretas e decorrem de impressões geradas em outros campos da vida cotidiana” (LEAL, 2002, p. 69).

³ No original: “As the candidates themselves have received more attention during the presidential campaign, their character and ability have been scrutinized more carefully. Because so much power is vested in one person alone, the personal attributes of candidates are clearly relevant factors to be discussed in the campaign. Even before presidential actions had immediate world-wide consequences, personal behavior and characteristics were often an important consideration”. (WATTENBERG, 1991, p. 80).

O eleitor, então, atuando como um investidor, agiria em busca de atalhos, com o objetivo de diminuir os seus custos – como o da própria informação política. De acordo com Leal, a própria identificação partidária pode ser considerada um desses atalhos. Ele explica que

Um dos objetivos mais relevantes das campanhas eleitorais, para Popkin, é exatamente este: alinhar retalhos de informações dispersas. a campanha (assim como o aumento do nível educacional) ajuda a conectar todas essas informações de forma a facilitar a decisão. Da psicologia cognitiva, Popkin retira a teoria de que os indivíduos conectam os fragmentos de informações novas à informação de que já dispunham. (LEAL, 2002, p. 69).

Desta maneira, a personalização da política se enquadraria nesta lógica. A escolha de pessoas, a partir de suas características pessoais, seria uma decisão econômica. “Focando personalidades, e não idéias ou ideologias, as comparações são mais óbvias e fáceis” (LEAL, 2002, p. 70). Assim, argumenta Popkin (1991), neste cenário o eleitor se torna mais propenso a recorrer a um pensamento de racionalidade de “baixa informação” ou *gut reasoning* (racionalidade instintiva ou intuitiva). Exemplos desses atalhos informacionais seriam “personagens e personalidades ligadas às campanhas eleitorais, notícias veiculadas nos meios de comunicação, conversas com amigos e conteúdos compartilhados nas redes sociais” (LEAL; ROSSINI; SANGLARD, 2013, p.4).

Sendo assim, a decisão do voto atualmente tem como contexto “um cenário eleitoral instável e uma frouxa identificação partidária, flutuando pelas identidades sociológicas clássicas, tais como raça, classe e gênero, o que a torna contingencial e contextual.” (GROHMANN, 2010, p. 19). Tudo isto faz com que fatos específicos de apenas uma eleição sejam levados em consideração, no lugar de haver uma construção das preferências políticas (característica da democracia de partido definida por Manin). Tem-se, então, uma posição mais reativa do eleitor.

Os eleitores parecem *responder* (aos termos específicos que os políticos propõem em cada eleição), mais do que *expressar* (suas identidades sociais ou culturais). Desse ponto de vista, a situação atual representa um afastamento do processo de formação das preferências políticas na democracia de partido. Hoje em dia, predomina a dimensão reativa do voto. (MANIN, 1995, p. 27. Grifos no original).

A personalização da política tem hoje, no pensamento do polonês Zygmunt Bauman, um ponto de convergência em sua reflexão. De acordo com Bauman, (2001) é condição do mundo pós-moderno que não tenhamos uma identificação fixa com costumes (aí

incluída a identificação partidária). Para o sociólogo, passamos a vida redefinindo nossa própria identidade: o que era atraente passa a não ser, e vice-versa. Bauman (2001) define o tempo “modernidade líquida” para caracterizar a atual fluidez da realidade, em contraposição à solidez de períodos anteriores. A fluidez – ampliada por um mundo cada vez mais globalizado – se daria em diferentes esferas, como a econômica e a política.

O pensamento baumaniano considera que a natureza da individualidade dos indivíduos nos tempos líquidos foi alterada. Como explica Cleto Abreu (2012), na modernidade líquida “os valores aparecem sob uma roupagem singularizada e aparentemente adequada aos atores sociais de maneira individual. (...) As identidades anteriores (sólidas) fragmentam-se em microidentidades (líquidas) que respondem a uma demanda não mais coletiva, mas puramente individual.” (p. 38).

Assim, a força política coletiva, neste cenário, seria diminuída, abrindo espaço para uma política centrada em interesses individuais, como salienta Bauman (2001):

As aflições mais comuns nos dias de hoje são não-aditivas, não podem ser "somadas" numa "causa comum". Podem ser postas lado a lado, mas não se fundirão. Pode-se dizer que desde o começo são moldadas de tal maneira que lhes faltam interfaces para combinar-se com os problemas das demais pessoas. (BAUMAN, 2001, p. 45).

O autor, de maneira crítica, também traz à tona a ideia do espetáculo na modernidade líquida, reforçando a ideia de que, em meio à fluidez e à liquidez dos tempos atuais, paira a simplificação, o parecer ser no lugar do ser, principalmente no caso da política, com a adoção de “atalhos” que priorizem a identidade de cada um em lugar dos interesses e ações. Conforme ele argumenta,

Com o domínio da política se estreitando aos limites das confissões públicas, exibições públicas da intimidade e exame e censura públicas de virtudes e vícios privados; com a questão da credibilidade das pessoas expostas à vida pública substituindo a consideração sobre qual é e deve ser o objeto da política; com a visão de uma sociedade boa e justa e praticamente ausente do discurso político – não é de se surpreender que (como já observava Sennett há 20 anos) as pessoas ‘se tornem espectadores passivos de uma personagem política que lhes oferece para consumo suas intenções e sentimentos em lugar de seus atos’. (BAUMAN, 2001, p. 125-126).

Para Stuart Hall (2006), o mundo pós-moderno traz identidades fragmentadas, e não unificadas e estáveis. De acordo com ele, elas podem ser contraditórias ou não resolvidas. “O processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12). De acordo com o

pensamento de Hall, “as identidades na pós-modernidade, portanto, são diferentes, múltiplas, instáveis e contraditórias, reconstruídas a todo o momento” (GROHMANN, 2010, p. 21).

Bauman também afirma que nossa vida é dividida em episódios e, portanto, não há planejamento futuro – diferente do pensamento do início do século XX. Para o autor, não mais herdaríamos nossa identidade – aí incluída nossa identificação partidária. O pensamento se aproxima do de Manin (1995), quando ele define a mesma situação na democracia de público, em contraponto à democracia de partido.

Desta maneira, ficam claras as mudanças ocorridas no decorrer do tempo ao redor do planeta. Longe de afetar apenas um aspecto da vida em sociedade, as transformações sociais, políticas e econômicas culminaram em um novo contexto, apresentado neste trabalho a partir de apenas um recorte entre tantos possíveis. Política e comunicação, em meio ao bombardeio de volatilidade, atalhos e aparências trazidas à superfície (e superficialidade), acabam por se tornar ainda mais indissociáveis.

No próximo capítulo pretende-se, justamente, mostrar como ambos atuam, mas já incluindo e diferenciando a relação comunicação *versus* política nos sistemas presidencialistas e parlamentaristas, especificamente.

3 MÍDIA, PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO

Antes de ingressarmos em uma conceituação específica sobre presidencialismo e parlamentarismo, faz-se necessário abordar as diferenças entre Estado e governo, bem como as distinções básicas entre “forma” e “sistema” de governo. A partir disso pode-se explorar mais detidamente as características de ambos os sistemas, além da relação deles com os meios de comunicação de massa (e, contemporaneamente, também de comunicação digital, vale ressaltar).

É importante destacar que autores como Albuquerque (2012b) defendem a existência de uma relação entre a separação dos poderes no presidencialismo e as organizações midiáticas, seja na atuação como palco ou atores políticos. O assunto será discutido mais amplamente em um subtópico específico, mas cabe ter em mente, desde já, que o foco histórico de cobertura em aspectos administrativos do governo – e, portanto, no poder Executivo e a quem o representa – tem íntima relação com a personalização da política. Por isso, autores como Hallin e Mancini (2004) e Keinert (1993) serão resgatados para o debate proposto, já que lançam luz às evidências que corroboram o debate aqui proposto.

De acordo com Paulo Márcio Cruz (2007), o estudo do governo tem se sobressaído frente ao Estado “apesar do primeiro advir, como se sabe, do segundo – por conta das novas tendências globais do Direito e a rala separação que este quadro de globalização impõe entre o público e o privado” (p. 15). Neste sentido, Cruz aponta ainda que o tema Governo é de fundamental importância para a vida nas sociedades contemporâneas, “para que estas tenham cada vez mais ajustadas e aperfeiçoadas as relações entre governantes e governados” (CRUZ, 2007, p. 21).

Indo além e já fazendo uma diferenciação preliminar entre Estado e governo, o autor explica que

O governo distingue-se de algumas funções do Estado por ter sua origem, nas sociedades democráticas, na vontade do povo, o que o torna naturalmente proeminente diante de alguns poderes estatais. Nas ditaduras, a realidade é ainda mais elucidativa, quando o governo normalmente legisla, julga e administra ao mesmo tempo. Basta analisar alguns regimes não democráticos para se ter a comprovação desta afirmação. É sempre para a função Governo que a maioria das atenções sociais se volta, em qualquer regime. (CRUZ, 2007, p. 21).

Aristóteles (1985), na obra “A Política”, escreve que “as palavras Constituição e Governo significam a mesma coisa, visto que o Governo é a autoridade suprema do Estado” (p. 115). Norberto Bobbio (1994), desafiando ainda mais a definição aristotélica, afirma que a

concepção mais moderna do que seria o governo não indica apenas “o conjunto de pessoas que detêm o poder de governo, mas o complexo dos órgãos que institucionalmente têm exercido o poder. Neste sentido, o governo constitui um aspecto do Estado” (p. 553).

Para Paulo Márcio Cruz (2007), é possível afirmar, “num sentido mais amplo, que governo significa ‘conduta’ ou ‘ação pessoal conduzida ou dirigida a um fim’. Pode-se dizer que toda ação deste tipo implica poder de governo.” (CRUZ, 2007, p. 22). À luz das ideias de Clóvis de Souto Goulart, Cruz defende que governar é, acima de tudo, desempenhar as funções do Estado, administrando-o em busca do bem estar comum por meio de suas instituições e órgãos oficiais no exercício de sua competência constitucional. Desta maneira, para ele, a ação governamental seria revelada nas seguintes hipóteses:

- a. quando são elaboradas as normas disciplinadoras da sociedade; b. quando se implementam concretamente estas normas através da realização de obras e serviços destinados à melhoria da qualidade de vida de todo o corpo social; c. quando são dirimidos conflitos, reconhecidos direitos e prerrogativas e aplicadas sanções, com vistas à manutenção da ordem e à realização da justiça. (CRUZ, 2007, p. 22).

Maurice Duverger⁴ (*apud* CRUZ, 2007, p. 23) assinala que

A palavra governo é mais difícil de precisar, porque tem vários sentidos: 1. pode designar o conjunto de órgãos políticos do Estado, incluindo o Parlamento; 2. pode designar um órgão governamental particular, correspondendo à noção de poder executivo na teoria liberal, que se opõe assim ao Parlamento, que encarna o poder legislativo; 3. pode também designar apenas um elemento deste Executivo, o ministério ou o gabinete ministerial, por oposição ao Chefe do Estado. Na prática, o contexto evita geralmente qualquer confusão. Quando se fala de Governo em relação ao Parlamento, como se faz aqui, trata-se, evidentemente, do segundo sentido.

Darcy Azambuja (1995), por sua vez, acrescenta que, apesar de difícil definição, o Estado pode ser caracterizado como uma sociedade política, já que ele se constituiria por um grupo de indivíduos pautados por um interesse comum. Essa sociedade seria política porque “tendo sua organização determinada por normas de Direito positivo é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria: o *bem público*. (AZAMBUJA, 1995, p. 3).

A palavra no sentido que a empregamos atualmente é relativamente nova (AZAMBUJA, 1995). Na verdade, o emprego moderno remonta a Maquiavel e foi utilizado no *Príncipe*, conforme aponta Bonavides (2000). Na antiguidade, o termo adotado pelos gregos era *polis* – que acabou dando origem à “política”, a arte de governar a cidade; os

⁴ DUVERGER, Maurice. Os grandes sistemas políticos. Coimbra: Almedica, 1985.

romanos, de modo similar, adotavam as palavras *civitas* ou *respublica*. O próprio termo em latim – *status* – não possuía a significação atual, e sim a ideia de situação, condição, adotada pelos romanos na expressão *status republicae* em relação à ordem permanente da coisa pública e dos negócios do Estado.

Talvez daí, pelo desuso do segundo termo, tenham os escritores medievais empregado *Status* com a significação moderna. Mas, ainda muito posteriormente, na linguagem política e documentos públicos, o termo Estado se referia de preferência às três grandes classes que formavam a população dos países europeus, a nobreza, o clero e o povo, os *Estados*, como eram abreviadamente designados. (AZAMBUJA, 1995, p. 7).

Como lembra Azambuja, não podemos perder de vista que também os termos “Reino” e “República” sofreram alterações em sua significação. Elas eram palavras que “traduziam a ideia de organização política, não tendo a República qualquer relação com a forma de governo, em oposição a Monarquia” (AZAMBUJA, 1995, p. 7).

Com estas considerações feitas, pode-se dizer que as definições apresentadas se complementam, dando uma breve visão sobre o debate existente entre Estado e Governo e as transformações de suas significações ao longo do tempo. Por sua vez, a discussão do tema dá margem para que tratemos, ainda que brevemente, das diferenças entre Forma e Sistema de governo.

A conceituação clássica de Forma de governo vem de Aristóteles (1985), e é baseada no número de governantes. A primeira das três espécies descritas por ele é a realeza, quando há apenas um governante; a segunda forma, a aristocracia, é o governo de um grupo de pessoas, pequeno em relação aos governados; por fim, tem-se a democracia (ou república), um governo que, idealmente, é exercido pela própria população em busca do interesse coletivo.

Todas essas formas de governo, defende Aristóteles, podem ser substituídas por formas impuras, quando quem governa deixa de se guiar pelo interesse coletivo e passa a olhar apenas para si mesmo. A realeza se degeneraria em tirania, a aristocracia em oligarquia e a democracia em demagogia. O jurista e professor Dalmo Dallari (1998) pontua que a classificação aristotélica, apesar de ser a mais antiga conhecida, é utilizada e válida até hoje. Entretanto, contemporaneamente se fala em monarquia e república como as duas formas fundamentais de governo.

A monarquia, como aponta Dallari (1998), já foi adotada por quase todos os Estados do mundo. Ora enfraquecida e abandonada, ela teve seu ressurgimento impulsionado

pelo nascimento do Estado moderno, com a necessidade de governos fortes. A monarquia dessa época é a chamada absoluta, ou seja, não sujeita a qualquer limitação jurídica. Já a partir do século XVIII surgem as chamadas monarquias constitucionais: o rei continua governando, mas com os poderes limitados ao que determina o texto constitucional.

Posteriormente, outra limitação ao poder do monarca acaba sendo criada, com a adoção do parlamentarismo – cujas características veremos neste capítulo – pelos Estados monárquicos, como a Inglaterra. Desta maneira, o rei/rainha não mais governaria, mas apenas exerceria funções de Chefe de Estado, com atribuições de representação, e não de governo, que seria exercido por um Gabinete de ministros – e de maneira especial pelo chamado primeiro-ministro.

Como características fundamentais da monarquia, a partir das quais surgem argumentos favoráveis ou contrários a ela, têm-se, segundo Dallari:

Vitaliciedade: O monarca não governa por um tempo certo e limitado, podendo governar enquanto viver ou enquanto tiver condições para continuar governando;
Hereditariedade: A escolha do monarca se faz pela simples verificação da linha de sucessão. Quando morre o monarca ou deixa o governo por qualquer outra razão, é imediatamente substituído pelo herdeiro da coroa. (...).
Irresponsabilidade: o monarca não tem responsabilidade política, isto é, não deve explicações ao povo ou a qualquer órgão sobre os motivos pelos quais adotou certa orientação política. (DALLARI, 1998, p. 81).

A República, por sua vez, aparece modernamente como uma contraposição à monarquia, a partir de definição de Maquiavel (DALLARI, 1998, p. 81). O desenvolvimento da ideia republicana aconteceu a partir das lutas contra a monarquia absoluta e consequente afirmação da soberania popular. “Desde o século XVIII muitos teóricos e líderes pregavam a abolição da monarquia, considerada um mal em si mesma, não lhes parecendo que bastasse limitá-la por qualquer meio. (DALLARI, 1998, p. 81).

Sendo assim, a república passou a ser vista mais do que uma simples forma de governo, mas também como um símbolo das demandas populares a partir da limitação do poder dos governantes, garantindo, assim, as liberdades individuais. Mesmo com essa ideia, a monarquia, aceitando limitações constitucionais e fazendo outras concessões, ainda resistiu em muitos Estados durante o século XIX.

A partir do século XX, todavia, sob influência das transformações econômicas e das conseqüências das duas grandes guerras, a liquidação da forma monárquica de governo foi acelerada. (DALLARI, 1998, p. 82). Dallari aponta que “atualmente, qualquer pretensão monarquista é vista como um anacronismo e uma originalidade, não havendo um só

movimento significativo no sentido de uma restauração monárquica” (DALLARI, 1998, p. 82).

Como características gerais da República, temos:

Temporiedade: o Chefe do Governo recebe um mandato, com o prazo de duração predeterminado. E para evitar que as eleições reiteradas do mesmo indivíduo criasse um paralelo com a monarquia, estabeleceu-se a proibição de reeleições sucessivas; **Eletividade:** na república o Chefe do Governo é eleito pelo povo, não se admitindo a sucessão hereditária ou por qualquer forma que impeça o povo de participar da escolha; **Responsabilidade:** o Chefe do Governo é politicamente responsável, o que quer dizer que ele deve prestar contas de sua orientação política, ou ao povo diretamente ou a um órgão de representação popular. (DALLARI, 1998, p. 82).

Pode-se, após as reflexões apresentadas, tratar das especificidades dos sistemas de governo presidencialistas e parlamentaristas. Inicialmente, temos na definição de Cheibub (2007) um panorama sobre os pontos principais – entre outros que serão abordados posteriormente. As diferenças incluem

A natureza do poder Executivo, pensado para ser coletivo ou colegiado no parlamentarismo e individual no presidencialismo; a separação dos chefes de Estado e governo sob o parlamentarismo e sua fusão sob o presidencialismo; a eleição indireta do governo no parlamentarismo e a eleição popular no presidencialismo. (CHEIBUB, 2007, p. 34).

Mas de que maneira eles se organizam? Qual é o papel de cada um dos poderes e como (e por quem) eles são representados? Como se dá a atividade legislativa? Estas são algumas das perguntas às quais se pretende responder a seguir, a partir de reflexões mais específicas.

3.1 O PRESIDENCIALISMO E A SEPARAÇÃO DOS TRÊS PODERES

O presidencialismo é um sistema de governo que tem a divisão dos poderes como uma de suas principais características e, por isso, é relevante que abordemos o tema antes de nos dedicarmos às minúcias administrativas deste sistema. Apesar de originalmente definida por Montesquieu no século XVIII como “separação” dos poderes, autores como Dalmo Dallari (1998) apontam a necessidade de ponderação nesta terminologia. Para Dallari, o termo “separação” seria demasiado forte, dando a ideia de um rompimento entre o Executivo, Legislativo, e Judiciário. O que acontece, segundo ele, é apenas uma distribuição de funções

entre eles. Neste sentido, adota-se neste trabalho a terminologia original de Montesquieu, mas sem perder de vista a ressalva de Dallari e de outros autores sobre o tema.

A ideia da separação dos poderes de Montesquieu tinha como objetivo central a proteção da liberdade individual, evitando os governos absolutistas com a concentração de poder nas mãos de um (ou de poucos) – problema já apontado e alvo das preocupações de Aristóteles (BONAVIDES, 2000). O próprio Maquiavel, em seu “Príncipe”, fazia menção à existência de três poderes distintos na França do século XVI, representados pelo Parlamento, pelo rei e por um judiciário independente. Contudo, como explica Dallari (1998), é curioso o fato de, para ele, essa organização ser apreciada por dar mais segurança e liberdade ao rei:

Agindo em nome próprio o judiciário poderia proteger os mais fracos, vítimas de ambições e das insolências dos poderosos, poupando o rei da necessidade de interferir nas disputas e de, em consequência, enfrentar o desagrado dos que não tivessem suas razões acolhidas. (DALLARI, 1998, p. 78).

Sendo assim, para Montesquieu o ideal seria a existência de um órgão próprio para o exercício de cada função. Em suas próprias palavras, “tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes” (MONTESQUIEU, *apud* DALLARI, 1998, p.78). Todavia, apesar de defender essa divisão, Montesquieu não deixa claro quais seriam as atribuições de cada um deles. O que se verifica é que ele, “já adotando a orientação que seria consagrada pelo liberalismo, não dá ao Estado qualquer atribuição interna, a não ser o poder de julgar e punir.” (DALLARI, 1998, p. 79).

Desta forma, com atribuições restritas, fica claro o objetivo máximo de Montesquieu em garantir as liberdades individuais, e não necessariamente a eficiência do Estado, o que deu a tônica para a elaboração de novos regramentos constitucionais e documentos. A Constituição americana, por exemplo, adotou o princípio da separação dos poderes como base, influenciando todo o escopo político do país (BONAVIDES, 2000).

A Declaração de Direitos da Virgínia, de 1776, por exemplo, determina em seu parágrafo 5º, transcrito por Dallari (1998): "que os poderes Executivo e Legislativo do Estado deverão ser separados e distintos do judiciário". Neste contexto, o autor reproduz, ainda, o artigo XVI da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789 na França: “Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não está assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição” (p. 79).

Dalmo Dallari assevera que a preocupação com a separação dos poderes visando à busca da liberdade se refletiu imediatamente em todo o movimento constitucionalista, e exemplifica trazendo à tona trechos de “O Federalista”:

Para demonstrar que estava bem consciente dessa exigência e que ela não fora ignorada ao se elaborar a Constituição norte-americana, escreveu Madison, num dos artigos de "O Federalista": "A acumulação de todos os poderes, legislativos, executivos e judiciais, nas mesmas mãos, sejam estas de um, de poucos ou de muitos, hereditárias, autoneamadas ou eletivas, pode-se dizer com exatidão que constitui a própria definição da tirania". Esse pensamento está claramente refletido na Constituição dos Estados Unidos, que dedica o artigo 1º ao legislativo, o 2º ao executivo e o 3º ao judiciário, não admitindo interferências recíprocas nem a transferência de poderes, ainda que parcial e temporária. (DALLARI, 1998, p. 79)

A partir daí o sistema de separação dos poderes, consagrado nas Constituições ao redor do planeta, foi associado à ideia de Estado Democrático, dando origem ao sistema que ficou conhecido como freios e contrapesos (*checks and balances*) definidos pelos chamados autores Federalistas James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, como salienta Limongi (2002).

No Brasil, “ao decidir-se pela forma republicana de governo, aderiu ao princípio da separação de poderes na melhor tradição francesa – a de Montesquieu – com explicitação formal” (BONAVIDES, 2000, p. 182). Essa explicitação pode ser vista em diferentes constituições no país desde 1891, tendo sido pouco alterada a redação referente ao assunto (BONAVIDES, 2000). Atualmente, na Constituição de 5 de outubro de 1988, se lê: “ “Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (BRASIL, 1988).

Keinert (1993) observa, corroborando o pensamento de Dallari, que “a Constituição americana (1787) virá a consagrar, com a adoção do *presidencialismo*, a interpretação de que a separação deve ser a mais estrita possível e de que os poderes devem coexistir dentro do sistema de ‘freios e contrapesos’” (p. 50).

Responsáveis pela disseminação de ideais e pela elaboração de bases para a Constituição dos Estados Unidos, os três autores dos artigos Federalistas⁵, ao tratarem do sistema de freios e contrapesos, foram além da divisão básica feita por Montesquieu (WEFFORT, 2002). Eles se preocuparam, além disso, com a manutenção de um sistema

⁵ “O Federalista” é uma série de 85 artigos que defendiam a ratificação da Constituição dos Estados Unidos no século XVIII. Mais informações sobre os textos e sobre a contribuição deles para o surgimento do Federalismo no Brasil estão disponíveis no website do Senado: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242934/000936215.pdf?sequence=3>. Acesso em 6/08/2014.

democrático (e não apenas com a criação dele), de maneira que uma maioria com interesses comuns não oprimisse uma minoria. Isso se daria por meio da complexificação do sistema de governo. Mais do que dividir o poder em três⁶, a questão central seria como esse poder seria exercido e freado, se necessário, a fim de evitar um governo tirano.

Como destaca Limongi (2002), Madison trata do assunto em “O Federalista” n. 48 da seguinte maneira: “não se nega que o poder é, por natureza, usurpador, e que precisa ser eficazmente contido, a fim de que não ultrapasse os limites que lhe foram fixados” (LIMONGI, 2002, p. 249-250). Contemporaneamente, Keinert (1993) destaca que “para que o ‘poder freie o poder’ é necessário que estes distintos poderes tenham diferentes titulares” (KEINERT, 1993, p. 46).

Sob um viés jurídico, pode-se dizer que o sistema de freios e contrapesos previa a divisão dos atos praticados pelo Estado em gerais ou especiais. Os atos gerais, responsabilidade do Legislativo, seriam constituídos pela emissão de regras gerais e abstratas, ou seja, sem que fosse definido, no momento de sua emissão, a quem elas iriam atingir especificamente. Assim o Legislativo não agiria concretamente na vida das pessoas, evitando possíveis abusos de poder ou benefícios particulares.

O poder Executivo atuaria apenas após esta etapa, com meios concretos para agir, mas limitado aos atos gerais do Legislativo. Em casos de excessos de qualquer um dos poderes “surge a ação fiscalizadora do poder judiciário, obrigando cada um a permanecer nos limites de sua respectiva esfera de competências” (DALLARI, 1998, p. 79).

Nesta linha de pensamento, Hamilton postulava que o Estado norte-americano deveria possuir um Congresso (bicameral, no caso do Brasil) capaz de exigir o cumprimento das normas dele emanadas, já que a Constituição vigente à época nos Estados Unidos apenas previa a punição pelos estados. Em suas palavras, “se não houver penalidade associada à desobediência, as resoluções ou ordens que pretendem ter força de lei serão, na realidade, nada mais que conselhos ou recomendações” (LIMONGI, 2002, p. 247).

Desta maneira, o argumento final era que a União deveria se relacionar diretamente com os cidadãos (sendo uma Federação), e não com os estados dela integrantes (como uma Confederação). Contemporaneamente, Bonavides destaca que “o Presidente da

⁶ Autores do Direito Constitucional refutam a total separação dos poderes e falam, em vez disso, em “colaboração”, já que em determinadas situações um poder acaba exercendo, extraordinariamente, a função do outro. Exemplo são os casos que envolvem o controle de constitucionalidade, que, a princípio, é função do Judiciário, ou a edição de medidas provisórias pelo poder Executivo, “invadindo” o papel do Legislativo. Para mais informações, ver <http://jus.com.br/artigos/23703/o-controle-de-constitucionalidade-das-leis-e-o-poder-executivo>. Acesso em 06/08/2014.

República deve derivar seus poderes da própria Nação; raramente do Congresso, por via indireta” (BONAVIDES, 2000, 385).

Contudo, apesar de o sistema ser pensado com base na equidade de funções e poderes, os autores federalistas reconheciam que o equilíbrio perfeito entre os poderes seria impossível. Para eles em uma Monarquia, por exemplo, o Executivo acabaria por se sobressair, enquanto nas repúblicas o Legislativo seria o mais poderoso. Nas palavras de Limongi (2002), “um equilíbrio perfeito entre forças opostas, possível no comportamento dos corpos regidos pelas leis da mecânica, não encontra lugar em um governo. Para cada forma de governo, haverá um poder necessariamente mais forte, de onde partem as maiores ameaças à liberdade” (p. 251).

Contemporaneamente, Dallari (1998) evidencia a crítica de que o sistema de separação dos poderes é meramente formalista. Na prática, segundo ele, há uma intensa interpenetração entre eles, com a prática de atos diferentes do que os originalmente estabelecidos e a separação presente apenas nas aparências.

Bonavides (2000) acrescenta que, “numa idade em que o povo organizado se fez o único e verdadeiro poder e o Estado contraiu na ordem social responsabilidades que o Estado liberal jamais conheceu, não há lugar para a prática de um princípio rigoroso de separação” (BONAVIDES, 2000, p. 186).

O autor vai além e explica que o princípio da separação dos poderes, considerado por ele um dos mais valiosos instrumentos utilizados pelo liberalismo para conservar na sociedade seu esquema de organização do poder, perdeu sua autoridade e prestígio. Além de afirmar que a ideia “desde muito expirou como dogma da ciência” (p. 187), ele reitera:

Vemo-lo presente na doutrina e nas Constituições, mas amparado com raro proselitismo, constituindo um desses pontos mortos do pensamento político, incompatíveis com as formas mais adiantadas do progresso democrático contemporâneo, quando, erroneamente interpretado, conduz a uma separação extrema, rigorosa e absurda. (BONAVIDES, 2000, p. 186).

Outro argumento crítico é apontado por Dallari e diz respeito à liberdade dos indivíduos e ao caráter democrático do Estado que, para ele, o sistema de separação dos poderes jamais conseguiu assegurar.

A sociedade plena de injustiças criada pelo liberalismo, com acentuadas desigualdades e a efetiva garantia de liberdade apenas para um pequeno número de privilegiados, foi construída à sombra da separação de poderes. Apesar desta, houve e tem havido executivos antidemocráticos e que transacionam de fato com o poder legislativo, sem quebra das normas constitucionais. Não raro, também o legislativo, dentro do sistema de separação de poderes, não tem a mínima representatividade, não sendo, portanto, democrático. E seu comportamento, muitas vezes, tem revelado que a emissão de atos gerais obedece às determinações ou conveniências do executivo. (DALLARI, 1998, p. 79).

Keinert (1993) acrescenta que a maior autonomia e o destaque ao Executivo podem ser melhor observados em uma República presidencialista. Keinert afirma que, diferente do parlamentarismo (como será debatido em tópico específico), o presidente é eleito em pleito diferente, e não depende diretamente da confiança do parlamento para permanecer no poder, apesar de seus atos serem fiscalizados por ele.

Mesmo sendo possível levar a cabo um processo de *impeachment*, este é um caso especial, que exige a comprovação de um procedimento ilegal ou criminoso por meio da devida investigação. Assim, ele explica, a responsabilidade direta do presidente e do seu ministério, em primeiro lugar, é com o próprio eleitorado – e não com o parlamento – aumentando a liberdade do Executivo.

O poder executivo se concentra ao redor da pessoa do Presidente, que o exerce inteiramente fora de qualquer responsabilidade política perante o poder legislativo. Via de regra, essa irresponsabilidade política total do Presidente se estende ao seu ministério, instrumento da imediata confiança presidencial, e demissível *ad nutum* do Presidente, sem nenhuma dependência política do Congresso. (BONAVIDES, 2000, p. 385).

Cheibub (2007) defende que a relação entre o governo e o parlamento é um dos principais aspectos a serem abordados quando tratamos do tema.

A principal questão é se o governo pode ser removido pela assembleia no decurso do seu mandato constitucional em exercício. Sistemas em que os governos não podem ser removidos pela assembleia são *presidenciais*. Sistemas em que eles podem ser removidos são *parlamentares* (quando apenas a assembleia é autorizada a remover o governo) ou *mista* (quando tanto a assembleia quanto o presidente diretamente eleito pode remover o governo). (CHEIBUB, 2007, p. 34. Grifos do original. Tradução nossa)⁷

⁷ Texto original: “The main issue is whether the government can be removed by the assembly in the course of its constitutional term in office. Systems in which governments cannot be removed by the assembly are *presidential*. Systems in which they can be so removed are either *parliamentary* (when only the assembly is allowed to remove the government) or *mixed* (when either the assembly or the directly elected president can remove the government)”.

Nem sempre foi assim. Na verdade, caso o princípio da separação dos poderes fosse levado às últimas consequências, o poder Executivo seria concebido como um órgão como funções dependentes ou derivadas, já que executaria o que fosse determinado por outro poder, o Legislativo (CRUZ, 2007, p. 23). Cruz explica que foi essa a concepção presente em diferentes ordenamentos jurídicos do século XVIII, principalmente os da França de 1791 e 1793. Ele destaca que “por sua própria função, o poder Executivo aparecia, forçosamente, subordinado ao Legislativo” (CRUZ, 2007, p. 23).

A justificativa para isso reside no fato de o poder Executivo, no continente europeu, estar associado ao poder do Rei. Com a experiência das monarquias absolutistas, ele deveria ser restrito justamente à vontade do Parlamento, um representante da vontade do povo. Cruz aponta que, além disso, é preciso considerar que o “Estado Constitucional Moderno do século XVIII surgiu numa Sociedade na qual a presença do Estado – ou melhor dizendo, do aparato estatal – era muito reduzida” (CRUZ, 2007, p. 23). Ou seja, o Estado, em consonância com o liberalismo econômico da época, pouco intervia no cotidiano econômico ou social da população, o que se manteve durante grande parte do século XIX.

A situação alterou-se gradativamente com o aparato estatal, antes voltado apenas para alguns assuntos específicos, ganhando cada vez mais importância na vida da sociedade⁸. Desta forma, as funções desempenhadas passaram a depender da ação do poder Executivo (CRUZ, 2007). “O aumento desta intervenção, na medida em que a sociedade passou a exigir a presença do Estado, fez dele uma entidade quase que onipresente na vida dos cidadãos, desempenhando tarefas que vão muito além da simples execução de leis” (CRUZ, 2007, p. 24).

A ideia de que a intervenção estatal era importante, e que poderia até mesmo ser um regulador eficaz das transações econômicas, aprendida com o *New Deal* e com as experiências que caminhavam na direção de um Estado do Bem-estar (*Welfare state*), também influenciou para a valorização do poder Executivo em detrimento dos outros, aponta Keinert. De acordo com ele, isso se deu porque ele era visto como o poder que “dispunha do conhecimento indispensável para a sobrevivência econômica das sociedades” (KEINERT, 1993, p. 68).

Ou seja, desta forma o conhecimento técnico e específico presente nesta esfera de governo dos sistemas presidencialistas acabou sendo ainda mais valorizado. “Paralelamente,

⁸ O tema é discutido na obra de Habermas (2003). De acordo com o autor, ao assumir o poder, a burguesia se desvincula da ideia de um Estado pouco intervencionista e do Estado Liberal de Direito. Há, então, uma “perversão” com a privatização do público e publicação do privado: de um lado, existe o Estado intervencionista; do outro, há o mercado invadindo o público.

multiplicaram-se as agências governamentais encarregadas de administrar e mesmo implementar planos setoriais industriais ou de obras públicas, financiar empreendimentos ou dar crédito e assistência aos produtores pequenos e médios” (KEINERT, 1993, p. 68). Ainda nas palavras do autor, de modo geral “estas agências tomam formas jurídicas que as distanciam das injunções de negociação política e da submissão dos seus orçamentos ao crivo do julgamento do Legislativo” (p. 68).

Desta maneira, e não se restringindo ao papel econômico, o poder Executivo acabou por ser valorizado frente ao Legislativo e ao Judiciário (CRUZ, 2007). Neste cenário, Keinert (1993) defende que há, indiscutivelmente, uma supremacia do poder Executivo frente aos demais. O principal fator apontado por ele seria a influência dos meios de comunicação de massa na construção dessa imagem, como ainda veremos neste capítulo, mas outros (inclusive de ordem regimental e em função do estabelecimento de competências pré-estabelecidas) também devem ser considerados.

A princípio, as funções administrativas típicas do poder Executivo são exercidas após o trâmite legal no poder Legislativo. O Congresso é responsável, então, por criar e definir as grandes linhas normativas cabendo ao Executivo, posteriormente, aplicá-las e regulamentá-las tecnicamente. Contudo, em muitas legislações admite-se que o Executivo também possa ditar normas necessárias ao seu funcionamento que podem, inclusive, impor-se frente às emanadas pelo poder legislador. (CRUZ, 2007).

No Brasil, essa atuação atípica do poder Executivo é reservada a casos de relevância e urgência, como prevê a Constituição em seu art. 62:

Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. (BRASIL, 1988).

Apesar de naturalmente colocado em oposição ao parlamentarismo, é importante lembrar que o presidencialismo, que teve origem nos Estados Unidos, é um desdobramento da experiência constitucional britânica, já “assentada sobre os moldes do governo parlamentar” (BONAVIDES, 2000, p. 383). Assim, a partir de modificações estruturais, o modelo americano se configurou como um novo sistema de governo, com o presidente centralizando os papéis de chefe de governo e de Estado (como veremos ao tratar do Parlamentarismo). Como salienta Bonavides (2000, p. 384):

A figura do Presidente, munido de poderes que dão a forte aparência do sistema e nominalmente o assinalam, é já uma reminiscência republicana do rei da Inglaterra e suas prerrogativas, rei que eles timidamente traduziram na imagem presidencial. Hesitaram tão-somente quanto ao mandato que lhe haveriam de conferir, de tal modo que não faltou quem aventasse até a idéia do Presidente vitalício, oferecendo uma coroa a George Washington...

Apesar de lembrado primariamente no presidencialismo, a figura do presidente não é exclusividade desse sistema de governo que, por sua vez, não se restringe a essa característica. Como alerta Bonavides (2000), a França é um exemplo de país com o modelo parlamentar que tem no presidente a figura do chefe de Estado. De maneira semelhante, o parlamentarismo também não pode ser definido apenas pela existência de um parlamento, instituição presente também no sistema presidencialista.

O sistema enfrentou (e enfrenta) severas críticas, sendo, por vezes, preteridos por alguns, que acreditam ser o sistema parlamentar a solução para a solução de problemas e questões políticas. De acordo com Albuquerque (2012b), por exemplo, no início da década de 1990 o presidencialismo foi apontado como um modelo fonte de instabilidade política. Citando Linz, o autor explica que “a rigidez temporal dos mandatos presidencial e parlamentar facilitava impasses institucionais quando havia um presidente muito impopular ou forte oposição entre o presidente e o Congresso” (ALBUQUERQUE, 2012b, p. 90. Tradução nossa).

Outros dois pontos são levantados pelo autor para explicar a desconfiança existente em relação ao presidencialismo, e para o que culminou com uma definição dele de “ameaça à democracia”. O primeiro seria a forma majoritária adotada (em uma lógica *winner-takes-all*), que deixaria à margem as visões minoritárias dos demais eleitores (mesmo com o modelo de *checks and balances*). Ou seja, enquanto o ganhador teria em suas mãos todo o poder, os demais votados sairiam da cena política, sem nenhuma possibilidade de desenvolvimento de suas ideias. O segundo ponto levantado por ele seria o teor personalista do próprio modelo. O sistema presidencialista foi, por isso, considerado um perigo à democracia, sendo associado a regimes autoritários.

Albuquerque também destaca, contudo, que recentemente autores já repensaram esta visão e passaram a ver no presidencialismo um modelo tão estável como o parlamentarismo (apesar de ele ainda ser considerado, essencialmente, um fenômeno de Terceiro Mundo e da América Latina, à exceção do presidencialismo norte-americano). “Shugart e Carey observam que, durante o século XX, os sistemas parlamentaristas

experimentaram mais rupturas democráticas do que os presidencialistas, se considerarmos apenas os casos do Terceiro Mundo”. (ALBUQUERQUE, 2012b, p. 90-91. Tradução nossa).

George Tsebelis (1997) também abordou brevemente os pontos de aproximação e distanciamento de ambos os modelos. De acordo com ele, longe de representar um perigo à democracia, a lógica do processo decisório nos sistemas presidencialistas seria parecida com a lógica da decisão nos sistemas parlamentaristas pluripartidários. Em relação às vantagens e desvantagens, ele também traz à tona pensamentos de Shugart e Carey.

Alguns analistas alegam que o presidencialismo tem vantagens com relação ao parlamentarismo, pois garante a responsabilidade dos políticos eleitos perante os cidadãos, a possibilidade de identificar os prováveis vencedores, a fiscalização mútua entre poder legislativo e poder executivo e a existência de um árbitro (...). O presidencialismo, por sua vez, padece de fatores negativos tais como rigidez temporal, tendências majoritárias e duas fontes democráticas de legitimidade (TSEBELIS, 1992, apud Shugart e Carey, 1992).

José Antonio Cheibub (2007) também tratou do assunto em sua obra “Presidentialism, Parliamentarism and Democracy”. Também trazendo à tona as ideias de Shugart e Carey, ele explica que presidentes considerados “fortes” teriam meios institucionais para impor suas vontades ao congresso e, assim, seriam menos incentivados a negociar e atuar conjuntamente com o legislativo – o que reduziria o peso da participação popular. Desta maneira, uma crise seria provável. De modo oposto, presidentes “fracos” saberiam que não teriam alternativa, senão negociar com o Congresso e limitar sua atuação.

Como argumento base, Cheibub defende que a estabilidade de um sistema de governo não depende apenas de suas características intrínsecas, mas também do contexto no qual ele é instalado. Neste sentido, segundo ele, não apenas o presidencialismo seria institucionalmente fragilizado, mas qualquer sistema que tentasse se desenvolver em um cenário já instável (como, por exemplo, em uma ditadura militar).

Contudo, Cheibub aponta, também, que o presidencialismo possuiria, sim, uma falta de incentivos à formação de uma coalizão, o que culminaria em um impasse. Sem o apoio da maioria do Legislativo, o Executivo não conseguiria governar e teria sua prosperidade ameaçada. De acordo com o autor, as coalizões no presidencialismo são raramente conquistadas devido a três motivos:

O primeiro decorre diretamente do princípio da separação dos poderes: porque a sobrevivência do presidente no cargo não depende de qualquer tipo de apoio legislativo, um presidente não precisa pedir a cooperação de partidos políticos além dos seu próprio; além disso, partidos não estão comprometidos a apoiar o governo mesmo que dele participem. Em segundo lugar, a natureza das eleições presidenciais também dá aos presidentes incentivos para evitar a busca de cooperação. Cooperação exige compromissos e possivelmente a modificação de sua posição a fim de acomodar eventuais parceiros, uma situação que os presidentes podem muito bem resistir. Finalmente, a política presidencial é uma soma zero, um caso *winner-takes-all*, o que é pouco propício para a cooperação ou a formação de coligações. Em regimes presidencialistas a presidência é o maior prêmio no processo político. Porque a presidência é ocupada por uma única pessoa, não é divisível para fins de formação de coalizões⁹. (CHEIBUB, 2007, p. 8-9. Tradução nossa).

Com base nisso, é razoável considerarmos também a mídia como um fator de influência no fracasso ou sucesso de um governo, com o presidente passando a ser figura central (ou secundária) frente aos outros poderes e à própria política. Contudo, este é assunto para um tópico posterior. Inicialmente faz-se necessário contextualizar, também, o Parlamentarismo e suas características, para melhor compreensão do que é proposto neste trabalho.

3.2 PARLAMENTARISMO: DA ORIGEM AO REINO UNIDO CONTEMPORÂNEO

De maneira ampla, pode-se considerar parlamentarista o sistema de governo no qual o poder legislativo (parlamento) é o responsável pela sustentação política do Executivo, seja por apoio direto ou indireto. Desta maneira, diferentemente do presidencialismo, o Executivo precisa do parlamento inclusive para ser formado, além da já sabida necessidade referente à governabilidade (como acontece também no presidencialismo).

A Inglaterra e os outros países europeus preferiram manter-se com a divisão atenuada conseguida com a colaboração entre o chefe de Estado e o Parlamento, através do gabinete. Este exerce o Poder Executivo juntamente com o chefe de Estado, mas deve responsabilidade política ao Parlamento. Mantiveram-se, enfim, com o parlamentarismo conhecido como 'dualista', denominação que vem do fato de o Gabinete necessitar da confiança simultânea do chefe de Estado e do Parlamento (KEINERT, 1993, p. 50-51).

⁹ No original: "The first follows directly from the principle of separation of powers: because the president's survival in office does not depend on any kind of legislative support, a president need not seek the cooperation of political parties other than his or her own; moreover, parties are not committed to supporting a government even if they join it. Second, the nature of presidential elections also gives presidents incentives to avoid seeking cooperation. Cooperation requires compromises and possibly the modification of one's position in order to accommodate eventual partners, a situation that presidents may well resist. Finally, presidential politics is a zero-sum, winner-take-all affair, which is hardly conducive to cooperation or coalition formation. In presidential regimes the presidency is the highest prize in the political process. Because the presidency is occupied by a single person, it is not divisible for the purposes of coalition formation" (CHEIBUB, 2007, p. 8-9).

Bonavides (2000) acrescenta que a parte central de um sistema parlamentar é o gabinete, formado pelos ministros do parlamento. De acordo com o autor, ele é a parte ativa e o elemento diretor da máquina administrativa, “o órgão que verdadeiramente traça a política do País, que governa com responsabilidade na mais lídima acepção do termo” (BONAVIDES, 2000, p. 424). Resumidamente, pode-se destacar que “o Parlamento foi sempre o órgão através do qual a aristocracia e o povo, no período medieval, procuravam pôr limites à autoridade absoluta dos reis. Essa é a história do Parlamento inglês (AZAMBUJA, 2007, P. 180).

O parlamentarismo pode existir tanto em monarquias como repúblicas mas, diferentemente do presidencialismo, neste sistema de governo o rei/rainha (ou presidente) não exerce o papel de chefe de governo, apenas de chefe de Estado – uma função mais simbólica e cerimonial. Nas repúblicas parlamentaristas, o chefe de Estado é nomeado pelo Parlamento por prazo determinado (geralmente com o título de presidente); já nas monarquias, a ocupação do cargo tem caráter hereditário, como é o caso da Inglaterra (KEINERT, 1993).

O papel de chefe de governo é exercido por um primeiro-ministro (também chamado de “chanceler”), indicado pelo parlamento (ou Câmara de Deputados), que tem o poder também de modificar o chefe do Executivo. A população não escolhe diretamente o primeiro-ministro, mas define os membros do Parlamento, que vão definir quem ocupará o cargo (AZAMBUJA, 2007; KEINERT, 1993).

De maneira geral, o cargo é ocupado pelo líder do partido com maioria na Casa dos Comuns (o equivalente à Câmara dos Deputados britânica). Contudo, é razoável supor que, em uma sociedade amplamente mediada por meios de comunicação e com a personalização presente na lógica presidencialista, este modelo esteja sujeito a modificações, com o político com maior apelo midiático sendo impulsionado ao papel de primeiro-ministro, no lugar do líder do partido – como se colocará em xeque em capítulo futuro.

É importante destacar que o parlamentarismo foi produto de uma evolução histórica, sendo consolidado paulatinamente, ao longo dos séculos, e sem previsão anterior de qualquer teórico. Foi apenas no final do século XIX que ele chegou à forma sistematizada tal qual conhecemos hoje (DALLARI, 1998, p. 83).

A Inglaterra pode ser considerada o berço desse sistema, sendo o mais antigo Sistema de governo existente e inegável influência para diversos outros Estados (CRUZ, 2007; JACQUES, 1982). O Parlamento ganhou forma ainda no século XIII quando, em 1215, o rei João foi pressionado, a partir de uma rebelião dos barões e do clero, a assinar a Magna Carta (hoje, parte do conjunto de leis que constituem a Constituição britânica). O documento

era um contrato escrito em que o rei, como suserano, era obrigado a respeitar os direitos tradicionais dos vassallos. Desta maneira, ele estaria subordinado à lei. (DALLARI, 1998; KEINERT, 1993).

Durante o reinado de Henrique III, filho de João, os barões prosseguiram com as manobras para limitar o poder da coroa. Em 1265, um deles, o francês e neto de inglesa Simon de Montfort, liderou uma revolta contra o rei, promovendo uma reunião que “muitos apontam como a verdadeira criação do Parlamento” (DALLARI, 1998, p. 83). A reunião, que teve caráter de assembleia política, incluía, além dos nobres, o clero e mais dois cavaleiros de cada condado e dois cidadãos de cada uma das cidades mais importantes da época (JACQUES, 1982; KEINERT, 1993).

Após a morte de Simon em combate, as reuniões continuaram acontecendo com a presença de cavaleiros (nobres não pertencentes ao reino), cidadãos e burgueses. Em 1295 o rei Eduardo I oficializou essas reuniões, pertencentes ao então denominado Parlamento Modelo (JACQUES, 1982). Com isso, estabeleceu-se o precedente de representantes dos comuns (cidadãos) “sentarem-se com os membros das duas classes mais altas (clero e nobreza) para aconselhar o rei. Esse parlamento evoluiu no sentido de vir a se tornar uma assembleia legislativa, séculos mais tarde” (KEINERT, 1993, p. 33).

Contudo, como explica Dallari (1998, p. 83),

Depois de uma fase inicial de grande prestígio, o Parlamento, que também sofreu as conseqüências da instalação do absolutismo, foi perdendo a autoridade, levando vários séculos para poder impor ao monarca suas decisões, o que só iria conseguir no século XVIII. Nesse meio tempo, entretanto, a partir do ano de 1332, começa a se definir a criação de duas Casas do Parlamento. Os barões, que eram pares do reino, continuavam a realizar suas assembléias, às quais o clero não mais comparecia. E os cavaleiros, cidadãos e burgueses, identificados no seu conjunto pela designação de *commoners*, compuseram sua própria assembléia, que seria a Câmara dos Comuns.

Outros pactos foram realizados (e, por vezes, forçados) entre o rei e o Parlamento ao longo dos séculos, sempre no sentido de limitar os poderes do monarca. Sob o reinado de Carlos I tem-se como exemplo a Petição de Direitos de 1628, que tornava ilegais os impostos que não fossem aprovados pelo Parlamento, além de incluir a garantia de algumas liberdades individuais.

Não obstante, a ação do Parlamento não foi aceita pacificamente: Carlos I ainda insistia em obter fundos revivendo antigas taxas, e, por vezes, dava demonstrações de abusos de poder. Isso motivou os membros da Câmara a decidirem assumir o governo do Estado, o que culminou em uma guerra civil e posterior decapitação do monarca (KEINERT, 1993). Já

sob Carlos II, em 1679, o *Habeas-Corpus Act* buscava definir e reforçar o instituto do *habeas corpus*, que garantia a liberdade individual contra a prisão ilegal, abusiva ou arbitrária. Ambos atualizaram a Magna Carta de 1215 (JACQUES, 1982).

Como destaca Azambuja, o gabinete do século XVII, origem do gabinete moderno, ainda era politicamente sua antítese. “Formado de homens de exclusiva escolha e confiança do rei, ele representava o poder pessoal e absoluto, era a barreira contra as reivindicações do povo representado pelo Parlamento” (AZAMBUJA, 2007, p. 274).

O processo que determinou a criação e o assentamento das bases do governo parlamentar atual seria desencadeado apenas no final do século XVIII, como consequência desse cenário permeado por lutas políticas, familiares e religiosas. A Revolução Inglesa, que teve seu ápice nos anos de 1688 e 1689, culminou com a substituição de Jaime II por Guilherme de Orange e Maria I, filha do próprio rei. (DALLARI, 1998; JACQUES, 1982).

A partir de 1688 o Parlamento se impõe como a maior força política, e altera, inclusive, a linha de sucessão, com a exclusão do ramo católico dos Stuarts, o que iria ter sérias consequências poucos anos depois. Durante o reinado de Guilherme e Maria, bem como no de sua sucessora, a Rainha Ana, estabeleceu-se o hábito de convocação pelo soberano de um "Conselho de Gabinete", que era um corpo restrito de conselheiros privados, consultados regularmente sobre assuntos de relações exteriores. (DALLARI, 1998, p. 83).

Fato curioso na História e que acabou influenciando a progressiva independência do Parlamento inglês está no governo dos sucessores da rainha Ana – Jorge I e Jorge II – ambos alemães e criticados por não possuírem conhecimento dos problemas políticos ingleses. “Como registram os historiadores, nenhum dos dois falava inglês e quando se dirigiam ao Parlamento faziam-no em latim” (DALLARI, 1998, p. 83).

Nesse contexto, o Gabinete continuou a se reunir e a tomar decisões, mas sem a presença do rei. Ele “deixou, pois, de assistir a essas reuniões, durante os trinta e seis anos de seu reinado.” (AZAMBUJA, 2007, p. 275). Jorge II, filho de Jorge I, que não falava, mas apenas entendia o inglês, seguiu o exemplo do pai durante os seus 33 anos de reinado.

Nesse largo período de mais de meio século, fixou-se definitivamente a independência do gabinete, independência que Jorge III, apesar de suas tendências absolutistas, não conseguiu aniquilar. *O rei reina, mas não governa*, foi a máxima com que no Direito Público inglês se plasmou o regime parlamentar. (AZAMBUJA, 2007, p. 275. Grifos do autor)

Durante as reuniões do Parlamento, um dos ministros, Robert Walpole, acabou se destacando sobre os demais, sendo chamado, a princípio por ironia, de “primeiro ministro”,

devido à “sua ascendência sobre os demais e no controlar o rei” (DALLARI, 1998, p. 83). Walpole é, por isso, considerado o primeiro parlamentar a ocupar o cargo de primeiro-ministro na Inglaterra, de 1721 até 1742.

A atuação de Walpole também foi importante porque, com a redução da participação e da autoridade do monarca nas decisões políticas, ficou claramente delineado um dos pontos-chave do parlamentarismo: a diferenciação entre o Chefe de Governo, que passou a ser representado pelo primeiro-ministro, e o Chefe de Estado, papel que continuou sendo exercido pelo monarca (DALLARI, 1998).

Outra característica marcante do Parlamentarismo, o chamado “voto de desconfiança”, ou seja, a queda de um ministro indesejável, também é fruto de uma caminhada histórica (DALLARI, 1998; KEINERT, 1993). Inicialmente, assim como no presidencialismo, adotava-se o *impeachment* para o afastamento. Era preciso, assim como hoje, impetrar uma denúncia na Câmara dos Comuns (no Brasil, Câmara dos Deputados), alegando a prática de um delito. Se reconhecida a culpa, o impedimento era declarado, com a imposição de uma pena.

Entretanto, aos poucos, os ministros perceberam ser mais conveniente, no lugar de entrar com uma denúncia por um motivo criminal, deixar a opção de o Parlamento se manifestar caso a motivação do impedimento fosse também política. Nas palavras de Bonavides (2010), o *impeachment*

transitou do seu caráter inicial de responsabilidade penal, concepção vigente no século XVIII, para o de responsabilidade política, responsabilidade perante a opinião pública, “que expõe à perda do poder”, e se impõe coletivamente a todo o ministério, obrigando-o conseqüentemente à exoneração solidária. (BONAVIDES, 2010, p. 425).

Ou seja, caso o posicionamento do primeiro-ministro fosse divergente da maioria dos representantes, ele poderia ser retirado do poder. “Nasceu, assim, a responsabilidade política, com a obrigatoriedade da demissão do Gabinete sempre que receber um voto de desconfiança” (DALLARI, 1998, p. 84).

Ao longo do século XIX, o sistema parlamentarista foi aperfeiçoado (CRUZ, 2007; DALLARI, 1998; JACQUES, 1982; KEINERT, 1993). Ele se expandiu na Europa ao longo do século XIX, “consolidando-se uma forma de governo baseada na existência de um chefe de Estado politicamente irresponsável num Parlamento eleito e num Gabinete responsável frente ao Parlamento.” (KEINERT, 1993, p. 52-53).

Com isso, firmou-se como costume escolher o primeiro-ministro sempre entre os membros da maioria parlamentar, sendo a permanência no cargo condicionada pela manutenção dessa maioria. Apesar de a prática existir desde o século XVII, nesta época o gabinete ainda continuava dependente do trono, já que o rei o presidia e decidia com ele, buscando, na maioria dos casos, o apoio do parlamento às decisões da coroa (AZAMBUJA, 2007). Apenas ao longo do século XIX, então, o costume ganhou os contornos atuais.

A prática foi facilitada pelo caráter bipartidário do sistema britânico (assunto que será discutido em tópico específico, a seguir), já que isso possibilita que um dos partidos detenha a maioria das cadeiras. “Assim sendo, basta verificar qual o partido que tem o maior número de representantes para se saber que ele deve indicar o Primeiro Ministro.” (DALLARI, 1998, p. 84).

O mesmo não ocorre em sistemas pluripartidários já que, na maioria absoluta dos casos, os partidos não conseguem, sozinhos, obter a maioria dos lugares. Faz-se indispensável, então, o estabelecimento de coligações entre as legendas. Como consequência, nem sempre o primeiro-ministro é “membro do partido que tem o maior número de representantes, podendo recair a escolha em alguém que seja de um partido menor, mas que revele melhores condições para conseguir a composição de um grupo majoritário. (DALLARI, 1998, p. 84).

Assim como no presidencialismo, o parlamentarismo também divide opiniões sobre sua eficiência e aplicabilidade. Os argumentos favoráveis englobam a ideia de que ele é mais flexível que o presidencialismo, podendo corrigir seus próprios erros mais rapidamente em caso de uma crise política, por exemplo (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1932). No presidencialismo a substituição do chefe do Executivo apenas deixa o governo ao final de um processo de *impeachment*, substancialmente mais lento e com diferentes etapas, de acordo com o aparato legal que regula o procedimento.

O autor Medeiros e Albuquerque, em texto do início do século XX, destaca que

É uma tolice dizer que as formas de governo não têm importância. Os que isso afirmam lembram que “bem exercido” qualquer sistema serve. É evidente que confiada a um homem excepcionalmente sábio, justo, desinteressado e trabalhador, até a ditadura é uma forma ideal de governo. Mas ninguém deve contar com prodígios e exceções, nem para o bem nem para o mal. As leis se fazem para os homens, como eles são e não como deveriam ser. Há, portanto, que esperar que todos os governos cometam grandes erros. É uma fatalidade inelutável. Exatamente por isso, melhor será o regime em que esses erros possam ser corrigidos mais facilmente. (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1932, p. 12).

Keinert (1993) aponta, contudo, que a operação de um aparato administrativo requer continuidade, e destaca que a recorrente queda de ministros nos governos parlamentaristas pode parecer, neste sentido, incompatível. Mudando o governante responsável pela definição das prioridades do governo, “tudo o que estiver em andamento tem o seu processo truncado, temporária ou definitivamente” (KEINERT, 1993, p. 56). Essa instabilidade é um dos pontos de ataque ao modelo parlamentarista, e argumento para os que preferem um governo com ênfase na solução das questões técnicas – como o presidencialismo e a possibilidade de sua composição ministerial diversa – e não questões políticas.

É relevante salientar que a criação de um modelo parlamentarista visava que ele fosse um sistema de governo que prevenisse tanto o despotismo quanto o abuso de poder, inclusive quando materializado pelo maior destaque e pela maior margem de ação do poder Executivo, como observado no presidencialismo. Para Keinert, o menor poder do Legislativo (ou o longo hiato entre uma ação indesejada até a conclusão de um processo de *impeachment*) perante o Executivo “representa, relativamente ao que se passa no parlamentarismo, considerável campo para possíveis abusos de poder” (KEINERT, 1993, p. 52).

Entretanto, mesmo com todos os cuidados tomados para se evitar que, em comparação ao presidencialismo, o parlamentarismo clássico fosse envolvido em situações de abuso de poder, ele mesmo não esteve isento dessa acusação. Pelo contrário, ao longo do século XIX houve, inclusive, acusações de que o sistema inglês seria oligarquizado, com exigências do movimento cartista como o sufrágio universal, o voto secreto, a remuneração dos parlamentares e a participação da classe operária no Parlamento (KEINERT, 1993).

O parlamentarismo também foi criticado pelos movimentos revolucionários contrários à propriedade privada. Como destaca Keinert (1993), para eles pouco importava o poder estar concentrado ou dividido, e o fundamental era a participação do proletariado, até então excluído do processo. Com as crescentes demandas, a freqüente resposta foi o surgimento de governos autocráticos; apesar disso, autocrático ou não, para garantir o acesso das massas aos serviços do Estado, os governos “tiveram de se expandir, o que significou um acréscimo do número de funcionários e dos organismos governamentais, mais do que proporcional ao aumento das populações nacionais” (KEINERT, 1993, p. 54).

Todos estes fatores revelam pontos positivos e negativos de ambos os sistemas de governo, e comprovam a relevância do debate proposto – principalmente em uma sociedade com cada vez mais influência e mediação dos meios de comunicação de massa, que será o assunto tratado a seguir, especificamente.

Outro ponto de crítica decorre de uma análise realizada por Cheibub e Przeworski, que considera o fato de haver, em muitos países, uma consulta popular para confirmar a escolha do primeiro-ministro pelos membros do gabinete (CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997).

A análise de Cheibub e Przeworski considerou 135 países democráticos, de 1950 até 1990. Nesse período, segundo os autores, “dos 148 primeiros-ministros que assumiram seus postos sem eleições, 82 submeteram-se ao veredicto popular no decorrer dos três anos após a formação do governo (os demais foram removidos sem que houvesse eleições, morreram, foram retirados pela força ou ainda estavam no poder em 1990)”. Indo mais além, o estudo mostra que houve períodos em que os governantes no poder não foram exatamente aqueles que a maioria da população escolheu.

Mesmo que os eleitores tenham votado nos partidos destes indivíduos, eles provavelmente o fizeram sabendo quem era o líder do partido e, por decorrência, o eventual chefe de governo. Nesse sentido, eles votaram no partido com o fim de eleger um determinado chefe de governo e obtiveram como primeiro-ministro alguém em quem não tinham pretendido votar. Ademais, o primeiro-ministro escolhido pelo parlamento não precisa necessariamente pertencer ao mesmo partido do ministro deposto ou, a bem dizer, não precisa pertencer a partido algum. (...) O fato, então, é que em 17 % do tempo — um ano em cada seis — as democracias parlamentaristas são comandadas por governantes que não foram eleitos para chefiar os seus governos. (CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997, p.8).

Esse é outro ponto do parlamentarismo que é alvo de críticas. De maneira diferente, o presidencialismo pode, por sua vez, apresentar impedimentos constitucionais em relação ao número de reeleições (restritas a duas, no caso brasileiro atual). Ou seja, mesmo que o povo deseje a continuidade de determinado governante, isso não é possível – a menos que se modifique a Constituição com este objetivo (como foi feito, no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso). A análise de Cheibub e Przeworski concluiu que “no presidencialismo em três quartos do tempo o chefe do governo é alguém que os eleitores não podem reeleger, mesmo que eles o queiram” (p. 9).

3.2.1 O sistema eleitoral britânico

Antes de se discutir a relação existente entre Estado, Governo e Mídia faz-se necessário tratar, ainda que de maneira breve, das especificidades do sistema eleitoral britânico. Dessa forma, é possível ter uma visão mais clara de como os fenômenos aqui

abordados podem se comportar, já que a adoção de um sistema eleitoral em detrimento do outro também pode ser determinante no resultado de uma eleição.

Como aponta Jairo Nicolau (2004, p. 10), o sistema eleitoral “é o conjunto de regras que define como em uma determinada eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos”. Ou seja, a partir disso podemos inferir que a ocupação das cadeiras do Legislativo ou o exercício da chefia do Executivo são diretamente influenciados pela escolha do sistema eleitoral.

Cabe ter em mente que a escolha do sistema eleitoral, todavia, é apenas um dos elementos que compõem a legislação de uma democracia, mas que possui peso suficiente para justificar o destaque dado no presente trabalho – especialmente no caso inglês, como veremos.

O sistema eleitoral adotado num país pode exercer — e em verdade exerce — considerável influxo sobre a forma de governo, a organização partidária e a estrutura parlamentar, refletindo até certo ponto a índole das instituições e a orientação política do regime. (BONAVIDES, 2000, p. 318).

Como exemplos de outros fatores que influenciam em uma eleição, além do sistema eleitoral, temos a obrigatoriedade (ou não) do voto, a determinação de quem está apto a votar, os mecanismos de controle dos gastos de campanha, o acesso ao fundo partidário e as normas para a divulgação de pesquisas. Há também fatores diretamente ligados à mídia, como as normas de acesso aos meios de comunicação e as regras da propaganda eleitoral (NICOLAU, 2004). As especificidades entre sistema eleitoral e mídia serão detalhadas mais a fundo no próximo tópico.

Entre as diversas maneiras de se classificar os sistemas eleitorais, a mais utilizada leva em consideração como os votos dados são contados para a distribuição das vagas disputadas. Assim, “podemos agregar os sistemas eleitorais em duas ‘grandes famílias’: a representação majoritária e a representação proporcional” (NICOLAU, 2004, p. 11). No sistema majoritário, o mais antigo – como é o caso do parlamento britânico – o objetivo é garantir que os cargos disponíveis sejam ocupados por aqueles que foram mais votados. Desta forma, ele “tecnicamente consiste na repartição do território eleitoral em tantas circunscrições eleitorais quantos são os lugares ou mandatos a preencher” (BONAVIDES, 2000, p. 318-319).

O sistema majoritário possui duas variantes principais. Na primeira delas, adotada pelo Reino Unido, a eleição se dá em um só turno, sendo eleito o candidato que obtiver mais votos. Já na segunda variante, há o escrutínio de dois turnos, que acontece caso nenhum

candidato tenha obtido maioria absoluta – ou seja, mais da metade dos votos – na primeira votação. (BONAVIDES, 2000).

Os defensores dos sistemas majoritários argumentam que eles possibilitam a formação de governos unipartidários, permitindo, assim, o maior controle dos eleitores sobre as atividades dos representantes eleitos, “pois o voto no partido vitorioso significa provavelmente o voto no governo desse partido” (NICOLAU, 2004, p. 22); o que importaria, neste caso, seria a vontade clara da maioria. Assim, “o sistema majoritário de maioria simples (típico da Inglaterra e dos Estados Unidos) conduz em geral ao bipartidarismo e à formação fácil de um governo, em virtude da maioria básica alcançada pela legenda vitoriosa.” (BONAVIDES, 2000, p. 319).

Com isso em vista, Arend Lijphart (1999) acredita que a formação de um gabinete de coalizão, ou seja, com o estabelecimento de alianças entre partidos, é um fenômeno raro no sistema britânico.

Porque no sistema bipartidário britânico os dois partidos principais têm aproximadamente a mesma força, o partido que vence as eleições geralmente representa não mais do que uma pequena maioria, e a minoria é relativamente grande. Por isso o gabinete de partido único e de maioria simples é a personificação perfeita do princípio majoritário: ela exerce grande quantidade de poder político para governar como representante do e no interesse de uma maioria que não é de proporções esmagadoras. Uma grande minoria é excluída do poder e condenada ao papel de oposição¹⁰. (LIJPHART, 1999, p. 10-11. Tradução nossa).

Desde 1945, como destaca Lijphart (1999), o estabelecimento de coalizões no Reino Unido pouco aconteceu. O ano citado pelo autor é emblemático, já que, de 1940 a 1945, houve uma coalizão formada em função da II Guerra Mundial, quando Conservadores, Trabalhistas e Liberais se uniram sob o governo do primeiro ministro Winston Churchill.

Apesar de historicamente raro, todavia, nem sempre é possível governar sem que se estabeleça um governo de coalizão – mesmo no parlamentarismo britânico. É o que aconteceu no último mandato de David Cameron. Eleito em 2010, o Partido Conservador não obteve a maioria dos assentos do Parlamento, ficando com 307 dos 650 lugares. Por isso, para garantir sua governabilidade, precisou recorrer ao Partido Liberal Democrata, tornando, por

¹⁰No original: “Because in the British two-party system the two principal parties are of approximately equal strength, the party that wins the elections usually represents no more than a narrow majority, and the minority is relatively large. Hence the British one-party and bare-majority cabinet is the perfect embodiment of the principle of majority rule: it wields vast amounts of political power to rule as the representative of and in the interest of a majority that is not of overwhelming proportions. A large minority is excluded from power and condemned to the role of opposition”

meio de um acordo, Nick Clegg o *Deputy Prime Minister*, uma espécie de vice Primeiro Ministro (UK GOVERNMENT, 2015).

Outro argumento que seria, a princípio, favorável ao sistema majoritário, é a aproximação do eleitor com o candidato, com o primeiro votando mais na pessoa deste, “em suas qualidades políticas (a personalidade ou a capacidade de bem representar o eleitorado) do que no partido ou na ideologia” (BONAVIDES, 2000, p. 320). Ou seja, o representante, neste sentido, teria uma dependência maior do eleitor do que do próprio partido, aproximando-se da população que o elegeu.

Assim, “o eleitor não vota numa idéia ou num partido, em termos abstratos, mas em pessoas com respostas ou soluções objetivas a problemas concretos de governo.” (BONAVIDES, 2000, p. 320). Nesta seara fica clara a existência de uma tendência à personalização nos sistemas majoritários, já que uma pessoa, como já vimos, acaba se sobressaindo aos próprios partidos.

Para que compreendamos as consequências da adoção de um sistema eleitoral em detrimento de outro e as críticas direcionadas ao sistema majoritário é preciso definir, também, o conceito de *distrito eleitoral*. De acordo com Jairo Nicolau, “o *distrito eleitoral* é a unidade territorial onde os votos são contabilizados para efeito de distribuição das cadeiras em disputa” (NICOLAU, 2004, p. 13. Grifos do autor). O autor salienta que, nos países onde o sistema majoritário é utilizado, os distritos são criados especificamente para propósitos eleitorais¹¹. Por isso é válido destacar que, ao se adotar esse modelo distrital, um risco existente é o de que essa divisão possa

Eventualmente ser inspirada, manipulada ou patrocinada por grupos empenhados na obtenção de determinados resultados eleitorais, favoráveis aos seus interesses. E a chamada “geometria eleitoral” que às vezes caracteriza a prática do sistema e não raro deforma a representação da vontade do eleitorado. (BONAVIDES, 2000, p. 321).

Os critérios de repartição dos distritos geralmente consideram a distribuição populacional, podendo ser também sociais ou econômicos. Por isso, as áreas geográficas dos distritos não são o essencial, e pode haver grandes diferenças entre elas. No Reino Unido, por exemplo, o maior distrito eleitoral é Ross, Skye e Lochaber, com dimensão de, aproximadamente, 12.000 km²; o menor deles, por sua vez, é Islington North, com cerca de 7,35 km² (UK PARLIAMENT, 2015). O território britânico é dividido em 650 distritos

¹¹Já onde se adota o sistema proporcional, os distritos geralmente coincidem com o traçado das unidades subnacionais (como estados, províncias ou regiões). (NICOLAU, 2004).

eleitorais, cada um com cerca de 70 mil eleitores que, diferente do Brasil, têm voto facultativo (UK PARLIAMENT, 2015)¹². A figura 1, a seguir, mostra um mapa com a divisão dos distritos eleitorais no Reino Unido, sendo 533 na Inglaterra, 59 na Escócia, 40 no País de Gales e 18 na Irlanda do Norte. A imagem exhibe, ainda, o resultado das eleições de 2015, destacando o partido vencedor em cada distrito.

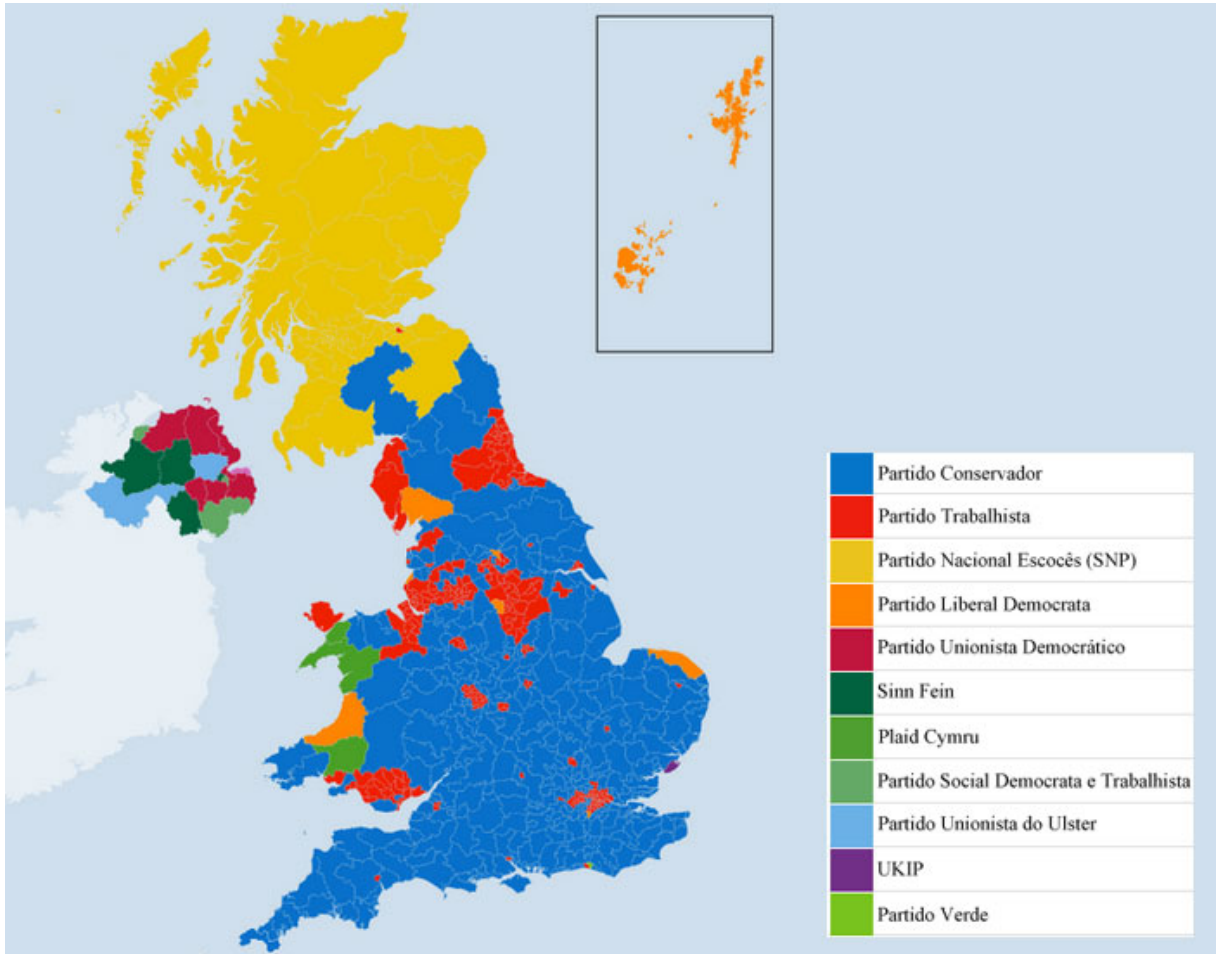


Figura 1 – Divisão dos distritos eleitorais do Reino Unido de acordo com o resultado das eleições de 2015
Fonte: BBC News (Adaptado. Tradução nossa)

Por ser facultativo, os partidos precisam, primeiramente, convencer o eleitor de que eele deve ir às urnas, para depois brigar por um voto na legenda. Desta forma, é preciso utilizar técnicas de comunicação que sejam eficazes – e neste sentido a personalidade e o carisma de cada um têm muito a contribuir, sendo, então, mais um indício que nos leva a crer na personalização da política britânica.

¹²No caso brasileiro, os estados são os próprios distritos adotados para a apuração dos votos nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e senador. Nas eleições presidenciais, todo o país é um só distrito, e nas municipais, o próprio município se torna uma circunscrição.

No sistema distrital do Reino Unido, o candidato que obtiver a maioria simples dos votos em cada distrito garante a vaga como membro do Parlamento. Ou seja, são 650 vagas para 650 distritos. “Nesse caso, o candidato mais votado recebe 100% da representação e os outros partidos, independentemente da votação, ficam sem representação” (NICOLAU, 2004, p. 17).

Uma distinção importante entre as variantes de sistemas majoritários é o estabelecimento ou não de um contingente mínimo de votos – geralmente 50% - para que um candidato seja eleito. O sistema de *maioria simples* não garante que o mais votado receberá o apoio de mais da metade dos eleitores, condição que é assegurada pelo sistema de *dois turnos* (com apenas dois candidatos disputando o segundo turno) e pelo *voto alternativo* (NICOLAU, 2004, p. 17. Grifos do autor).

Ou seja, a adoção do sistema majoritário de maioria simples é criticada justamente por não garantir representatividade aos demais partidos votados, apenas para o vencedor, como acontece no Reino Unido desde a origem do Parlamento medieval em 1264. “Ao vencedor, as batatas’ pode ser dito desse sistema onde as minorias têm remotíssimo ou quase nenhum ensejo de representação.” (BONAVIDES, 2000, p. 319).

A partir de 1430, em cada condado, todos os proprietários que preenchessem os critérios estabelecidos tinham o direito de votar em dois representantes para a Câmara dos Comuns. Por essa razão, até o século XIX, a representação majoritária esteve fortemente ligada à noção de representação de comunidades, e não de partidos ou grupos de indivíduos. O distrito de um representante começou a ser utilizado no Reino Unido em 1707, passou a predominar em 1885 e somente em 1948 passou a ser utilizado com exclusividade. (NICOLAU, 2004, p. 18).

Outra crítica ao sistema majoritário de maioria simples é o fato de a representação parlamentar estar condicionada à distribuição dos votos pelo território nacional, o que afeta principalmente os partidos menores. Um partido com votação concentrada em apenas alguns distritos, por exemplo, será mais bem-sucedido do que outra legenda com votação pulverizada em diversos outros, mesmo que, neste caso, o número de votos tenha sido maior. “A razão é simples: no sistema de maioria simples em distrito uninominal, não importa chegar em segundo ou em terceiro lugar, mesmo que seja com votação significativa. O único resultado eficiente é ser o mais votado” (NICOLAU, 2004, p. 20). Ou seja, a crítica se dá justamente porque nem sempre a maioria dos votos representa mais vagas conquistadas, como seria o inicialmente esperado em uma análise leiga.

O resultado das eleições de 2015 no Reino Unido é um demonstrativo dessa distorção, como nos mostra a Tabela 1, que classifica os partidos mais votados em ordem decrescente e apresenta quantos assentos foram ocupados no Parlamento. Cerca de 66,1% dos

46.420.413 eleitores compareceram às urnas, a maior participação desde 1997, quando o trabalhista Tony Blair venceu as eleições. Na ocasião, 71% do eleitorado votaram (UK PARLIAMENT, 2015).

Tabela 1: Resultados das eleições para o Parlamento britânico – 2015

Partido	Líder	Votos	Votos (%)	Assentos	Assentos (%)
Partido Conservador	David Cameron	11.334.920	36,81	331	50,92
Partido Trabalhista	Ed Miliband	9.347.326	30,35	232	35,69
UKIP	Nigel Farage	3.881.129	12,6	1	0,15
Partido Liberal Democrata	Nick Clegg	2.415.888	7,85	8	1,23
Partido Nacional Escocês	Nicola Sturgeon	1.454.436	4,72	56	8,62
Partido Verde	Natalie Bennet	1.157.613	3,76	1	0,15
Partido Unionista Democrático	Peter Robinson	184.260	0,6	8	1,23
Plaid Cymru	Leanne Wood	181.694	0,59	3	0,46
Sinn Fein	Gerry Adams	176.232	0,57	4	0,62
Partido Unionista do Ulster	Mike Nesbitt	114.935	0,37	2	0,31
Partido Social Democrata e Trabalhista	Alasdair McDonnell	99.809	0,32	3	0,46
Independentes	-	98.711	0,32	1	0,15
Partido Aliança da Irlanda do Norte	David Ford	61.556	0,2	0	0
Coligação Socialista e Sindicalista	Dave Nellist	36.327	0,12	0	0
Partido de Ação Nacional de Saúde	Richard Taylor e Clive Peedell	20.210	0,07	0	0
Voz Tradicional Unionista	Jim Allister	16.538	0,05	0	0
Outros partidos	-	213.317	0,69	0	0

Total:	30.794.901	
Participação:	30.794.901	

Fonte: BBC NEWS, 2015 – Election 2015 Results (adaptado)

Analisando a tabela, podemos perceber, portanto, que ter mais votos não significa ter direito a mais assentos no Parlamento. O partido UKIP, por exemplo, foi o terceiro mais votado, sendo preferido por 12,6% dos eleitores, e conquistou apenas uma vaga no parlamento – o que corresponde a 0,15% do total. Enquanto isso, o Partido Nacional Escocês, o quinto mais votado com 4,72% dos votos, garantiu 56 cadeiras, 8,72% do total – um ganho de 50 cadeiras em relação às seis ocupadas na legislatura anterior. Isso também é indício de que a polarização da disputa entre os partidos Conservador e Trabalhista pode ser abalada, com eventual formação de novas coligações eleitorais, no futuro.

Essa distorção é explicada justamente pela concentração dos votos em uma determinada área geográfica, o que, empiricamente, se confirma mais vantajoso do que ter uma quantidade maior de eleitores, mas de maneira espalhada no território. Em resumo, o sistema majoritário

Pode conduzir ao governo, com maioria no parlamento, um partido que saiu vitorioso das eleições sem, contudo, haver obtido no país uma quantidade superior de votos. Haja vista o que se passou em 1951 nas eleições gerais da Inglaterra, para renovação do Parlamento, quando os trabalhistas lograram 13 milhões e novecentos mil sufrágios e só elegeram 295 deputados à Câmara das Comuns, enquanto os conservadores com 13 milhões e setecentos mil votos — duzentos mil a menos em todo o país — elegeram 320 deputados, correspondentes às 320 circunscrições de onde emergiram vitoriosos. (BONAVIDES, 2000, p. 320).

No Reino Unido, o argumento trazido à tona por Bonavides (2000) de que seria possível maior controle e maior proximidade com os representantes eleitos, é colocado em xeque quando lembramos que lá não há a exigência de domicílio eleitoral. Ou seja, não sendo obrigados a viver nas suas circunscrições eleitorais, os representantes podem se lançar candidatos em outros locais, rompendo esse vínculo territorial (NICOLAU, 2004).

O sistema de dois turnos no Legislativo, por sua vez, é visto como uma alternativa para minimizar as distorções entre votação recebida e representatividade alcançada. Nele, assim como acontece nas eleições para o Executivo brasileiro¹³, caso um dos candidatos concorrentes não alcance o mínimo de 50% dos votos válidos, os candidatos mais votados

¹³No Brasil o segundo turno não é aplicado apenas em cidades com menos de 200 mil eleitores. Nesse caso, prevalece o sistema de maioria absoluta (NICOLAU, 2004).

disputam uma nova eleição. Dessa forma, os candidatos teriam uma votação mais expressiva, legitimando sua escolha.

Já o sistema de voto alternativo, adotado, por exemplo, na Austrália, busca evitar a realização de um novo turno de eleições. Em vez de dar apenas um único voto, o eleitor deve ordenar os candidatos de acordo com sua preferência, por meio de números. Quem recebe mais de 50% dos votos em primeira preferência é eleito; quando isso não ocorre, há um sistema de transferência das cédulas do candidato menos votado, que é eliminado, para os outros.

Se após esta transferência um candidato obtiver maioria absoluta ele estará eleito. Se não, uma nova rodada será realizada, novamente transferindo as cédulas do candidato menos votado para os outros. O processo é interrompido quando um dos nomes atinge a maioria absoluta. (NICOLAU, 2004, p. 27).

O sistema proporcional, ainda que não seja o modelo adotado pelo Reino Unido, também merece destaque, já que é utilizado nas eleições para o Legislativo brasileiro (com a exceção do Senado, que adota o sistema majoritário). Desta maneira, a partir do contraste entre os dois sistemas, a compreensão da realidade inglesa pode ser facilitada.

Nos sistemas proporcionais, a finalidade é assegurar que as vagas sejam distribuídas proporcionalmente à votação recebida pelos partidos concorrentes, reproduzindo a diversidade de interesses de uma comunidade política. Como explica Jairo Nicolau, o modelo proporcional se preocupa, principalmente, em “assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no Legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação” (NICOLAU, 2004, p. 37). Ele é, por isso, também chamado de sistema de representação das opiniões (BONAVIDES, 2000).

Nos países que o aplicam em toda a plenitude, não há corrente de opinião, por minoritária que seja, que não tenha possibilidade eventual de representar-se no legislativo e assim concorrer, na medida de suas forças e de seu prestígio, para a formação da vontade oficial. Em suma, sob esse aspecto, trata-se de um sistema eleitoral que permite ao eleitor sentir a força do voto e saber de antemão de sua eficácia, porquanto toda a vontade do eleitorado se faz representar proporcionalmente ao número de sufrágios. (BONAVIDES, 2000, p. 322).

Mais do que simplesmente encontrar a maioria, o sistema proporcional se preocupa, então, em obter uma diversidade, incorporando sempre novos atores. “Por isso, esses sistemas são especialmente sugeridos para países com profundas divisões étnicas e religiosas” (NICOLAU, 2004, p. 11). Ou seja, no sistema proporcional mesmo os partidos menos votados teriam representantes, de acordo com o número de votos obtidos e o chamado

quociente eleitoral, que é, em linhas gerais, o número de votos necessários para se ocupar uma cadeira no Legislativo.

O quociente eleitoral é calculado dividindo-se o total de votos dos partidos ou coligações pelo número de cadeiras do distrito – que, no caso do Brasil, é o próprio município, nas eleições para vereadores, o estado, para eleições de deputados estaduais ou o próprio país, no caso da eleição de deputados federais.

O sistema do quociente eleitoral consiste na divisão do número de votos válidos na circunscrição (quociente local) ou no país (quociente nacional) pelo de mandatos a serem conferidos. Os partidos elegerão tantos representantes quantas vezes a totalidade de seus sufrágios contenha o quociente eleitoral. (BONAVIDES, 2000, P. 326).

Entretanto, o sistema proporcional também é alvo de críticas – muitas delas, inclusive, reproduzidas no contexto brasileiro. O próprio quociente eleitoral, por exemplo, é uma delas, já que, assim como no sistema majoritário, deixaria “sobras” – ou seja, votos não convertidos em assentos no Legislativo, caso o quociente eleitoral não fosse atingido. Os votos não convertidos precisam ser, então, redistribuídos, cabendo questionamentos na maneira como isso é feito. “Adotam-se em geral dois métodos principais para a solução do problema: o da transferência das sobras para o plano nacional ou o da repartição das sobras no plano da circunscrição eleitoral.” (BONAVIDES, 2000, p. 327).

Outra crítica diz respeito à instabilidade dos governos, causada pela multiplicidade de partidos normalmente existente¹⁴:

A representação proporcional ameaça de esfacelamento e desintegração o sistema partidário ou enseja uniões esdrúxulas de partidos — uniões intrinsecamente oportunistas — que arrefecem no eleitorado o sentimento de confiança na legitimidade da representação, burlada pelas alianças e coligações de partidos, cujos programas não raro brigam ideologicamente. (BONAVIDES, 2000, p. 324).

A possibilidade de participação política dos pequenos partidos também pode ser vista como uma desvantagem. Por um lado, ao não polarizar em apenas dois (ou poucos) partidos a ocupação das cadeiras do Parlamento, o sistema proporcional dá voz a outras legendas e, portanto, a outros segmentos sociais; entretanto, isso também faz com que os pequenos partidos tenham sua influência aumentada, existindo o risco da mercantilização desse poder nas coligações estabelecidas.

¹⁴No Brasil isso ficou claro nas eleições de 2014, quando 28 partidos (inclusive os chamados *nanicos*) elegeram deputados federais e garantiram sua representação no Congresso Nacional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

Da ocorrência dessas alianças deduz-se outro defeito grave da representação proporcional: exagera em demasia a importância das pequenas agremiações políticas, concedendo a grupos minoritários excessiva soma de influência em inteiro desacordo com a força numérica dos seus efetivos eleitorais. Ofende assim o princípio da justiça representativa, que se almeja com a adoção daquela técnica, fazendo de partidos insignificantes “os donos do poder”, em determinadas coligações. É que de seu apoio dependerá a continuidade de um ministério no parlamentarismo ou a conservação da maioria legislativa no presidencialismo. “Parlamentos ingovernáveis” e governos instáveis contam-se pois entre os vícios que o sistema produz e que se apontam em desabono de sua adoção. (BONAVIDES, 2000, p. 324-325).

O sistema de voto proporcional também pode ser subdividido em voto único transferível e sistema de lista, mas, por não ser objeto específico do trabalho, não vale a pena, neste momento, nos debruçarmos detidamente sobre todas as suas minúcias¹⁵. Sendo assim, com as características gerais do sistema eleitoral inglês delineadas, bem como seus pontos positivos e negativos, podemos passar ao estudo específico da relação entre mídia, governo e Estado.

3.3 ESTADO, GOVERNO E MÍDIA

Um dos pontos a serem tratados quando se fala de presidencialismo ou parlamentarismo é a relação de ambos os sistemas de governo com a mídia. Afonso de Albuquerque (2012b), por exemplo, defende que a separação dos poderes no presidencialismo influencia tanto na representação da política pela mídia como na participação das organizações midiáticas na política.

Albuquerque acredita, ainda, que no presidencialismo “a mídia tende a reforçar a cobertura com ênfase nos aspectos administrativos do governo ao invés de coberturas cujo foco seria sobre os partidos políticos” (ALBUQUERQUE, 2012b, p. 91. Tradução nossa). Uma das justificativas é histórica, e reside no fato de o rei, em diferentes monarquias ao redor do globo, ter centralizado o papel de administrador. Isso também é indício que explica o fato de o poder Executivo se sobressair, ainda hoje, frente ao Legislativo e ao Judiciário nos países que adotam o sistema eleitoral majoritário, inclusive na cobertura da imprensa, como aponta Keinert (1993) e como lembram Hallin e Mancini (2004) ao resgatar as ideias de Arend Lipjhart.

¹⁵ Para mais informações ver Nicolau (2004).

Keinert ressalta que o poder Executivo acaba sendo beneficiado e considerado como o “poder supremo” frente aos demais principalmente quando o desenvolvimento das comunicações de massa é considerado. Além disso, para o autor, com o aperfeiçoamento dos métodos de coleta de dados e das pesquisas de opinião, o uso adequado da informação acaba se tornando um trunfo frente à opinião pública, já que permite preparar com eficácia as estratégias de comunicação. Segundo ele, o Executivo “tem sabido valer-se destes recursos com mais presteza que o Legislativo.” (KEINERT, 1993, p. 73).

Contudo, ele pondera: “a natureza das atividades de Administração presta-se mais à propaganda do que às discussões e projetos de lei emanados do Legislativo – as realizações administrativas são mais facilmente inteligíveis pelo público” (KEINERT, 1993, p. 73). Com isso considerado, são inteligíveis as razões pelas quais a população acaba cobrando providências apenas do chefe do Executivo, e não do Legislativo diretamente. Ao se colocar como o cumpridor e executor das promessas, e não apenas um administrador vinculado ao Legislativo, sem total independência, o Executivo acaba assumindo a imagem de responsável único pela solução de problemas.

O Executivo é também, como salienta Keinert, o poder no qual tradicionalmente estão os profissionais e os técnicos cujos trabalhos os cidadãos reconhecem como indispensáveis, de médicos a financistas. O trabalho deles é “mensurável, ao contrário do trabalho dos políticos” (KEINERT, 1993, p. 72). Sendo assim, cria-se a expectativa de que os benefícios podem ser esperados do poder Executivo, esquecendo-se que a existência dos serviços foi proposta e votada no Legislativo. Como consequência,

Não é de surpreender que o processo de discussão legislativa apareça, aos olhos de quem está habituado a julgar deste modo, como um entrave aos imperativos de execução. *A crença na solução única, “técnica”, faz pensar que é um desperdício a discussão e a negociação política.* (KEINERT, 1993, p. 73. Grifo nosso).

Neste sentido, Keinert também defende que o presidencialismo acaba por produzir uma distinção entre “políticos do Legislativo” e “políticos do Executivo”. Em suas palavras – aproximando-se do conceito de personalização – os políticos do Executivo

Apresentam-se ao eleitorado por cima ou além da mensagem do seu partido. O presidencialismo não proporciona, por isso, sistemas partidários com programas e mensagens tão claramente estruturadas quanto, em princípio, o parlamentarismo, que requer diferenciações programáticas e de princípios ideológicos. O eleitor escolhe partidos para governar – antes do que políticos, personalidades. (KEINERT, 1993, p. 27).

Esta tendência de foco no Executivo ainda é atual, acrescenta Keinert (1993). O autor explica que nem mesmo a expansão do sistema parlamentar no período pós 2ª Guerra Mundial, em contraposição aos regimes autoritários, como era de se esperar, fez o poder Legislativo se destacar. Para ele, o que se vê atualmente é “a dificuldade crescente do Legislativo em se manter como o poder supremo. Ao mesmo tempo, assiste-se ao fortalecimento do Executivo” (KEINERT, 1993, p. 64-65).

Outro argumento utilizado por Keinert para explicar a perda de poder do Legislativo é a adoção do unicameralismo, com a supressão da Câmara Alta (no caso brasileiro, seria como se não houvesse o Senado). Isso, para ele, implica na perda de um escalão legislativo que agiria como moderador nos casos de conflito entre o Executivo e a Câmara dos Deputados (também chamada de “Câmara Baixa”).

Ainda em relação à cobertura midiática, Vera Lúcia Chaia e Fernando Azevedo (2010) acreditam que o formato institucional e político predominante em um país, como o regime de governo, a adoção de um sistema bipartidário ou pluripartidário, bem como o nível de competição (com eleições polarizadas ou não), influenciam o foco e a intensidade das coberturas políticas. “É de se esperar, por exemplo, que no presidencialismo a imprensa privilegie a cobertura do Executivo e da figura presidencial, enquanto no parlamentarismo a atenção é deslocada para a atividade parlamentar.” (AZEVEDO; CHAIA, 2010, p. 106).

Além da dimensão cultural na orientação das coberturas políticas, os autores encontram na personalização a explicação para o deslocamento da cobertura do Legislativo ao Executivo. “(...) a figura do presidente personaliza o poder, ao passo que no Congresso o jogo político é diluído entre vários atores coletivos (partidos) e individuais (políticos).” (AZEVEDO; CHAIA, 2010, p. 107).

Neste sentido é válido citarmos uma análise desenvolvida por Cheibub e Przeworski (1997). Nela, os autores buscaram verificar a probabilidade de sobrevivência de um determinado governante no poder relacionando a duração do governo e diferentes índices de desempenho econômico. De acordo com eles, há nas democracias um sistema que acaba por premiar os governos que vão bem (por meio da reeleição), e, de modo contrário, pune aqueles que vão mal. Nesta lógica, os autores consideravam, inicialmente, que a sobrevivência dos governantes no cargo deveria ser sensível ao desempenho econômico (fator que impacta diretamente na vida da população), como mostraram estudos anteriores.

Contudo, os dados evidenciaram que, pelo contrário, o fator econômico não era tão determinante, principalmente nos sistemas presidencialistas, cuja sobrevivência “parece ser completamente independente do desempenho econômico” (CHEIBUB; PRZEWSKI, 1997).

Especificamente em relação aos primeiros-ministros nos governos parlamentaristas, os dados apontaram que

A sobrevivência dos chefes de governo em regimes democráticos não depende de condições econômicas. A única variável econômica que parece se relacionar com a sobrevivência de governantes em democracias parlamentaristas (incluindo as mistas) é o crescimento da força de trabalho. Quanto maior a taxa de crescimento do emprego, maior é a probabilidade de sobrevivência de primeiros-ministros. O crescimento da renda per capita ou do consumo per capita, a taxa de inflação ou a proporção dos gastos públicos não afetam as chances de sobrevivência de primeiros-ministros. (CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997, p. 4).

Os autores também consideraram em sua análise o presidencialismo. Segundo a pesquisa promovida por eles, “nenhum dos indicadores de desempenho econômico se relaciona com as chances de sobrevivência de presidentes em democracias, mesmo se controlarmos por períodos ou para a América Latina.” (CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997).

Neste sentido, considerando que a influência para o sucesso e a manutenção (com bons índices de aprovação) de um governante no poder não é exclusivamente econômica, é possível afirmar que há outros fatores envolvidos, tais como o contexto político e as condições institucionais, além de fenômenos culturais e comunicacionais – entre eles a personalização e o próprio foco da cobertura midiática no poder Executivo, com a projeção de determinada imagem e a construção de uma agenda pública¹⁶.

Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), em “Comparing Media Systems”, apontam uma relação próxima entre os sistemas de mídia e a política, de modo geral. Para os autores, não é possível compreender a estrutura da mídia noticiosa de determinado local sem que se analisem fatores como a própria natureza do Estado e o sistema partidário. Além disso, eles argumentam que a presença (ou a ausência) de uma imprensa de circulação de massa tem implicações profundas no desenvolvimento dos meios de comunicação como instituições políticas.

Na pesquisa desenvolvida por Hallin e Mancini foram considerados 18 países da América do Norte e da Europa Ocidental, com padrões sócio-econômicos e com traços culturais e políticos próximos. Com essa metodologia, eles elaboraram um esquema baseado em três modelos: Pluralista Polarizado, Corporativista Democrático e Liberal. A comparação

¹⁶Não se pretende mensurar aqui em que medida a mídia exerce este tipo de influência, mas simplesmente salientar que é impossível dissociá-la do debate pretendido, seja no *hipermidiatismo*, ou seja, em um cenário frankfurtiano de grande influência da mídia ou, de modo contrário, no *hipomidiatismo* defendido por Edgar Morin, que “relativiza o papel da mídia em sociedades complexas” (GROHMANN, 2009, p.12). Neste sentido, adota-se a visão de Wilson Gomes (2004), que ressalta ser necessário levar em consideração o próprio fenômeno/contexto estudado; a comunicação midiática poderia ser, então, pouco relevante em algumas situações, mas absolutamente determinante em outras.

se deu sob quatro elementos: 1) o desenvolvimento dos mercados midiáticos, 2) o paralelismo político; 3) o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico; 4) o grau e natureza da intervenção do Estado no sistema midiático. Faz-se necessário evidenciar que, longe de serem modelos estáticos, eles se referem a características mutáveis ao longo do tempo e que, como os autores reconhecem, não dão conta de explicar a totalidade dos elementos analisados.

A fraca profissionalização, o alto grau de paralelismo político, a forte intervenção do Estado e a baixa circulação de jornais definiriam o modelo Pluralista Polarizado, que teria como exemplos França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Já o modelo Corporativista Democrático, vigente, segundo os autores, em países como Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e Suíça, possuiria uma imprensa partidária forte, bem como o nível de profissionalização e a intervenção do Estado na mídia, com grande destaque para o serviço público na programação. A circulação dos jornais teria, ao contrário do Pluralista Polarizado, altos índices.

O modelo Liberal, por sua vez, seria caracterizado por forte profissionalização, sem regulamentação própria, com o mercado (e não o Estado) dominando os *media* e alta tiragem e circulação dos veículos impressos. A imprensa comercial seria neutra neste modelo, adotado, segundo os autores, em países como Canadá, Estados Unidos e Irlanda.

O Reino Unido seria, de acordo com os autores, uma mistura entre os modelos Corporativista Democrático e Liberal, dadas suas características específicas. É possível afirmar que, na região britânica, historicamente, tem havido “três culturas distintas do jornalismo, que compartilham algumas características comuns, mas divergem agudamente em outras - a imprensa tablóide, a imprensa de qualidade e a radiodifusão¹⁷” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 12. Tradução nossa).

Especificamente em relação às características do modelo Corporativista Democrático, temos que o Reino Unido se enquadra justamente no que diz respeito ao sistema de radiodifusão, com partidos e grupos sociais envolvidos, mas com uma alta autonomia profissional. Já como característica que enquadra o país no modelo Liberal tem-se a autonomia jornalística, que tende a ser influenciada por pressões comerciais e também por uma instrumentalização política, mais comum no caso britânico, que também é marcado por uma maior tradição do jornalismo opinativo (HALLIN; MANCINI, 2004).

¹⁷No original: “In Britain, for example, it could be said that there historically have been three distinct cultures of journalism, sharing some common characteristics, to be sure, but diverging sharply on others – the tabloid press, the quality press, and broadcasting” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 12).

Deste modo, os autores apresentam maneiras pelas quais a relação mídia e política pode acontecer, considerando a complexidade dos sistemas políticos e suas diferentes interações com a mídia. Um exemplo se manifesta, segundo eles, no campo econômico, a partir da ideia de que “os meios de comunicação são, em um sentido importante, uma instituição política, mas também (cada vez mais frequentemente) negócios, e são moldados por muitos fatores econômicos¹⁸” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 47).

A proximidade entre mídia e política também pode ser evidenciada na atuação do Estado, que pode ser proprietário, regulador ou financiador de diferentes meios de comunicação. Em um nível primário, salientam Hallin e Mancini, uma distinção dessa atuação pode ser feita entre as democracias liberais – como os Estados Unidos – e nas democracias em que predominam a ideia do *Welfare state*, com mais intervenção estatal na sociedade, como acontece na Europa.

Nos países europeus a participação mais efetiva do Estado pode ser vista não apenas em elementos como o financiamento dos sistemas de saúde, iniciativas educacionais e culturais, mas também no direcionamento de verbas aos partidos políticos e a intervenção no sistema de mídia. Neste sentido, citando Dahl, Hallin e Mancini defendem que, participando dos sistemas de mídia, a qualidade da vida democrática pode ser aprimorada. Os autores acrescentam que

A diferença entre os Estados Unidos e a Europa no grau de intervenção do Estado pode, de fato, ser mais acentuada no caso dos meios de comunicação do que em outras áreas da vida social, uma vez que a tradição jurídica americana dá a liberdade de imprensa (...) primazia incomum sobre outros valores sociais. Uma manifestação clara dessa diferença pode ser vista no fato de que os países europeus geralmente regulam a comunicação política: muitos proíbem a propaganda política paga; alguns limitam a duração dos períodos eleitorais; alguns regulam o tempo dado aos políticos no serviço público e/ou televisão comercial¹⁹. (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 49-50. Tradução nossa).

A tradição européia de um Estado ativo possui raízes históricas complexas, segundo os autores. Para eles, ela surge tanto da tradição pré-liberal de governos aristocráticos quanto da prática mais moderna de democracia social. Na esfera midiática, assim como nas

¹⁸No original: “The media are in a very important sense a political institution, but they are also (increasingly often) businesses and are shaped by many economic factors.” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 47).

¹⁹No original: “The difference between the United States and Europe in the degree of state intervention may in fact be sharper in the case of the media than in other areas of social life, as the American legal tradition gives press freedom (...) unusual primacy over other social values. One clear manifestation of this difference can be seen in the fact that European countries generally regulate political communication: many ban paid political advertising; some limit the length of campaign periods; some regulate the time given to politicians on public service and/or commercial television.” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 49-50).

demais, a tradição “envolve uma combinação de elementos mais autoritários ou paternalistas e mais participativos e pluralistas²⁰” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 50. Tradução nossa).

Hallin e Mancini sustentam ainda que, em um primeiro momento, pode parecer razoável considerar que o sistema de mídia essencialmente “reflete” outros aspectos da estrutura social (como o sistema partidário) – mas há boas evidências que as estruturas midiáticas também têm um impacto próprio em diversas outras. Hoje a mídia é cada vez menos “reflexiva” (HALLIN; MANCINI, 2004). Desta forma, ela atuaria não apenas como um palco, mas também como ator político.

Neste contexto, Hallin e Mancini trazem à tona e repercutem o conceito de paralelismo político, cunhado por Colin Seymour-Ure em 1974 e utilizado como um dos elementos da análise comparativa entre sistemas midiáticos proposta por eles. O paralelismo político tratado pelos autores diz respeito ao grau de proximidade entre os sistemas de mídia e os partidos políticos: quanto maior a identificação de um determinado veículo a um partido, maior seria o grau de paralelismo.

Como explicita Albuquerque, “o conceito de paralelismo político se refere à percepção de uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos” (ALBUQUERQUE, 2012a, p. 8). Nas palavras de Hallin e Mancini, o paralelismo político é, por vezes, “manifestado no *partidarismo dos públicos de mídia*, com os apoiadores de diferentes partidos ou tendências comprando diferentes jornais ou assistindo a diferentes canais de televisão²¹” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 28. Tradução nossa. Grifos no original). Ou seja, de maneira geral, é possível destacar que o paralelismo político “se refere ao conteúdo de mídia – até que ponto os diferentes meios de comunicação refletem orientações políticas distintas em suas notícias e assuntos atuais, e às vezes também o seu conteúdo de entretenimento²²” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 28. Tradução nossa).

De maneira mais ampla, o paralelismo político não se restringe apenas à relação entre meios de comunicação e as forças políticas partidárias.

²⁰No original: “In the media sphere as in other spheres, it involves a combination of more authoritarian or paternalistic and more participatory and pluralist elements.”

²¹No original: “Political parallelism is also often manifested in the *partisanship of media audiences*, with supporters of different parties or tendencies buying different newspapers or watching different TV channels.” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 28).

²²No original: “It refers to media content – the extent to which the different media reflect distinct political orientations in their news and current affairs reporting, and sometimes also their entertainment content”. (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 28).

Este tipo de conexão um-a-um entre a mídia e os partidos políticos se tornou crescentemente incomum atualmente e, onde os meios de comunicação ainda se diferenciam politicamente, eles se associam menos frequentemente a partidos particulares e mais a tendências políticas gerais (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 27. Tradução nossa)²³.

Considerada sob este prisma mais amplo, a ideia de paralelismo político é vista por Albuquerque (2012a) como um fenômeno histórico restritivo, derivado do conceito de “democracia de partido” de Bernard Manin, “fortemente associado a uma região geográfica específica (...). Portanto, não faz sentido fazer dele uma categoria universal de comparação” (ALBUQUERQUE, 2012a, p. 19).

O paralelismo político só faz sentido enquanto sistema. É apenas na medida em que existe diversidade de possibilidades, que a relação entre esta força política e aquele meio de comunicação pode se tornar significativa nos termos de um paralelismo. Do contrário, existe apenas escassez. Desta forma, o conceito de paralelismo político só faz sentido no contexto de sistemas competitivos. Por outro lado deve existir um grau razoável de estabilidade na relação entre os meios de comunicação e as forças políticas, pois, do contrário, seria impossível falar em paralelismo. (ALBUQUERQUE; CARVALHO; SANTOS JR, 2015, p. 3).

Neste sentido, a adoção do termo neste trabalho é feita levando-se em consideração as limitações apontadas pelos três autores. Contudo, ainda assim ele é importante ferramenta para se evidenciar, ainda que de maneira localizada, diferentes relações entre a mídia e a política, como defendem Hallin e Mancini em sua obra.

Os autores destacam diferentes elementos que podem ser considerados ao se analisar o grau de paralelismo político dos meios de comunicação, como as conexões organizacionais e o caráter partidário da audiência, além do conteúdo dos meios, a tendência de envolvimento dos próprios funcionários em questões políticas e “a sua concepção do papel do jornalista como devendo ser o de um publicista, antes que o de proporcionar informação neutra ou entretenimento.” (ALBUQUERQUE, 2012a, p. 10).

Quando consideramos especificamente a relação entre paralelismo político e Estado, Hallin e Mancini apontam o sistema público de radiodifusão e as agências reguladoras como objetos a serem considerados.

²³No original: “This kind of one-to-one connection between media and political parties is increasingly uncommon today, and where media are still differentiated politically, they more often are associated not with particular parties, but with general political tendencies” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 27).

Porque eles são organismos públicos, os sistemas públicos de radiodifusão e as agências reguladoras responsáveis pela supervisão da radiodifusão comercial, obviamente, têm uma relação significativa com o sistema político. Essas relações variam significativamente na forma, no entanto, e também poderia ser dito que para refletem diferentes graus e formas de paralelismo político²⁴. (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 30. Tradução nossa).

A partir disso, eles acrescentam que é possível se estabelecer quatro tendências básicas em relação à governança da radiodifusão pública. Segundo Hallin e Mancini, as autoridades reguladoras de diferentes países tendem a seguir realidades similares determinadas pelos seguintes modelos:

²⁴No original: “Because they are public bodies, public broadcasting systems and the regulatory agencies responsible for supervising commercial broadcasting obviously have a significant relationship to the political system. These relationships vary significantly in form, however, and could also be said to reflect different degrees and forms of political parallelism” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 30).

Tabela 2: Modelos de governança da radiodifusão pública definidos por Hallin e Mancini

a) Modelo governamental:	O sistema público de radiodifusão – que nesse caso se aproxima de radiodifusão estatal – é controlado pelo próprio governo ou pelo partido que detém a maioria política. Seria o caso da Grécia, Portugal e Espanha;
b) Modelo profissional:	Exemplificado pela estatal britânica <i>British Broadcasting Corporation</i> (BBC), uma forte tradição determina que a radiodifusão deve ser isolada do controle político e executada por profissionais de radiodifusão;
c) Modelo de representação parlamentar ou proporcional:	O controle sobre a radiodifusão pública é dividido entre os partidos políticos por representação proporcional. Um exemplo é a <i>Radiotelevisione Italiana</i> (RAI) dos anos 1980;
d) Modelo cívico ou corporativista:	Semelhante ao modelo parlamentar no que se refere à distribuição do controle da radiodifusão, mas, nesse caso, ela alcançaria também outros grupos sociais, além dos partidos políticos, como sindicatos, associações empresariais, organizações religiosas, associações étnicas e afins.

Fonte: adaptado de HALLIN; MANCINI, 2004, p. 30-31. Tradução nossa.

Os autores alertam que estabelecer uma distinção entre esses modelos exige olhar para além das estruturas normativas formais, observando também a prática, ou seja, o funcionamento real das instituições. Neste sentido, a BBC é um exemplo importante, já que o diretor geral da emissora é indicado pelo primeiro-ministro britânico. Ou seja, para os autores, em sua estrutura formal a BBC não é diferente de emissoras controladas pelo Estado, como no modelo governamental, e seu caráter distintivo está em elementos como a escolha da direção geral, sua relação com o governo e a oposição e o papel dos jornalistas e dos profissionais na organização (HALLIN; MANCINI, 2004).

Sendo assim, Albuquerque (2012a) aponta que

O modelo praticado pela BBC se traduz, na prática, como um ‘viés em favor da democracia parlamentar’ ou, mais precisamente, uma solução de equilíbrio entre os principais partidos representados no parlamento – os partidos Trabalhista e Conservador. (ALBUQUERQUE, 2012a, p. 21).

Hallin e Mancini destacam também que o sistema de voto adotado por um país – majoritário ou proporcional – pode influenciar no comportamento dos meios de comunicação. Eles argumentam que, no sistema majoritário, o jornalista acaba sendo associado como uma voz neutra, diferente do sistema proporcional (ou consensual), no qual ele pode acabar atuando como porta-voz de determinado grupo social, distrito eleitoral ou partido político. De maneira semelhante, Hallin e Mancini lembram que, em tese, no sistema majoritário os políticos concorrem com o objetivo de representar a nação como um todo, e não apenas os interesses de uma parcela minoritária.

O argumento de Hallin e Mancini também aponta uma relação entre o desenvolvimento de uma imprensa *catch-all* (ou seja, direcionada a todos, sem especificação do público) onde o sistema majoritário é adotado. Neste sistema, eles recordam, existe a tendência de um fraco posicionamento ideológico dos partidos, justamente por se dirigirem a um público muito amplo em busca da maioria dos votos. Sendo assim, “onde os partidos *catch-all* predominam, faz sentido que uma mídia *catch-all* também se desenvolva²⁵” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 51. Tradução nossa. Grifos nossos).

Os autores ainda reconhecem que a adoção de sistemas majoritários ou proporcionais implica em diferenças em relação à governança da radiodifusão pública. Para eles, se a diretoria de uma empresa do setor for indicada por um parlamento com representação proporcional, o resultado é também proporcional, com a divisão do poder (como na Itália). De modo contrário, se indicada por um parlamento com representação majoritária, isso resulta em um controle governamental não efetivo (como na Espanha).

A exceção desse argumento é o próprio Reino Unido, que apresenta uma separação entre a radiodifusão pública e o controle político:

²⁵No original: “Where catch-all parties predominate, it makes sense that catch-all media should also develop” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 51).

Como Humphreys também observa, no entanto, o sistema majoritário por excelência, o sistema britânico de Westminster, não se caracteriza pela captura de radiodifusão pública pela maioria, mas pela separação da radiodifusão do controle político, um desvio do padrão esperado que ele atribui à relativamente forte tradição liberal de governo limitado na Grã-Bretanha²⁶ (HALLIN, 2004, p. 52. Tradução nossa).

Especificamente em relação ao paralelismo político, pode-se apontar que a imprensa britânica ainda manifesta diferentes opiniões políticas nos conteúdos noticiosos. A afiliação partidária dos jornais se tornou mais fraca no pós-guerra – inclusive em outros países – mas houve altos e baixos na tendência de manifestar apoio ou aderir à agenda proposta pelas legendas.

Na década de 1980, por exemplo, o partidarismo se ampliou durante o governo de Margaret Thatcher, já que ela “desafiou a maior parte do consenso predominante na política britânica, apenas para desaparecer novamente à medida que a popularidade do Partido Conservador minguou, e os jornais à direita começaram a se distanciar dele²⁷” (HALLIN, 2004, p. 210). Hallin também traz à tona o fato de que o espectro político inglês não é tão amplo.

O espectro de visões políticas certamente não é amplo – a Grã-Bretanha é caracterizada por um pluralismo moderado, e sua política tem uma forte orientação para o centro. No entanto, dentro dos limites do espectro político britânico, orientações políticas fortes e distintas são claramente manifestadas no conteúdo noticioso²⁸. (HALLIN, 2004, p. 211. Tradução nossa).

Os tablóides britânicos, geralmente jornais mais populares, têm, de maneira especial, uma forte orientação política, especialmente durante os períodos eleitorais. O *The Mirror*, por exemplo, carregou, durante muitos anos, o slogan *Loyal to Labour, Loyal to you*, além de dedicar as páginas mais importantes a propagandas eleitorais a favor do Partido Trabalhista. Os chamados *quality papers*, por sua vez, são mais sutis, apesar de possuírem um estilo mais interpretativo, quando comparados com os jornais norte-americanos, além de uma posição política mais variada (HALLIN, 2004).

²⁶No original: “As Humphreys also notes, however, the quintessential majoritarian system, the British Westminster system, is characterized not by capture of public broadcasting by the majority but by separation of broadcasting from political control, a deviation from the expected pattern that he attributes to the relatively strong liberal tradition of limited government in Britain”.

²⁷No original: “Margaret Thatcher challenged much of the prevailing consensus in British politics, only to fade again as the popularity of the Conservative party waned, and papers on the right began to distance themselves from it.”

²⁸No original: “The spectrum of political views is surely not as wide – Britain is characterized by moderate pluralism, and its politics have a strong orientation toward the center. Nevertheless, within the limits of the British political spectrum, strong, distinct political orientations are clearly manifested in news content.”

A tabela 3, a seguir, ilustra a situação exibindo o paralelismo com base no posicionamento político dos eleitores.

Tabela 3: Paralelismo partido-imprensa com base nos leitores dos jornais britânicos

Partidos apoiados pelos leitores (em %)				
Tablóide		Conservador	Trabalhista	Liberal Democrata
<i>Sun</i>	1997	30	52	12
	1992	45	36	14
<i>Mirror</i>	1997	14	72	11
	1992	20	64	14
<i>Daily Mail</i>	1997	49	29	14
	1992	65	15	18
<i>Express</i>	1997	49	29	16
	1992	67	15	14
<i>Quality paper</i>				
<i>The Daily Telegraph</i>	1997	57	20	17
	1992	72	11	16
<i>The Times</i>	1997	42	28	25
	1992	64	16	19
<i>The Guardian</i>	1997	8	67	22
	1992	15	55	24
<i>The Independent</i>	1997	16	47	30
	1992	25	37	34

(Fonte: Hallin, 2004, p. 214. Adaptado)

A partir da tabela, percebemos que os leitores britânicos, por terem posicionamentos políticos distintos e refletirem isso na leitura dos jornais, assemelham-se àqueles dos modelos Pluralista Polarizado ou Corporativista Democrático. A estrutura do mercado de mídia britânico pode ser utilizado como uma das explicações possíveis para a segmentação do público leitor de acordo com o posicionamento político: assim como ele permite a divisão por classes (tablóides ou *quality papers*), ele também permite a segmentação por afinidade política (HALLIN, 2004).

Todavia, o fato de que o mercado noticioso refletiu diferentes divisões políticas não quer dizer que ele objetivamente tenha mostrado diferentes ideologias. Isso acontece porque a maioria da mídia – com exceção do *The Guardian*, *Mirror* e *Independent* – está claramente alinhada à direita política (HALLIN, 2004).

Pode ser que isso esteja se modificando, com a guinada do Partido Trabalhista à direita e a mudança de alguns jornais de direita para orientações mais “pragmáticas”: pode ser, em outras palavras, que o desalinhamento partidário, que começou na década de 1970 e foi temporariamente revertido, tenha sido retomado e que irá resultar no desaparecimento do paralelismo político, embora seja muito cedo para se chegar a tal conclusão²⁹. (HALLIN, 2004, p. 215. Tradução nossa).

Hallin (2004) também aponta que a proximidade entre mídia e política no Reino Unido é manifestada em uma cobertura mais substancial e mais focada nos partidos. Citando uma pesquisa de Semetko *et al* realizada no final dos anos 1980, o autor acrescenta que a cobertura política nas regiões britânicas é mais ampla e diversa, quando comparada com a situação norte-americana. Isso se justificaria, em grande medida, por diferenças existentes na própria cultura política, com jornalistas adotando uma visão “sacerdotal” do papel desempenhado por eles, com o senso de que eles deveriam “traduzir” o que os partidos estariam dizendo aos eleitores. Ou seja, o estudo defende que, quanto mais estruturado o sistema partidário britânico, mais clara se tornam as ideologias das legendas e, conseqüentemente, maior o grau de politização da sociedade, como um todo.

O autor pondera, contudo, que há evidências de que a atitude “sacerdotal” dos jornalistas tem declinado nos últimos anos, com a cobertura se aproximando cada vez mais de um estilo norte-americano focado no mercado. Isso pode ser visto, por exemplo, na radiodifusão, com uma forte tradição de uma neutralidade política – diferentemente do que é percebido na mídia impressa.

Em grande medida, esta tem sido uma questão de política pública. Na Grã-Bretanha, tanto a BBC quanto as empresas da Independent Television (ITV) são obrigados por exigências de imparcialidade e equilíbrio em notícias e assuntos públicos³⁰. (HALLIN, 2004, p. 216. Tradução nossa).

²⁹No original: “It may be that this is changing, with the shift of Labour to the right and the shift of some right-wing papers to more ‘pragmatic’ orientations: it maybe, in other words, that the partisan dealignment that began in the 1970s and was temporarily reversed, has resumed and will result in the disappearance of political parallelism, though it is too early at this point to draw such a conclusion.”

³⁰No original: “To a large extent, this has been a matter of public policy. In Britain, both the BBC and the Independent Television (ITV) companies are bound by requirements for impartiality and balance in news and public affairs.”

Vale a pena abordar, além do paralelismo político britânico, o caso brasileiro, que guarda algumas particularidades que podem ser comparativamente úteis para a compreensão do ponto central deste trabalho, apesar de não se relacionar diretamente ao objeto de estudo proposto. É o que se fará a seguir.

3.3.1 O paralelismo assimétrico e o caso brasileiro

No Brasil, pode-se dizer que atualmente não há uma relação estável entre os meios de comunicação e as forças políticas e, por isso, em vez do paralelismo político tratado por Hallin e Mancini, predomina um “paralelismo assimétrico”.

Nos primeiros anos que se seguiram ao retorno à ordem democrática, os meios de comunicação frequentemente definiram o seu papel frente à ordem política nos termos de um Poder Moderador, ao qual caberia resolver as disputas entre os poderes estabelecidos da República (...). Contudo, desde a eleição de 2002, que levou Luiz Inácio Lula da Silva e seu Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência esta relação se transformou totalmente, na direção do fenômeno que denominamos “paralelismo assimétrico”. (ALBUQUERQUE; CARVALHO; SANTOS JR., 2015, p. 78).

Segundo os autores, o paralelismo assimétrico se constitui a partir da tensão existente entre um sistema político e um sistema midiático, que se definem um em oposição ao outro. No campo político, isso aconteceria não porque o PT seja um partido hegemônico, com muita representação no Congresso, mas porque “ele foi o único partido brasileiro capaz de construir, de maneira estável, uma identidade partidária de massa” (ALBUQUERQUE; CARVALHO; SANTOS JR., 2015, p. 78). Além disso, a visibilidade da legenda se ampliou pelo fato de ela ocupar a Presidência da República desde 2003.

Albuquerque, Carvalho e Santos Jr. acrescentam que “a oposição política ao PT foi, ao longo deste período, historicamente frágil, incapaz de apresentar consistentemente propostas políticas alternativas ao partido no governo e construir identidades políticas reconhecíveis” (2015, p. 78). Os meios de comunicação, por sua vez, acabaram exercendo essa oposição; controlados por grupo privados e historicamente próximos ao poder político, eles se viram privados desse acesso com o governo petista – partido com o qual sempre houve uma relação de desconfiança ou de hostilidade aberta, situação que foi intensificada com as reeleições dos candidatos da legenda.

Temos, portanto, uma situação na qual um partido político exerce o governo sem que uma oposição política se apresente efetivamente, e outra situação em que uma mídia desempenha fortemente um papel oposicionista, sem uma imprensa simpática (ou ao menos não-hostil) às forças governistas faça frente à ela. (ALBUQUERQUE; CARVALHO; SANTOS JR., 2015, p. 79)

Durante sua história, entretanto, a relação entre meios de comunicação e forças políticas no Brasil nem sempre foi essa. De 1946 até 1964, muitos jornais brasileiros exibiam traços de paralelismo político. O jornal *Última Hora*, por exemplo, foi criado para apoiar a eleição e o governo de Getúlio Vargas, e defendeu o seu legado após sua morte; já o *Notícias Populares*, por sua vez, foi criado em oposição a Vargas (ALBUQUERQUE, 2012b). Essa relação com os atores políticos era essencial para a manutenção dos jornais, que sofriam com a baixa circulação e a falta de anunciantes privados.

De acordo com Albuquerque (2012b), o regime militar brasileiro também teve um efeito devastador no paralelismo político, já que dissolveu todos os partidos políticos e os trocou por um sistema bipartidário não competitivo, no qual o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) deveria exercer uma oposição moderada ao partido governista (e vitorioso), a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Durante esse período, salienta o autor, muitas organizações midiáticas eram servis ao governo ou censuradas, e foram beneficiadas apenas pelo crescimento da economia de mercado e pelos investimentos massivos do governo militar.

Com a redemocratização no país, a maioria das organizações noticiosas adotou uma política direcionada ao mercado, fazendo um esforço para se distanciar de grupos políticos específicos. Contudo, alerta Albuquerque, isso não significa que as empresas tenham passado a agir com uma atitude mais passiva em relação à política.

Por exemplo, a *Folha de S. Paulo* sustentou que quando os seus leitores compram uma cópia, eles municiam o jornal com um mandato representativo. Com base nessa posição, a *Folha de S. Paulo* reivindicou a responsabilidade por “intervir no debate público e, apoiada por fatos e dados objetivos, mudar crenças e hábitos, influenciando o comportamento das instituições, públicas ou privadas”³¹. (ALBUQUERQUE, 2012b, p. 80. Tradução nossa. Grifos no original).

Nesta seara, a partir das reflexões apresentadas, pode-se passar à próxima discussão proposta, com as especificidades britânicas, já no capítulo destinado à análise do conteúdo publicado nos periódicos *The Guardian* e *The Times*. Inicialmente, será feita uma

³¹No original: “For example, *Folha de S. Paulo* has maintained that when their readers buy a copy, they provide the newspaper with a representative mandate. Based on this stance, *Folha de S. Paulo* has claimed the responsibility for ‘intervening in public debate, and supported by facts and objective data, changing beliefs and habits, influencing the behavior of institutions, either public or private-owned.’”

contextualização envolvendo um breve debate sobre o enquadramento midiático. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, serão apresentados os pontos de análise propostos no trabalho e que sustentam a hipótese de uma tendência à presidencialização do parlamentarismo. É o que se segue.

4 A BUSCA PELA PERSONALIZAÇÃO: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS *THE GUARDIAN* E *THE TIMES*

Pretende-se, neste capítulo, analisar a cobertura dos veículos *The Guardian* e *The Times* sobre as eleições gerais para o Parlamento Britânico de 2015, que aconteceu no dia 7 de maio do mesmo ano. Quais foram os assuntos discutidos nas matérias publicadas nos veículos? Quem teve mais destaque: partidos e ideologias ou pessoas? Quais são as evidências que comprovam esta tendência à personalização do parlamentarismo, retratada por dois dos mais conhecidos jornais do Reino Unido? É o que se busca responder.

Para isso, foram utilizadas as publicações do dia 1º de maio até o dia das eleições, inclusive, totalizando 66 matérias (sendo 43 do *The Times* e 23 do *The Guardian*). O material foi recolhido nos respectivos *websites*, mas reproduzem com fidelidade o conteúdo impresso; a única diferença é a existência, em algumas reportagens, de material extra específico para a internet, como vídeos e infográficos animados, que não foram considerados neste trabalho, justamente para que a análise se mantivesse atrelada ao conteúdo da versão impressa.

Vale destacar, desde já, que a aparente divergência no número de matérias de cada jornal não significa um vício ideológico da análise proposta, mas tão somente uma consequência da escolha editorial de cada veículo, seja na hora de categorizar as matérias, seja no volume de texto dedicado a cada uma delas ou às eleições para o parlamento britânico, de maneira geral.

Foram analisadas as notícias destacadas sob a retranscrição “Eleições Gerais” nos periódicos, independentemente da editoria ou temática. Pela proximidade do pleito, as matérias ganharam amplo destaque na capa e nas páginas iniciais dos veículos. A amostragem coletada não considerou os artigos de opinião publicados, apenas as matérias informativas que, ao menos em tese, expõem os fatos com destaque sobre a opinião. Ora, se até mesmo os fatos tidos como relevantes (mais do que a mera opinião do jornal) centram-se nos candidatos, isso constitui forte evidência de personalização.

Neste sentido, não perdemos de vista a existência do chamado enquadramento da mídia ou enquadramento noticioso (*news framing*), delineado por Goffmann (1974) a partir do estudo de diferentes autores. Os enquadramentos, para o autor, são “definições de uma situação construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos – ao menos os eventos sociais – e nosso envolvimento subjetivo com eles” (GOFFMAN, 1974, p. 10. Tradução nossa).

Dentro do enfoque de Goffman, Mauro Porto (2004) resume que “enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais” (PORTO, 2004, p. 78). Em outras palavras, os enquadramentos noticiosos seriam “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados pelos jornalistas para organizar seus relatos” (PORTO, 2004, p. 91).

Assim, a definição do que é relevante e que, por consequência, no que é material a ser noticiado, leva em consideração um repertório cultural composto por crenças, atitudes, valorações ou preferências, o que também justifica a escolha de dois jornais com públicos e ideologias aparentemente distintas.

Ora, o enquadramento é um recurso discursivo dos meios de comunicação, que pode ou não “colar”, sendo incorporado ao repertório mais constante de explicações estruturantes de que os sujeitos precisam para justificar suas escolhas e ações. Quanto mais os meios utilizam-se de prismas de fácil assimilação pelos cidadãos para enquadrar as notícias, maior a probabilidade de influírem, na hora de escolher a explicação mais plausível para determinado cenário político (ALDÉ, 2001, p. 112).

Desta maneira, a partir desse conceito, também utilizado por Todd Gitlin (1980), é possível consolidar o entendimento de que o jornalismo não reproduz uma cópia fiel da realidade, mas, na verdade, a constrói. Pode-se dizer que as notícias jornalísticas são molduras (*frames*), fragmentos, ou seja, apenas uma das infinitas maneiras de se enxergar e relatar o mesmo fato.

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7).

Para Gitlin, o enquadramento é uma prática quase inevitável na atividade jornalística. O autor admite que seja necessário optar por uma abordagem em detrimento de outra, mas questiona o fato de elas serem sempre semelhantes. Ou seja, segundo o autor, a utilização dos mesmos enquadramentos pelos meios de comunicação pode contribuir para fixar determinados consensos e reduzir as possibilidades de debates mais aprofundados – o que seria um problema, principalmente ao trazermos à tona o conceito de personalização, com a valorização de determinadas características pessoais em detrimento de ideias.

É nesta seara que Traquina (2008) reitera que o jornalismo não apenas seleciona fatos, a partir do agendamento, mas também os enquadra. Ou seja, na medida em que os jornais podem se utilizar de seus próprios *frames* para construir determinada realidade ou pautar diferentes agendas, é relevante questionarmos a mensagem passada por eles, principalmente no que se refere à política personalizada.

Embora a televisão ainda seja o meio mais “consumido” pelo público britânico, como nos mostra a Tabela 4, Aldé (2001) admite que o jornal, de maneira geral, ainda é relevante quando consideramos o seu retorno social. Segundo ela, “os leitores de jornal são vistos como uma elite cognitiva relevante na formação da opinião pública” (ALDÉ, 2001, p. 117). Desta forma, torna-se extremamente válido direcionar a análise ao *The Guardian* e ao *The Times*, que possuem leitores com diferentes tendências ideológicas, como já discutido.

Tabela 4: Proporção de público telespectador ou leitor de notícias diariamente e proporção do consumo TV/Jornais em países europeus - 2001

	Televisão	Jornais	Proporção TV/Jornais
Grécia	65	13	5
Portugal	64	20	3,20
Espanha	72	24	3
Itália	83	30	2,77
França	62	26	2,38
Bélgica	60	30	2
Reino Unido	71	47	1,51
Irlanda	67	46	1,46
Dinamarca	70	51	1,37
Países Baixos	77	60	1,28
Finlândia	79	67	1,17
Alemanha	68	59	1,15
Áustria	61	55	1,11
Suécia	69	70	0,99

Fonte: Hallin, 2004, p. 25. Tradução nossa.

Uma reportagem publicada pelo *The Guardian* também pode ser utilizada para consolidar e justificar a importância da análise dos jornais impressos no Reino Unido. Publicada no dia 2 de maio, a matéria “As the papers loudly declare party allegiances, it won't just be one that wins it” (“Conforme os jornais ruidosamente declaram alianças partidárias, não será apenas um a vencer”, em tradução nossa) traz indícios de que a imprensa britânica tem força suficiente para pautar os demais veículos.

(...) Jornais ainda parecem serem bem sucedidos ao definirem a agenda. Um exemplo recente foi a matéria de página do *Telegraph* sobre as 100 grandes empresas apoiadoras dos Conservadores que, embora esteja agora parcialmente desacreditada pelo exercício das relações públicas do partido, liderou os boletins de notícias televisivos daquele dia.³² (MARTINSON, 2015. Tradução nossa).

Para responder aos questionamentos propostos, utilizou-se a metodologia de Análise de Conteúdo, método defendido por Laurence Bardin (1979). Por meio da sistematização e classificação do conteúdo das mensagens, será possível extrair indicadores quantitativos, mas também qualitativos sobre o tema proposto. É importante não perder de vista que, para a autora, é necessário conciliar o rigor da objetividade com a fecundidade da subjetividade. Nas palavras de Rocha e Deusdará (2005),

O rigor, portanto, é o fundamento das contribuições oferecidas pela Análise de Conteúdo, uma vez que, por intermédio dessa característica, afirma-se a possibilidade de ultrapassar as "aparências", os níveis mais superficiais do texto, residindo nesse processo de descoberta a desconfiança em relação aos planos subjetivo e ideológico, considerados elementos de deturpação da técnica. A explicitação de um ponto de vista, qualquer que seja a ótica explicitada, desvirtua os rumos da análise, ou seja, a ideologia é vista como o descaminho da descoberta científica. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 310)

Conjuntamente foi utilizada a metodologia desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (Doxa) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), antigo Iuperj (ALDÉ, MENDES; FIGUEIREDO, 2010). O modelo leva em consideração a valência, ou seja, a orientação positiva, negativa ou neutra das coberturas jornalísticas.

Foram consideradas com valência positiva as matérias que beneficiaram (com avaliações de ordem moral, política ou pessoal) algum líder partidário ou partido, com a reprodução do programa de governo, de promessas ou declarações (de políticos ou do autor da matéria). Também foram enquadradas como positivas as matérias que reproduziram ataques de algum líder partidário aos concorrentes.

De modo contrário, têm valência negativa as matérias que reproduziram críticas, ressalvas ou ataques do autor da matéria, de concorrentes ou de terceiros a algum líder ou partido, bem como outros comentários desfavoráveis.

³²No original: "(...) newspapers still appear to punch above their weight by setting the agenda. One recent example was the *Telegraph* front page story about 100 big businesses backing the Tories which, although now partly discredited as a party PR exercise, led that day's TV bulletins."

São neutras as matérias que reproduziram pesquisas eleitorais ou compromissos de campanha, sem qualquer avaliação moral, política ou pessoal. Também foram classificadas desta forma as matérias que apresentaram equilíbrio entre valências positivas e negativas.

Nos casos de valências positivas ou negativas, também foram identificados os referenciais: é positiva em benefício de quem? É negativa em desfavor de quem? Desta maneira, foi possível identificar, principalmente, a visão de cada jornal sobre os líderes dos dois maiores partidos do Reino Unido, Trabalhista e Conservador.

Para além da valência, as matérias também foram separadas em quatro categorias, de acordo com o enquadramento dado pelo jornal:

1) Ênfase em pessoas: é a categoria que agrupa as matérias que têm a personalização como característica principal. Nelas foram classificadas as matérias que se dedicaram a tratar de atributos pessoais, trajetória pessoal ou personalidade, por exemplo.

2) Ênfase em partidos: aquelas que se dedicaram a tratar de temas ideológico-partidários tendo, muitas vezes, uma distinção clara entre os posicionamentos das principais legendas inglesas.

3) Ênfase em políticas públicas: aquelas que, independentemente de ideologia partidária, trataram de políticas públicas de interesse coletivo, sem defender diretamente uma ideologia ou se opor diretamente a um partido.

4) Disputa eleitoral: a categoria engloba matérias que trataram de assuntos ligados diretamente à disputa eleitoral, como a divulgação de pesquisas de intenção de voto, análises de posicionamento, possibilidades, debates eleitorais ou à estrutura político-eleitoral do Reino Unido.

As classificações de acordo com as valências e enquadramentos de cada matéria foram separados em tabelas específicas, que podem ser consultadas nos apêndices A e B. Neste capítulo foram destacados os dados gerais coletados, e as análises de matérias específicas foram trazidas à tona para justificar as conclusões apresentadas. Desta maneira, apesar de todas as publicações terem sido verificadas, a análise individual de cada matéria não se ocupará das matérias com ênfase na disputa eleitoral, por apresentarem dados mais genéricos sobre pesquisas e valências predominantemente neutras.

Posteriormente também foi feita uma análise de visibilidade dos líderes partidários, com o número de aparições de cada um deles em cada matéria, o que permite verificar o volume de cobertura para cada um deles ao longo do período analisado.

É válido destacar que o contexto das eleições para o parlamento britânico em 2015 foi retratado tanto pelo *Times* quanto pelo *Guardian* como um dos mais incertos de todos os tempos, com grandes chances de o resultado ser um Parlamento dividido; sem a presença de um partido com a maioria das cadeiras, a legitimidade da escolha de um primeiro-ministro passou a ser questionada, dando a tônica de diversos debates eleitorais.

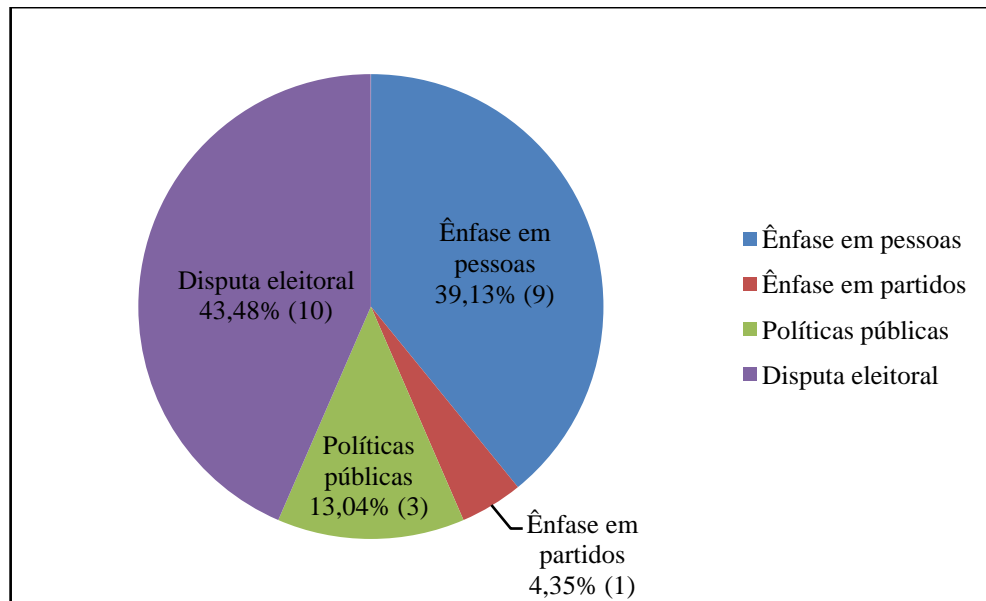
Desta forma, foram freqüentes as discussões sobre a necessidade de se estabelecer uma coalizão entre os partidos, trazendo à tona pontos negativos, como a perda da autonomia do governo e a possibilidade de que outras legendas com menos representação tomassem as rédeas da política britânica.

Também é essencial destacar que, por não haver espaço para a realização de campanhas eleitorais no rádio ou televisão no Reino Unido, os candidatos recorrem à mídia como maneira de serem ouvidos e terem suas pautas e *press releases* discutidos (UK PARLIAMENT, 2015c). Daí a grande importância dos meios de comunicação no processo, seja na realização de debates televisivos, seja na cobertura diária dos compromissos de campanha dos líderes partidários. Neste sentido, pode-se dizer que o *Guardian* e o *Times* representam um espaço importante para a negociação e o debate político no Reino Unido.

4.1 *THE GUARDIAN* E *THE TIMES* E O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

Após a análise das 66 matérias, pode-se dizer que o conteúdo de ambos os jornais apresentou fortes evidências de personalização no período analisado, como apontam os gráficos 1 e 2. Das 23 matérias do *Guardian*, nove tiveram ênfase em pessoas (39,13%), três se dedicaram a tratar de políticas públicas (13,04%) e dez à disputa eleitoral (43,48%). Do total, apenas uma (4,35%) teve ênfase em conteúdo partidário.

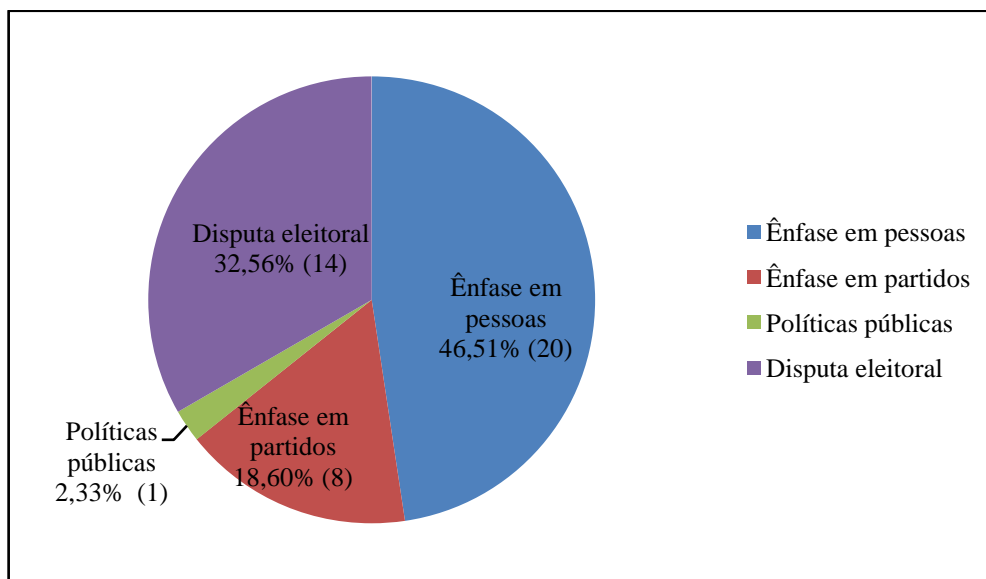
Gráfico 1: enquadramento noticioso do *The Guardian*



Fonte: próprio autor.

No caso do *Times*, das 43 notícias publicadas, 20 tiveram ênfase em pessoas (46,51%), sete ênfase em partidos (16,28%), apenas uma (2,33%) em políticas públicas e 15 trataram da própria disputa eleitoral (34,88%).

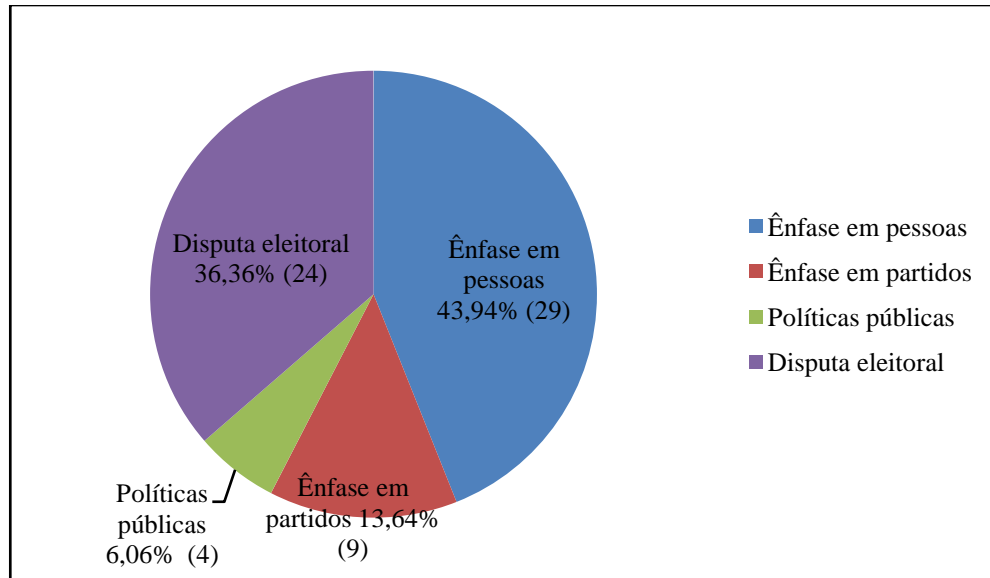
Gráfico 2: enquadramento noticioso do *The Times*



Fonte: próprio autor.

Considerando todas as 66 matérias, temos que 29 (43,94%) apresentaram ênfase em pessoas, ou seja, tiveram destaque pela personalização existente. Do conjunto, oito (12,12%) se dedicaram a tratar de partidos, quatro (6,06%) de políticas públicas e 25 (37,88%) da disputa eleitoral em si.

Gráfico 3: enquadramento noticioso geral



Fonte: próprio autor.

É interessante notar que, mesmo que a classificação de determinada matéria não aponte diretamente à personalização e trate de outros assuntos, como a disputa eleitoral, grande parte das notícias do período tem presente também a valorização de atributos pessoais dos líderes partidários, como veremos na análise individualizada das matérias. Antes, contudo, abordaremos a valência das matérias analisadas.

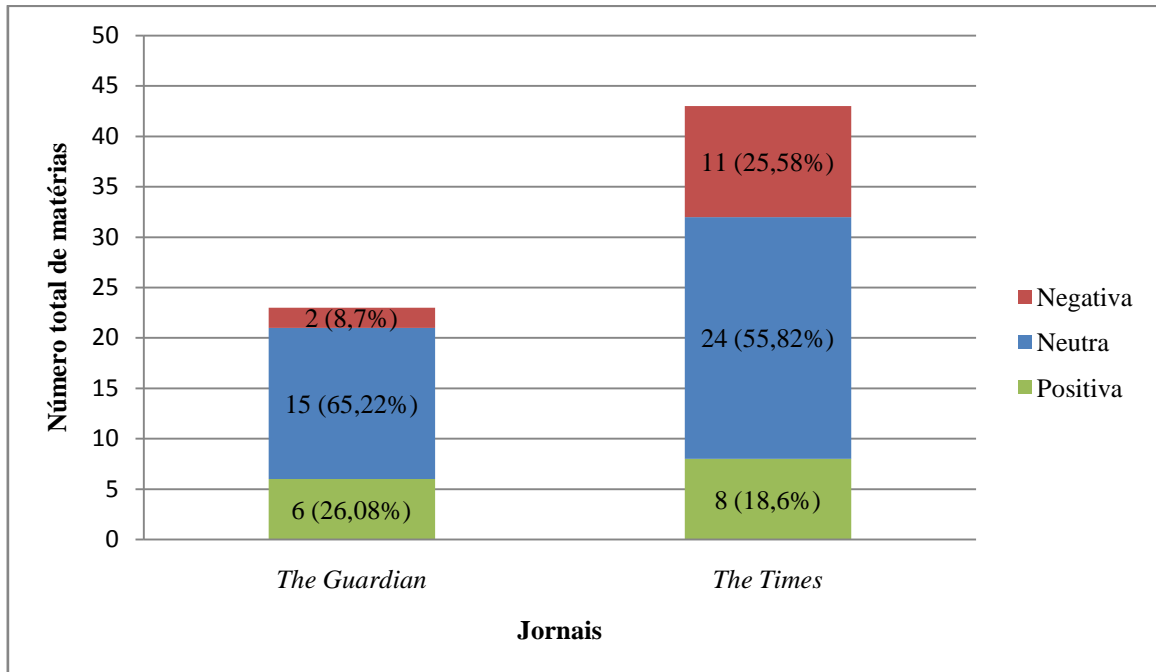
4.1.1 Distribuição das valências

A valência predominante em ambos os jornais foi a neutra, com a ausência de favorecimento ou o equilíbrio entre pontos positivos e negativos nas notícias. Apesar disso, é notório o distinto posicionamento dos veículos, que fica mais claro ao considerarmos os valores de cada um em termos percentuais.

Enquanto o *Guardian* teve 8,7% de suas matérias com posicionamento negativo, o *Times*, por sua vez, teve 25,58%. A liderança se inverte quando consideramos as valências

positivas: o Guardian teve 26,08% do conteúdo favorável a algum candidato, enquanto no *Times* esse percentual cai para 18,6%. Os dados podem ser conferidos no gráfico 4.

Gráfico 4: distribuição geral das valências



Fonte: próprio autor

É igualmente importante analisarmos a quem as valências se referem, ou seja, quem está sendo beneficiado ou atacado por meio das publicações, como aponta a tabela 5. No *Guardian*, é perceptível o maior destaque a Ed Miliband nas valências positivas. Das seis publicações com esse enfoque, ele foi o beneficiado em cinco, com Nicola Sturgeon sendo favorecida por apenas uma notícia. Os demais líderes partidários não foram beneficiados. Ao considerarmos as valências negativas, o foco passa a ser do líder Conservador, David Cameron, que foi o único a ser atacado, com duas publicações desfavoráveis. Não houve nenhum ataque do jornal a Miliband.

Já ao observarmos as publicações do *Times*, a situação novamente se inverte: o mais favorecido é o primeiro-ministro Conservador David Cameron, com seis matérias positivas, seguido pelo Liberal Democrata Nick Clegg, com duas. No pólo negativo das valências, Ed Miliband é o principal alvo dos ataques, com dez (do total de 11) notícias desfavoráveis. David Cameron aparece com uma notícia desfavorável.

Tabela 5: distribuição das valências positivas e negativas

Veículo	Líder partidário	Valência	
		Positiva	Negativa
<i>The Guardian</i>	Miliband	5	-
	Sturgeon	1	-
	Cameron	-	2
<i>The Times</i>	Cameron	6	1
	Clegg	2	-
	Miliband	-	10
TOTAL GERAL:		14	13

Fonte: próprio autor

Isso sugere que o paralelismo partido-imprensa apresentado por Hallin (2004) e já citado na tabela 3 mantém a tendência de o *Guardian* ser um veículo mais alinhado à esquerda no espectro político, com apoio ao Partido Trabalhista, e o *Times* se posicionando mais à direita, com o Partido Conservador representando sua ideologia. Isso também parece evidenciar o perfil apontado pelo YouGov, agência de pesquisa de mercado com sede no Reino Unido. Segundo a entidade, os leitores do *Times* têm um posicionamento ideológico mais à direita (YOU GOV, 2015a), enquanto os leitores do *Guardian*, de modo distinto, se identificam mais com a esquerda (YOU GOV, 2015b).

Mas quais são as evidências que levaram às classificações feitas? É o que será apresentado a seguir.

4.2 ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS MATÉRIAS

Com os dados gerais apresentados, podemos passar à análise individualizada das matérias de ambos os veículos, de acordo com a data de publicação. É importante lembrar que estão presentes todas as matérias, com exceção de 16, que apresentaram foco na disputa eleitoral e com conteúdo do tipo “corrida de cavalo”. No total foram analisadas, portanto, 50 notícias de ambos os jornais.

Foram destacadas 16 notícias do *Guardian* (sendo uma no dia 1º de maio, duas no dia 2 de maio, cinco no dia 3 de maio, uma no dia 5, duas no dia 6 e, por fim, três no dia 7 de

maio) e 34 notícias do *Times* (sendo cinco no primeiro dia, seis no segundo, duas no dia 3 de maio, cinco no dia 4 de maio, quatro no dia 5, seis no dia 6 e seis no último dia de análise).

4.2.1 - 1º de maio

Foram analisadas as seguintes matérias no dia 1º de maio:

The Guardian:

1) Ed Miliband: I won't have Labour government if it means deals with SNP

The Times:

- 1) We'll target Labour-held marginals now Ed won't be prime minister, says Farage
- 2) Miliband savaged for 'lies' over spending
- 3) Scots voters aren't listening any more, says Blunkett
- 4) Miliband is bad for business, warn FTSE bosses
- 5) Cameron promises to protect child benefit in final TV clash

The Guardian

Ed Miliband: I won't have Labour government if it means deals with SNP

Apesar de grande parte da matéria se dedicar ao próprio processo eleitoral, com destaque para as entrevistas dos candidatos no programa da BBC *Question Time*, ela apresentou forte tendência à personalização. O próprio título e o *lead* são indícios, com o nome de Ed Miliband aparecendo em destaque. No parágrafo inicial há reproduzido, inclusive, um dos posicionamentos do líder trabalhista durante o programa de TV: “Ed Miliband endureceu sua oposição ao Partido Nacional Escocês, dizendo que ele não terá ‘um governo Trabalhista se isso significar negócios ou coligações com o SNP’”³³ (WATT; WINTOUR, 2015. Tradução nossa).

É interessante notar que, no corpo da matéria, em meio a dados sobre o desempenho dos líderes no programa em quesitos como a argumentação e a possibilidade de transferência de votos, foi trazida à tona a avaliação da personalidade de cada um deles, o que também é indício de que atributos pessoais têm, sim, influência na política britânica.

³³Ed Miliband has hardened his opposition to a deal with the Scottish National party, saying that he was “not going to have a Labour government if it means deals or coalitions with the SNP”.

“Miliband ficará satisfeito que, em contraste com uma votação pessoal muito negativa, ele alcançou o nível do primeiro ministro – com 43% cada – ao deparar-se com o fato de ter ‘a personalidade mais atraente’”³⁴ (Idem).

Ao trazer a tona dados sobre a “personalidade mais atraente”, a matéria parece corroborar com a ideia de democracia de público de Manin (1995), com o foco passando dos partidos às pessoas. O pensamento de Leal (2002) sobre a Nova Ambiência Eleitoral também pode ser levado em consideração neste contexto. Para o autor, “quando a opinião pública tende à neutralidade sobre os partidos, é o candidato quem polariza o debate.” (LEAL, 2002, p. 69).

Como aponta Aldé (2001), “as escolhas [eleitorais] são, muitas vezes, orientadas por critérios personalistas e intuitivos que reconhecem nos meios, especialmente na televisão, as construções de imagem correspondentes” (p. 180). Neste sentido, ao falar em “personalidade” e evidenciar análises da performance dos líderes, a notícia acaba evidenciando a existência da personalização.

The Times

We’ll target Labour-held marginals now Ed won’t be prime minister, says Farage

A matéria gira em torno do líder do Ukip, Nigel Farage e, por isso, é considerada com ênfase em pessoas. Em muitos momentos a fala de Farage se confunde com a da própria legenda. No *lead*, por exemplo, ele aparece como o apoiador do partido Conservador em uma possível aliança, personificando o Ukip: “Nigel Farage prometeu hoje um empurrão nos distritos Trabalhistas na última semana da campanha eleitoral e disse que ele estaria preparado para apoiar os Conservadores em um negócio de ‘confiança e oferta’”³⁵ (WEBSTER, 2015. Tradução nossa).

Ora, não se falou em o apoio do Ukip aos Conservadores, mas do apoio de Farage. Novamente tem-se, então, como no *Guardian*, uma evidência da política centrada nos candidatos, em detrimento dos partidos, o que novamente nos lembra a democracia de público de Manin (1995), mesmo no parlamentarismo britânico. Pode-se afirmar que esta tendência é refletida nos meios de comunicação.

³⁴Miliband will be pleased that, in contrast to much negative personal polling, he drew the prime minister level – with 43% each – on coming across as having “the more appealing personality”.

³⁵Nigel Farage today promised a push in Labour-held marginals in the last week of the election campaign and said that he would be prepared to support the Conservatives in a “confidence-and-supply” deal.

O declínio da identificação partidária, da fidelidade de um eleitor ao partido e o desgaste da imagem dos partidos consubstancia-se numa ascensão da figura do candidato. Os meios de comunicação social reflectem essas mesmas tendências, verificando-se uma alteração na própria cobertura das campanhas eleitorais. (CARVALHO, 2010, p. 49).

Miliband savaged for ‘lies’ over spending

Assim como na cobertura do *The Guardian* sobre o *Question Time*, o *Times* também teve uma abordagem com ênfase em pessoas, com Ed Miliband sendo alvo de ataques (e, por isso, com valência negativa). Novamente a polarização da disputa eleitoral nas pessoas é uma evidência de personalização, com conseqüente indício da desideologização da campanha, como trabalhado por Wattenberg (1991).

O foco negativo começa já no título (Miliband atacado por ‘mentiras’ sobre os gastos) e prossegue nos parágrafos iniciais do texto, como exemplificado no trecho abaixo.

Ed Miliband passou por uma dolorosa competição televisiva antes da eleição ao ser acusado de “mentir” por se recusar a aceitar que o último governo Trabalhista gastou demais.

Na última etapa da campanha todos os três principais líderes partidários foram questionados pelo público, mas ao Sr Miliband foi dada a recepção mais hostil³⁶. (ELLIOT *et al*, 2015. Tradução nossa)

O texto também trata da possibilidade de formação de um parlamento inglês dividido, sem a maioria absoluta de algum partido. Manin (2013), ao tratar da democracia de público, também aborda a queda da fidelização partidária, que pode, ao menos em parte, ser utilizada para explicar a atual situação inglesa. Alertando para o fato de que a erosão das fidelidades duradouras não significa a obsolescência dos partidos políticos, o autor destaca que o fato reforçou a necessidade de dinamismo na mobilização de eleitores.

Um partido que não buscasse se contrapor ao declínio do apoio eleitoral estaria a caminho do esquecimento. A mera sobrevivência, portanto, exige uma postura proativa. Ao mesmo tempo, dado que a base central de apoio fiel está se reduzindo para todos os partidos, cada um deles enfrenta também um eleitorado “disponível” em expansão. A questão é quais segmentos desse grande eleitorado disponível determinado partido deve visar em sua busca de apoio. Num ambiente tão incerto e imprevisível, a resposta a essa questão não é de forma alguma evidente. É por isso que os partidos recorrem a instrumentos de precisão, como pesquisas de opinião, levantamentos e grupos focais, para melhor discernir os interesses dos muitos segmentos disponíveis no eleitorado. (MANIN, 2013, p. 120).

³⁶Ed Miliband suffered a bruising final television contest before the election as he was accused of “lying” for refusing to accept that the previous Labour government spent too much.

In the last set piece of the campaign all three main party leaders were questioned by the public but Mr Miliband was given the most hostile reception.

Desta forma, pode-se dizer que a própria mídia é um instrumento utilizado pelas legendas para conquistar uma fatia maior desse “eleitorado disponível”, e não é exagero supor que as ações dos líderes partidários visam alcançar um enquadramento favorável – e que, de modo contrário, seus oponentes tentem criar uma imagem negativa, desferindo ataques ou colocando em xeque os demais argumentos, como aconteceu na matéria.

Scots voters aren't listening any more, says Blunkett

A notícia destaca a afirmação do ex-secretário de Estado no governo Trabalhista, David Blunkett, de que Miliband não atingiria uma maioria absoluta no Parlamento graças à força do Partido Nacional Escocês. Para Blunkett, os escoceses pararam de ouvir argumentos racionais, e votarão de acordo com outros fatores (não citados no texto).

Ora, mesmo que a argumentação do ex-secretário seja carregada de ideologias políticas, a afirmação dele contrasta com o que ressalta Popkin (1991) em relação à escolha do voto. O autor, diferentemente do que Blunkett defende, primeiramente afirma que os eleitores agem com base em cálculos racionais, já que possuem suas próprias considerações sobre a sociedade em que vivem – inclusive em relação a partidos e representantes. Contudo, em um segundo momento, Popkin também ressalta que o eleitor comum não tem incentivos para buscar informações, já que isto teria custos. A escolha do voto seria, então, permeada por outros dados indiretos – como informações pessoais ou outras impressões geradas em outras esferas da vida cotidiana (LEAL, 2002).

Desta forma, a afirmação de Blunkett acaba trazendo à tona o debate sobre a escolha do voto e os atalhos cognitivos – dos quais a personalização é uma das consequências naturais. Por isso, argumenta Popkin, o eleitor acaba recorrer a um pensamento de racionalidade de “baixa informação”, com considerações instintivas ou intuitivas. Como já trabalhado, os possíveis exemplos desses atalhos informacionais para a escolha do voto (não citados na matéria) poderiam ser as personagens e personalidades, as próprias notícias veiculadas ou, ainda, conversas informais com amigos e conteúdos compartilhados online (LEAL; ROSSINI; SANGLARD, 2013).

Outra afirmação do ex-secretário Trabalhista se aproxima da argumentação teórica trabalhada por Popkin (1991), Wattenberg (1991) e desenvolvida por Leal (2002). Como os autores destacam, há uma tendência à aproximação do centro do espectro ideológico pelos partidos e da conseqüente homogeneização dos discursos, sob pena de que a polarização à esquerda ou à direita afaste possíveis eleitores.

Neste contexto, é retratada na matéria a seguinte fala do ex-secretário: “O ex-secretário de Estado Trabalhista, que está afastado do parlamento, também pediu a Miliband que se mova à uma posição central caso ele lidere um governo minoritário”³⁷ (ELLIOT, 2015a). Em oposição a Blunkett, também neste contexto, aparece a fala do secretário do maior sindicato de trabalhadores do Reino Unido, o *Unite the Union*.

Contudo, Len McCluskey, o secretário geral do Unite, apelou que o líder Trabalhista tenha a “coragem de suas convicções e implemente o programa que ele no qual ele atualmente está e efetivamente o apresenta diante do eleitorado”³⁸ (Idem).

Isso mostra que o debate e as evidências teóricas estão presentes também na realidade britânica.

Miliband is bad for business, warn FTSE bosses

Apesar de o texto discutir qual partido político britânico (ou coalizão) favoreceria as grandes empresas, novamente Ed Miliband é representado de maneira negativa. Encarado como a encarnação dos Trabalhistas, já no título é criticado por “ser ruim aos negócios”. Neste sentido, pode-se dizer que a valência é negativa.

Neste contexto, vale ressaltar que o uso do negativismo, inclusive pela mídia, pode ser feito considerado uma arma política.

A prática do uso do negativismo surge como arma política, visando atacar e enfraquecer os oponentes eleitorais. Assim, a aplicação de uma política do negativo visa encontrar as fraquezas nos argumentos, comportamentos, personalidade ou nas capacidades de governação. Deste modo, a política torna-se cada vez mais cínica e menos centrada nos assuntos essenciais. (CARVALHO, 2010, p. 45)

David Cameron também aparece na matéria como a personificação dos Conservadores, mas em um contexto mais ameno, de discussões de propostas, e não apenas com críticas diretas. “No único sinal de potenciais tensões entre David Cameron e empresas,

³⁷The former Labour home secretary, who is standing down from parliament, also called on Mr Miliband to move to the centre ground if he leads a minority government.

³⁸However, Len McCluskey, the general secretary of Unite, called on the Labour leader to have the “courage of his convictions and implement the programme that he is currently and effectively placing before the electorate”.

no entanto, 72% querem que a Grã-Bretanha mantenha sua adesão à União Européia, com mais delegação de poderes a Westminster³⁹.” (COSTELLO, 2015. Tradução nossa).

Mesmo com Cameron e Miliband tomando o lugar de seus próprios partidos, o restante da reportagem se dedicou prioritariamente a discutir questões partidárias, sendo classificada, portanto, com ênfase em partidos.

A crítica à formação de coalizões, presente na matéria e que parece ser uma constante em ambos os jornais, além da perda da centralidade dos partidos Conservador e Trabalhista, são fenômenos que encontram em Manin (2013) algumas das justificativas possíveis. Além da já discutida erosão das fidelidades partidárias, pode-se dizer que

Certamente, a clareza da responsabilidade é diminuída em casos de coalizões governamentais (sem falar de governos divididos em sistemas presidenciais ou semipresidenciais). Contudo, a imputação de responsabilidade é muito mais fácil se os partidos se comportam de maneira coesa nos parlamentos do que se as políticas forem determinadas por coalizões sempre mutáveis de deputados individuais. (MANIN, 2013, p. 119).

Cameron promises to protect child benefit in final TV clash

Novamente o foco da matéria está nas pessoas, apesar de, essencialmente, se tratar de um compromisso de campanha: a participação dos líderes partidários no programa *Question Time*, da BBC. O foco foi positivo para o primeiro-ministro David Cameron, que, entre todos os pontos abordados, teve destacada no título sua fala sobre a proteção dos benefícios pagos às famílias que têm crianças.

A matéria também dedicou a ele os quatro parágrafos iniciais, sem menção alguma a qualquer outro líder ou partido. A valência positiva em relação ao líder Conservador prosseguiu no decorrer do texto. Assim como o negativismo, é razoável considerar que, de modo contrário, a existência de uma visão favorável a determinada pessoa também pode ser uma arma política (CARVALHO, 2010).

4.2.2 - 2 de maio

No dia 2 de maio, a análise englobou as seguintes publicações:

³⁹ In the only sign of potential tensions between David Cameron and businesses, however, 72 per cent want Britain to retain its membership of the EU, with greater devolution of powers to Westminster.

The Guardian

- 1) Ed Miliband: this is a clash of values, not a clash of nations
- 2) As the papers loudly declare party allegiances, it won't just be one that wins it

The Times

- 1) Clegg opens the door to Miliband government backed by SNP
- 2) Cameron could still lose with 1m more votes than Labour
- 3) Spending spree in the Blair-Brown years is exposed
- 4) I'll make no pact with a party that wants to split UK, but...
- 5) Ask not what you can do for career, critics tell PM
- 6) Cameron promises better basic pension

*The Guardian***Ed Miliband: this is a clash of values, not a clash of nations**

Na matéria, que reproduz trechos de uma entrevista de Ed Miliband, o líder utiliza-se sempre da primeira pessoa para tratar das oposições existentes entre seu partido – Trabalhista – e do seu oponente direto, o Conservador e atual primeiro-ministro David Cameron. Por exemplo, a formação de uma coalizão entre os partidos Trabalhista e Partido Nacional Escocês é negada por Miliband não por ser uma posição partidária, mas individual. “Eu tenho sido claro que eu não terei uma coalizão ou acordo com o Partido Nacional Escocês”⁴⁰ (WINTOUR, 2015. Tradução nossa).

Pode-se dizer que a valência é favorável a Miliband, com o líder Trabalhista aparecendo em destaque ao atacar seus concorrentes e tendo espaço para, inclusive, terem reproduzidas dez propostas de lei defendidas por ele.

A discussão sobre a formação de uma coalizão para garantir a governabilidade também pode ser considerada como fruto de uma perda da capacidade de polarizar a opinião pública em dois campos ideológicos distintos, como aconteceu no caso dos Estados Unidos, de acordo com Wattenberg (2001). Isso incentivaria a volatilidade eleitoral que, por sua vez, culminaria na maior valorização dos candidatos em detrimento dos partidos – ainda que as coligações sejam estabelecidas entre as legendas, e não entre pessoas.

⁴⁰ “I have been clear I am not going to have a coalition or a deal with the Scottish National party”

Assim, neste contexto, as afirmações de Lijphart (1999), de que as coalizões no parlamentarismo britânico são fenômenos raros, podem estar sujeitas, cada vez mais, a um questionamentos evidenciados pela queda da polarização partidária vista no dia a dia da política britânica.

As the papers loudly declare party allegiances, it won't just be one that wins it

Apesar de ser classificada com ênfase na disputa eleitoral, a matéria não está enquadrada nos moldes da “corrida de cavalo”. O texto trata do apoio dos jornais britânicos aos partidos, inclusive das divergências internas sobre qual legenda apoiar. A justificativa para as diferenças de opinião no *The Sun*, por exemplo, reside não nos partidos, mas nas figuras de Nicola Sturgeon e Ed Miliband.

A divisão pode significar que a líder do partido, Nicola Sturgeon, é retratada tanto como uma “besta” prestes a destruir o país quanto um cavaleiro jedi escolhido para salvar a Escócia ao mesmo tempo, mas a decisão foi inteiramente consistente com a visão pragmática de Murdoch sobre a política.

O magnata da mídia toma gosto pelo partido mais provável a vencer e o mais provável a promover seus próprios interesses comerciais. Além do mais, os ganhos Conservadores no sul e do SNP no norte enganaria o Trabalhista Ed Miliband, que não guardou segredo do fato de ele pensar que o News UK – também dono do Times e do Sunday Times – é muito poderoso e a regulação da imprensa muito fraca⁴¹. (MARTINSON, 2015. Tradução nossa. Grifo no original).

Isso evidencia o que foi discutido por Hallin e Mancini (2004) sobre o paralelismo político, ou seja, o grau de proximidade dos veículos de mídia em relação aos partidos políticos. Os autores, além de enquadrarem a imprensa britânica no modelo Corporativista Democrático, também destacaram que ela possui características Liberais, com a autonomia jornalística influenciada por pressões comerciais e por uma instrumentalização política – justamente o que é questionado na matéria do *Guardian*. A matéria também deixa transparecer a forte orientação política dos jornais – especialmente dos tablóides – em períodos eleitorais, como também já tratado por nós à luz do que dissertam Halin e Mancini (2004).

⁴¹The split might mean that party leader Nicola Sturgeon is portrayed as both a “beast” about to ruin the country and a jedi knight set to save Scotland in the same title, but the decision was entirely consistent with Murdoch’s pragmatic view of politics.

The media mogul takes a liking to the party most likely to win and the one most likely to further his own commercial interests. What’s more, Tory gains in the south and SNP gains in the north would snooker Labour’s Ed Miliband, who has made no secret of the fact he thinks News UK – also the owner of the Times and the Sunday Times – is too powerful and press regulation too weak.

The Times

Clegg opens the door to Miliband government backed by SNP

Com destaque para temas eleitorais, a notícia trata, novamente, da formação de alianças partidárias, partindo de uma discussão sobre o apoio prometido por Nick Clegg, líder do Partido Liberal Democrata, a um possível governo de Ed Miliband em conjunto com o Partido Nacional Escocês. Como tem acontecido, a formação deste tipo de coalizão foi questionada pelo *Times*.

Desta forma, novamente o pensamento de Manin (2013) sobre a erosão das fidelidades partidárias parece se confirmar, com a maior dificuldade de polarizar o debate político em apenas dois pólos, como já discutido anteriormente.

Cameron could still lose with 1m more votes than Labour

A matéria foi classificada como tendo ênfase na disputa eleitoral, já que a maior parte do texto possui esta abordagem. Contudo, é interessante observar que, mesmo ao dar ênfase a um conteúdo partidário, a personalização não deixa de existir. Seguindo a tendência de outras matérias, o foco inicial é em David Cameron, em vez do partido Conservador.

Mesmo quando apenas partidos são citados em uma sentença, Cameron aparece no lugar da legenda, como consta no *lead*: “David Cameron poderia garantir tantos votos quanto o partido Trabalhista e o SNP juntos e ainda encontrar-se trancado fora do poder, de acordo com um dos principais analistas da eleição⁴²” (SAVAGE; SHERMAN, 2015).

Novamente isso pode estar relacionado à mudança dos próprios partidos políticos, com os líderes sendo valorizados mais que as próprias legendas.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e a proliferação de grupos de interesse públicos entram em choque com a articulação de interesses e as funções informativas dos partidos políticos. Há indícios de que os meios de comunicação de massas estão a substituir os partidos enquanto fontes de informação política e, possivelmente, a reduzir o conteúdo partidário desta informação. Os próprios partidos também estão a mudar, adoptando novos métodos e novas formas institucionais, concedendo maior ênfase aos seus líderes e organizando campanhas menos dependentes dos membros partidários e do seu contacto pessoal directo com os cidadãos. Os próprios líderes, mais do que os partidos que lideram, são hoje muitas vezes o ponto central das campanhas eleitorais (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003, p. 297).

⁴²David Cameron could secure as many votes as Labour and the SNP combined and still find himself locked out of power, according to a leading election analyst.

Para Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), o enfraquecimento das ligações partidárias em uma determinada nação pode ser explicado pelas circunstâncias políticas particulares dessa nação. No caso britânico, por exemplo, eles defendem que o declínio do partidarismo foi muitas vezes “associado às lutas econômicas dos anos 70 e à ineficácia da resposta dos partidos a esses desafios”. (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003, p. 297).

Spending spree in the Blair-Brown years is exposed

Novamente o *Times* atacou Ed Miliband e o Partido Trabalhista (tendo a notícia, portanto, valência negativa), desta vez ao relatar a participação de Miliband no programa de televisão *Question time*. O texto destacou que ele foi duramente questionado e criticado por não aceitar que, quando esteve no governo, o Partido Trabalhista gastou em excesso, agravando a crise financeira vivida na época.

Sem dar voz a Miliband, novamente o *Times* se utilizou do negativismo como prática de reportagem, com os ataques se sobressaindo ao próprio debate (CARVALHO, 2010).

I'll make no pact with a party that wants to split UK, but ...

Nick Clegg, líder do partido Liberal Democrata, aparece como figura central da matéria. Apesar de não personificar seu partido, o texto apresenta suas visões pessoais sobre a política inglesa e novamente, sobre as coalizões, como já discutido a partir de Manin (2013). No final é apresentado um breve currículo de Clegg, além de um “Fogo rápido”, com perguntas que devem ser respondidas rapidamente e que não se relacionam à política – mas tão somente a preferências pessoais sobre seriados, animais ou personalidades inglesas.

A valência é positiva para Clegg, que tem espaço para questionar seus concorrentes na disputa eleitoral, como nos trechos abaixo.

I) (4º parágrafo)

“Os eleitores não gostam desse material ideológico linha-dura de David Cameron ou do analfabetismo econômico de Miliband e eles estão perplexos com a veemência de suas campanhas”⁴³ (SYLVESTER; THOMSON, 2015. Tradução nossa).

II) (9º parágrafo)

“Ed Miliband é infantil de dizer que mesmo que o Partido Trabalhista não tenha a maioria ele irá agir como se tivesse”⁴⁴ (Idem)

Sendo assim, observando as falas de Clegg, novamente há indícios do negativismo descrito por Carvalho (2010), com a aplicação de uma política que busca encontrar e destacar as fraquezas dos oponentes.

Ask not what you can do for career, critics tell PM

Como também já havia acontecido nas matérias do *The Guardian*, esta reflete as críticas dos adversários de David Cameron sobre a valorização de sua própria personalidade, em detrimento das propostas para o Reino Unido. Em um raro caso na análise realizada no *Times*, Cameron aparece com valência negativa na reportagem.

O *lead* da matéria e o segundo parágrafo já dão o tom do texto, que também critica a distância dos líderes partidários em relação aos eleitores.

I) *Lead*

“Depois de uma campanha que tem visto os líderes políticos serem criticados por não se nivelarem com o eleitorado, David Cameron pareceu se envolver em um momento de franqueza ontem – quando ele descreveu a eleição como um momento ‘definidor de carreira’”⁴⁵ (SAVAGE, 2015a. Tradução nossa)

II) 2º parágrafo

⁴³“Voters don’t like this hardline ideological stuff from David Cameron or the economic illiteracy of Ed Miliband and they are bewildered by the vehemence of their campaigns.”

⁴⁴“Ed Miliband is infantile to say even if Labour doesn’t have a majority it will act as though it did”

⁴⁵After a campaign that has seen political leaders criticised for not levelling with the electorate, David Cameron appeared to engage in a moment of candour yesterday — as he described the election as a “career-defining” moment.

“O primeiro-ministro, que rapidamente se corrigiu dizendo que foi uma eleição de ‘definição de país’, foi imediatamente atacado pelos seus adversários por aparecer para priorizar seu currículo sobre as necessidades do país”⁴⁶. (Idem)

III) 7º parágrafo (último)

Ed Miliband disse que é sugerido que o Sr. Cameron “se coloca em primeiro lugar”, em vez das necessidades do eleitorado. ‘Após semanas de pessoas dizendo que ele não tem paixão, ele finalmente encontrou algo pelo qual é apaixonado: sua própria carreira,’ ele disse. ‘Isso mostra a diferença entre nós. Ele pensa que esta eleição é sobre ele. Eu penso que é sobre vocês, o povo britânico’⁴⁷ (Ibidem)

Ou seja, a pura personalização da disputa parece ser vista como sinônimo de egoísmo – mas, ao mesmo tempo, existe a demanda de proximidade dos representantes das legendas com o eleitorado, exercendo apenas os papéis de interlocutores, e não de objetos da disputa. É razoável considerar que, à luz das ideias de Manin (2013), a personalização da disputa pode ser consequência da erosão das fidelidades partidárias e da nova ambiência eleitoral (LEAL, 2002), como já discutido também a partir de Dalton, McAllister e Wattenberg (2003).

Cameron promises better basic pension

O texto aborda o aumento da pensão básica paga pelo Estado britânico aos aposentados, com destaque para a fala de David Cameron, que diz defender um aumento no valor pago atualmente. A matéria também destaca que o primeiro-ministro sabe que os mais velhos são mais propensos a votar e que, por isso, resistiu às pressões para restringir os pagamentos.

Ora, como Cameron poderia saber que os mais velhos são mais propensos a votar, se não por meio de pesquisas eleitorais? Neste sentido, é válido nos lembrarmos dos argumentos relacionados à profissionalização das campanhas eleitorais e da homogeneização dos discursos como consequência, como tratam Wattenberg (1991) e Leal (2002). Com os líderes partidários dizendo o que os eleitores esperam ouvir – neste caso os aposentados,

⁴⁶The prime minister, who quickly corrected himself to say it was a “country-defining” election, was immediately attacked by his opponents for appearing to prioritise his own CV over the needs of the country.

⁴⁷Ed Miliband said that it suggested that Mr Cameron “puts himself first”, rather than the needs of the electorate. “After weeks of people saying that he lacks passion, he has finally found something he is passionate about — it’s his own career,” he said. “That tells you the difference between us. He thinks this election is about him. I think it’s about you, the British people.”

apontados pela matéria como um público importante – corre-se o risco de o debate fugir do campo ideológico, passando-se, então, a valorizar atributos pessoais.

4.2.3 – 3 de maio

A análise realizada no dia 3 de maio considerou as seguintes notícias:

The Guardian

- 1) Britain set to face weeks of political paralysis after election poll
- 2) Leaders make final pleas at rallies as Ed Miliband claims victory is within reach
- 3) Ed Miliband to set his promises in stone
- 4) Selfie queen, favourite aunt: could Nicola Sturgeon sweep the board?
- 5) Nick Clegg's future and Lib Dem power are hanging in the balance

The Times

- 1) Royal family's role should be ceremonial, says Green leader Natalie Bennett
- 2) Britain faces weeks of political chaos after general election

The Guardian

Britain set to face weeks of political paralysis after election poll

A formação de coalizões é questionada na matéria, assim como já analisado anteriormente à luz do que defende Wattenberg (1991). O texto apresenta dados que comprovam a proximidade dos partidos Trabalhista e Conservador em relação à intenção de votos, mas também se dedica a tratar de pessoas, com Nick Clegg apontado como um dos participantes da coalizão e com a formação de uma aliança com David Cameron sendo retratada de maneira negativa.

O negativismo em relação à formação de coalizões (CARVALHO, 2010) já pode ser visto logo no título, ao citar uma possível “paralisia política” após o pleito. No decorrer do texto isto também é presente. “Um dos constitucionalistas mais importantes do país, professor Vernon Bogdanor, disse que a atual ‘dinâmica política’ é sem precedentes e que um período

de instabilidade certamente aconteceria após quinta-feira [dia da eleição].⁴⁸” (BOFFEY; COWBURN; HELM, 2015a. Tradução nossa).

Leaders make final pleas at rallies as Ed Miliband claims victory is within reach

A princípio a matéria dá ênfase à campanha trabalhista, com Miliband sendo o porta-voz do partido, e posteriormente passa a questionar a personalização da disputa eleitoral por David Cameron.

Enquanto isso David Cameron procurou personalizar a campanha em torno de sua própria liderança, sugerindo que os eleitores pensassem cuidadosamente sobre quem eles queriam que estivesse dirigindo o país após quinta-feira⁴⁹ (BOFFEY; COWBURN HELM, 2015b. Tradução nossa).

Pode-se dizer que a própria presença da crítica à personalização na matéria é mais uma evidência de que o fenômeno descrito por diferentes autores (LEAL, 2002; GOMES, 2004; WATTENBERG, 1991) em diferentes contextos também está presente na realidade britânica, inclusive com a mudança do foco para os líderes partidários, no lugar das legendas, como já trabalhado (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003).

O texto reproduz, ainda, uma fala do próprio primeiro-ministro britânico, que busca evitar o chamado voto útil (ou tático), aquele dado não ao partido de preferência primária, mas no que tem mais condições de ser eleito no lugar de um concorrente direto.

Em sua fala, Cameron tenta garantir os votos para o Partido Conservador – personalizado em sua própria imagem – além de lançar luz aos candidatos, no lugar de partidos, como no trecho destacado abaixo.

Se você quer seu primeiro-ministro preferido, **vote no seu primeiro-ministro preferido**. Não corra um risco pensando “Eu votarei Liberal Democrata e espero ter o primeiro-ministro que quero” ou votando Ukip e torcendo para que, de alguma maneira, ele surja. Se você quer que eu continue liderando o país, certificando-se de que temos a estabilidade e a segurança na nossa economia, vote de acordo, porque nós estamos a apenas 23 cadeiras da maioria [do Parlamento]⁵⁰ (BOFFEY; COWBURN HELM, 2015b. Tradução nossa. Grifo nosso).

⁴⁸One of the country’s foremost constitutionalists, Professor Vernon Bogdanor, said the current “political dynamics” were unprecedented and a period of instability was sure to follow after Thursday.

⁴⁹Meanwhile David Cameron sought to personalise the campaign around his own leadership, suggesting voters think carefully about who they wanted to be running the country after Thursday.

⁵⁰“If you want your preferred prime minister, vote for your preferred prime minister. Don’t take a risk thinking ‘I’ll vote Liberal Democrat and hope I get the prime minister I want’ or vote Ukip and hope somehow it emerges. If you want me to carry on leading the country, making sure we have that stability and security in our economy, vote accordingly because we are only 23 seats short from that overall majority.”

A preocupação de Cameron e a tendência à personalização também podem ser justificadas pela perda de fidelidade partidária apontada por Manin (2013). Para o autor, atualmente os partidos não atraem as fidelidades duradouras dos eleitores, uma tendência observada por ele em todas as democracias.

A matéria também reproduz a tensão existente nas eleições gerais de 2015, já que, novamente, havia forte possibilidade de ser necessário o estabelecimento de um governo de coalizão. Isso fica evidente na fala do líder do partido Liberal Democrata, Nick Clegg, que se aliou ao partido de David Cameron no governo anterior. É importante destacar que, ao citar o “número 10”, Clegg faz referência à residência oficial e escritório do primeiro-ministro britânico, que se localiza na Downing Street, 10. “A questão não é se Ed Miliband ou David Cameron irão entrar no N° 10 – um deles irá – é quem estará ao lado”, disse ele⁵¹ (BOFFEY; COWBURN HELM, 2015b).

Ed Miliband to set his promises in stone

A reportagem “Ed Miliband fixa suas promessas em pedra” novamente dá mostras de personalização. Ela se refere a uma pedra calcária gigante, de cerca de 2,6m de altura, na qual Ed Miliband gravou seis promessas de campanha. A intenção era colocá-la, após a vitória, à vista do escritório oficial do primeiro-ministro, para que, simbolicamente, as promessas feitas não fossem esquecidas.

A criação da pedra pode ser vista como uma evidência da espetacularização da política, como tratado por Schwartzberg (1977) e Debord (1997), também no Reino Unido. Em uma sociedade altamente midiaticizada, a pedra serviria como elemento para garantir a visibilidade do líder Trabalhista.

Numa sociedade dominada pelos meios de comunicação de massa, a espetacularização da política relaciona-se com a necessidade dos actores políticos obterem visibilidade. O progressivo aumento do número de espectadores consumidores de formatos relacionados com política trouxe consigo algumas modificações quanto aos conteúdos programáticos (CARVALHO, 2010, p. 50).

O ato de Miliband garantiu atenção ao seu nome no texto, com o partido Trabalhista sendo citado subsidiariamente. As promessas gravadas em pedra aparecem ora

⁵¹ “The question is not is it Ed Miliband or David Cameron going to walk into No 10 – one of them will – it’s who is going to be there alongside,” he said.

como sendo do próprio líder, ora como consequência de discussões e alinhamentos da própria legenda, como evidenciam o título e o corpo do texto.

Ed Miliband encomendou uma pedra gigante com a inscrição de seis promessas eleitorais do **Partido Trabalhista**, que está prevista para ser instalada em no Rose Garden em Downing Street se ele se tornar primeiro-ministro. (...) Miliband disse que a pedra simbolizaria seu comprometimento para manter **suas promessas** e reconstruir a confiança na política britânica⁵². (HELM, 2015. Tradução nossa. Grifos nossos.)

Miliband também ataca seus competidores no texto, sem que eles tenham a oportunidade do contraditório. Por isso, pode-se dizer que a valência é positiva para ele.

Selfie queen, favourite aunt: could Nicola Sturgeon sweep the board?

A matéria trata da ascensão da campanha de Nicola Sturgeon, do Partido Nacional Escocês. O repórter Kevin McKenna, ao cobrir um dos compromissos de Sturgeon, também não deixou de incluir elementos personalistas em seu texto. Descrevendo o furor com o qual a líder foi recebida na Escócia, ele reproduziu os pedidos de *selfie* feitos a Sturgeon, inclusive no banheiro, além de fatos como a líder ajustar seu vestido da grife *Karen Millen*.

Em meio a dados sobre as eleições, o texto termina destacando a liderança de Sturgeon entre as mulheres – o chamado “fator Sturgeon”.

O fator Sturgeon também é significativo. Tem havido um grande aumento no número de mulheres engajadas na política e elas consideram Sturgeon como um modelo, bem como um político. Esta é uma mulher que muitas mães estão sustentando como um exemplo para suas filhas. Como tal, seu apelo agora conduz muito além da arena política. **Ela é um porta-estandarte para causas que vão além da política partidária. Assim, algo mais do que mera política pode ser necessário para destroná-la**⁵³. (MCKENNA, 2015. Tradução nossa. Grifo nosso).

As frases finais, em destaque, também são indícios importantes de que a disputa eleitoral, inclusive no Reino Unido, também se dá fora da própria política partidária, levando

⁵²Ed Miliband has commissioned a giant stone inscription bearing Labour’s six election pledges that is set to be installed in the Downing Street Rose Garden if he becomes prime minister. (...) Miliband said that the stone would symbolise his commitment to keep his pledges and rebuild trust in British politics.

⁵³The Sturgeon factor is also significant. There has been a major increase in the number of women engaged in politics and they regard Sturgeon as a role model as well as a politician. This is a woman whom many mothers are holding up as an example for their daughters. As such, her appeal now carries well beyond the political arena. She is a standard-bearer for causes that go beyond party politics. Thus, something more than mere politics may be required to dethrone her.

em consideração atributos pessoais. O enfoque favorável da matéria também permite dizermos que a valência, neste caso, é positiva para Sturgeon.

Neste contexto, vale a pena lembrar da nova ambiência eleitoral descrita por Leal (2002), com a personalização da política culminando em uma desideologização das disputas eleitorais. O caso de Sturgeon na matéria é significativo, já que tem a própria líder polarizando o que poderia ser um espaço de debate político. Assim, pode-se dizer que a tendência à americanização das campanhas descritas por Wattenberg (1991) também tem evidências na política britânica.

Nick Clegg's future and Lib Dem power are hanging in the balance

Apesar de o texto mencionar alguns atributos do líder do partido Liberal Democrata, Nick Clegg, o foco é mais partidário, com a exposição de alguns motivos para a transferência de votos de um partido a outro. A matéria também deixa transparecer como outros partidos têm ganhado importância no Reino Unido, passando a representar, cada vez mais, ameaças aos partidos majoritários, Conservador e Trabalhista. Neste sentido, também traz à tona a possibilidade real de os Liberais Democratas participarem novamente de uma coalizão no governo vitorioso. Isso corrobora o pensamento de Manin (2013) sobre a erosão das fidelidades partidárias, tema tratado também por Dalton, McAllister e Wattenberg (2003)

Em um primeiro momento, Clegg aparece descrito como “jovial”, além de “articulado” e “otimista”, mas o restante da matéria se concentra em evidenciar os embates entre os partidos, como destaca o trecho a seguir.

O foco desta campanha pode estar nas batalhas nos distritos-chave entre Trabalhistas e Conservadores e a luta desigual do Partido Trabalhista para conter o SNP na Escócia, mas serão lutas em poucos assentos dos Liberais Democratas como o de Solihull, que poderá decidir qual tipo de governo a Grã-Bretanha terá nos próximos cinco anos, e se ele está mergulhado na incerteza constitucional sem precedentes e potencialmente prolongada por semanas ou meses⁵⁴. (BOFFEY; HELM, 2015. Tradução nossa).

⁵⁴The focus of this campaign may be on the battles in “key marginals” between Labour and the Tories and Labour’s unequal struggle to hold back the SNP in Scotland, but it will be fights in a few Lib Dem seats such as Solihull that could decide what kind of government Britain has for the next five years, and whether it is plunged into unprecedented and potentially prolonged constitutional uncertainty for weeks or months.

The Times

Royal family's role should be ceremonial, says Green leader Natalie Bennett

A matéria destaca o posicionamento do Partido Verde em relação ao poder da família real no Reino Unido. A líder, Natalie Bennett, aparece defendendo uma postura republicana da legenda, relegando à monarquia apenas um papel cerimonial, com eleição direta para a Câmara dos Lordes⁵⁵.

Apesar de dar voz a Bennet, o foco do texto foi dado a um posicionamento partidário, como destacam os dois primeiros parágrafos.

A líder do Partido Verde pediu uma “Convenção Constitucional do Povo” para relegar a família real a um papel cerimonial. Natalie Bennet disse que seu partido acredita que “o princípio hereditário não deveria ter lugar na nossa Constituição”, ao explicar suas reformas propostas⁵⁶. (LINE, 2015a. Tradução nossa)

A fala de Bennet lembra o que explica Dallari (1998) ao tratar das formas de governo. De acordo com ele, a monarquia teve seus poderes enfraquecidos com o tempo, com o surgimento, a partir do século XVIII, das monarquias constitucionais, que limita o poder real de acordo com o definido em lei, como no caso inglês.

Britain faces weeks of political chaos after general election

Novamente o estabelecimento de coalizões em um governo no Reino Unido foi criticado na matéria, que teve foco principal na disputa política. Novamente o debate sobre coalizões faz lembrar o que diz Manin (2013) a respeito do tema, sobre a erosão das fidelidades partidárias, como já trabalhado.

Apesar de ter foco na disputa política, não faltaram evidências de personalização ao longo do texto. A retomada de uma fala de David Cameron é um exemplo: “David Cameron também incitará os eleitores hoje a ‘parar e pensar’ sobre quem eles preferem em

⁵⁵A Câmara dos Lordes é o equivalente ao Senado britânico, e tem o papel de elaborar as leis e complementar o trabalho desenvolvido na Casa dos Comuns. Os membros não são diretamente eleitos, como no Brasil, e sim aprovados pela rainha a partir de indicação do primeiro-ministro ou da própria Câmara. (UK PARLIAMENT, 2016).

⁵⁶The leader of the Green Party has called for a “People’s Constitutional Convention” to relegate the royal family to a ceremonial role. Natalie Bennett said her party believed that the “hereditary principal should have no place in our constitution” as she explained her proposed reforms.

Downing Street.⁵⁷” (LINE, 2015b. Tradução nossa). Ora, em vez de se pensar sobre qual é o partido preferido, fala-se em qual é o líder preferido, sugerindo, novamente, que fatores pessoais também exercem influência na política britânica.

Ed Miliband também aparece neste contexto, ao ter citada sua pedra com promessas gravadas. “Miliband, por sua vez, revelou um monolito de pedra calcária de oito pés gravado com suas seis promessas eleitorais para mostrar que seus votos são ‘esculpidos em pedra⁵⁸” (Idem). Ora, assim como nas matérias do *Guardian*, as promessas são atribuídas a Miliband, e não ao Partido Trabalhista.

De modo diferente e isolado, o líder do partido Liberal Democrata, Nick Clegg, aparece valorizando o consenso e as decisões partidárias.

O líder Liberal Democrata disse ao *The Independent* no domingo que havia um “forte senso de dever nacional” para seu partido agir no interesse do país como um todo. Ele disse: “eu não irei contra a vontade coletiva do meu partido. Você não pode resistir a todas as pressões, você não pode agüentar firme, você não pode manter o curso, a menos que tenha tomado uma decisão coletiva⁵⁹”. (Ibidem. Destaque no original)

4.2.4 – 4 de maio

Foram consideradas as seguintes publicações no dia 4 de maio:

The Guardian

1) Labour overspending did not trigger financial crash, says senior civil servant

The Times

- 1) Teenagers vote for party supported by their parents
- 2) Don't sneak into No 10, Miliband is warned
- 3) Labour's EdStone is not welcome in our back yard, say city planners
- 4) Cameron and Clegg trade 'liar' insults over poll claim
- 5) SNP and tuition fees loom large as parties fight toxic reputations

⁵⁷David Cameron will also urge voters today to “stop and think” about who they would prefer in Downing Street.

⁵⁸Mr Miliband, meanwhile, has unveiled an eight-foot limestone monolith engraved with his six election pledges to show his vows are “carved in stone”.

⁵⁹The Liberal Democrat leader told *The Independent* on Sunday that there was a “strong sense of national duty” for his party to act in the interest of the country as a whole. He said: “I will not go against the collective will of my party. You can't weather all the pressures, you can't hang tough, you can't stay the course unless you've taken a collective decision.

The Guardian

Labour overspending did not trigger financial crash, says senior civil servant

Contradizendo as críticas dos Conservadores, o texto traz falas do secretário do tesouro, negando que o excesso de gastos do Partido Trabalhista tenha sido responsável pela crise enfrentada pelo Reino Unido em 2008. Os questionamentos foram feitos no programa *Question Time*, da BBC, como já mencionado em notícias anteriores.

O posicionamento do *Guardian* nesta matéria contrasta com as afirmações do *Times*, rebatendo críticas, em vez de fomentá-las. Como destacado em um dos parágrafos, a economia se tornou um tema-chave na campanha Conservadora após a realização de uma pesquisa de opinião, lembrando, portanto, o debate envolvendo a profissionalização das campanhas eleitorais, com os candidatos dizendo o que os eleitores desejam ouvir.

Com os discursos de todos os líderes partidários sendo padronizados (seja ao atacar ou a se defender de ataques), outras características acabam sendo consideradas, e há um risco de personalização (LEAL, 2002; WATTENBERG, 1991).

The Times

Teenagers vote for party supported by their parents

A notícia, que tem enfoque partidário, trata de uma pesquisa que aponta que os jovens de 16 e 17 anos tendem a seguir o voto dos pais. Além disso, o estudo, desenvolvido por cientistas políticos da Áustria e da Noruega, aponta que pessoas dessa faixa etária tendem a comparecer mais às urnas, quando comparados com jovens entre 18 e 24 anos. Neste sentido, o texto passa a discutir a intenção de algumas legendas em reduzir a idade do voto no Reino Unido, de 18 para 16 anos.

Isso contrasta com a observação de Manin (2013) de que, contemporaneamente, os partidos não perderam totalmente seu espaço em todos os aspectos, mas também se readequaram.

De fato, vários estudos mostram que, longe de decair, os partidos reagiram ao ambiente volátil gerado pela erosão das fidelidades partidárias tornando-se mais proativos, ágeis e rápidos do que eram antes. Há também evidências de que essa transformação os tornou “mais cientes da opinião e das demandas dos cidadãos” (MANIN, 2013, p. 121).

A matéria também esbarra na ideia de que os partidos políticos tendem, cada vez mais, a se posicionar no centro do espectro político, como tratado por Leal (2002). A reprodução da fala de um cientista político sobre a tendência de voto dos jovens deixa isso claro na publicação:

“Esta geração é diferente das anteriores – eles são menos rebeldes. Eles querem trabalhar duro e conquistar um bom emprego, querem ser bons estudantes. Eles são mais parecidos com os seus pais do que gerações anteriores, e o mesmo pode ser visto quando se trata de votar”⁶⁰ (KNOWLES, 2015a. Tradução nossa).

Don't sneak into No 10, Miliband is warned

Novamente resgatando a tônica central das eleições gerais, a matéria aborda a possibilidade de nenhum dos partidos alcançar a maioria absoluta dos votos. Nesse caso, os questionamentos existentes dizem respeito à indicação do primeiro-ministro: mesmo sem ter a maioria no parlamento, o partido com mais votos que os outros tem esse direito? De acordo com o texto, o vencedor – possivelmente o Partido Conservador, de David Cameron – teria o direito de apontar o representante, mesmo sem a maioria total.

Alegando terem realizado entrevistas com fontes do alto escalão do próprio partido Trabalhista a respeito do tema, os repórteres Sam Coates e Laura Pitel deslegitimam no texto a possibilidade de Ed Miliband assumir o poder caso sua legenda tenha alguns assentos a menos no Parlamento – situação na qual David Cameron sairia beneficiado. Com os ataques, a matéria parece evidenciar o que diz Carvalho (2010) sobre o negativismo como arma política – como já trabalhado.

O próprio título já corrobora a ideia: “Não se infiltre no N°10, Miliband é advertido”. Ao utilizar o termo “infiltrar”, a ideia de invasão e, portanto, de ilegitimidade, é trazida à tona. A valência, então, pesa em desfavor a Miliband.

Portanto, mesmo tratando de uma questão eleitoral, o foco da matéria acabou se personalizando, com Miliband e Cameron sendo tomados como os próprios partidos, que ficaram relegados a um segundo plano.

⁶⁰“This generation is different from previous generations — they are less rebellious. They want to work hard and get a good job and be good students. They are just more like their parents than previous generations, and the same can be seen when it comes to voting.”

Labour’s EdStone is not welcome in our back yard, say city planners

A pedra calcária com as promessas do Partido Trabalhista ganhou novo destaque na matéria do *Times*. Atribuída a Ed Miliband, ela ganhou um apelido: *EdStone* (“Pedra Ed”), além de ser criticada e ridicularizada já nos parágrafos iniciais.

Ed Miliband pode ter dificuldades para obter permissão para erguer sua tão criticada tabuleta de pedra de promessas, o vice-líder do conselho Westminster advertiu ontem à noite.

O líder trabalhista foi ridicularizado após apresentar a pedra calcária de 2,6m com suas promessas-chave “gravadas em pedra”. Isso rapidamente criou comparações desfavoráveis com uma lápide, os sete mandamentos de A Revolução dos Bichos e o arrogante evento eleitoral de Neil Kinnock em Sheffield⁶¹. (PITEL, 2015a. Tradução nossa).

Neste sentido, a matéria se dedica a apontar as dificuldades que Miliband enfrentaria caso chegasse a ser primeiro-ministro e cumprisse a promessa de erguer a pedra em Downing Street, já que ele precisaria de autorização da prefeitura – de maioria conservadora. Além disso, o texto discorre a respeito de montagens e citações ridicularizando a iniciativa de Miliband, sempre de maneira negativa, o que já indica o desfavor da valência em relação ao líder trabalhista e comprova o negativismo como arma política (CARVALHO, 2010).

Cameron and Clegg trade ‘liar’ insults over poll claim

A notícia discute o aparente conflito entre David Cameron e Nick Clegg. O primeiro-ministro teria, supostamente, confessado a Clegg que os Conservadores não poderiam garantir a maioria do parlamento nas eleições gerais – o que ele negou veementemente.

Em meio ao dissenso, o texto também resgata críticas a Ed Miliband, apesar de se tratar, a princípio, de Clegg e Cameron, por meio de uma fala do próprio primeiro-ministro.

⁶¹Ed Miliband could struggle to obtain planning permission to erect his much-maligned stone tablet of pledges, the deputy leader of Westminster council warned last night.

The Labour leader was mocked after unveiling the 8ft 6in limestone plinth with his six key promises “set in stone”. It quickly drew unfavourable comparisons with a tombstone, the seven commandments of Animal Farm and Neil Kinnock’s hubristic Sheffield rally.

Na quinta-feira as pessoas têm que escolher – eles gostariam que eu continuasse como primeiro-ministro ou eles querem Ed Miliband e o SNP, a única outra opção disponível?

Minha mensagem é que se você votar no [Partido] Liberal Democrata você corre o risco de terminar com Ed Miliband, se você votar Ukip você corre o risco de terminar com Ed Miliband⁶². (SAVAGE, 2015b. Tradução nossa)

Sendo assim, fica claro um posicionamento personalista e, também, desfavorável ao líder trabalhista.

SNP and tuition fees loom large as parties fight toxic reputations

A notícia tem ênfase nos partidos Conservador, Trabalhista e SNP. O texto relata o dilema enfrentado pelas legendas ao propor aumentar as taxas cobradas nas universidades, por ser uma medida impopular. Com base nisso, transcreve os resultados de uma pesquisa de popularidade dos três partidos realizada pelo *YouGov*, mas não sem também citar dados desfavoráveis à imagem de Miliband (e não à de Cameron).

Solicitados a listar as maiores fraquezas do Partido Trabalhista, 34% disseram economia, 32% disseram a grande influência do Partido Nacional Escocês e 27% disseram temer que Miliband seria uma falha como primeiro-ministro. Perguntados sobre as fraquezas dos Conservadores, 41% disseram ser o NHS, bem acima dos 25% que disseram que os líderes empresariais terão muita influência⁶³. (COATES, 2015a. Tradução nossa).

David Cameron aparece em destaque na matéria, assim como em outras, mas o teor de suas falas é diferente das matérias personalizadas, já que ele não se coloca como o partido personificado, mas age como interlocutor.

Cameron diz: “vote nos Conservadores na quinta-feira e você vai ter a segurança de um plano que está funcionando”.

“Você terá um governo estável e uma economia forte dos quais nossas escolas, nosso NHS e o futuro de sua família dependem. Mas vote em qualquer outro partido e a recuperação do Reino Unido pode ficar interrompida”⁶⁴ (COATES, 2015a. Tradução nossa).

⁶²“On Thursday people have to choose - would they like me to continue as Prime Minister or do they want Ed Miliband and the SNP, the only other available option?

“My message is if you vote Lib Dem you are in danger of ending up with Ed Miliband, if you vote Ukip you are in danger of ending up with Ed Miliband.”

⁶³Asked to list the biggest weaknesses of Labour, 34 per cent said the economy, 32 per cent said the SNP having too much influence and 27 per cent said they feared Mr Miliband would be a failure as prime minister. Asked about the Tories’ weaknesses, 41 per cent said the NHS, well ahead of the 25 per cent which said business leaders will have too much influence.

⁶⁴Mr Cameron says: “Vote for the Conservatives on Thursday and you will have the security of a plan that is working.

4.2.5 – 5 de maio

No dia 5 de maio, a dois dias das eleições gerais, foram analisadas as seguintes matérias:

The Guardian

1) Ed Miliband says NHS faces a £2bn deficit in 2015

The Times

- 1) Ex-bookie is Miliband's secret weapon
- 2) Cameron makes 36-hour dash to the finishing line
- 3) Miliband asks unions to save his No 10 bid
- 4) Media scrutiny? Bring it on, says Clegg's wife

The Guardian

Ed Miliband says NHS faces a £2bn deficit in 2015

Mesmo tratando, principalmente, do déficit financeiro no Sistema Nacional de Saúde britânico, uma questão de política pública, a matéria coloca Ed Miliband como personagem central. No texto ele surge como o maior crítico da situação atual, com ataques ao atual governo. Ou seja, o enquadramento da matéria claramente dá visibilidade a Miliband; o déficit foi conhecido a partir de um documento preparado por uma associação, mas é o líder trabalhista quem vocaliza o conteúdo dele. Isso fica claro em alguns trechos da matéria:

I) - (Lead)

“Ed Miliband alertou que dois terços dos *trusts* de hospitais enfrentam ter que fazer ‘cortes drásticos’ depois que o vazamento de um documento interno revelou que é

esperado no sistema de saúde um déficit de quase £ 2 bilhões este ano⁶⁵” (CAMPBELL; WINTOUR, 2015)

II) (5º parágrafo)

“O documento que vazou foi preparado pelo NHS Providers, uma associação de *trusts* de serviços de saúde, e circulou na semana passada⁶⁶” (Idem)

III) (7º parágrafo)

“Ele [Ed Miliband] disse: ‘dois terços dos hospitais enfrentam ter que fazer cortes drásticos, não em algum momento no futuro, mas este ano, em consequência de uma crise de caixa criada em Downing Street⁶⁷’” (Ibidem)

Além disso, por dar destaque a Miliband (e não apenas a qualquer outra fonte institucional do NHS) e reproduzir suas declarações sobre o assunto, pode-se dizer que a valência é favorável a ele.

The Times

Ex-bookie is Miliband’s secret weapon

O texto evidencia a participação de Ian Warren, um ex-agente de apostas, na campanha de Ed Miliband. Sua contratação foi apontada pelo *Times* como um dos acontecimentos mais importantes dos bastidores da política, graças aos conhecimentos de Warren sobre o mapeamento de intenções de voto com base na demografia.

⁶⁵Ed Miliband warned that two-thirds of hospital trusts face having to make “swingeing cuts” after a leaked internal document showed that the health service is projected to run a deficit of nearly £2bn this year.

⁶⁶The leaked paper was prepared by NHS Providers, an association of health service trusts, and circulated last week.

⁶⁷He said: “Two-thirds of hospitals face having to make swingeing cuts, not at some point in the future but this year because of a cash crisis made in Downing Street.”

O Partido Trabalhista calcula quais de suas promessas e ataques são mais propensos a se adequar a cada grupo demográfico e então usa os mapeamentos do Sr. Warren para direcionar mensagens apropriadas às portas e ao material de campanha em cada zona eleitoral⁶⁸ (FISHER, 2015a. Tradução nossa).

Isso exemplifica, mais uma vez, o fato de que as eleições não são vencidas apenas a partir de propostas. A escolha das mensagens, a comunicação correta e a construção de uma imagem que agrade os eleitores são elementos ainda mais fundamentais, como apontam Wattenberg (1991) e Leal (2002).

Cameron makes 36-hour dash to the finishing line

A notícia trata das últimas horas de campanha de David Cameron que, segundo relata o jornal, teve pouco efeito na opinião pública. Por isso, o líder Conservador intensificou os esforços para garantir votos em distritos-chave, de acordo com a matéria.

É relevante o fato de o texto ser permeado pela reprodução antecipada das falas de Cameron em um comício, sempre atacando seus competidores.

“Vocês não precisam imaginar o caos que existiria se Ed Miliband se tornasse primeiro-ministro. Basta ver as notícias. Nicola Sturgeon está na televisão todos os dias o dia todo, nos dizendo que ela planeja colocar Ed Miliband no N° 10 – para que ela pudesse segurá-lo como refém cada vez que houver uma votação na Casa dos Comuns. Ela quer carregar o resto do Reino Unido com mais impostos para pagar por mais bem-estar”, ele irá dizer.

“Nick Clegg não é melhor. Ele disse ao *The Times* que poderia felizmente apoiar um governo minoritário do Partido Trabalhista apoiado pelo SNP. Acordos ocultos. Propinas. Notas de resgate. Caos. Não apenas para a semana após a eleição. Mas por cinco longos anos”⁶⁹ (ELLIOTT, 2015c. Tradução nossa).

Neste sentido, pode-se dizer que a notícia tem valência positiva, já que beneficia o atual primeiro-ministro, o único a ter voz ao longo do texto.

⁶⁸Labour calculates which of its pledges and attacks are most likely to play well with each demographic group and then uses Mr Warren’s maps to target appropriate messages on the doorstep and in campaign literature in each electoral ward.

⁶⁹ “You don’t have to imagine the chaos there would be if Ed Miliband became prime minister. Just watch the news. Nicola Sturgeon is on the television all day every day, telling us she plans to put Ed Miliband into No 10 — so that she could hold him to ransom every time there’s a vote in the Commons. She wants to load the rest of the UK with higher taxes to pay for more welfare,” he will say.

“Nick Clegg is no better. He told *The Times* he could happily support a Labour minority government propped up by the SNP. Back-room deals. Bribes. Ransom notes. Chaos. Not just for the week after the election. But for five long years.

Miliband asks unions to save his No 10 bid

Novamente a notícia, que tem foco em pessoas, traz à tona a possibilidade e as consequências de nenhum dos partidos principais – Conservador ou Trabalhista – conseguirem a maioria absoluta das cadeiras do Parlamento. Como trabalhado por Nicolau (2004) e Bonavides (2000), o Partido com mais de 50% dos assentos garante o direito de indicar o primeiro-ministro.

O questionamento da matéria se dá neste ponto: caso nenhum dos dois tenha essa quantidade de representantes, é possível fazer uma coligação e ter este direito? Por isso, diz o texto do *Times*, Miliband busca o apoio dos sindicatos, para construir a legitimidade de uma aliança caso necessário, ainda que fique com menos votos que os Conservadores.

Media scrutiny? Bring it on, says Clegg's wife

De modo claro, o foco da notícia é a mulher de Nick Clegg, Miriam González. O texto reproduz a opinião dela sobre o escrutínio do público em relação às esposas dos líderes partidários, passando por posicionamentos sobre a participação da mulher na política e sua vida doméstica. Sendo assim, pode-se afirmar que há evidências suficientes para considerá-la personalizada, à luz do que trabalham Schwartzberg (1977), Aldé (2001), Leal (2002), Gomes (2004), Manin (2013) e outros – principalmente ao levarmos em consideração a proximidade das eleições gerais; em vez de intensificar um debate ideológico-partidário, o *Times* acaba dando espaço a questões pessoais e a tópicos, a princípio, secundários.

I) *Lead* e 2º parágrafo

O intenso escrutínio dos cônjuges dos líderes – da observação próxima de suas carreiras à análise de suas roupas – muitas vezes chama a ira. Miriam González, contudo, toma um rumo diferente.

A esposa de Nick Clegg aceita a atenção pública porque os eleitores têm o direito de compreender melhor os políticos, incluindo suas famílias, ela disse⁷⁰. (FISHER, 2015b. Tradução nossa).

⁷⁰Intense scrutiny of leaders' spouses — from poring over their careers to analysing their clothes — often draws ire. Miriam González, however, takes a different tack.

The wife of Nick Clegg accepts public attention because voters have a right to gain insight into politicians, including their families, she has said.

II) 11° e 12° parágrafos

A senhora Gozález também falou sobre sua vida em casa. “Nós falamos sobre o dia, e isso pode envolver alguma política, provavelmente mais – mas de uma maneira completamente natural”

O casal relaxa sem preocupações com seus filhos e praticando esportes. A senhora González também toca piano, corre e lê. Ela acrescentou que “o programa para os Liberais Democratas não foi feito na minha cozinha” e deixou claro que ela “não é uma conselheira política”⁷¹ (Idem).

Ou seja, o que foi publicado pelo *Times* é mais um indício de que a disputa eleitoral também se dá a partir outros elementos (como os atributos pessoais) que acabam atuando como “atalhos”, e não apenas no campo das propostas, como descreve Popkin (1991).

4.2.6 – 6 de maio

Na véspera das eleições estiveram presents as seguintes notícias para análise:

The Guardian

- 1) Revealed: hitlist of welfare cuts facing Britain’s next chancellor
- 2) UK election candidates: Independents fight to bring their issues to the fore

The Times

- 1) Miliband trying to con way into No 10, says PM
- 2) Labour’s pledges on plinth aren’t set in stone, says election guru
- 3) Clegg warns of second poll this year
- 4) Workers abandon traditional allegiance and switch to SNP
- 5) ‘Ted’ Miliband’s first strike at Oxford
- 6) No sleep till Friday (and it shows)

⁷¹Ms González also talked about her home life. “We talk about the day, and it may involve some politics, probably more than policy — but in a completely natural manner.”

The couple relax by “pottering around” with their sons and playing sport. Ms González also plays the piano, runs and reads. She added that “the programme for the Lib Dems was not done in my kitchen” and made clear that she was “not a political adviser”.

The Guardian

Revealed: hitlist of welfare cuts facing Britain's next chancellor

A matéria gira em torno da necessidade do corte gastos em benefícios sociais no Reino Unido, já que o limite previsto estaria se excedendo com o aumento da demanda. A lista desenvolvida pelo governo com as sugestões de cortes foi descrita como “altamente controversa”.

O assunto lembra o debate iniciado por Keinert (1993), sobre a prevalência do poder Executivo, e posteriormente detalhado por Hallin e Mancini (2004) ao tratarem da intervenção do Estado na sociedade e o *welfare state*. Segundo os autores, esta é uma tendência mais observada nos países europeus, mas pode-se dizer, pela análise da matéria, que um debate de cunho liberal não está ausente no Reino Unido, pelo contrário: ganha força, principalmente ao tratar de pautas Conservadoras.

UK election candidates: Independents fight to bring their issues to the fore

A matéria trata da campanha de alguns candidatos independentes e de partidos minoritários no Reino Unido e, por isso, foi considerada personalizada. De acordo com o texto, os concorrentes buscam defender ideias diversas das que são discutidas pelas grandes legendas, e por isso fazem campanhas de uma maneira tradicional, em um sistema “porta a porta”, já que não possuem tantos recursos financeiros.

O debate lembra a argumentação de Bernard Manin (2013). Ele destaca que a personalização da política permanece ainda hoje, com os partidos se adaptando a esta tendência e dando mais importância aos meios de comunicação de massa. Com isso, ele pontua, as eleições parlamentares se tornaram personalizadas, mas permaneceram partidárias.

Outro desenvolvimento era concebível. As eleições poderiam ter se transformado em disputas principalmente entre figuras públicas ou celebridades concorrendo a cargos como independentes. Isso não ocorreu. Pode-se argumentar também que em vários países onde as campanhas eleitorais são sujeitas a regulação pública rigorosa o sucesso dos partidos em eleger seus candidatos provavelmente deve muito às leis eleitorais e a várias regulações que dão vantagens de campanha, em particular em financiamento e acesso a meios de comunicação públicos, a partidos estabelecidos. (MANIN, 2013, p. 118).

Os resultados das eleições parlamentares de 2015 também parecem corroborar a argumentação de Manin. Dos 650 assentos no Parlamento britânico, apenas três foram ocupados por candidatos sem vínculo partidário (UK PARLIAMENT, 2015b).

The Times

Miliband trying to con way into No 10, says PM

O texto traz novos ataques de Cameron à fala de Ed Miliband, que disse não estar disposto a fazer alianças com outras legendas para ocupar o cargo de primeiro-ministro caso tenha mais votos que o Partido Conservador. Isso fica claro na reprodução de trechos de uma entrevista dada pelo atual primeiro-ministro, na qual ele disse que Miliband apenas conseguiria ocupar o cargo se tivesse o apoio de outra legenda e, portanto, o que o opositor pretende é realizar uma manobra desonesta.

“A pergunta que precisa ser feita mais diretamente é: você está dizendo que se houvesse um parlamento dividido, e o Partido Trabalhista e o SNP tivessem a maioria dos votos, você não iria se tornar primeiro-ministro?” Se colocada essa questão, eu suspeito que a resposta é: ‘Não, eu não estou dizendo isso’”
 “Naquele momento ele irá olhar nos olhos do povo britânico e romper totalmente com o que ele disse sobre a não existência de pactos e acordos com o SNP. A última promessa que ele fez antes da eleição será a primeira promessa a ser quebrada após a eleição. Ele sabe disso e é por isso que não está respondendo a este ponto”⁷².
 (COATES; ELLIOT, 2015. Tradução nossa.)

Apesar das críticas sofridas, Miliband não teve a oportunidade do contraditório. As críticas de Cameron tiveram destaque nos sete parágrafos iniciais da matéria, e apenas no oitavo parágrafo Miliband apareceu, sem citações diretas sobre o assunto, no que mais pareceu uma especulação do jornal: “Miliband pareceu admitir ontem que ele pode não ganhar a maioria absoluta definindo suas ‘linhas vermelhas’ ao lidar com outros partidos”⁷³ (Idem). Após essa breve referência, Miliband aparece falando sobre outro assunto, sem espaço para responder aos questionamentos do atual primeiro-ministro. Neste sentido, pode-se dizer que a valência é positiva para David Cameron, além de ser uma matéria personalizada.

⁷²“The question he needs to be asked more directly is: ‘Are you saying that if there was a hung parliament, and Labour and the SNP had a majority of votes, you wouldn’t become prime minister?’ If asked that question, I suspect the answer is: ‘No, I’m not saying that.’”

“At that moment he will in the eyes of the British people totally break with what he said about no deals and no pacts with the SNP. The last promise he made before the election will be the first promise he breaks after the election. He knows this and that’s why he is not answering this point.

⁷³Mr Miliband appeared to concede yesterday that he might not win an absolute majority by setting out his “red lines” for dealing with other parties.

É válido ressaltar que o negativismo existente em diversas reportagens e presente nesta de maneira evidente pode ser considerado uma arma política, com o objetivo de atacar e enfraquecer os oponentes eleitorais.

Assim, a aplicação de uma política do negativo visa encontrar as fraquezas nos argumentos, comportamentos, personalidade ou nas capacidades de governação (Lilleker, 2006, p.127). Deste modo, a política torna-se cada vez mais cínica e menos centrada nos assuntos essenciais. (CARVALHO, 2010, p. 45)

Labour's pledges on plinth aren't set in stone, says election guru

A matéria destaca o fato de Miliband ter precisado defender que se manterá fiel às promessas gravadas em pedra por ele. O assunto voltou à tona a partir de um “deslize” de uma das idealizadoras da campanha Trabalhista em uma entrevista, tomada pelos Conservadores como prova de que Miliband não se manterá fiel ao que prometeu.

O lapso veio durante uma entrevista na BBC Radio 5 Live após o apresentador, Peter Allen, ridicularizar a pedra e descrevê-la como “política Monty Python”. A senhora Powell respondeu: “Eu não acho que alguém está sugerindo que o fato de ele tê-las gravado [as promessas] em pedra significa que ele absolutamente não irá quebrá-las ou qualquer coisa assim”. Ela insistiu, contudo, que Miliband é “um homem de princípios” que “mantém suas promessas”. A pedra foi “apenas outra forma de destacar isso”, ela disse.⁷⁴ (PITEL, 2015b. Tradução nossa)

Cameron só é citado no corpo do texto uma vez, dizendo ter pensado que a notícia sobre a pedra de Miliband se tratava de uma piada de primeiro de abril. Neste sentido, pode-se dizer que, além de personalizada, a notícia tem valência negativa para Miliband.

O texto lembra, novamente, as publicações relacionadas com a espetacularização da política descrita por Schwartzberg (1977), Debord (1997) e Carvalho (2010), conforme tratado anteriormente.

Clegg warns of second poll this year

Novamente o *Times* volta a tratar das alianças partidárias, um tema recorrente nas publicações do período analisado. Desta vez, o texto retrata a fala de Nick Clegg a respeito do

⁷⁴The slip of the tongue came during an interview on BBC Radio 5 Live after the presenter, Peter Allen, ridiculed the stone and described it as “Monty Python politics”.

Ms Powell responded: “I don’t think anyone’s suggesting that the fact he’s carved them into stone means that he is absolutely not going to break them or anything like that.” She insisted, however, that Mr Miliband was “a man of principle” who “stands by his pledges”. The stone was “just another way of highlighting that”, she said.

Partido Liberal Democrata. Para Clegg, apenas uma coalizão envolvendo sua legenda poderia oferecer um governo estável para o Reino Unido. Caso contrário, ele defende, haverá a necessidade de uma nova eleição, a partir de um voto de não confiança do Parlamento, como já explicado anteriormente a partir das ideias de Bonavides (2000).

Clegg acredita que seus oponentes, Ed Miliband e David Cameron, estejam colocando seus interesses políticos particulares acima do interesse nacional. Assim, há ataques do líder Liberal Democrata, sem que os atacados possam se defender, o que também é um novo indício do negativismo sendo utilizado como arma política (CARVALHO, 2010).

Workers abandon traditional allegiance and switch to SNP

A matéria destaca a pressão sofrida por Ed Miliband por dirigentes sindicais, que querem afastar os Conservadores do poder a partir de uma aliança entre o SNP e o Partido Trabalhista. Novamente a formação de alianças é trazida à tona, e desta vez com uma crítica que retrata a os problemas observados por Bonavides (2000) e Jijphart (1999) como, por exemplo, a perda da autonomia do governo, como já trabalhado.

Alguns no Partido Trabalhista temem que os sindicatos poderiam causar problemas ao partido, podendo formar um governo minoritário ao encorajar deputados de esquerda a exigir mais concessões e gastos mais elevados.⁷⁵ (SAVAGE, 2015c. Tradução nossa).

Ou seja, o texto da matéria acaba trazendo à tona a crítica principal em relação ao estabelecimento das coligações, independentemente do sistema de governo – e que agora também se mostra presente no parlamentarismo britânico (BONAVIDES, 2000).

‘Ted’ Miliband’s first strike at Oxford

O texto noticia a descoberta de um vídeo de Ed Miliband em 1991. Na ocasião, conhecido como “Ted”, ele liderava um protesto contra o aumento do preço dos alugueis dos estudantes de Oxford. Apesar de curta, a matéria personalista tem uma valência negativa em relação a Miliband, que aparece descrito como um “radical”, como comprovam os dois primeiros parágrafos.

⁷⁵Some in Labour fear that the unions could cause problems for the party should it form a minority government by encouraging left-wing MPs to demand further concessions and higher spending.

O rosto é instantaneamente reconhecido, os sentimentos também. Um vídeo de Ed Miliband como um jovem estudante radical surgiu. Ele mostra o futuro líder Trabalhista envolvido em um de seus primeiros confrontos políticos, liderando um protesto contra o aluguel em favor dos estudantes de Oxford na primavera de 1991⁷⁶. (BONNICI, 2015. Tradução nossa)

Assim, pode-se dizer que mais uma vez o negativismo descrito por Carvalho (2010) ajudou a pautar a cobertura do *Times*, a partir às ações de Ed Miliband ainda jovem.

No sleep till Friday (and it shows)

Retratando a rotina dos últimos dias de campanha de David Cameron, a abordagem da matéria é claramente personalista, já que trata de elementos pessoais, como o cansaço do atual primeiro-ministro em decorrência da campanha eleitoral, com relatos sobre a logística necessária e as constantes viagens pelo território inglês.

Contudo, apesar de destacar o cansaço, pode-se dizer que a valência é positiva, já que Cameron tem um destaque favorável no texto, como comprova o último parágrafo: “os políticos sempre dizem que produzem energia a partir da campanha e, para alguns, uma parte do tempo isso é verdade. O Sr Cameron não irá terminar sua maratona revigorado. Ainda que esteja cansado como está, ele parece pronto para a batalha à frente”⁷⁷ (ELLIOT, 2015d).

A descrição de Cameron na matéria lembra a argumentação de Schwartzberg (1977) sobre as personagens políticas. O primeiro-ministro aparece, dessa vez, não apenas como um herói poderoso, mas também como alguém comum (*o igual a todo mundo*), que se cansa após enfrentar uma rotina de trabalho. Assim, sob a ótica do próprio Schwartzberg, podemos justificar a personalização nesta matéria.

A personalização significa muitas vezes desprogramação. Cuida-se da apresentação e da embalagem do “produto” político, sem a menor preocupação com o seu conteúdo. A forma suplanta o fundo. E atrai-se muito mais a atenção para a pessoa e para o estilo do dirigente que para suas ideias ou projetos (SCHWARTZENBERG, 1977, p.295).

⁷⁶The face is instantly recognisable, the sentiments too. Footage of Ed Miliband as a radical young student has emerged.

It shows the future Labour leader involved in one of his first political struggles, leading a rent strike on behalf of Oxford students in the spring of 1991.

⁷⁷Politicians always say they derive energy from campaigning and for some, some of the time, it is actually true. Mr Cameron won't finish his marathon tour refreshed. Yet tired as he is, he appears ready for the battle ahead.

4.2.7 – 7 de maio

No dia das eleições para o Parlamento britânico, a análise foi realizada nas seguintes matérias:

The Guardian

- 1) General election 2015: Britain heading for hung parliament
- 2) David Cameron is being urged to hole up, like a Hollywood hero, no matter what the voters decide
- 3) Labour to fight any attempt by Cameron to declare victory without a majority
- 4) Lord O'Donnell: leader of largest party does not automatically become PM

The Times

- 1) Sturgeon: we can keep the Tories away
- 2) Grievance will fuel new vote, Clegg warns
- 3) Miliband invokes party founder to convert scots
- 4) This is the Big One, says Cameron at journey's end
- 5) Press nails its colours to the mast
- 6) Ukip in line for £2.5m windfall even if it secures just one seat

The Guardian

General election 2015: Britain heading for hung parliament

O texto da matéria, apesar de abordar diretamente as últimas pesquisas de intenção de voto no Reino Unido (e, por isso, classificada com “ênfase na disputa eleitoral”), tem Miliband como personagem de destaque – ainda que o partido Conservador mantenha a liderança.

O líder Trabalhista aparece geralmente associado a um contexto favorável ou esperançoso, enquanto o nome do concorrente direto, David Cameron, aparece ligado a frases que indicam dúvida ou que colocam em xeque uma eventual vitória Conservadora.

Vale destacar que a possibilidade de um dos partidos não garantir a maioria absoluta no Parlamento é novamente trazida à tona, juntamente com a discussão sobre a

formação de uma coalizão entre legendas distintas, lembrando a reestruturação dos partidos políticos descrita por Manin (2013).

I) (2º parágrafo)

“O partido de Ed Miliband puxou de volta três pontos em relação à pesquisa eleitoral anterior do ICM”⁷⁸. (CLARK; WINTOUR, 2015. Tradução nossa)

II) (10º parágrafo)

“Mas o enorme anti-Conservador bloco de 52 [cadeiras] do SNP dá a Miliband a posição mais forte na batalha para negociar o controle do N°10”⁷⁹. (Idem)

III) (6º parágrafo)

“Mas com base na pesquisa ICM até agora, a tão prometida transferência de votos para os Conservadores nas últimas 72 horas antes da eleição, o pilar central da estratégia organizada por Lynton Crosby, gerente da campanha de David Cameron, ainda não se materializou.”⁸⁰ (Ibidem)

IV) (11º parágrafo)

“O Partido Trabalhista está esperando sexta-feira ser capaz de declarar que Cameron não pode ter uma maioria na Casa dos Comuns e que deve renunciar.”⁸¹ (Ibidem)

V) (12º parágrafo)

“Fontes do Partido Trabalhista sugerem que quanto mais perto de 280 assentos Cameron está, em vez de 290, mais difícil será para ele montar um argumento político em torno da ilegitimidade de um governo Trabalhista minoritário”⁸² (Ibidem)

⁷⁸Ed Miliband’s party has pulled back three points on ICM’s previous campaign poll

⁷⁹But the huge anti-Tory SNP bloc of 52 gives Miliband the stronger position in the battle to negotiate for control of No 10

⁸⁰But on the basis of the ICM survey so far, the long-promised swing back to the Conservatives in the final 72 hours before the election, the central pillar of the strategy organised by Lynton Crosby, David Cameron’s campaign manager, has not materialised.

⁸¹Labour is hoping on Friday to be able to declare that Cameron cannot construct a Commons majority and should resign

VI) (14º parágrafo)

Em um comício eleitoral final, Ed Miliband insistiu que a energia na campanha está com o Partido Trabalhista, dizendo que o Partido Conservador tinha realizado uma campanha negativa com nada a dizer para os trabalhadores, nada a oferecer para o futuro, apenas táticas desesperadas.⁸³ (Ibidem)

Desta forma, pode-se também dizer que a valência é favorável a Miliband, que tem voz ativa ao atacar o Partido Conservador e o primeiro-ministro David Cameron.

David Cameron is being urged to hole up, like a Hollywood hero, no matter what the voters decide

A matéria “David Cameron está sendo impelido a resistir, como um herói de Hollywood, não importa o que os eleitores decidam” também apresenta traços de personalismo, a começar pelo título, com Cameron sendo associado a um herói *hollywoodiano* – o que acontece também no decorrer dos parágrafos.

Essa comparação parece lembrar, inclusive, a categorização dos personagens políticos desenvolvida por Schwartzberg (1977) ao considerar o chamado *star system* da política espetacularizada, com o foco em um astro ou estrela – assim como nas produções cinematográficas. O herói descrito pelo autor é o oposto ao homem comum, sendo quase um semideus, uma espécie de salvador a ser colocado em uma posição de destaque em um pedestal. Seria o verdadeiro *showman*, exibindo a imagem de alguém seguro e infalível. Nas palavras dele, “para criar a imagem de herói, o ator político encarna um ídolo, uma pessoa com bondade excepcional e triunfante, fadada à vitória e a façanhas, alguém que impõe respeito e recebe admiração (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 11).

Neste sentido, a reportagem destaca que, após cinco anos no governo, Cameron parece nada ter sofrido com a pressão do cargo. “Ser presidente emprestou mesmo a George W. Bush uma distinção sepulcral. Obama ficou grisalho e cinza. Mas após cinco anos governando uma nação de 65 milhões [de pessoas], Cameron é tão rosa e elegante como sempre foi⁸⁴” (MARR, 2015. Tradução nossa). Ora, neste caso Cameron foi colocado acima

⁸²Labour sources suggest the closer Cameron is to 280 seats, as opposed to 290, the harder it will be for him to mount a political argument around the illegitimacy of a minority Labour government.

⁸³In a final election rally, Ed Miliband insisted the energy in the campaign lay with Labour saying that the Conservative party had run a negative campaign with nothing to say to working people, nothing to offer for the future, just desperate tactics.

⁸⁴Being president lent even George W Bush a kind of grave distinction. Obama grew grizzled and grey. But after five years of running a nation of 65 million, Cameron is as pink and sleek as he always was.

de presidentes norte-americanos – evidência que corrobora o que foi descrito por Schwarzenberg.

Por essa aparência, destaca o texto do jornal, ele é considerado por seus apoiadores um “homem nascido para governar e nascido para permanecer” (Idem). Há também uma evidência de que, mesmo descumprindo tantas promessas políticas, Cameron tem algo a mais, que o faz permanecer no cargo de primeiro-ministro.

Os partidários de Cameron elogiam seu senso de humor, sua resiliência e grandiosas intenções. Sua alegria o garante em um bom lugar. Para um líder que quebrou tantas promessas, Cameron permanece surpreendentemente apreciado, com um índice de aprovação apenas em terreno positivo⁸⁵. (Ibidem)

Ou seja, como destacado, novamente os atributos pessoais são levados em consideração, indo além da política. Por apontar os prós e contras de Cameron, a matéria é considerada de valência neutra.

Labour to fight any attempt by Cameron to declare victory without a majority

Novamente o tema tratado pela notícia envolve os questionamentos sobre a legitimidade de o partido com mais votos (e não com a maioria absoluta) indicar o primeiro-ministro britânico. Desta vez a crítica é do Partido Trabalhista ao concorrente David Cameron. Com medo de que ele se proclame vencedor sem que haja a conquista da maioria, os trabalhistas se anteciparam, dizendo que uma atitude neste sentido seria questionada.

As questões trazidas à tona lembram o debate já desenvolvido sobre o próprio sistema eleitoral britânico. Como apontado por Nicolau (2004), o sistema eleitoral é um importante ponto de análise, já que influencia diretamente no resultado de uma eleição, além de fatores como o sistema de mídia. A própria cobertura noticiosa acaba sendo pautada pelas questões eleitorais, como nos mostra a própria matéria.

Novamente, há uma evidência de que as coalizões podem passar a ser mais freqüentes no sistema britânico, indo de encontro à visão defendida até então por Lijphart (1999), de que elas seriam raras.

⁸⁵Cameron’s supporters commend his sense of humour, his resilience and high intentions. His cheerfulness holds him in good stead. For a leader who has broken so many promises, Cameron remains surprisingly liked, with a net approval rating just in positive territory.

Lord O'Donnell: leader of largest party does not automatically become PM

A matéria destaca o fato de que o líder do partido com mais representantes (e não com a maioria absoluta) não necessariamente se tornaria primeiro-ministro – uma tônica dessa campanha, considerada a mais dividida em anos. “A Grã-Bretanha poderia eleger o seu parlamento mais equilibrado desde 1923⁸⁶” (WATT, 2015b).

Um antigo secretário do Gabinete, Gus O'Donnell, aparece em destaque por lembrar que o próximo primeiro-ministro seria alguém que garantisse a confiança dos membros do Parlamento, independentemente da vitória ou derrota de seu partido, como já destacam o *lead* e o segundo parágrafo do texto:

Gus O'Donnell, o ex-secretário de gabinete, lembrou a David Cameron que ele se inscreveu em um documento de Whitehall que diz que o próximo primeiro-ministro será o líder que comanda a confiança dos membros do parlamento, independentemente de seu partido ter ganhado ou não a eleição.

Em um sinal de preocupação em Whitehall que as convenções constitucionais devem ser seguidas se os eleitores elegerem o parlamento mais equilibrado em quase um século, Lord O'Donnell indicou que o líder do maior partido não se torna automaticamente primeiro-ministro⁸⁷. (Idem).

Ora, se a confiança dos demais membros da Casa dos Comuns é também essencial, é razoável supor, à luz do que argumentam Leal (2002), Wattenberg (1991) e Gomes (2004) que características pessoais precisam ser levadas em consideração nesta avaliação, superando a própria lógica partidária e regimental. Parte dessa situação pode ser explicada novamente a partir do declínio da identificação partidária e o consequente aumento da volatilidade eleitoral, como já tratado à luz das ideias de Manin (2013). Assim, tem-se um maior interesse pela figura do próprio líder partidário (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003), que Carvalho (2010) diz ser uma nova tendência no jornalismo. Assim, o poder político, outrora anônimo e abstrato, personalizou-se, adquirindo a fisionomia do dirigente político (SCHWARTZENBERG, 1977).

⁸⁶Britain could elect its most balanced parliament since 1923.

⁸⁷Gus O'Donnell, the former cabinet secretary, has reminded David Cameron that he signed up to a Whitehall document that says the next prime minister will be the leader who commands the confidence of MPs, regardless of whether their party has won the election.

In a sign of concerns in Whitehall that constitutional conventions should be followed if voters elect the most balanced parliament in nearly a century, Lord O'Donnell indicated that the leader of the largest party does not automatically become prime minister.

The Times

Sturgeon: we can keep the Tories away

A notícia aborda o último dia de campanha do Partido Nacional Escocês, com a líder Nicola Sturgeon convocando os escoceses a votar nos nacionalistas. O discurso, proferido por ela em Edimburgo, é um exemplo contrastante do que retrata Gomes (2004) sobre a diminuição da “política de palanques” no Brasil. Como no Reino Unido não há campanha eleitoral no rádio ou na televisão, os candidatos precisam encontrar novos meios para serem ouvidos – daí a grande importância do que é reproduzido e agendado pelos meios de comunicação.

Neste sentido, a política corpo a corpo descrita por Gomes (2004) ainda é importante, já que, além de atingir diretamente os eleitores, também gera material a ser pautado pelos jornais, como aponta uma cartilha do Parlamento Britânico com dicas para as campanhas eleitorais no Reino Unido.

Bem como desenvolver ações de sensibilização para uma questão no Parlamento, use a mídia para passar sua mensagem a um público mais amplo. As formas tradicionais, como jornais, rádio, TV e recursos online, como os sites de campanha e campanhas nas mídias sociais, todos podem ser úteis em espalhar ideias e ganhar apoio. Uma pergunta, debate ou marketing de eventos no Parlamento podem ser uma base útil para um *press release*, notícia ou newsletter. Uma grande resposta do público para uma campanha, demonstrada por meio de seguidores online em um site de rede social, também pode mostrar aos parlamentares a escala de apoio a um problema particular.⁸⁸ (UK PARLIAMENT, 2015c. Tradução nossa).

Grievance will fuel new vote, Clegg warns

O texto é permeado por críticas de Clegg ao Partido Nacional Escocês (tendo, por isso, valência favorável a ele). Entre os questionamentos, o líder Liberal Democrata afirma que o SNP realiza “manobras”, e que quer destruir o que os britânicos chamam hoje de Reino Unido. Há críticas também ao Partido Conservador que, segundo ele, nem mesmo finge ser um partido para todo o Reino Unido, e apenas persegue votos que seriam do Ukip no sul da Inglaterra.

⁸⁸As well as raising awareness of an issue in Parliament, use the media to get your message across to a wider audience. Traditional forms such as newspapers, radio and TV, and online forms such as dedicated campaign websites and social media campaigns, can all be useful in spreading the word and gaining support. A question, debate or EDM in Parliament can be a useful foundation for a press release, news story or newsletter. A wide public response to a campaign, demonstrated through online followers on a social networking site, can also show Parliamentarians the scale of support for a particular issue.

Novamente o negativismo e os ataques descritos por Carvalho (2010) aparecem como arma política no *Times*. Ao não dar voz aos outros personagens da matéria, como em outros exemplos, pode-se afirmar que o jornal parece adotar uma postura considerada como “jornalismo cínico” na cobertura da semana analisada.

Assim, Patterson (1998), e Gurevitch (1995) consideram que, na tentativa de aumentarem as audiências, os *media* recorrem a notícias “leves”, mais chamativas para o público, tornando o jornalismo mais cínico e negativista, facto que pode vir a ter consequências para a democracia. A crítica de que o jornalismo se está a tornar crescentemente cínico baseia-se na consideração de que o jornalismo está a perder de vista o objectivo de informar acima de tudo pelo interesse público, de acordo com os princípios da neutralidade e da objectividade. (CARVALHO, 2010, p. 26).

Miliband invokes party founder to convert scots

O texto dá destaque ao fato de Ed Miliband ter trazido à tona o nome do primeiro líder do partido Trabalhista, o escocês Keir Hardie. O objetivo de Miliband seria persuadir os escoceses a votar nos trabalhistas, e não no SNP. A perda de assentos do Partido Trabalhista na Escócia, segundo Miliband, poderia resultar em um governo Conservador com mais cortes financeiros.

Novamente, as preocupações evidenciadas dão conta da perda do protagonismo dos partidos Conservador e Trabalhista no Reino Unido, com o crescimento de outras legendas, como também ocorreu no caso americano, de acordo com Wattenberg (1991).

This is the Big One, says Cameron at journey's end

Trazendo um balanço final da campanha de David Cameron, o texto da matéria tem enfoque personalista e valência positiva em relação ao líder Conservador. Apesar de também trazer críticas dos opositores, os pontos favoráveis se sobressaem.

Esta fala de Cameron é um exemplo tanto de personalização – já que ele traz para si os objetivos de campanha – quanto da valência positiva, corroborando a argumentação de Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), de que atualmente há maior destaque do líder partidário em detrimento da própria legenda.

“Esta é a eleição que definirá esta geração,” ele disse a ativistas no distrito Conservador de Carlisle. “É a mais importante. Ela é sobre – o que eu sou sobre – serviço público, tentando fazer a coisa certa, tentando mudar a vida das pessoas para melhor”⁸⁹. (SAVAGE, 2015d. Tradução nossa.)

Press nails its colours to the mast

A matéria trata do partidarismo da imprensa britânica, novamente trazendo à tona o debate sobre o paralelismo político trabalhado por Hallin e Mancini (2004).

Andrew Neil, o radialista e ex-editor do *Sunday Times*, acusou a imprensa de mostrar “o pior do seu partidarismo” com as primeiras páginas de ontem. Os leitores foram aconselhados sobre como votar por jornais durante décadas, mas “toda pretensão de separação entre notícias e opinião” havia acabado, afirmou. Então, quais são os jornais diários nacionais que advogam dessa vez?⁹⁰ (SANDERSON, 2015. Tradução nossa).

Neste sentido, o texto prossegue trazendo a avaliação de Andrew Neil sobre o apoio dado pelos jornais – inclusive o *Times* e o *Guardian* – aos diferentes partidos britânicos.

Dada a “possibilidade remota” de uma maioria Conservadora clara, o *The Times* limita a possibilidade pós-eleitoral a uma coalizão renovada entre Conservadores e Liberais Democratas. (...) Embora ele tenha perdido a guerra do jornal, o Sr. Miliband ter algum conforto da aprovação do *The Times*. Gordon Brown não conseguiu isso⁹¹. (Idem)

Assim, o texto parece corroborar com o paralelismo partido-imprensa destacado por Hallin (2004) e presente na tabela 3, com o *Guardian* sendo um veículo mais alinhado à esquerda do espectro político, com o apoio aos Trabalhistas, e o *Times* à direita, com o apoio ao partido Conservador. Isso também é indício que vai na direção do já citado perfil desenvolvido pelo YouGov em 2015, que comprova o mesmo que Hallin. (YOU GOV, 2015a; 2015b).

⁸⁹“This is the election that will define this generation,” he told activists in the Tory marginal seat of Carlisle. “It is the big one. What it’s about — what I’m about — is public service, trying to do the right thing, trying to change people’s lives for the better.”

⁹⁰Andrew Neil, the broadcaster and former Sunday Times editor, accused the press of showing “its partisan worst” with yesterday’s front pages.

Readers have been advised how to vote by newspapers for decades, but “all pretence of separation between news and opinion” had gone, he claimed. So what are the national daily newspapers advocating this time round?

⁹¹Given the “remote possibility” of a clear Tory majority The Times boils the post-election possibility down to a renewed Conservative-Lib Dem coalition.

Although he has lost the newspaper war, Mr Miliband can take some comfort from The Guardian’s endorsement. Gordon Brown did not get that.

Ukip in line for £2.5m windfall even if it secures just one seat

Apesar de o enfoque da matéria ser o próprio Ukip, ela não deixa de dar também destaque ao líder do partido, Nigel Farage, que personalizou a disputa em torno de si. “‘É um grande momento para mim após todos esses anos’, ele disse”⁹². Ou seja, o este é mais um indício de que, mesmo que o enfoque seja outro, a personalização também aparece, mesmo que de forma secundária, nos moldes trabalhados por Aldé (2001) e Gomes (2004).

Como anteriormente trabalhado a partir de Dalton, Mcallister e Wattenberg (2003) e, mais recentemente, por Manin (2013), é possível afirmar que esse é mais um indício da mudança na natureza de identificação partidária na sociedade contemporânea.

4.3 INFERÊNCIAS DA ANÁLISE

A partir da análise individualizada das matérias de ambos os jornais, é possível considerar que a tendência de americanização das campanhas e a consequente personalização, fatores apontados por Leal (2002), também atingem o sistema parlamentarista britânico. A personalização pôde ser percebida não apenas nas matérias classificadas como tal – e que às vezes já traziam evidências de personalismo em locais de destaque, como *lead* ou título – mas também nas que tiveram foco em partidos ou na própria disputa eleitoral, ainda que em menor escala. Ainda assim, 43,94% do total das publicações (29 das 66 matérias) foram classificadas com ênfase em pessoas – um número que, por si só, é significativo.

À luz do que Wattenberg (1991) observou no contexto dos Estados Unidos, podemos dizer que, no caso inglês, também é presente a dificuldade dos partidos em polarizarem a opinião pública em dois campos rivais, como outrora – o que é retratado pelos jornais como um fenômeno negativo. A análise das matérias refletiu essa preocupação das legendas, e o resultado das eleições gerais de 2015 confirma a suspeita, já que mostram, como as próprias matérias previram, uma eleição com resultados equilibrados e o crescimento de legendas como o Partido Nacional Escocês. Assim, a mudança no papel dos partidos políticos, observada por Manin (2013), parece ser verdade também no parlamentarismo britânico, como justificam Dalton, McAllister e Wattenberg (2003).

A análise das valências também possibilitou que identificássemos um padrão em cada jornal. O *The Times*, de maneira geral, se mostra mais agressivo em relação ao *The*

⁹² “It is a big moment for me after all these years,” he said.

Guardian, utilizando-se de ataques a Miliband, principalmente – o que também confirma o perfil ideológico da publicação. Isso também deixa transparecer o uso do negativismo como arma política, citado por Carvalho (2010). De acordo com a autora, isso culminaria em uma política mais cínica e menos centrada nos assuntos essenciais. Assim, pode-se dizer que há uma relação direta com a personalização e suas consequências.

Desta forma, o pensamento de Popkin (1991), destacado também por Leal (2002), é contemporâneo ao considerarmos a análise presente neste trabalho.

Na tipificação de Popkin, o critério do eleitor é o do processamento de informações de forma clínica, e não de forma estatística. Popkin observa que o personalismo é mais típico das eleições nos EUA do que nos países com sistemas parlamentaristas; contudo, a globalização das características do modelo de campanha americano (com a universalização, por exemplo, da centralidade da televisão na propaganda política) torna as diferenças cada vez menores, ao longo do tempo (LEAL, 2002, p. 70).

Ou seja,

O fato é que o cidadão médio descrito por Popkin parece, cada vez mais, ser um cidadão do mundo e não apenas um eleitor americano: um indivíduo que combina conhecimento de experiências passadas com informações da vida cotidiana, dos meios de comunicação de massa e de dados oferecidos pela campanha. (LEAL, 2002, p. 71).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido encontrou evidências sólidas de que a personalização da política está tão presente no parlamentarismo britânico quanto em outros países que seguem a tendência de americanização das campanhas eleitorais. Apesar de considerar as publicações de apenas uma semana, as extensas 66 matérias analisadas dão conta de um fenômeno que contraria a própria essência partidária do sistema eleitoral no Reino Unido, relativizando o papel das legendas no seu sistema político.

Outrora focado inteiramente nos partidos, com uma polarização clara entre Conservadores e Trabalhistas, atualmente o parlamentarismo do Reino Unido sobrevive em meio à iminente necessidade de formação de coalizões, com o enfraquecimento dos partidos – situação que, de maneira similar, é evidente também no caso brasileiro. Isso mostra que fenômenos globais têm tornado sistemas políticos aparentemente distintos cada vez mais semelhantes, como explicou Popkin (1991), especialmente quando consideramos as transformações da política associadas à comunicação de massa.

Com isso, não faltam exemplos de estratégias eleitorais que objetivam maior visibilidade nos meios de comunicação, da enorme pedra com as promessas de Ed Miliband, às críticas de David Cameron aos seus oponentes. O fato de não haver, no Reino Unido, espaços próprios nos meios de comunicação para as campanhas eleitorais (como o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, no Brasil) não torna as disputas menos acirradas, pelo contrário: faz com que os partidos profissionalizem as campanhas e concentrem esforços no que consideram mais eficaz para garantir o voto nos candidatos ao Parlamento a partir da conquista de espaço positivo na mídia tradicional.

Dizer que os partidos políticos tenham alterado seu papel não significa dizer, contudo, que eles não possuem mais importância em um contexto de democracia de público (MANIN, 2013). Por exemplo, no Reino Unido, poucos são os casos de políticos eleitos sem qualquer filiação partidária – como ficou claro na matéria publicada pelo *The Guardian* no dia 6 de maio. Já em outros países, como no Brasil, a filiação a um partido político é inclusive, um requisito legal para a candidatura a um cargo eletivo. É possível ir além e afirmar que a influência das legendas é grande também ao considerarmos o financiamento das campanhas eleitorais, que têm as despesas aumentando ao longo do tempo.

Assim, como cita Manin (2013), a personalização existe nas eleições parlamentares, mas ela não se sobrepõe inteiramente ao papel dos partidos políticos tradicionais – ainda que seja um fenômeno significativo e amplamente identificado. É neste

cenário que a profissionalização das campanhas está presente, com investimentos em especialistas tanto em propaganda quanto em pesquisas de mercado. Isso está inserido justamente no contexto de erosão das fidelidades partidárias descrito na “nova ambiência eleitoral” (LEAL, 2002). Desta maneira, considerando todas as reflexões apresentadas, é razoável afirmar que a alta profissionalização das campanhas é realidade também no Reino Unido.

A personalização da política é um fenômeno que, apesar de antigo, ainda carece de estudos sob óticas diferenciadas, já que cada país tem suas próprias especificidades. No caso inglês, por exemplo, é notório o fato de que o voto majoritário distrital muda a corrida eleitoral, com líderes partidários concentrando suas agendas em distritos-chave. Ao mesmo tempo, neste sistema, de nada vale ter muitos votos concentrados e eleger apenas alguns representantes na Câmara dos Comuns. Sendo assim, em busca de resultados positivos em diferentes regiões, a mediação positiva dos meios de comunicação é essencial. Por isso, é grande a dependência dos partidos e dos candidatos sobre o conteúdo noticiado, o que acentua ainda mais o grau de profissionalização das equipes e das estratégias eleitorais, que passam a ter entre as funções primordiais o pautamento da mídia tradicional.

Embora o presente trabalho tenha evidenciado a manutenção das consequências da americanização das campanhas eleitorais também no Reino Unido, é válido também desenvolver uma análise ampliada, com dados coletados por mais tempo, englobando, ainda, outros meios de comunicação, como a televisão. O mesmo pode ser feito nos contextos de diferentes países e regiões do mundo, para que, comparativamente, tenha-se uma visão crítica com bases mais sólidas.

Neste sentido, o desenvolvimento de novos trabalhos na área deve levar em consideração a relação entre comunicação e política, mas sem que sejam esquecidas as relações da personalização identificada nos *media* com a forma ou sistema de governo adotados. Esta é, inclusive, uma das contribuições deste trabalho: a consolidação da ideia de que forma e sistema de governo se relacionam diretamente com a mídia e sua cobertura, interferindo no comportamento dos meios de comunicação.

O trabalho desenvolvido também abre portas para novos estudos que considerem a mudança no papel dos partidos políticos na atualidade, levando em consideração, além da personalização, elementos como o ativismo popular ou as redes sociais como espaços de participação política alternativos. Neste contexto, é importante reconhecer a existência de uma nova ambiência midiática, na qual, acompanhando as novas tecnologias, os receptores das mensagens passam a ter voz mais ativa no processo de comunicação.

Assim, há a possibilidade de se analisar, por exemplo, a percepção dos utilizadores das diversas redes sociais sobre o conteúdo político visualizado e consumido. Nesta seara há, portanto, uma nova vertente para futuras pesquisas, englobando não apenas a visão do pesquisador sobre o que pode ser considerado um material personalizado, mas também a de um grupo específico de cidadãos, de acordo com diferentes indicadores. Será que a personalização e seus possíveis efeitos são, de fato, vistos de maneira negativa? Por quem? Há alguma variação dessa percepção de acordo com o nível de escolaridade ou renda? Essas são algumas questões que poderiam ser levantadas em trabalhos que considerem as implicações da nova ambiência eleitoral e da nova ambiência midiática.

A política é uma das grandes vitrines das diferenças (e também das similaridades) existentes em cada lugar ao redor do mundo. Por isso, ao analisarmos fatores e índices como saúde, educação, distribuição de renda ou crescimento econômico, é inevitável que elementos políticos sejam também incluídos. As decisões políticas influenciam todos os cidadãos – sejam eles eleitores ou não, afiliados a partidos políticos ou não. Por isso, ausentar-se das urnas não significa ter menos responsabilidade cívica. O mesmo vale para o voto dado a um candidato derrotado; se o opositor venceu, é justo que o eleitor acompanhe e fiscalize, talvez ainda mais, as decisões que têm sido tomadas no decorrer do governo vitorioso. O silenciamento é um atalho nada conveniente para os que pensam coletivamente, seja no Reino Unido, no Brasil ou em qualquer país democrático.

Neste sentido, falar de política implica discutir também o comportamento dos meios de comunicação. De modo geral, pode-se dizer que, ainda que não espelhe a realidade, estudar o assunto é uma maneira de compreender aquela sociedade de maneira mais fidedigna, entendendo os motivos pelos quais mitos são criados ou demônios construídos, no lugar de se vertebrar soluções políticas efetivas. Portanto, pesquisas desenvolvidas neste sentido não podem perder de vista que os *media* também são engrenagens do mecanismo da história e que, por isso, merecem o devido destaque – principalmente ao considerarmos sua relação com as ciências humanas e políticas.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Cleto. **A sociologia da modernidade líquida de Zygmunt Bauman**. São Paulo, USP, 2012.
- ADDLEY, Esther; QUINN, Ben. **UK election candidates: Independents fight to bring their issues to the fore**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/05/independent-candidates-issues-uk-general-election-nhs-fracking>. Acesso em: 29/08/2015.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; CARVALHO, Eleonora de Magalhães; SANTOS JR, Marcelo Alves dos. **Ciberativismo no Brasil**. Cadernos Adenauer xvi (2015), nº3, Internet e sociedade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ago. 2015. p. 75-95.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Márcia. **Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil**. Civitas, Porto Alegre, v.2, nº 2, dez. 2002.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. **O paralelismo político em questão**. Rio de Janeiro, Revista Compólitica, v. 2, n. 1, ed. jan-jun, 2012a.
- _____. On models and margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In: HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. New York: Cambridge University Press, 2012b. p. 72-95.
- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2001.
- ARISTÓTELES. **A política**. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1985.
- ARNETT, George; GUTIÉRREZ, Pablo. **Men still dominate ballot box but UK set for 25% rise in female MPs**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/apr/30/men-still-dominate-ballot-box-uk-set-rise-female-mps>. Acesso em 27/08/2015.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1995.
- _____. **Introdução à Ciência Política**. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2007.
- AZEVEDO, Fernando; CHAIA, Vera Lúcia. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 105-136.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Rio de Janeiro, Relógio D'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BBC NEWS. **Election 2015 Results**. Disponível em:
<http://www.bbc.com/news/election/2015/results>. Acesso em 20/10/2015.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade**. 26ª edição.
Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BLICK, Andrew; CRONE, Stephen; WILKS-HEEG, Stuart. **How democratic is the UK? The 2012 Audit**. Liverpool, Democratic Audit, 2012.

BLONDEL, Jean. **Political leadership**. London: Sage Publications, 1987.

BLUMENTHAL, Sidney. **The permanent campaign**. Simon and Schuster, New York, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Trad. Carmem Varriale. Brasília: Editora UNB, 1994.

_____. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOFFEY, Daniel; COWBURN, Ashley; HELM, Toby. **Britain set to face weeks of political paralysis after election poll**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/02/weeks-political-paralysis-vote-uk-general-election>. Acesso em: 28/08/2015 (a).

_____. **Leaders make final pleas at rallies as Ed Miliband claims victory is within reach**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/02/ed-miliband-victory-within-grasp-leaders-final-pleas-rallies>. Acesso em: 28/08/2015 (b).

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BONNICI, Tony. **'Ted' Miliband's first strike at Oxford**. Disponível em:
<http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4432039.ece>. Acesso em: 08/11/2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUTLER, Patrick; MALIK, Shiv. **Revealed: hitlist of welfare cuts facing Britain's next chancellor**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/05/revealed-coalition-plans-to-slash-welfare-for-sick-poor-young-and-disabled>. Acesso em: 29/08/2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada dos partidos**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/internet/deputado/bancada.asp>. Acesso em 4/11/2015.

CAMPBELL, Denis; WINTOUR, Patrick. **Ed Miliband says NHS faces a £2bn deficit in 2015**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/04/ed-miliband-nhs-labour-health-service-election>. Acesso em: 29/08/2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. United States, Oxford University Press, 2009.

CERVI, Emerson. **Priming: hipótese teórica que relaciona estudos de recepção com julgamentos sobre governantes**. Curitiba, Conceitos de Comunicação Política, p. 145-154, abril de 2010.

CHEIBUB, José Antonio. **Presidentialism, Parliamentarism and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____; PRZEWORSKI, Adam. **Democracia, Eleições e Responsabilidade Política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.12, n° 35, 1997.

CLARK, Tom. **'Breathtaking' surge of Tory tactical votes to save Nick Clegg in Hallam – poll**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/04/breathtaking-surge-of-tory-tactical-votes-to-save-nick-clegg-in-hallam-poll>. Acesso em: 29/08/2015.

CLARK, Tom; WINTOUR, Patrick. **General election 2015: Britain heading for hung parliament**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/06/general-election-2015-britain-heading-for-hung-parliament>. Acesso em: 29/08/2015.

COATES, Sam. **SNP and tuition fees loom large as parties fight toxic reputations**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/uk/article4429916.ece>. Acesso em 04/11/2015 (a).

_____. **Polls put the Lib Dems back in crucial role of kingmaker**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4433020.ece>. Acesso em 11/11/2015 (b).

COATES, Sam; PITEL, Laura. **Don't sneak into No 10, Miliband is warned**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4429981.ece>. Acesso em 03/11/2015.

COSTELLO, Miles. **Miliband is bad for business, warn FTSE bosses**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4427612.ece>. Acesso em 02/11/2015.

CRUZ, Paulo Márcio. **Parlamentarismo em Estados contemporâneos: os modelos da Inglaterra, de Portugal, da França e da Alemanha**. 3 ed. Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo, 2. Ed. Saraiva, 1998.

DALTON, Russel; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin. **Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas**. In: *Análise Social*, vol. XXXVIII, p. 295-320, 2003.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo. Contraponto, 1992.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ELLIOTT, Francis. **Scots voters aren't listening any more, says Blunkett**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4427632.ece>. Acesso em 02/11/2015 (a).

_____. **Cameron promises better basic pension**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428876.ece>. Acesso em 02/11/2015 (b).

_____. **Cameron makes 36-hour dash to the finishing line**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4430653.ece>. Acesso em 05/11/2015 (c).

_____. **No sleep till Friday (and it shows)**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4431804.ece>. Acesso em 08/11/2015 (d).

ELLIOTT, Francis *et al.* **Miliband savaged for 'lies' over spending**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4427737.ece>. Acesso em 02/11/2015 (a).

_____. **Cameron promises to protect child benefit in final TV clash**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4427705.ece>. Acesso em 02/11/2015 (b).

ELLIOT, Francis; COATES, Sam. **Miliband trying to con way into No 10, says PM**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4431876.ece>. Acesso em 06/11/2015.

ELLIOT, Francis; SAVAGE, Michael; MCINTOSH, Lindsay. **Miliband asks unions to save his No 10 bid**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4430765.ece>. Acesso em 05/11/2015.

FISHER, Lucy. **Ex-bookie is Miliband's secret weapon**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4430676.ece>. Acesso em 04/11/2015 (a).

_____. **Media scrutiny? Bring it on, says Clegg's wife**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4430658.ece>. Acesso em 05/11/2015 (b).

_____. **Westminster awaits biggest influx of new MPs since 1997.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4431786.ece>. Acesso em 06/11/2015 (c).

_____. **Expect the unexpected on a night of few sure things.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4432864.ece>. Acesso em 10/11/2015 (d).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left.** Berkeley: University of California Press, 1980. (p.6-50)

GOFFMANN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo, Paulus, 2004.

GROHMANN, Rafael. **A personalização da política e os personagens televisivos: um estudo do Horário Eleitoral Gratuito na disputa pela prefeitura de Juiz de Fora em 2008.** (Trabalho de Conclusão de Curso). UFJF, Juiz de Fora, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIN, Daniel. **Comparing Media Systems: three models of media and politics.** New York: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems Beyond the Western World.** New York: Cambridge University Press, 2012

HARIF, Faisal; KENNEDY, Dominic; SIMPSON, John. **Postal vote fraud could cost us key seat, Tories claim.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4427627.ece>. Acesso em 02/11/2015.

HELM, Toby. **Ed Miliband to set his promises in stone.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/03/ed-miliband-sets-promises-in-stone>. Acesso em: 28/08/2015 (a).

_____. **Little separates Tories and Labour in last Observer/Opinion poll before election.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/02/observer-opinion-poll-election-labour-tories-neck-and-neck>. Acesso em: 28/08/2015 (b).

HELM, Toby; BOFFEY, Daniel. **Nick Clegg's future and Lib Dem power are hanging in the balance.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/02/nick-clegg-future-lib-dem-hanging-in-the-balance>. Acesso em: 28/08/2015.

IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald. **News That Matters: television and American opinion.** Chicago, University of Chicago Press, 1987.

JACQUES, Paulino. **O governo parlamentar e a crise brasileira.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

KELLY, Paul. **O livro da política.** São Paulo, Editora Globo, 2013.

KEINERT, Rubem Cesar. **O que é Parlamentarismo.** Editora Brasiliense, 7. Ed, São Paulo, 1993.

KIDD, Patrick. **Cautious Cath, voter who holds the nation's fate in her hands.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4432829.ece>. Acesso em 11/11/2015.

KNOWLES, Tom. **Teenagers vote for party supported by their parents.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4429818.ece>. Acesso em 03/11/2015 (a).

_____. **Clegg warns of second poll this year.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4431809.ece>. Acesso em 07/11/2015 (b).

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política.** Juiz de Fora, Revista Lumina n°2, p. 66-67, jul/dez 2002.

_____. **Identidades políticas e personagens televisivos.** Rio de Janeiro, Editora Corifeu, 2007.

_____. **Os riscos do personalismo na política.** Juiz de Fora, A3, 2ª ed. p. 12, abril de 2012.

_____; ROSSINI, Patrícia; SANGLARD, Fernanda. **A apropriação de personagens políticos nacionais em eleições locais: o debate sobre transferência de votos na disputa pela Prefeitura de Juiz de Fora em 2012.** Curitiba, Anais do 5º Compolítica, 2013.

_____; VIEIRA, Mário. **O Fenômeno da Personalização da Política: Evidências Comunicacionais das Campanhas de Dilma e Serra em 2010.** Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 4, n. 1 e 2, p. 41 a 50, jan./dez. 2009.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries.** New Haven: Yale University Press, First Edition, 1999.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “**O Federalista**”: **remédios republicanos para males republicanos**. In: WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política – volume 1. São Paulo: Editora Ática, 2002, p. 243-287.

LINE, Harriet. **Royal family’s role should be ceremonial, says Green leader Natalie Bennett**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4429483.ece>. Acesso em 03/11/2015 (a).

_____. **Britain faces weeks of political chaos after general election**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4429411.ece>. Acesso em 03/11/2015 (b).

LIPPMAN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2ª. ed, 2010.

MACDONELL, Hamish. **Grievance will fuel new vote, Clegg warns**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/uk/scotland/article4432983.ece>. Acesso em: 08/12/2015.

MACDONELL, Hamish; MCINTOSH, Lindsay. **Nationalists fear election will be rigged against SNP**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4432902.ece>. Acesso em 10/11/2015.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais”, n° 29, outubro de 1995.

_____. **A democracia de público reconsiderada**. Novos estudos, CEBRAP [online], n.97, pp. 115-127, 2013.

MARR, David. **David Cameron is being urged to hole up, like a Hollywood hero, no matter what the voters decide**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/06/david-cameron-nicola-sturgeon-mps-uk-general-election-snp>. Acesso em: 29/08/2015.

MARTINSON, Jane. **As the papers loudly declare party allegiances, it won't just be one that wins it**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/media/2015/may/01/election-newspapers-endorsements-sun-murdoch-conservatives-labour>. Acesso em: 27/08/2015.

MASON, Rowena. **Labour to fight any attempt by Cameron to declare victory without a majority**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/06/labour-fight-attempt-by-cameron-declare-victory-without-majority>. Acesso em 30/08/2015.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2ª. ed, 2009.

MCINTOSH, Lindsay. **Sturgeon: we can keep the Tories away**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/uk/scotland/article4432967.ece>. Acesso em 08/11/2015.

MCKENNA, Kevin. **Selfie queen, favourite aunt: could Nicola Sturgeon sweep the board?** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/02/nicola-sturgeon-snp-general-election-scotland-female-voters>. Acesso em: 28/08/2015.

NARDELLI, Alberto. **Election polls: Tories clearly edging ahead in final weeks.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/01/election-polls-tories-clearly-edging-ahead-in-final-weeks>. Acesso em 27/08/2015.

NAUGHTON, Philippe. **Sturgeon calls Miliband bluff on SNP deal.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428225.ece>. Acesso em: 02/11/2015.

NEWMAN, Bruce. **Handbook of political marketing.** Thousand Oaks, London: Sage Publications, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ª. ed, 2004.

PERKINS, Anne. **General election 2015: a campaign full of women but not about them.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/lifeandstyle/2015/apr/30/general-election-2015-campaign-full-of-women-not-about-them>. Acesso em: 27/08/2015.

PHIPPS, Claire. **Election 2015: a guide to results night.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/07/election-2015-a-guide-to-results-night>. Acesso em 29/08/2015.

PITEL, Laura. **Labour's EdStone is not welcome in our back yard, say city planners.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/uk/article4429910.ece>. Acesso em 04/11/2015 (a).

_____. **Labour's pledges on plinth aren't set in stone, says election guru.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4431832.ece>. Acesso em 06/11/2015 (b).

_____. **Miliband invokes party founder to convert Scots.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4433022.ece>. Acesso em 09/11/2015 (c).

_____. **Ukip in line for £2.5m windfall even if it secures just one seat.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4432883.ece>. Acesso em 11/11/2015 (d).

PITEL, Laura; MCKAY, Jessica. **Leaders faced 'an audience of Gillian Duffys'.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428854.ece>. Acesso em 02/11/2015.

POPKIN, Samuel. **The reasoning voter.** Chicago, The University of Chicago Press, vol. 1, 1991.

PORTO, Mauro. **Agendamento da política**. In: RUBIM, Antonio A. Canelas (Org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

REIS, Cláudio. **O pensamento político de Maquiavel e o nacional popular: análise sobre os Quaderni de Antonio Gramsci**. Teoria & Pesquisa, vol. 21, n. 2, p. 87-96, jul./dez. 2012

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. Alea [online]. vol.7, n.2, p. 305-322, 2005.

RUBIM, Antonio Canelas. **Espetáculo, política e mídia**. Anais do XI Encontro Anual da COMPÓS, Rio de Janeiro, jun. 2002. Disponível em: www.unb.br/comunicacaoepolitica/Albino2002.pdf. Acesso em: 27/06/2015.

SANDERSON, David. **Press nails its colours to the mast**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/medianews/article4432852.ece>. Acesso em: 11/11/2015.

SANTANA, Cátia. **A comunicação digital partidária em períodos não eleitorais**.

SAVAGE, Michael. **Ask not what you can do for career, critics tell PM**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428846.ece>. Acesso em 02/11/2015 (a).

_____. **Cameron and Clegg trade 'liar' insults over poll claim**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4430327.ece>. Acesso em 04/11/2015 (b).

_____. **Workers abandon traditional allegiance and switch to SNP**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4431800.ece>. Acesso em 07/11/2015 (c).

_____. **This is the Big One, says Cameron at journey's end**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4432842.ece>. Acesso em 10/11/2015 (d).

SAVAGE, Michael; SHERMAN, Jill. **Cameron could still lose with 1m more votes than Labour**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428744.ece>. Acesso em 02/11/2015.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerárd. **O Estado espetáculo**. São Paulo, Círculo do Livro, 1977.

SHERMAN, Jill. **Postal ballots have decided marginal seats**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4427658.ece>. Acesso em 02/11/2015 (a).

_____. **Spending spree in the Blair-Brown years is exposed**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428868.ece>. Acesso em 02/11/2015 (b).

STANYER, James. **Modern Political Communication**. 1. Ed, Cambridge, Polity, 2007.

SYLVESTER, Rachel *et al.* **Clegg opens the door to Miliband government backed by SNP**. Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428836.ece>. Acesso em 02/11/2015.

SYLVESTER, Rachel; THOMSON, Alice. **I'll make no pact with a party that wants to split UK, but...** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428556.ece>. Acesso em 02/11/2015.

TENÓRIO, Gilliard Gomes. **Propaganda Partidária Gratuita: seus dilemas e implicações sobre os partidos políticos e a comunicação política brasileira**. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011

TSEBELIS, George. **Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, jun 1997.

UK GOVERNMENT. **The Coalition: our programme for government**. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/the-coalition-documentation>. Acesso em 27/10/2015.

UK PARLIAMENT. **How Parliament works**. Disponível em: <http://www.parliament.uk/about/how/>. Acesso em 20/10/2015.

_____. **Current state of the parties**. Disponível em: <http://www.parliament.uk/mps-lords-and-offices/mps/current-state-of-the-parties/>. Acesso em 7/12/2015 (b).

_____. **Campaigning at Westminster**. Disponível em: <http://www.parliament.uk/documents/commons-information-office/Brief-Guides/Outreach-Publications/Campaigning-at-Westminster.pdf>. Acesso em 10/12/2015 (c).

_____. **About the House of Lords**. Disponível em: <http://www.parliament.uk/about/mps-and-lords/about-lords/>. Acesso em 05/01/2016.

WARD, Stephen; WRING, David. **The media and the 2010 campaign: the television election?** Parliamentary Affairs, 63 (4), p. 802-817, 2010.

WATT, Nicholas. **Kenneth Clarke: chaos of second general election this year would fix nothing**. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/03/kenneth-clarke-second-general-election-conservatives-david-cameron>. Acesso em: 29/08/2015 (a).

_____. **Lord O'Donnell: leader of largest party does not automatically become PM.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/uk-news/2015/may/06/lord-odonnell-leader-of-largest-party-does-not-automatically-become-pm>. Acesso em: 30/08/2015 (b).

WATT, Nicholas; WINTOUR, Patrick. **Ed Miliband: I won't have Labour government if it means deals with SNP.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/apr/30/ed-miliband-snp-opposition-question-time-election>. Acesso em: 27/08/2015.

WATTENBERG, Martin. **The rise of candidate-centered politics: presidential election of the 1980s.** Cambridge: Harvard University Press, 1991.

WEBSTER, Philip. **We'll target Labour-held marginals now Ed won't be prime minister, says Farage.** Disponível em: <http://www.thetimes.co.uk/tto/news/politics/article4428029.ece>. Acesso em: 02/11/2015.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política – volume 1.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

WINTOUR, Patrick. **Ed Miliband: this is a clash of values, not a clash of nations.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2015/may/01/ed-miliband-this-is-a-clash-of-values-election-scotland-cameron-interview>. Acesso em: 27/08/2015 (a).

_____. **Labour overspending did not trigger financial crash, says senior civil servant.** Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/2015/may/03/senior-tory-financial-crash-was-purely-a-banking-crisis-not-labour-overspend>. Acesso em: 29/08/2015 (b).

YOU GOV. **Readers of The Times.** Disponível em: https://yougov.co.uk/profileslite#/The_Times/demographics. Acesso em 2/12/15 (a) .

_____. **Readers of The Guardian.** Disponível em: https://yougov.co.uk/profileslite#/The_Guardian/demographics. Acesso em 2/12/15 (b).

APÊNDICE A: TABELA DE ANÁLISE DAS MATÉRIAS DO *THE GUARDIAN*

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Ed Miliband: I won't have Labour government if it means deals with SNP	Patrick Wintour e Nicholas Watt	01/05	X					X	
General election 2015: a campaign full of women but not about them	Anne Perkins	01/05				X		X	
Men still dominate ballot box but UK set for 25% rise in female MPs	George Arnett e Pablo Gutiérrez	01/05				X		X	
Ed Miliband: this is a clash of values, not a clash of nations	Patrick Wintour	02/05	X				Miliband		
As the papers loudly declare party allegiances, it won't just be one that wins it	Jane Martinson	02/05				X		X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Election polls: Tories clearly edging ahead in final weeks	Alberto Nardelli	02/05				X		X	
Britain set to face weeks of political paralysis after election poll	Daniel Boffey, Toby Helm e Ashley Cowburn	03/05	X						Cameron
Leaders make final pleas at rallies as Ed Miliband claims victory is within reach	Toby Helm, Daniel Boffey e Ashley Cowburn	03/05	X				Miliband		
Ed Miliband to set his promises in stone	Toby Helm	03/05	X				Miliband		
Selfie queen, favourite aunt: could Nicola Sturgeon sweep the board?	Kevin McKenna	03/05	X				Sturgeon		
Nick Clegg's future and Lib Dem power are hanging in the balance	Toby Helm e Daniel Boffey	03/05		X				X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Little separates Tories and Labour in last Observer/Opinium poll before election	Toby Helm	03/05				X		X	
Kenneth Clarke: chaos of second general election this year would fix nothing	Nicholas Watt	04/05				X		X	
Labour overspending did not trigger financial crash, says senior civil servant	Patrick Wintour	04/05			X			X	
Ed Miliband says NHS faces a £2bn deficit in 2015	Patrick Wintour and Denis Campbell	05/05			X		Miliband		
'Breathtaking' surge of Tory tactical votes to save Nick Clegg in Hallam – poll	Tom Clark	05/05				X		X	
Revealed: hitlist of welfare cuts facing Britain's next chancellor	Shiv Malik and Patrick Butler	06/05			X			X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
UK election candidates: Independents fight to bring their issues to the fore	Esther Addley and Ben Quinn	06/05	X					X	
General election 2015: Britain heading for hung parliament	Tom Clark e Patrick Wintour	07/05				X	Miliband		
David Cameron is being urged to hole up, like a Hollywood hero, no matter what the voters decide	David Marr	07/05	X						Cameron
Election 2015: a guide to results night	Claire Phipps	07/05				X		X	
Labour to fight any attempt by Cameron to declare victory without a majority	Rowena Mason	07/05				X		X	
Lord O'Donnell: leader of largest party does not automatically become PM	Nicholas Watt	07/05	X					X	

APÊNDICE B: TABELA COM A ANÁLISE DAS MATÉRIA DO *THE TIMES*

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Sturgeon calls Miliband bluff on SNP deal	Philippe Naughton	01/05				X		X	
We'll target Labour-held marginals now Ed won't be prime minister, says Farage	Philip Webster	01/05	X						Miliband
Miliband savaged for 'lies' over spending	Francis Elliott, Sam Coates, Michael Savage e Laura Pitel	01/05	X						Miliband
Scots voters aren't listening any more, says Blunkett	Francis Elliott	01/05	X						Miliband
Postal ballots have decided marginal seats	Jill Sherman	01/05				X		X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Miliband is bad for business, warn FTSE bosses	Miles Costello	01/05		X					Miliband
Cameron promises to protect child benefit in final TV clash	Francis Elliott, Sam Coates, Michael Savage e Laura Pitel	01/05	X				Cameron		
Postal vote fraud could cost us key seat, Tories claim	Faisal Hanif, Dominic Kennedy and John Simpson	01/05				X		X	
Clegg opens the door to Miliband government backed by SNP	Rachel Sylvester, Alice Thomson, Magnus Linklater e Francis Elliott	02/05				X		X	
Cameron could still lose with 1m more votes than Labour	Michael Savage and Jill Sherman	02/05				X		X	
Leaders faced 'an audience of Gillian Duffys'	Laura Pitel and Jessica McKay	02/05				X		X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Spending spree in the Blair-Brown years is exposed	Jill Sherman	02/05				X			Miliband
I'll make no pact with a party that wants to split UK, but ...	Alice Thomson and Rachel Sylvester	02/05	X				Clegg		
Ask not what you can do for career, critics tell PM	Michael Savage	02/05	X						Cameron
Cameron promises better basic pension	Francis Elliott	02/05			X		Cameron		
Royal family's role should be ceremonial, says Green leader Natalie Bennett	Harriet Line	03/05		X				X	
Britain faces weeks of political chaos after general election	Harriet Line	03/05				X		X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Teenagers vote for party supported by their parents	Tom Knowles	04/05		X				X	
Don't sneak into No 10, Miliband is warned	Sam Coates e Laura Pitel	04/05	X						Miliband
Labour's EdStone is not welcome in our back yard, say city planners	Laura Pitel	04/05	X						Miliband
Cameron and Clegg trade 'liar' insults over poll claim	Michael Savage	04/05	X						Miliband
SNP and tuition fees loom large as parties fight toxic reputations	Sam Coates	04/05		X				X	
Ex-bookie is Miliband's secret weapon	Lucy Fisher	05/05	X					X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Cameron makes 36-hour dash to the finishing line	Francis Elliott	05/05	X				Cameron		
Miliband asks unions to save his No 10 bid	Francis Elliott, Michael Savage e Lindsay McIntosh	05/05	X					X	
Media scrutiny? Bring it on, says Clegg's wife	Lucy Fisher	05/05	X					X	
Miliband trying to con way into No 10, says PM	Francis Elliott and Sam Coates	06/05	X				Cameron		
Labour's pledges on plinth aren't set in stone, says election guru	Laura Pitel	06/05	X						Miliband
Westminster awaits biggest influx of new MPs since 1997	Lucy Fisher	06/05				X		X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Clegg warns of second poll this year	Tom Knowles	06/05		X				X	
Workers abandon traditional allegiance and switch to SNP	Michael Savage	06/05		X				X	
'Ted' Miliband's first strike at Oxford	Tony Bonnici	06/05	X						Miliband
No sleep till Friday (and it shows)	Francis Elliott	06/05	X				Cameron		
Sturgeon: we can keep the Tories away	Lindsay McIntosh	07/05		X				X	
Grievance will fuel new vote, Clegg warns	Hamish Macdonell	07/05	X				Clegg		

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Miliband invokes party founder to convert Scots	Laura Pitel	07/05	X					X	
Nationalists fear election will be rigged against SNP	Lindsay McIntosh e Hamish Macdonell	07/05				X		X	
Expect the unexpected on a night of few sure things	Lucy Fisher	07/05				X		X	
This is the Big One, says Cameron at journey's end	Michael Savage	07/05	X				Cameron		
Press nails its colours to the mast	David Sanderson	07/05				X		X	
Ukip in line for £2.5m windfall even if it secures just one seat	Laura Pitel	07/05		X				X	

Título da matéria	Autor(es)	Dia	Ênfase da matéria				Valência		
			Pessoas	Partidos	Políticas públicas	Disputa eleitoral	Positiva	Neutra	Negativa
Cautious Cath, voter who holds the nation's fate in her hands	Patrick Kidd	07/05				X		X	
Polls put the Lib Dems back in crucial role of kingmaker	Sam Coates	07/05				X		X	

ANEXO 1: MATÉRIAS ANALISADAS NO *THE GUARDIAN*

1° DE MAIO

Ed Miliband: I won't have Labour government if it means deals with SNP

Labour leader strengthens SNP opposition on BBC1's Question Time after being put under pressure over party's record on deficit

Patrick Wintour and Nicholas Watt

Ed Miliband has hardened his opposition to a deal with the Scottish National party, saying that he was “not going to have a Labour government if it means deals or coalitions with the SNP”.

Speaking during the final TV leaders' event prior to next week's election, Miliband came under pressure over the previous Labour government's record on the deficit, his attitude to the private sector and his potential dependence on the SNP.

The three main Westminster leaders – Miliband, David Cameron and Nick Clegg – appeared in a BBC Question Time format that left each exposed to 30 minutes of hostile and informed questioning from a confident audience.

An instant Guardian/ICM poll found Cameron had come out on top, with 44% of those surveyed feeling that the prime minister had done “best on the night”, compared with 38% for Miliband and 19% for Nick Clegg. But only 8% said their vote would be swayed by what they had seen.

With the election only a week away, the three grillings were seen as critical to the outcome of the closest election for a generation.

The format of the separate cross-examinations had been agreed by the BBC after Cameron refused to appear alongside the other Westminster leaders in a head-to-head debate.

Although the pressure put on Miliband over Labour's record on tax and spending was intense, probably the most significant moment of the 90 minutes came when the Labour leader was asked whether he was ready to form a coalition in a hung parliament with the SNP.

The Labour campaign has been dogged by what Cameron has dubbed a “dangerous alliance” after opinion polls suggested that Miliband would be unable to form a government without the support of Nicola Sturgeon's party.

Miliband dismissed the prime minister's warnings when audience member Simon Wilkinson asked him why the Labour party was misleading the country over a deal with the SNP.

The Labour leader then ruled out a coalition or a less formal "confidence and supply" arrangement.

Miliband added: "Let me be plain. We're not going to do a deal with the Scottish National party; we're not going to have a coalition, we're not going to have a deal.

"Let me just say this to you – if it meant we weren't going to be in government, not doing a coalition, not having a deal, then so be it.

"I am not going to sacrifice the future of our country, the unity of our country, I'm not going to give in to SNP demands around Trident, around the deficit, or anything like that.

"I just want to repeat this point to you: I am not going to have a Labour government if it means deals or coalitions with the SNP. I want to say this to voters in Scotland."

Reacting to Miliband's tough line on working with the SNP, Sturgeon said on the BBC Scotland Question Time segment: "I heard Ed Miliband and he sounded awfully like he was saying – and I hope I'm wrong about this because I think people across Scotland and the rest of the UK would be appalled if I'm right – he sounded as if he was saying that he would rather see David Cameron and the Conservatives back in government than actually work with the SNP.

"Now, if he means that, then I don't think people in Scotland will ever forgive Labour for allowing the Conservatives back into office. But if he is a minority government, then he will not be able to get policies through without winning support from other parties."

Miliband's comments marked a hardening of his position, which has progressively toughened in recent months.

The Labour leader indicated that if he became prime minister in a hung parliament, he would simply challenge other parties to risk voting down a Labour Queen's speech.

"My approach is not to start to barter away different bits of the manifesto," he said.

The Tories pounced on a claim by Miliband that the last Labour government did not overspend. "No, I don't," he said when he was asked if he agreed that Labour spent too much.

An unrepentant Miliband said: “There are schools that have been rebuilt in our country, there were hospitals that were rebuilt, there were Sure Start centres that were built which would not have happened.

“There was a global financial crisis which caused the deficit to rise. President Obama isn’t dealing with a high deficit because we built more schools and hospitals.”

Viewers at home were inclined to say that all three of the political leaders had done well rather than badly – and by fairly similar majorities, according to polling. Cameron was seen as doing “very or quite” well by 65%, Miliband by 61% and Clegg by 63%.

Relatively few votes are likely to have been changed by the evening: only 6% of the sample indicated that their mind had been changed by what they saw, while 87% said it would make no difference to how they voted.

Among the overall weighted sample, a five percentage point Labour lead at the start of the programme had diminished by a single point to 4%.

Miliband will be pleased that, in contrast to much negative personal polling, he drew the prime minister level – with 43% each – on coming across as having “the more appealing personality”.

But in line with Cameron’s overall advantage, he bested Miliband – by 47% to 42% – on having the better arguments.

On the crucial “best prime minister” test, Cameron retained his usual comfortable lead, although not by the dramatic margin sometimes seen – he prevails on this score by 48% to Miliband’s 34%.

Cameron, putting in a fluent performance, came under most pressure over his reluctance to spell out how he will find £12bn of welfare cuts before 2017-18.

When asked whether he had commissioned the paper produced by the work and pensions secretary, Iain Duncan Smith, looking for £8bn of welfare cuts in 2012, including cuts to child benefit and tax credits, Cameron insisted he had not asked for it.

He said the paper was instead produced by people in government.

Lib Dem sources insist the paper specifically states it was requested by the prime minister, suggesting Cameron had not been accurate in his reply.

Cameron insisted he did not want to cut child benefit or child tax credits, adding: “This report that was out today is something I rejected at the time as prime minister and I reject again today.”

Asked if this was an “absolute guarantee” not to cut child benefit or child tax credit, the Conservative leader said: “Child tax credit we increased by £450. That’s not going to fall. Child benefit, to me, is one of the most important benefits there is.

“It goes directly to the family – normally to the mother – £20 for the first child, £14 for the second.

“It is the key part of family budgets in this country. That’s not what we need to change.”

But he warned that if other parties shied away from reforming welfare, they would be forced to impose “deep cuts” on public services like the NHS.

Clegg defended his party’s decision to reveal the existence of the 2012 paper, first disclosed in a leak to the Guardian, saying: “Unless the Conservatives come clean – and I don’t think David Cameron has done it this evening – where they are going to take the equivalent of £1,500 off 8 million of the most vulnerable families?

“We can only assume that they are looking at the kind of plans which they floated some years ago in government.”

Cameron insisted voters understood his decision to continue to cut welfare, and he produced a copy of the notorious note left by the former Labour Treasury chief secretary Liam Byrne in 2010 saying: “There is no money left.”

“That is the situation I inherited,” Cameron said. “We have made difficult decisions over these last five years and I accept not every decision has been easy for people.”

Defending his moral priorities, he said: “I showed you that note about we had no money when we became the government.

“When we got that note we still made a very big decision which is that we said, yes we’re going to have to make cuts in some areas of government spending but the NHS is going to get more money every year.”

Cameron said that some families were receiving housing benefits worth £90,000 a year when he arrived in power, while others were “working hard, paying taxes to keep that family in that house that they could never afford to live in. A life on benefits is no life at all.”

One audience member said the Tories should provide more detail about where the axe would fall, telling Cameron: “I think you are either deceiving the British public, or you know exactly what you are going to do but you are refusing to give specifics. I find that very difficult to understand. How can I possibly vote for you on that basis?”

In his appearance, Clegg was thrown on the defensive over the familiar charge that he had agreed to treble university tuition fees.

The Liberal Democrat leader said he accepted that some voters could not forgive his party, but asked the public to remember all the policies his party had implemented, saying the decision to form the coalition in 2010 came at a short-term political cost, but was plucky, brave and necessary in the national economic interest.

“I got it wrong. I have said sorry ... I hope you can give me credit for the many other things I have put into practice,” he said. “What we did was get the fairest deal we could in the circumstances.”

Asked if he would still go into the coalition if he had his time again, he replied: “Yes, absolutely, the more I look back on it, the more proud I am.”

General election 2015: a campaign full of women but not about them

While female politicians feature more heavily than ever before, the air war between the main parties shows this election battle is run by men, for men

Anne Perkins

This is a curious election campaign for a woman. On the one hand, there are more female political leaders playing a more prominent role than ever before. Nicola Sturgeon and the Greens’ Natalie Bennett, Leanne Wood for Plaid Cymru, and the Scottish Tory leader Ruth Davidson – that is a lot of women getting an unusual amount of airtime to talk about politics.

But women in politics is not the same as a campaign around women’s issues. And of what might be called a women’s campaign, there is almost no sign at all. As the Fawcett Society reports, women are all but invisible.

Labour’s pink bus, which set off last month to take politics to the voters, has been to Birmingham and Bradford, Burnley, Bristol and Brent and many, many points in between. Its passengers, mainly shadow ministers and mainly but not exclusively female, have sent out messages from the frontline: there are 50,000 women on zero-hours contracts in Wales; the bedroom tax hits women hardest; nine million women didn’t vote in 2010.

There’s a clue there. From the moment of the autumn statement in 2011, austerity has worn a woman’s face. Tax credits, the benefit that tends to be paid to women as the main carer, have been slashed. Yvette Cooper, on pink bus duty on Wednesday, reckons that of

£26bn of welfare cuts over the past five years, £22bn has come directly from the household incomes that women manage. According to Fawcett Society research, 88% of the cuts have fallen on women.

It could be the basis for a big campaign. It might have been, one or two elections back. But this time, there is an odd disjuncture between the rise in the number of women campaigning and the decline in the significance of women's issues.

If you just look at the air war between the main parties, this is a campaign run by men, for men. The relentless media focus on the leaders means it will look like that for as long as all the main parties are led by men. Instead, the wives have been weaponised. Samantha Cameron has been in South Thanet trying to shore up the Conservative vote against Nigel Farage. Miriam González Durántez has been out backing the Lib Dems' female MPs.

But that is the way political campaigning is changing. Fewer and fewer big set pieces, more and more one-to-one encounters. Four million conversations this year, Labour claims. That is partly about budgets. But it is also a recognition of the distance Westminster feels from most people's lives, especially women's.

At Brentford high school for girls in west London on Wednesday, sixth-formers got short shrift from Cooper, the shadow home secretary, when they said they did not know enough about politics to vote, before getting into a heated debate about how much people who had done well for themselves should pay in tax. But that attitude is typical of the findings in the Hansard Society's regular audit of political engagement, where women are much more likely than men to describe themselves as not very knowledgeable or very interested in politics.

More sophisticated polling and more thoughtful poll analysis has raised some hard questions about old assumptions. For a decade, thinking about female voters was built on the transformation of the historic tendency of women to vote Conservative into a tendency for women to vote progressive (Lib Dem and Green as well as Labour).

The watershed was 1997, the year history might take as the high water mark of the influence of feminism in mainstream Labour politics, the year when more than 40% of women voted Labour in every age group except one. Following the introduction of all-women shortlists, more than 100 female Labour MPs were elected. QED, it seemed, incontrovertible proof that reaching out to women brings its own, bountiful rewards.

Subsequent elections have suggested that women tend to be on the winning side: but that is not the same as saying it is women who won the election.

David Cameron won among the women in 2010 – the election that was supposed to be the Mumsnet election but which turned out to be just the same as its immediate predecessors. And there was panic in Tory HQ in 2014 when Mumsnet again found that women had gone off him, in much the same way as women had led the rejection of Tony Blair after the Iraq war.

But early this year, another Mumsnet survey found the gap had narrowed from 14 points to nine. This week's ICM poll for the Guardian shows there is just a one-point difference in women's voting intentions between the two main parties.

But women are turning out to be very important indeed to Labour. Their support is holding up much better than men's and after the first debate they rated Ed Miliband more highly than men (they also rated the female leaders' much more generously than men did). This week, there's a nine-point deficit among men's voting intentions between the two main parties. Worse for Labour, men are much more likely to vote Ukip than women.

A triumph for the pink bus? Harriet Harman, the party's deputy leader, set off claiming that women were just not voting in greater numbers than men. Her mission was to get the female vote out. But the statistics show it is much less a question of gender and much more to do with age and ethnicity. Although women do, the poll evidence suggests, make up their minds later. It is only a small sample, but even in this week's ICM poll, while 15% of men say they are still undecided, 26% of women have yet to make up their minds.

Men still dominate ballot box but UK set for 25% rise in female MPs

The Guardian's polling projection suggests the number of female MPs will rise by 50 but there are still over 100 seats where no women are standing

George Arnett and Pablo Gutiérrez

There are 3,971 people standing for election on 7 May and 2,944 of them, nearly three-quarters, are men. In fact, in 102 of the UK's 650 constituencies there are no women on the ballot paper, including the Sheffield Hallam seat of the deputy prime minister, Nick Clegg.

Not one major party comes close to 50:50 gender representation with the candidates it's fielding – the Green party does best with 37% of its candidates female, closely followed by the SNP (36%).

Despite men's domination of ballot papers, number of female MPs set to go up

The marker for gender equality though is not necessarily just how many female candidates are running, but how many voters can choose in seats where women are likely to win.

There are set to be 50 more female MPs in the House of Commons after 7 May, according to the Guardian poll projection. This would represent an increase of 25% on the pre-election total of 148 and would mean 30% of MPs would be women.

Our numbers, correct as of 23 April, would also see Labour come closer than ever to a 50:50 gender split with 44% of the 270 candidates we project it to win being female. That would mark a 10-point increase in the proportion of Labour parliamentarians who are women.

The projection sees the Conservatives return 53 female MPs out of 270 – or one in five (not including speaker John Bercow). That marks an increase of four percentage points on its pre-election batch.

Gender representation in the Liberal Democrats goes from bad to worse. It was already the worst major party for it with women making up only 14% of its MPs before the election. But with the party set to lose roughly one in two of its 57 seats, we project them to have one female MP compared with 26 male MPs.

2 DE MAIO

Ed Miliband: this is a clash of values, not a clash of nations

Labour leader tells the Guardian that David Cameron's focus on Scotland during the campaign is distracting voters from the bigger issue of inequality in the UK

Patrick Wintour

Ed Miliband has sought to redefine the election debate as a clash between competing political values rather than a Tory-driven battle between England and Scotland, in a combative interview six days before the polls open.

Speaking to the Guardian ahead of the closest election in a generation, the Labour leader attacked David Cameron for being reduced to arguing that “the key question facing the country is a battle of resources between London and Scotland”.

The Labour leader added: “I have been clear I am not going to have a coalition or a deal with the Scottish National party, but the real battle is not a choice between two nations,

as Cameron pretends, but between two sets of values – is the country run by an elite of the most rich and powerful or is it run for working people?”

He criticised his Conservative opponent for concentrating on Labour’s possible post-election relationship with the SNP, and said that as a result Cameron “has entirely withdrawn from the central issues facing the country” such as the economy, immigration and the NHS.

Miliband accused his political opponents of adopting prodigious tactics in their attempts to defeat him: “It is an extraordinary collapse for what was once the Conservative and Unionist party to have been reduced to this desperation in a bid to distract voters from the big choices they face over the next five years.

“Cameron used to say the three letters that mattered to him most were NHS. Well, in this election campaign they have been replaced by SNP.”

Effectively arguing that Cameron was trying to divide the country to preserve his position in Downing Street, Miliband urged the public to recognise Conservative campaign tactics designed to distract voters.

“The real risk at this election is not the Tory scare story about a Labour-SNP coalition – it is another five years of family finances hit, a doubling of the spending cuts next year with all that means for low pay, and insecurity being extended to more people. These next five days are both a verdict on the past five years and how we as a nation will lead our lives for the next five years.”

In a bid to show his determination to rule, Miliband also spelt out the 10 bills that will be at the centre of the Queen’s speech he hopes to have passed by the Commons later this month, insisting their principles will not be compromised by the election result.

The bills include:

An energy market and price freeze bill, to legislate for a promise made at his party’s conference in 2013.

An NHS Time to Care bill intended to repeal much of the health reforms instituted under the Conservative-led government.

A tuition fees reduction and university finance bill, following a campaign promise to cut fees from £9,000 a year to £6,000.

An anti-tax avoidance finance bill.

Though some of the current shadow cabinet, such as the shadow health secretary, Andy Burnham, have said that Labour would have to talk to members of the SNP at

Westminster, Miliband struck an inflexible tone similar to the one he adopted on Question Time on Thursday night.

He said: “The SNP are not going to have leverage in a government led by me. If it took coalition with the SNP to have a Labour government, there is not going to be a Labour government. I could not be clearer than that. My Queen’s speech will not be shaped in any way with the SNP in mind.”

Reflecting the prime minister’s remarks in the same television event, he said: “Cameron gave the game away last night because he said basically if you don’t have a Commons majority – I could not believe the language he used – you then go into a darkened room and you barter away or lop off bits of your manifesto. Whatever the circumstances after the next election, I am not going to lop off bits of my manifesto. If I am prime minister I am not going to start trading away my manifesto.”

In remarks that could either be seen as a tough stance ahead of a potential negotiation with the Liberal Democrats or outright opposition to the principle of coalition, Miliband said: “The reality is this coalition has further undermined politics because it has made people feel [politicians] are just a bunch of scoundrels that break promises. If there is going to be a Labour government, it will implement a Labour programme.”

Miliband has sternly refused to discuss possible scenarios after the next election, or the chance of forming “a coalition of the losers” if, as seems most likely, Labour comes second in terms of seats. Nor has he discussed whether such a coalition would be viewed as legitimate.

But he clearly asserted the established constitutional doctrine that a government can be formed by the party whose Queen’s speech wins a Commons majority. He said: “I am really not going to get into hypotheticals – you know the way the House of Commons works. We will have to see what the outcome of the election is.

“The way the House of Commons works is that you put forward a Queen’s speech and people vote on it. [For] all these Tory falsehoods about SNP and coalitions, the Commons works like this. People in the House of Commons vote on a Queen’s speech, and I want to put forward a Labour Queen’s speech and win a majority for it.

“In a strange way, the SNP and the Tory argument have a strange similarity – the SNP is arguing it is about standing up for Scotland against the rest of the UK. The Tories are saying it is about England against Scotland. I think we should stand up for working people in every part of the country.”

On Tory attacks

Aware that the final days of campaigning will see a bombardment from the Tories, as appeared to occur in the 1992 election, Miliband said: “The real risk is voting Conservative. They are desperate people who assumed they would coast to an election victory and now they realise it is a very closely fought and hard election.

“But [the Conservatives] still do not understand why it is so close. They don’t stand up for the things that the British people believe in and there is a mood for change in this country and a mood to get rid of this government.”

He added, laughing, that he was not sure what more the Conservatives could throw at him. “Whether it’s Michael Fallon, Cameron or [Iain] Duncan Smith ... what have I been accused of in the last few days? I am against marriage, I am going to trigger the biggest constitutional crisis since the abdication, and our rents policy will have a worst impact than aerial bombardment and napalm. They have gone beyond the attack that I was going to introduce Venezuelan-style rent controls.”

Labour intends to highlight the threat to the welfare state and to the NHS in the final days of campaigning, convinced these are the two issues on which Cameron remains vulnerable and the ones that will bring out swing voters. He insisted Cameron had not definitively ruled out reducing or restricting child benefit in the final television event. “It was weasel words, ducking and diving. There are now five days to save child benefit. It was classic Cameron to pretend to answer the question and fail to, but the audience understood he was ducking.”

But he insists the campaign’s whirlwind final days will not just be negative, as Labour puts forward a positive agenda. His aides duly released the 10 bills that have been prioritised by Lord Falconer, the Labour peer charged with preparing for any transition to power.

The bills would focus on reforms to economic foundations, an energy market and price freeze bill, an NHS Time to Care bill repealing much Tory health legislation, an immigration and labour market exploitation bill, a stronger families bill reforming child care a “make work pay” bill involving reforms to the minimum wage, a tuition fees reduction and university finance bill, a reform to land planning and private rented markets, a technical education bill reforming apprenticeships, and an anti-tax avoidance finance bill.

The list gives a broad sense of priorities, but inevitably little sense of the detail that might make the programme palatable either directly in negotiation with a potential

coalition partner such as the Liberal Democrats, or indirectly by persuading the SNP not to vote down a Labour Queen's speech.

Reflections on such compromises will be under way in deep secrecy within Labour, but there is no sign Miliband, one of the least conventional Labour leaders in postwar years, will retreat on his fundamental view on public spending or equality.

Miliband, for instance, was unrepentant in his belief that Labour did not allow public spending to spiral out of control ahead of the financial crash, even though he was given a mauling from a member of the Question Time audience over the issue.

"The debt and the deficit were lower at the crash than the ones we inherited. The real issue was that there was an unprecedented global financial crisis. You can take two views: the deficit caused the global financial crisis, or the global financial crisis caused the deficit. The reality is the latter. We should have better bank regulation.

"But this argument matters. The Tories want to fight the 2010 election and not the 2015 election. I am going into this election saying we are going to cut spending outside health and education, and the Tories want to prosecute this argument that you can simply cut your way to deficit reduction."

On meeting Russell Brand

"He approached us, and the reality is that ever since Russell Brand said that thing about not voting, people have said to me 'Russell Brand is an idiot'. Well, I disagree with him about not voting, but in way there is no point shooting the messenger, because he has been sending a message about how many people view politics.

"Politics is so broken – one of the great unaddressed scandals of this election is that there are seven million not registered to vote – so I could not understand the idea that you do not reach out to someone that has articulated that message and who reaches people that are disengaged from politics.

"If there were more people like him, I would reach out to them too. I am going to take this anywhere. In a way it is old-politics new-politics, and frankly a bit of old media and new media. Do you go to where people are, or do you say 'Sorry I am stuck in the Westminster game, and if you don't want to join our game you can go jump in a lake'? I find it remarkable in a way that anyone says that is remarkable.

"I think he began the interview saying ever since the suffragettes nothing has really happened, and I said well hang on a minute – NHS, women's rights, minimum wage and gay and lesbian rights.

“I don’t simply have a conventional political view about the way change happens. All the lessons of history show it is not just politicians that bring about change. Look at the biggest change in my lifetime: gay and lesbian rights. Tony Blair played a tremendous role in this, but he would say it was the movement that pushed for change. All of the big advances come from this confluence between people and politics. In a country where you have quite conservative institutions, it is this pressure, these movements, that bring about change. I think people want politics to be opened up, and if he endorses me that is fine, but I have got to admit sometimes that change is going to be hard. I think the public are not looking for pie-in-the-sky promises, or euphoria. I think they are in the mood for something quite gritty and realistic.”

As the papers loudly declare party allegiances, it won't just be one that wins it

Press partisanship has returned with a vengeance, but multi-party politics and a diverse media means we are light years away from one title deciding the election

Jane Martinson

Within 48 hours of Rupert Murdoch arriving at News UK’s London offices this week, the Sun became the first newspaper to declare which party should win on 7 May. Or rather, which parties.

During the week before he flies back to the US this weekend, it became clear that the man considered the Sun’s “editor-in-chief” wanted the paper to give its wholehearted backing for David Cameron’s Conservative party, while its Scottish sister title endorsed the SNP.

The split might mean that party leader Nicola Sturgeon is portrayed as both a “beast” about to ruin the country and a jedi knight set to save Scotland in the same title, but the decision was entirely consistent with Murdoch’s pragmatic view of politics.

The media mogul takes a liking to the party most likely to win *and* the one most likely to further his own commercial interests. What’s more, Tory gains in the south and SNP gains in the north would snooker Labour’s Ed Miliband, who has made no secret of the fact he thinks News UK – also the owner of the Times and the Sunday Times – is too powerful and press regulation too weak.

By getting the Sun talked about again – prompting a Newsnight debate and all – the move also has some of the hallmarks of Rebekah Brooks, the former News UK boss who

lost her job over phone hacking in 2011. She has been at Murdoch's side this week with a rehabilitation so far advanced she is even rumoured to have been offered her old job back, a position she has refused.

Murdoch's liking for an SNP he considers anti-establishment would warrant a whole separate analysis, yet the attack on Miliband's Labour is far from being a Murdoch phenomenon.

The rightwing press has not been this stridently anti-Labour since 1992, when the Sun famously claimed to have "won" the election for the Tories after pasting Neil Kinnock's face on a lightbulb. David Deacon, professor of communications and media analysis at Loughborough University, which has analysed election coverage since 1992, says "press partisanship has returned with a vengeance" this year.

The Mail, the Times, the Telegraph and even a Daily Express owned by the Ukip-funding Richard Desmond are all expected to back the Tories ahead of 7 May. Even the more sedate Financial Times backed a "Conservative-led administration" on Thursday afternoon in a sign that business readers at least remain unconvinced by Miliband.

The percentage of newspapers expected to back the Tories is likely to be even higher than the 72% of circulation that backed the party in 2010 according to Deacon – although there remain several titles happy to back Labour, including the party-loyal Daily Mirror. That includes The Guardian, which has published its election leader under the headline: "Britain needs a change of direction. Britain needs Labour."

But does any of this make a difference to the actual vote? The 1992 election – the last time the Scottish Sun wholeheartedly endorsed the SNP – also marked the high point for perceived influence with then Sun editor Kelvin Mackenzie's lightbulb moment. The paper's circulation has fallen from three million in 2010 to the 1.85m current readers of the paper, now edited by David Dinsmore, an affable Scot.

As circulations have declined, online news has grown and with it the power to counter any perceived mainstream media bias. Witness the shrill front page coverage of Miliband's decision to be interviewed by Russell Brand in a YouTube show watched 500,000 times within 24 hours.

One senior executive at a leading rightwing paper said Murdoch's emphasis on the Sun showed his age: "It's no good Rupert shouting about political coverage. The Sun has lost its mojo and Dinsmore is not getting the same impact as Kelvin [Mackenzie], but nor did [former editors] Mohan and Yelland. That caravan has well and truly moved on."

And yet, newspapers still appear to punch above their weight by setting the agenda. One recent example was the Telegraph front page story about 100 big businesses backing the Tories which, although now partly discredited as a party PR exercise, led that day's TV bulletins.

Research by Weber Shandwick on political engagement, in association with Research Now, also found that 57% of respondents put "TV programmes and leader debates" at the top of their list, with newspapers and magazines at 46% and only 22% citing social media.

The sheer scale of the web might be one reason for this. Deacon at Loughborough says, "Yes people are on Facebook and Twitter but it is diffuse and I remain to be convinced that they have crowded out mainstream media."

While the story of declining readership is old news, multi-party politics is not. In 2010 "Cleggmania" blindsided a press keen for Gordon Brown to lose. This time round it's even more complicated.

David Yelland, who edited a pro-Labour Sun from 1998-2003, suggests that not being sure of who to attack could have exacerbated the early attacks on the Labour leader. "I don't think they [the Tory press] have anything left on Ed Miliband. They've done his father, his family, even his eating of a sandwich, there's nothing left in the tank."

So why keep on? Leaving aside a stance on taxation unlikely to be popular among media-owning plutocrats, Miliband's stance on press reforms is really unpopular. As one senior newspaper editor said: "If Miliband gets in, it will be a disaster. The first thing he'll do is Leveson."

In some ways that could be his selling card. As Yelland says, "If [Ed Miliband] is elected he will be the first PM for generations ... to get into Downing Street knowing he owes no debts to any editor, any proprietor or any newspaper."

Whatever happens on 7 May, it is highly unlikely that any one paper will be able to claim to have won it for any party. "We are light years away from the 1980s when the power-broking role of the popular papers really could be said to have delivered C2 voters to Margaret Thatcher," says Deacon. Light years is a place far, far away from light bulbs.

Election polls: Tories clearly edging ahead in final weeks

Over the past two weeks, David Cameron's party has opened up a 2 point lead in the Guardian's average of polls

Alberto Nardelli

The polls have been in deadlock since the middle of March, with Labour and the Conservatives both hovering around 33.5%. But now the Tories have pushed ahead.

While figures this week have ranged from a Conservative 6 point lead to a Labour 3 point advantage, it is not the size of a lead that is so important but the relative vote share of the two parties within individual polls.

Here the trend is clear and consistent: support for the Tories during the campaign has ranged on average from 32.5% to 35.5% compared with Labour's 32%-34.5% – and the Conservatives are now polling closer to the top of their range.

Over the past two weeks, David Cameron's party has opened up a 2 point lead in the Guardian's average of polls. The Tories ended the week on about 34.5%, 2 points ahead of Labour.

However, while these percentages would probably make the Conservatives the largest party due to the losses Labour is expected to make in Scotland, this would not automatically mean that Cameron stays in Downing Street.

The prime minister can "let rip" all he wants, and the leader of the Labour party can say "let me be clear about this" all he wants, but in the end they will need to face the harsh brutality of the maths.

In a week's time, Britain will almost certainly wake up the next morning to a hung parliament with no party holding an outright majority.

According to the Guardian's latest projection of polls, the Tories are projected to win 276 seats, Labour 267, the SNP 55, the Lib Dems 27, the DUP nine, Ukip three and the Greens are set to retain their one seat.

Both Cameron and Miliband would need the votes of other parties if they are to command the confidence of the House of Commons.

And as things stand, the arithmetic is to the advantage of Miliband.

This is because the sum of the "anti-Tory" bloc – those parties that have said they would vote a Tory government down – currently adds up to 329 seats: a majority. Tallying up all the possible sources of support for a Cameron-led government yields 315 votes.

In order to have the numbers he needs to stay in government, the PM needs his party to win about 290 seats, and for Labour to drop to 260. The differences from here to there may seem small, and if the Tories' current 2 point lead turns into 4 or 5 points in the next five days, Cameron may well find he has done enough to cling on.

However, under the bonnet of the two blocs, the mechanics that could propel one to No 10 are more complicated for Cameron than they are for Miliband.

The Conservatives' only viable option is to roughly cut by a third the 39 seats the party is currently projected to lose to Labour.

With less than a week to the election, Cameron still needs the polls to change more than Miliband does – and there is no firm evidence to suggest this will happen nor that the current upward trend in the polls will last to polling day.

However, going into the final week of the election, the Tories have some other reasons to be optimistic beyond their recent polling.

If the Conservatives are to hold on to the seats they need to win the election they will need a substantial number of current Ukip supporters to change their mind in key marginal constituencies.

Because of this, a focus on the possible threats posed by the SNP, which pulls at English nationalist heartstrings, is far more helpful to Cameron's cause than if he had been in a position where he was debating his record on immigration a week from polling day.

There was a moment during Thursday's BBC Question Time when Cameron's right flank was exposed. A member of the audience pleaded with him to stop talking like an accountant, always failing to see the "moral dimension".

The Tory brand remains toxic for some. Only Ukip is disliked more. According to Ipsos Mori, Cameron is viewed as out of touch with the concerns of ordinary people by 65% of voters. That's more than Margaret Thatcher (63%) when she left office.

The economy is the only issue on which the Conservatives have left the current parliament with a better rating than they went in with. And the fact that the Guardian/ICM poll released immediately after Thursday's debate found that voters top concerns were all issues on which Labour is more trusted (the NHS, "the prospect of cuts to public services, benefits and tax credits", and "squeezed living standards"), should spell good news for Miliband.

However, Friday's headlines weren't about about the NHS, Europe or who has the more noble values – instead they were about New Labour's economic record and Miliband's potential deals with Nicola Sturgeon.

The risk for Labour is that the final days of this electoral battle will probably be fought on Tory turf.

3 DE MAIO

Britain set to face weeks of political paralysis after election poll

Rebel Tories could block new Conservative-Liberal Democrat pact, while Nick Clegg faces revolt over possible Tory deal

Daniel Boffey, Toby Helm and Ashley Cowburn

Britain faces “weeks not days” without an effective government following Thursday's general election if David Cameron wins the most seats and tries to renew his coalition vows with Nick Clegg, according to senior Tories and Liberal Democrats.

A Tory-Lib Dem coalition Mark Two is seen as one of the most likely results of an extremely close election. But senior MPs from both parties revealed they have deep reservations about such an outcome, and are privately planning to force their leaders into gruelling and protracted negotiations that could last well into the summer.

The latest *Observer/Opinium* poll has the two main parties neck and neck, with the Tories on 35% and Labour on 34%. The Liberal Democrats are on 8%, but are expected to secure more seats than their national polling would suggest. The Tories were also a point ahead in the *Sunday Times/YouGov* poll while a ComRes poll had the two main parties level on 33%.

The outcome of the election remains too close to call, and it is possible that Labour could emerge as the largest party, or could form the next government even if it fails to win the most seats. But senior Tories and Lib Dems believe the most likely outcome is a hung parliament with the Conservatives winning the highest number of seats.

Lib Dem leader Nick Clegg has said that in the event of a hung parliament he would open talks with the largest party. But Tory backbenchers, who are resentful at Lib Dem influence during the last coalition, are determined to force Cameron to offer them a secret

ballot on any potential deal with Clegg, allowing them to block the creation of another coalition without a fear of retribution for their decision.

They hope to strongarm Cameron into either giving in to rightwing demands over a prolonged period, or calling another election to try to win a majority. The powerful 1922 committee has already made Cameron accept that its chair, Graham Brady, will be involved in coalition negotiations. Now members are confident of forcing further concessions from a weakened leadership, according to one senior Tory source, who said backbench support for a secret ballot was “strong”.

Meanwhile, there were growing signs that Clegg could face a revolt from within his own party if he tries to push through a second deal with the Conservatives that includes an agreement to hold an in/out referendum on the UK’s membership of the EU. The *Observer* has learned that the business secretary, Vince Cable, is among several senior figures who are upset at an apparent decision by Clegg to abandon his previous opposition to a referendum, except in circumstances where there is a further transfer of powers to Brussels.

Cable – who is concerned that an in/out referendum will cause huge uncertainty for business – is understood not to have been consulted in detail by Clegg on his change of approach.

One senior Lib Dem source said: “Vince is not happy about this. He believes that what Clegg is doing is clearing the decks for another coalition with the Tories.” Cable does not believe that a referendum will settle the European issue, which, as with Scottish independence, will come back repeatedly.

Ed Davey, the Lib Dem energy secretary, has said that an in/out referendum would damage the UK’s ability to influence climate change discussions ahead of a UN meeting in Paris later this year.

A senior Lib Dem MP added that his party would not “fall for it again” if Clegg demanded a quick resolution to coalition negotiations in the name of national stability. “They will take weeks, not days, this time. We have learned a lesson from 2010,” he said. “The parliamentary party will meet the week following the election, and that will be just the start.”

While the Lib Dem rule book gives the party’s MPs the main say on whether to approve a new coalition, there will be a special conference of senior party officials that will vote on the deal. Although the decision of the conference is not binding, according to the rules, senior figures say if the conference votes the deal down, Clegg will have to accept defeat.

A second Lib Dem, who has held ministerial rank in the coalition, added that negotiations would have to deliver exceptional terms to be successful. He said: “I’d have to say, I’d be very reluctant too [to go into coalition]. I can conceive an arithmetic that would put an awful lot of pressure on us to do so. But my general view is that I wouldn’t have a great deal of enthusiasm for it.

“We’ve lost a third of our members, half of our councillors, two-thirds of our popular voters. And apparently we’re about to lose half of our MPs. Why would we want to do it all over again?”

A key Conservative MP, on the right of the party, said: “This is going to be slow and protracted. We don’t want a rushed deal over the weekend, and it is great news that the Liberal Democrats want to slow things down, too.

“We are going to have a secret ballot, which the leadership are far from signed up to but there is strong support for. What is crucial is that nothing is rushed.”

One of the country’s foremost constitutionalists, Professor Vernon Bogdanor, said the current “political dynamics” were unprecedented and a period of instability was sure to follow after Thursday. “The negotiations may well take longer than in 2010. But the constitutional framework is clear: the Queen’s speech is due to be delivered on 27 May. There must be a government in place by then. But the political dynamics are unprecedented if, as the polls suggest, the two major parties are deadlocked.”

Leaders make final pleas at rallies as Ed Miliband claims victory is within reach

Labour leader unveils celebrity supporters, as David Cameron seeks to put the focus on leadership and Nick Clegg woos public sector workers with pay pledge

Toby Helm, Daniel Boffey and Ashley Cowburn

Ed Miliband declared that a historic general election victory over the Tories was within Labour’s reach if everyone in the party continued to fight “until the final moment and the final hour” of campaigning on Thursday evening.

Before a rally of activists in London, Miliband told the *Observer* that he expected the result to be determined during the five-day run-in and that success was within the party’s grasp.

Calling the party's supporters to go the extra mile in what he expected to be the tightest contest in a generation Miliband said: "I think it is there to be won if we keep going and if we show the energy and the hunger to change the country.

"I am incredibly proud of the campaign that Labour party people have run on the ground but I urge them to keep going until the final moment because this election may well be decided in the final hour. I think the country is on the brink of change and on the brink of change for working people. If we keep going right to the end, right to Thursday at 10pm, then that change is possible but only if we keep doing that."

With the polls, including an Opinium survey for the *Observer*, showing Labour and the Tories neck and neck, both Miliband and Cameron will be trying to shift undecided voters into their camps in the final days.

Miliband added: "I urge Labour people to keep going right until the final minute of the final hour at 10pm on Thursday night because this is going to be an incredibly close election.

"I have every possible faith. There is the most unprecedented mobilisation of our people that we have seen at an election in a generation. Labour people going door to door, house to house talking to people about their lives and how we change the country."

Meanwhile David Cameron sought to personalise the campaign around his own leadership, suggesting voters think carefully about who they wanted to be running the country after Thursday.

"If you want your preferred prime minister, vote for your preferred prime minister. Don't take a risk thinking 'I'll vote Liberal Democrat and hope I get the prime minister I want' or vote Ukip and hope somehow it emerges. If you want me to carry on leading the country, making sure we have that stability and security in our economy, vote accordingly because we are only 23 seats short from that overall majority."

As all the party leaders used the bank holiday weekend to make rallying calls, Lib Dem leader Nick Clegg, at an event in his Sheffield Hallam constituency, said neither of the two main parties would win a majority, so the key question for voters was how to contain the excesses of the left and right.

"The question is not is it Ed Miliband or David Cameron going to walk into No 10 – one of them will – it's who is going to be there alongside," he said.

Clegg will announce a final “red line” that the Lib Dems would demand in any coalition negotiations. He will say that after five years of pay restraint, teachers, nurses, police officers and that all those who work in the public sector should no longer face pay cuts.

Attempting to court millions of public sector workers, many of whom have deserted his party since it joined the coalition, he will say the work they do is the cornerstone of a “fair and decent” society, and that government has a “moral obligation” to support them and protect the services they provide.

The Lib Dem proposals would introduce a minimum pay increase in line with inflation for the next two years, and guarantee real term increases in pay once the books have been balanced.

This means a nurse on £25,000 would receive a minimum pay increase of £350, a police officer on £30,000 would receive £490 and a teacher on £35,000 would get at least £490 over the first two years.

Labour on Sunday unveiled a batch of celebrities who have come out in support of the party, including the *Harry Potter* actor Jason Isaacs and the snooker player Ronnie O’Sullivan.

In attempt to court the student vote, and to embarrass the coalition over its record on university tuition fees, Labour said that if the Tories were returned alone or with Clegg’s party students would be facing a further £2,500 a year rise.

New analysis of spending projections, it said, showed that the scale of planned cuts by the government would leave a £1.5bn shortfall in the higher education budget by 2018-19.

Chuka Umunna, the shadow business secretary, said: “Having trebled fees to £9,000, saddling a generation with soaring debt, now the Tories and Lib Dems are preparing to hike fees and hit students once again.

“It is clear that students are set to pay the price for the Tories’ extreme cuts to the higher education budget.

“Both the Tories and Lib Dems – who broke their promise to scrap fees – have refused time and time again to rule out a further rise in tuition fees in the next parliament.

“In contrast to the Tories’ secret plans to hike student fees again, Labour will cut fees by a third to £6,000 and boost grants for students from lower-income backgrounds to ensure that no one is held back from achieving their aspirations.”

Miliband added that the last few days of the campaign would be ones in which voters had to decide between two different visions for the country: “David Cameron wants to say this election is a fight between two nations – a fight between England and Scotland. I believe it is a fight between two ideas about how the country can work and succeed.”

Ed Miliband to set his promises in stone

Tall limestone structure is intended to underline party leader’s commitment to keep Labour’s election pledges to voters

Toby Helm

Ed Miliband has commissioned a giant stone inscription bearing Labour’s six election pledges that is set to be installed in the Downing Street Rose Garden if he becomes prime minister.

The 8ft 6in-high limestone structure is intended to underline his commitment to keep his promises by having them literally “carved in stone” and visible from the offices inside No 10.

The Rose Garden was the scene of David Cameron and Nick Clegg’s famous press conference when they announced their coalition vows after the 2010 general election delivered a hung parliament.

Miliband said that the stone would symbolise his commitment to keep his pledges and rebuild trust in British politics.

“Nick Clegg and David Cameron have helped erode trust in all political leaders by the way they broke promises on issues like tuition fees and immigration after the last election. If I am prime minister, I will keep our stone in a place where we can see it every day as a reminder of our duty to keep Labour’s promises.”

The issue of trust in politicians –or lack of it – was highlighted in last week’s final television debate when the audience pummelled Cameron, Miliband and Clegg with questions about why they broke promises and failed to answer questions.

The Labour leader’s pledges include commitments to deliver higher living standards for working families, a stronger NHS, controls on immigration and a country where the next generation can do better than the last.

The stone will be unveiled on Sunday. Labour sources said it would either be placed in the Rose Garden or at Labour's central London headquarters if the party wins on Thursday. What happens to it if Labour loses is less clear.

"This stone is a symbol of our commitment to keep our promises," Miliband told the *Observer*.

Selfie queen, favourite aunt: could Nicola Sturgeon sweep the board?

Even an outbreak of tactical voting in Scotland is unlikely to spoil Nicola Sturgeon's campaign and the SNP surge

Kevin McKenna

In a little square between St Andrews' main boulevards a one-man silent protest was occurring in the midst of unseemly fervour. As Nicola Sturgeon approached shoppers, soliciting the names of babies and helping students to take selfies, a retired gentleman was sitting down defiantly, arms folded; the very picture of that studied insouciance that Scots effect when in the presence of glamour. On his right 100 or so gaily attired SNP supporters were preparing to greet their leader. Perhaps this gentleman, alarmed by this regrettable outbreak of enthusiasm, simply sought to uphold the Auld Grey Toun's reputation for rectitude and caution. "Are you an SNP supporter, sir," I asked him. "Certainly not," he replied. "I am a Conservative, but next Thursday I'll be voting for Labour to keep the Nationalists out."

With days of the 2015 general election campaign remaining I had found my first tactical voter. This is a shy species of uncertain political heritage and unknown numbers upon whom the Labour party in Scotland may yet have to rely if they are to avoid the party's biggest humiliation since its founding.

An independent opinion poll last week indicated that the SNP might take all 59 seats north of the border, while most others suggest at least 45 Nationalists will be heading to Westminster. How fraught relations with Labour then develop could decide the fate of the next parliament.

The day before, in Moffat, in the heart of Scotland's only Tory redoubt of Dumfriesshire, Clydesdale and Tweeddale, "the most dangerous woman in Britain" had seemed on a mission to break the world record for most selfies in a day. In an upper room of the town hall I tried to focus on the source of the affection these people harbour for Sturgeon.

As dozens of small children were pushed forward to meet her, she seemed like the glamorous auntie living in California of whom you have often heard but rarely seen, but who always greets you with gifts and kisses. In the ladies' restroom of Glasgow's Crowne Plaza hotel earlier in the week Sturgeon encountered another new experience. She was accosted by a cackle of robust Glaswegian women.

"They asked for a selfie," said Sturgeon, "and of course, how could I refuse? They were delightful. I'd never before been asked for a toilet selfie before. Only in Glasgow..."

The newspaper photographers, a grizzled band, have loved it. On the helicopter hop from Dundee to St Andrews on Friday, the Press Association's man was favoured with a bat-squeak of femininity. When he signalled to her discreetly that her Karen Millen dress was perhaps riding a little high she rearranged it demurely before turning to me and saying: "The photographer is protecting my modesty, Mr McKenna."

If Sturgeon does send a battalion of 40-plus MPs to London next week attention will, once more, focus on the performance of Jim Murphy, Labour's leader in Scotland. Frankly though, there is little more that he could have done to stop this popular Nationalist surge. A desire by many of their traditional supporters to punish Labour's conduct during last year's independence referendum only partly explains the political and cultural phenomenon that has been occurring in Scotland.

The Sturgeon factor is also significant. There has been a major increase in the number of women engaged in politics and they regard Sturgeon as a role model as well as a politician. This is a woman whom many mothers are holding up as an example for their daughters. As such, her appeal now carries well beyond the political arena. She is a standard-bearer for causes that go beyond party politics. Thus, something more than mere politics may be required to dethrone her.

Nick Clegg's future and Lib Dem power are hanging in the balance

It could trigger a party revolt, but the Lib Dem leader is upbeat about a continuing coalition – but first he has to hold on to his own seat

Toby Helm and Daniel Boffey

Nick Clegg, on sprightly form, is chatting to trainee nurses at Solihull College. But there's a problem. On one side of the training ward is a row of beds, each containing an

anatomical dummy. One has his heart wired up to a monitor and another, mouth wide open, looks dead as a doornail.

“He had a cardiac arrest and we didn’t get to him in time,” jokes Linda McCloughlin, head of the school for health and social care, as the deputy prime minister wanders over. As photo opportunities go, it is clearly far from ideal for a party fighting for its life, but Clegg accepts he is trapped with a nightmare image. “I can just imagine the caption contest on this one,” he says as he poses for the cameras.

Solihull is one of the 30 or so Lib Dem seats on life support which they could say goodbye to on Friday morning. It was held by Lorely Burt with a majority of just 175 votes over the Tories in 2010. Burt, accompanying Clegg round the college, accepts her race is “neck and neck”. That is probably optimistic.

Outside, students mill about. Most are too young to remember Clegg’s 2010 tuition fee about-turn and seem to quite like him. But more will vote Green than Lib Dem, Tory or Labour. “It’s the Greens for me because they would get rid of tuition fees,” says 18-year-old Charlotte Hayward. At the last election the Lib Dems were the students’ party. No longer.

The focus of this campaign may be on the battles in “key marginals” between Labour and the Tories and Labour’s unequal struggle to hold back the SNP in Scotland, but it will be fights in a few Lib Dem seats such as Solihull that could decide what kind of government Britain has for the next five years, and whether it is plunged into unprecedented and potentially prolonged constitutional uncertainty for weeks or months.

Clegg is impressive on the stump, breezy, articulate, upbeat. He reiterates his message that only the Lib Dems can make Labour fiscally responsible and give the Tories “heart”. His pitch is that neither of the two main parties can win a majority and only a vote for the Liberal Democrats will ensure a middle way between extremes and deliver sensible, rigorous, stable government. He creates an impression that coalitions in which the Lib Dems hold the balance of power are now a permanent reality of UK politics.

But that rests on an assumption that the Lib Dems will retain enough seats to be able to – or even want to – enter another coalition. Currently they hold 56 seats. If that falls to fewer than 30 – what one Lib Dem minister calls “Armageddon” for his party – they may lack both the numbers to push the Tories or Labour over the line on their own, and also the will to try do so.

Nowhere is the Lib Dems' fight to remain as central players – as the glue that binds coalition – being fought out more dramatically than in Clegg's own seat of Sheffield Hallam. He says he is “confident” of holding on in the face of a Labour surge that has seen Ed Miliband's party come from third place in 2010 to a position where last week they were one point ahead in the latest constituency poll by Lord Ashcroft. “I have knocked on doors and think it will be OK,” says Clegg.

He believes Conservative tactical voters are coming over to him in large enough numbers to stop Labour. He doesn't think his hardline anti-Tory messages will damage that quest and offend Tories too much: “These kind of Conservatives don't want the Tory hardline agenda that would take us back to the 1950s.”

In smart suburban streets with views of the Peak District the messages on the doorstep were mixed last week. The Lib Dems may be confident but are not sure. They are pouring troops in from neighbouring constituencies, knowing that losing in Sheffield Hallam will be a huge story and a massive blow. On Friday evening Joe Otten, the Lib Dem candidate for neighbouring Sheffield Central, thought his time was best spent knocking on doors for Clegg, rather than to boost his own vote. “If I can help here I do,” he said.

The reaction in the prosperous Dore and Totley ward was mixed. A middle-aged mother with one child approaching university and another already studying for a degree answered the door to Lib Dem canvassers but had her doubts: “One of my concerns is tuition fees. I have not decided between the Lib Dems and Labour.” But down the road Stephen Hall, a mortgage adviser and former Tory sympathiser, was definitely switching to Clegg. “I don't like Labour because they waste money and I admire Nick Clegg because he has reined in the Conservatives. I wish the Lib Dems could form the government.”

There are ample scenarios in which the Lib Dems could hold the balance of power alone. If Labour or the Tories get, say, 290 seats, and the Lib Dems hold on to 35, then together they could cross the magic line of 323 (the number needed to win votes in Parliament). But if both main parties are stuck around 275 or 280 and the Lib Dems hold just 25, Clegg's party will lack any such bargaining power.

Aides close to Clegg have long believed that the Tories are destined to be the biggest party. “It is all in their favour from the economy to incumbency,” one told the *Observer*. A survey by this newspaper of Liberal Democrat MPs suggests a majority in the parliamentary party would stomach a second deal with the Conservatives if the arithmetic works and the terms were reasonable. With 30 seats, Lib Dems believe they could even claim

some plum cabinet slots in a new government. Tessa Munt, Lib Dem MP for marginal Wells (majority 92), admitted she could live with a renewal of the current coalition: “Cameron isn’t ideological. You can work with someone like that”.

Burt in Solihull added: “You don’t have to like who you work with”, and David Ward, the incumbent for Bradford, said: “If that’s how the numbers are then we’d have to, wouldn’t we? We’ve got to have a government.”

But others are very anxious about a deal with the Tories. Among them is business secretary Vince Cable who is gravely worried about any deal that would mean the Lib Dems signing up to anything like current Tory spending cuts or plans for an EU referendum – which Clegg is willing to accept as the price of a deal. Cable says an EU referendum would cause huge economic uncertainty and damage the economy.

Even if the numbers add up, a deal with the Tories (or Labour) could still fall foul of an internal Lib Dem revolt. Some MPs says the situation cannot be compared to 2010 when Lib Dem participation was needed in an emergency. This group thinks the party might recuperate best in opposition. “Last time the cabinet secretary Gus O’Donnell got things moving by saying the value of the pound would crash if we didn’t get on with it,” said one Lib Dem MP. “That was the message sent back to us. Well, we are not going to believe it this time. That isn’t going to wash. Negotiations will take weeks not days.”

Another said: “I’d have to say, I’d be very reluctant [to go into coalition]. I can conceive of arithmetic that would put an awful lot of pressure on us to do so, but I wouldn’t have a great deal of enthusiasm for it. We’ve lost a third of our members, half of our councillors, two-thirds of our popular vote. And apparently we’re about to lose half of our MPs – why would we want to do it all over again?”

But on the day after the election, members of the powerful 1922 committee of Tory backbenchers will spell out their terms, not with the Liberal Democrats but with their own party. They want a secret ballot on whatever deal is struck between the Tory and Liberal Democrat leaderships, and want the chair of the committee, Graham Brady, in on the negotiations.

The truth is many of them don’t want anything that would mean five more years of coalition with Clegg’s party. Many would rather run a minority government, and some might even prefer to be in opposition, than to govern with Clegg again. So despite the comforting messages Clegg preaches about the role his party can play a second time, as a stabilising force navigating between extremes, he may find that this time it doesn’t go to plan.

Little separates Tories and Labour in last Observer/Opinium poll before election

With Tories on 35% and Labour on 34%, both a point up on last time, results suggest country firmly on course for a hung parliament

Toby Helm

The country is firmly on course for another hung parliament with the Tories and Labour neck and neck in the final Opinium/*Observer* poll before Thursday's knife-edge general election.

With just days of campaigning to go in what promises to be the closest contest for a generation, the Conservatives enter the final stretch a point ahead of Labour, making the result too close to call.

Opinium's findings suggest six weeks of fierce campaigning have done little to shift the share of the vote between the parties. The Tories are on 35% (up one point on last weekend) while Labour is also up one on 34%. Ukip, again defying expectations that it might fade in the late stages, is unchanged on 13%, well ahead of Nick Clegg's Liberal Democrats on 8% (down one). The Greens are on 5% (down one) and the SNP remain on 4%.

The findings are in line with the average of most polls in recent days. While there has been some small movement to the Conservatives, it has been far less than David Cameron's party had hoped after putting its economic record centre stage. The results suggest neither Labour nor the Tories can be confident of winning the most seats, let alone a majority, in the next parliament.

According to the *Guardian*'s latest projection of polls, the Tories are on course to win 276 seats, Labour 267, the SNP 55, the Lib Dems 27, the DUP nine, Ukip three and the Greens to retain their one seat. Both Cameron and Miliband would need the votes of other parties to command the confidence of the House of Commons, and the arithmetic favours Labour. The sum of the "anti-Tory" bloc – those parties that have said they would vote a Tory government down – would add up to 329 seats: a majority. The possible sources of support for a Cameron-led government would add up to 315.

The battle in the final days will focus on the several million undecided voters, including those who currently give a preference but say they may change their minds – 69% of voters who chose a party said they would definitely vote for it, while 31% said there was a small or good chance they would switch.

Encouragingly for the Conservatives, their supporters seem among the most settled: 75% said they were certain to vote that way against 25% who said there was a small or good chance they might switch. Among Labour voters, 69% were certain, and among Lib Dems just 50%. Less than half of those saying they intend to back the Greens (49%) say they are certain to vote that way. SNP voters are the most rock-solid, at 85% certain.

While David Cameron's personal rating (+3%, when the number of those who disapprove of his performance is subtracted from those who approve) remains way above that of Ed Miliband (-14%), the Labour leader's figure has improved by more than 10 points since its nadir last year. Nick Clegg's rating – once nearly -50% – has also seen a positive bounce lacking in his party's overall rating. Clegg's personal rating is -28% while Nigel Farage is on -14%.

Adam Drummond of Opinium said it was “remarkable” how little opinion had shifted in the campaign: “Political science tells us that fundamental forces like the strength of the economy have more of an effect on elections than the campaigns themselves but even in a race as close as this neither main party has had much success in shifting the needle.

“What change there has been since the start of 2015 has been from a series of very narrow Labour leads to a series of very narrow Conservative leads.

“Since mid-April we've also seen more ‘outlier’ polls with big Conservative leads than Labour ones. The Conservatives therefore appear to have a lead in vote share but it is very slight and, like the slender Labour lead at the start of the campaign, within the margin of error.”

Drummond added: “The issues with reading the polls are twofold. The first is that even the most accurate poll has a margin of error, and with a typical voting intention poll this margin is about +/-3%. This means that any lead for either party needs to be much bigger than what we're seeing to be significant; even then we're only 95% certain that it's a lead. The gap between the parties is closer than polls are accurately able to measure, which means the polls could forecast a two-point Tory win but still technically be accurate if Labour win by a point.

“The other issue is that the polls may be systemically wrong, as in 1992. The number of things that have changed since 2010 is daunting, with the rise of Ukip and the SNP, progress by the Greens and the decline of the Lib Dems. These all affect the way pollsters calculate how respondents are going to vote and also whether our samples are skewed in ways we weren't aware of before. The difficulty with election polling is that we

only get to test our methods once every few years and circumstances change between these tests so there's always a risk of trying to fight the last war."

A separate ComRes poll for the Independent on Sunday and Sunday Mirror puts the main parties on 33% – both two points down on the last ComRes telephone poll earlier in the week.

4 DE MAIO

Kenneth Clarke: chaos of second general election this year would fix nothing

Former chancellor's warning comes as fears grow of move against David Cameron from the Tory right

Nicholas Watt

A second general election later this year after an inconclusive result on Thursday would resolve little and would probably produce a similar outcome, former chancellor Kenneth Clarke has said.

In a warning to the main political parties, which are making tentative plans for a second election as opinion polls suggest that Labour and the Tories are largely tied, Clarke said: "You can get out of a hung parliament by having a second election but, not surprisingly, the public tends to return a parliament which looks rather like the first one," he said.

Clarke's intervention came as supporters of David Cameron prepare to face down the Tory right; there are fears that internal critics will try to unseat the prime minister if he fails to achieve a decisive victory over Ed Miliband.

The prime minister is prepared to tell the 1922 committee of Tory MPs that if they seek to replace him with another leader, possibly Boris Johnson, he would probably have to advise the Queen to call on Miliband to form a government.

A senior Tory said: "The idea that the parliamentary party would reject any kind of coalition, when the clear alternative is a Labour government, is for the birds. David will just say: 'OK, if it's not me, it's Ed Miliband. And it is your fault and everyone knows it's your fault. Are you really going to do this? Go back to your constituencies and explain to them.'"

A YouGov/Sunday Times poll suggested that Britain is heading for the most evenly balanced parliament since 1974 with a key difference: Labour and Tories would both

fall a long way short of the 326 seats needed to secure an overall parliamentary majority. The poll put the Tories on 34%, Labour on 33%, suggesting 283 seats and 261 respectively.

The prime minister will launch a final 72 hours of frantic campaigning on Monday with a pledge at a bank holiday rally to put tax cuts for 30 million people at the heart of his plans for a second term in Downing Street. Cameron, who will campaign around the clock in the final 24 hours before polls open at 7am on Thursday, will highlight his pledge to raise the personal tax allowance to £12,500 and lift the 40p tax threshold to cover those earning up to £50,000.

“By Friday, you’ll either have Ed Miliband or me as your prime minister,” Cameron will say. “It’s that simple – an inescapable choice: me leading a strong and stable government, or with him, the chaos of being held to ransom by the SNP.”

But the Tories found themselves under pressure when William Hague, the outgoing leader of the House of Commons, declined to rule out a rise in university tuition fees. “We haven’t ruled that out, but scare stories about what may happen to such fees are really just designed to scare people ahead of the election,” Hague told the Sunday Politics show on BBC1.

Miliband will place the NHS at the centre of the final phase of the Labour campaign when he highlights a letter by a group of US doctors which warns that the Tories have set the NHS on a “slippery slope” towards greater private sector involvement. The letter says: “While some may say the changes in England have so far only been at the margins, it is the risk of a slippery slope that should cause concern ... We caution the UK against moving in the direction of a system that has created the inequality in US that we are now working to repair.”

The tight polls have emboldened the Tory right to think of a future without Cameron. The executive of the 1922 committee will hold a teleconference on Friday ahead of a full meeting of the committee on Monday 11 May. Graham Brady, the chairman of the committee, has won an assurance from Cameron that any coalition deal would have to be approved by the committee.

The uncertain election result has also prompted the two main parties to examine tentative plans for a second election later this year. Clarke said that the experience of 1974, the last time Britain experienced two general elections in one year, showed that voters should be prepared to make up their minds on Thursday.

The former chancellor, who was a Tory government whip in the runup to the first election of that year in February 1974, said: “Harold [Wilson, the Labour leader] made a minuscule increase in his majority [in the second election in October 1974] and by the last two years of the parliament [Labour] had a minority government ... You won’t necessarily find that if you hold it within a few months you will get a different result from the first one so people need to make their mind up this time.”

Clarke, who raised concerns last year after David Cameron played the English card after the Scottish independence referendum, endorsed the prime minister’s warnings about the impact of a strong SNP contingent on Labour. Miliband would face “an ordeal by torture” if he had to rely on the SNP, he said. “If they had to take power depending on the SNP, it will be ordeal by torture, it won’t be a bed of roses, week by week if they are not careful.”

Clarke, 74, who is contesting his Rushcliffe constituency for the 12th time after first winning the Nottinghamshire seat in 1970, said he was confident the Tories would edge ahead by polling day. He said that this year’s election reminded him of 1987 when Margaret Thatcher secured her third successive victory on the back of an economic recovery. But there is one big difference: the “cynicism and detachment” of voters.

“By traditional politics, which we were used to until about 20 years ago, this would have been a walkover for us. The one it reminds me most of is 1987. We have an economy that is doing well, has a long way to go and we took over a catastrophe of which the Labour party are still blamed by many people.

“Now it’s the cynicism and detachment of the population, the fashionable hostility to the political class and the somewhat larger number of people who are refusing to vote at all which is stopping that happening.”

In the first of 1974’s elections, the Labour opposition leader Harold Wilson nudged ahead of the Tory leader and prime minister Ted Heath – by 301 seats to 297 – delivering a hung parliament. Labour was slightly behind the Conservatives on the overall vote share – by 37.2% to 37.9%.

Labour consolidated its position in the second election of the year, in October, when it won 319 seats, giving Wilson a majority of three. The Tories were on 277 seats and behind Labour on the overall vote share – 35.8% to 39.2%. But Labour eventually lost its majority, producing another hung parliament which ended in March 1979 when the SNP

voted with the Tories in a no-confidence vote to bring down Jim Callaghan, Wilson's successor as Labour prime minister.

Unlike in 1974, when Wilson sought the Queen's permission to allow Britain to go to the polls for a second time in eight months, an early election can now only be triggered by MPs in one of two circumstances. Under the Fixed-Term Parliaments Act of 2011, an early election is called if two-thirds of MPs vote for one or if a government loses a no-confidence vote and a new government loses a confidence vote 14 days later.

Labour overspending did not trigger financial crash, says senior civil servant

Permanent secretary to Treasury, Sir Nicholas Macpherson, contradicts Tory pre-election claims, saying financial crisis was 'a banking crisis pure and simple'

Patrick Wintour

The permanent secretary to the Treasury, Sir Nicholas Macpherson, has argued that the 2008 financial crisis was "a banking crisis pure and simple", contradicting Conservative claims that it was caused by Labour overspending.

His remarks emerged after Ed Miliband came under pressure on the leader's Question Time on BBC1 on Thursday, facing accusations that Labour government had overspent, a view strengthened by the now notorious letter left by the former Treasury chief secretary Liam Byrne to his successor in 2010 that there was "no money left".

In a largely challenging review of Mr Osborne's Economic Experiment, a book by the Observer economics columnist William Keegan, Macpherson wrote in March before the campaign started: "Some of Keegan's book resonates. The 2008 crisis was a banking crisis pure and simple. Excessive risk had built up in the system; the regulators failed to appreciate the scale of that risk or to address it.

"As he puts it, it was 'a failure of the Group of Seven economic policymaking establishment', myself included. Inevitably, countries with bigger banking sectors, notably the UK, were worse affected."

Miliband has always insisted that the banking crisis caused the deficit, not the other way round, but admits that the last Labour government did not do enough to reform the banks.

But the Tories have put economic credibility at the heart of their election campaign after polls showing a significant proportion of the public hold the last Labour

government responsible for the 2008 economic crisis and trust coalition ministers more with the economy than Miliband.

The review, in the publication *Civil Service Quarterly*, continues: “But in one sense it doesn’t matter what caused public borrowing to blow out in 2008-09. Given that the financial service industry was not going to return to its previous size and shape, the government had to face up to the increasing mismatch between tax and spending.

“You cannot run a deficit of 10% of GDP for any length of time in a world where there is little or no inflation. Alistair Darling [the former Labour chancellor] recognised this in 2009-10. And George Osborne, David Laws and Danny Alexander chose to take fiscal tightening further in the summer of 2010.”

Macpherson does not accept the claims that the crisis in 2010 put Britain in the exact same economic boat as Greece – another claim made repeatedly by the Conservatives.

He writes: “Keegan is right to point out that the UK is not Greece. It has much stronger institutions and – most important of all – a floating exchange rate. But the longer a government runs a large deficit, the greater the risk that it hits an inflection point where the markets take fright, and the cost of funding rises sharply: in this respect the eurozone experience is relevant.

“The problem for policymakers is that *ex ante* it is difficult to know where the inflection point is, and that strengthens the case for erring on the side of caution. That’s why the last government set a debt rule of 40% of GDP and the current one is seeking to get debt on a downward path.”

The independent Office for Budget Responsibility, in its main assessment of the causes of the crisis written in September last year, has taken a more nuanced view. It argues overspending did not cause the deficit or the banking crisis, but that the UK government was less well prepared for the crisis due to a consistently over optimistic view of the revenues the Treasury was likely to receive from 2003 onwards.

The OBR writes: “Looking back to the pre-crisis period, it is hard to argue that the tax and spending policies implemented in the early and mid-2000s were in themselves an important cause of the crisis, or the recession.”

The OBR adds that the forecasters outside the Treasury were consistently and rightly more pessimistic about the fiscal outlook than the government. Public sector net debt was increasing significantly during a period when it was being greatly reduced in most other industrialised countries.

In one major speech, Macpherson said: “In my view, there will always be inflection points where a further increase in borrowing will result in a much bigger increase in funding costs as a number of eurozone countries have found to their cost. Ex ante, it is difficult to know where these inflection points are, which makes the case for erring on the side of caution.”

5 DE MAIO

Ed Miliband says NHS faces a £2bn deficit in 2015

Labour leader says hospital trusts could have to make ‘swingeing cuts’ as he pushes to put health service at centre of election campaign

Patrick Wintour and Denis Campbell

Ed Miliband warned that two-thirds of hospital trusts face having to make “swingeing cuts” after a leaked internal document showed that the health service is projected to run a deficit of nearly £2bn this year.

With Labour campaigning hard to make the NHS the dominant issue of the final days of the campaign, the party released a document which revealed that the overall projected financial shortfall across 98 of England’s hospital trusts amounted to £759m.

Miliband said the trust-by-trust figures revealed the full scale of “the financial bombshell” facing the NHS, with two-thirds of hospital trusts projected to run a deficit in this financial year.

If the figure was extrapolated across all England’s 240 trusts, that would amount to the equivalent of a financial deficit of £1.86bn.

The leaked paper was prepared by NHS Providers, an association of health service trusts, and circulated last week. It appears to confirm previously broad projections on the unprecedented scale of the financial squeeze on the NHS this year. A total of 34 trusts are projecting deficits of £8m with 14 trusts fearing deficits of more than £20m.

Miliband said the figures represented the clearest detail yet of the pressures facing the health service.

He said: “Two-thirds of hospitals face having to make swingeing cuts, not at some point in the future but this year because of a cash crisis made in Downing Street.”

The analysis shows that two-thirds of trusts expect to be in deficit in 2015-16 – up from just one in five in 2013-14. The scale of the projected deficit has also tripled since last year: the total deficit for the 98 trusts surveyed is projected to be more than £750m in 2015-16 – up from a deficit of £250m in 2014-15 and compared with a surplus of £100m in 2013-14.

This equates to an average deficit of £7.7m in 2015-16, compared with an average surplus of £1m in 2013-14.

The NHS will not publish its final accounts for 2014-15 until after Thursday's general election, but George Osborne, the chancellor, announced a further £2bn in funding for the health service for 2015-16 in last year's autumn statement. NHS hospitals argue that less than half of that is new money, while the remainder is earmarked for spending on services outside hospitals.

The chair of NHS Providers, Chris Hopson, warned last month of “a real danger that the strategic deterioration [in NHS finances] could speed up and get out of control”.

He added that “25 really big trusts, almost all of whom were in surplus [until recently], will flip over into deficit next year”. He highlighted the last three months of 2015 as the time when trusts' finances would come under the most pressure.

Many trusts, including foundation trusts, which are semi-independent of NHS control and are meant to have strong finances, have been spending reserves to stay in the black but are about to run out of money, Hopson said.

The new figures reveal that a further urgent cash injection will be required, regardless of the government elected on Thursday. All parties have made promises to boost funding for the NHS. Labour has pledged to introduce a £2.5bn a year Time to Care fund to boost provision, while the Conservatives said they would ringfence NHS spending to ensure its budgets rose in line with inflation.

Sir David Nicholson, the head of the NHS until a year ago, warned last month that the scale of the financial problems in the health service would become “crystal clear” by the autumn.

The latest financial projections come as a separate report from the Economist Intelligence Unit shows the NHS has fewer doctors, nurses, hospital beds and vital equipment such as scanners than most of the world's other wealthy nations.

The unit says shortages of key medical staff have worrying implications for patients' chances of making a good recovery from conditions such as cancer, heart attacks and strokes.

It concludes that the health service is lagging behind its equivalents in almost all the other 29 rich nations which it examined in depth. It links that to the fact that, out of 30 OECD countries it studied, the UK ranks 27th out of 30 in terms of how many resources each healthcare system has to provide care.

“The UK is not a particularly generous spender on healthcare but, when it comes to concrete resources, it fares even worse,” the report concludes. It shows that the NHS, despite receiving real-terms annual funding increases under the coalition, has:

- 2.8 doctors per 10,000 people, compared with the OECD average of 3.2.
- 8.2 nurses per 10,000 people, when the OECD average is 8.9.
- 2.8 hospital beds per 1,000 people against an OECD average of 4.8.
- 6.8 computerised tomography scanners per million people, which is less than half the OECD average.
- 8.7 magnetic resonance imaging units, again less than half the average.

The findings sparked renewed debate about what the next government will need to do to tackle chronic understaffing of many types of healthcare professionals and the growing calls for the NHS to receive extra billions in funding to help cope with the ageing and growing population and the rising number of people with long-term conditions.

Dr Mark Porter, the chairman of the British Medical Association, the doctors' union, said the findings would not surprise anyone working in an increasingly under-pressure NHS.

“This study once again highlights the stark reality of the pressures facing the NHS and the effect that this is having on patients. It exposes the outlandish and unrealistic election pledges made by politicians of all parties,” said Porter.

The Economist Intelligence Unit said the UK spends the 16th largest amount on healthcare out of the 30 countries, which includes spending on private care. It suggested that the low ranking means the NHS is not getting enough value for money.

While ranking the NHS third overall for equity of access to care, because it treats according to need rather than ability to pay, it also flagged up poorer life expectancy and worse cancer mortality rates compared with many other OECD countries.

'Breathtaking' surge of Tory tactical votes to save Nick Clegg in Hallam – poll

Guardian/ICM findings suggest large-scale tactical voting will rescue Lib Dem leader in his Sheffield constituency

Tom Clark

Nick Clegg is on course to be saved from defeat in his Sheffield Hallam constituency by a tide of Tory tactical votes, according to a special Guardian/ICM poll conducted in the deputy prime minister's constituency.

The poll puts Clegg on 42%, seven points clear of his young Labour rival, Oliver Coppard, who is on 35%. Ian Walker, the candidate for the Conservatives, is on 12%.

But Clegg achieves his seven-point lead only because almost half the people (48%) who say their nationwide preference is for the Conservatives are planning to support the Lib Dem leader.

When ICM asked voters which party they would prefer if they put the local context and candidates out of mind, Labour is ahead on 34%, with the Lib Dems on 32% and the Conservatives on 21%.

The result contrasts with other recent constituency polls in this prosperous pocket of South Yorkshire, which sprawls out to the west beyond Sheffield into the Peak District.

These all suggested that Clegg was on course for a narrow defeat at Labour's hands. Lord Ashcroft, for example, produced a poll last week that put Labour a single point ahead of the Lib Dems, after respondents had been asked to think about their own constituency.

But Ashcroft did not identify candidates – and the Clegg name seems crucial to drawing extra support from the Conservative fold in a seat that has been Tory for most of its 130-year history.

Martin Boon, of ICM Unlimited, said: "Some caution is needed because some of the sub-samples involved here are small, but this looks like evidence of Tory tactical voting to save Nick Clegg – and on a breathtaking scale."

The telephone fieldwork took place over a weekend in which the deputy prime minister went further than previously in signalling his willingness to go into a fresh coalition with the Conservatives, by clarifying that he did not regard the Conservative demand for an in/out referendum on the European Union as a red line in negotiations.

But, in a seat that has never returned a Labour MP and where Labour scored a mere 13.5% of the vote in Tony Blair's 1997 landslide, there are some crumbs of comfort for Coppard in the detail of the data.

On the raw results, before adjustment for voters who are likely to make it to the polling station, Coppard and Clegg are running neck and neck. It is the greater propensity for Clegg's voters to say they will definitely show up and vote that propels him into the lead.

Following the initial adjustment, ICM gives Clegg a lead of four points: Clegg is on 40% and Coppard on 36%.

ICM then made a second adjustment, which assumes – in keeping with its practice in its nationwide opinion polls – that a proportion of voters who won't say or don't know who they will support will go back to the party they backed last time.

Because Clegg starts out with an outright majority of the local vote in 2010, this adjustment is helpful to Clegg. ICM concludes that this boosts his vote to 42%, leaving him seven points clear.

Election night will confirm whether this adjustment, which has worked well in predictions in nationwide elections, holds good in the Hallam seat.

Without the second adjustment, the Lib Dem advantage is sufficiently narrow that it is on the edge of the margin of error. It is also the sort of difference that Labour might have hoped to overturn by an energetic campaign to turn out the

The contentment of local Conservatives with Clegg also came through when all voters were pressed on which party they would never vote for. Overall, 52% of all those surveyed said they would never back the Tories, 39% said they would never vote Labour, and just 32% said they would never back the Lib Dems.

Tory voters are no more allergic to Lib Dem voters than the electorate as a whole, of whom 32% also said they would never vote for the party led by Clegg.

Clegg's personal ratings are better on his home patch than in the national polls: overall 48% believe he is doing a good job, five points more than the 43% who believe he is doing badly.

That five-point net positive rating is less than David Cameron's +14 among Hallam voters, but better than Ed Miliband's -12 and Nigel Farage's -20. But none of the national politicians, Clegg included, fare as well as Coppard who scores +19.

Hallam's voters would slightly prefer a Labour-led government – even one that relied on support from other parties – to a Conservative-led one, by 48% to 45%.

6 DE MAIO

Revealed: hitlist of welfare cuts facing Britain's next chancellor

Exclusive: 'Extremely controversial' ideas drawn up by civil servants include benefit freeze and making it harder for sick people to claim state aid, leaked papers show

Shiv Malik and Patrick Butler

A list of “very, highly or extremely controversial” potential cuts to benefits have been drawn up by civil servants in response to warnings that the next government would struggle to keep welfare spending below a legal cap of about £120bn a year.

The cuts proposed by officials at the Department for Work and Pensions include abolishing statutory maternity pay and barring under-25s from claiming incapacity benefit or housing benefit. Money could also be raised, civil servants suggested, by increasing the bedroom tax in certain cases.

In one of the DWP documents seen by the Guardian, two Whitehall officials say colleagues who were consulted in 2014 about the potential cuts described them as “very/highly/extremely controversial”, which highlighted that when it came to welfare spending that there was “not much low-hanging fruit left”.

The Conservatives have proposed cutting £12bn in welfare after the election, without specifying how. The DWP proposals were canvassed the year before, amid warnings that the failure of the coalition to get to grips with accelerating spending on key benefits would leave the next administration “vulnerable to a breach” of the welfare spending cap.

Other options laid out in the DWP documents include:

- Getting employers to contribute more to the cost of statutory maternity pay – or as an alternative abolishing it entirely.
- Freezing benefit payments at current levels across the board.
- Limiting welfare payments by family size.
- Forcing single parents on income support to seek work when their youngest child reaches the age of three (currently five).
- Making it harder for sick people to claim state aid when they are out of work by introducing “stricter” fit-for-work tests and/or tighter limits on eligibility.
- Increasing the bedroom tax on certain categories of renters.

- Barring under-25s from claiming incapacity benefit or housing benefit.

DWP sources said the same options would be presented to the Conservatives, who have pledged to reduce welfare spending by £12bn by 2017-18, regardless of whether the government was at risk of breaching the welfare spending limit or not.

The proposals were drafted by officials last spring after the chancellor, George Osborne, challenged Labour to back a parliamentary bill capping the welfare spend every year for four years.

The legislation, which places an absolute cash limit on almost all welfare spend, except the state pension and unemployment benefit, was supported in the Commons by 520 votes to 22. The limit starts at at £119.5bn in 2015-16, rising to £126.7bn by 2018-19.

Labour's front bench supported the legislation to defend itself from Conservative accusations that it was the "party of welfare". The bill was opposed by the SNP and a small group of Labour rebels.

If the cap is forecast to be breached, the government must propose measures to reduce welfare spending, seek Commons approval for the cap to be increased, and explain why the breach is justified.

Should this occur, there would no longer be scope for easy cuts, the DWP documents warn. Some of the options for welfare have been previously rejected by ministers, but officials argue they would have to be put back on the table.

The documents make clear that some of the welfare money-saving options will be necessary because demand for benefits over the next five years is highly likely to exceed the cap limit by billions of pounds.

A Conservative spokesperson played down the leak: "These were options produced by civil servants over a year ago and were never seen by the prime minister or the chancellor. If we wanted to implement policies like these, we would have, but we didn't."

However, the documents show that at least one Conservative minister, Mark Harper, was briefed about risk areas as regards the welfare cap soon after his appointment last year.

A document dated in late July said the disability minister discussed possible changes to incapacity benefits and gave a clear steer to civil servants on the importance of freezing or uprating benefit rates below inflation as a way of controlling costs.

The Conservatives have repeatedly refused to set out how the £12bn of savings would be achieved. Iain Duncan Smith, the work and pensions secretary, told the Daily

Politics show on Tuesday that he could not release details before the election because “we would have to have done the work on it and we’d have had to reach agreement on exactly what those are”.

The minister added that as soon as the Conservatives had properly modelled their proposals, they would spell out their plans in public: “The key area is that everybody is very clear that if you get a Conservative government, we have already said we will save £12bn from working age benefits. The work that we will do on this will be announced in the spending review,” he said. “Without that saving, being able to put the extra money into things like the health service becomes very difficult. I don’t say this is easy. But we are making that commitment.”

The Labour work and pensions spokeswoman, Rachel Reeves, said: “The only way the Tories can fund their extreme plan to cut £12bn from social security is by cutting child benefit and tax credits, abolishing maternity pay and increasing the cruel bedroom tax.”

“Labour has a better plan to control the costs of social security. We’ll save £1bn by cutting housing benefit fraud and overpayments and control housing benefit spending by tackling rip-off rents, getting 200,000 homes a year built, increasing the minimum wage to £8 an hour and giving tax rebates to firms who pay a living wage.”

Recent Tory claims that they have a strong track record on cutting social security over the past five years are undermined by the documents, which point out that coalition changes failed to meet promises to limit spending on three of the costliest cap items: incapacity benefit, disability benefit and housing benefit.

The leaked proposals say the DWP is at high risk of continuing to overspend on sickness and disability benefits in future years because the high-profile programme of welfare reform introduced by Duncan Smith in 2010 “has not realised its goals” of saving money.

UK election candidates: Independents fight to bring their issues to the fore

Whether they are defending the NHS or oppose fracking, many independents are running because they are disgruntled with the status quo

Esther Addley and Ben Quinn

Suzie Ferguson has never been a member of a political party, or really had much interest in party politics or the workings of government. Until recently, she was living in

Dubai with her two toddlers and working as a chemical engineer, while her husband remained at the family home in Reading attempting to keep his small building firm afloat.

But, on 9 April, three days after she returned to the UK at the end of her 14-month contract, Ferguson handed in her paperwork to the returning officer in Reading West, registering her intention to stand as an independent candidate for parliament on 7 May.

Some may consider a period of less than a month an ambitious amount of time to devote to a hands-on parliamentary campaign, but Ferguson, 34, sees no reason why she can't conjure an election win from little more than a pile of self-designed posters (she can't afford fliers) and an impressively energetic manner.

"Yes, it would take months if I was going to do it the old-fashioned way" of door-knocking and leafleting, she says. Instead, Ferguson argues, lots of people will do their research online in the last few weeks of the election. "They are going to read everybody's websites and go ... 'That one'," she says, adding that she will be disappointed if she fails to overturn the 6,000 majority of the Tory incumbent in favour of a manifesto that, her website admits, remains a work in progress.

In constituencies across the country, alongside the thousands of activists canvassing for candidates from the major parties, a small but no less dedicated band of committed local campaigners, single-issue activists, micro-parties and eccentrics are standing for election to parliament. Some feel none of the established parties truly represent their local area, many are standing as an act of protest against the system, yet others have founded their own tiny parties to advocate specific agendas. Almost all of them will fail to attract the 5% vote share they need to have their £500 deposit refunded.

What drives an individual to conclude that, if the political system doesn't work for them, they will address it by standing as an MP? In Ferguson's case, it was falling into debt when her second maternity leave coincided with a slump in the building trade that left her husband unable to draw a wage for 18 months. She was forced to start working again when her daughter was two months old, and eventually to take the Dubai job to avoid losing the family home. The system, she concluded, was irretrievably broken.

"I guess part of it is being an engineer, I'm a problem solver," she says in a break from taping posters to lamp-posts and in shop windows on Reading's busy Oxford Road. "I don't want to just moan, so what could I do?" So she read some politics textbooks, started a blog and, before long, had decided, "right, I'm going to do it".

It not as easy as one might expect to establish how many candidates are standing as independents on 7 May. The Electoral Commission doesn't keep records, referring inquiries to individual returning officers in each constituency.

The website YourNextMP lists 170 independent candidates, making them the sixth-biggest group behind the three main parties, Ukip and the Greens. But this number does not include the scores of people standing in micro-parties, such as the 14 candidates for Yorkshire First, nine for the Christian party "Proclaiming Christ's Lordship", the four people representing the Whig party ("Britain's original progressive party is back"), and many political sole traders standing under banners such as Save Hartlepool Hospital or World Peace Through Song or (standing in Reading West against Ferguson) The Roman party – Ave.

In South Thanet, six independents are seeking to block Nigel Farage's path to parliament. As well as the comedian Al Murray, they include representatives from the We Are the Reality party, the Manston Airport Independent party, and something called the Al-Zebabist Nation of Ooog.

Adam Osen was one of four people who changed their name to "None of the Above" to run for parliament in 2010 – he secured 202 votes in Iain Duncan Smith's seat of Chingford and Woodford Green. Though he is not standing on 7 May ("My wife said: 'You're not spending £500'"), he has compiled email addresses of more than 100 independent candidates and put them in contact, suggesting they liaise on issues they have in common, such as being excluded from hustings – "a fairly common experience" – and ignored by local radio and TV.

He is frustrated, he says, at the notion that independent candidates are largely joke candidates or eccentrics. "This is just my perception but, in very broad terms, the majority of independents see the country is being mismanaged. They don't think that the political system that we have now is fit for purpose." Among those on his list is his 85-year-old mother Doris, who is a candidate in Ilford North. "She is worried about the way the country is being run and she sees the future for her children and grandchildren as very bleak," he says.

For Liam Bryan, standing for the pro-electronic cigarette party Vapers in Powerin Kingswood, near Bristol, the large number of independents is part of something wider. "People have been feeling disenfranchised and removed from all the main political parties," he says.

Alistair Clark, a lecturer in politics at Newcastle University and expert on minor parties, agrees their spread is symptomatic of disillusionment with the political mainstream.

The resurgence of the SNP has been an obvious inspiration for parties such as Yorkshire First, the Northern party and the North East party. “Obviously they look at what’s going on north of the border, particularly in the north-east, and think – perhaps we could have some of that.”

Independents do occasionally get elected to parliament – most famously in the case of the journalist Martin Bell, who ousted Tory Neil Hamilton from Tatton in 1997. Dr Richard Taylor won two terms as an MP standing under the banner Independent Kidderminster Hospital and Health Concern until he was defeated in 2010; he is standing again in May for a new grouping called the National Health Action party, which is fielding 12 candidates from Stafford to Truro and Falmouth.

But for the vast majority of candidates without one of the big parties behind them, says Clark, the best they can hope for is to get their issues on the agenda. “What makes a difference is [if] they can actually impact on the main parties in the direction of their aims. They are raising issues that the main parties have to react to.”

Paul Birch co-founded the social network Bebo in 2005, later selling it to AOL for \$850m. In December, he founded a political party called Cista, or Cannabis Is Safer than Alcohol, which is fielding 32 candidates with his financial backing, including four in Northern Ireland – enough to secure it a party political broadcast.

Birch’s investment of £100,000 was an attempt to put the issue of drug policy on the table, he says. “I’m not sure it’s the very most effective way, but there’s currently no coverage at all in this election around this topic.” It’s not the only issue he cares about, he says, “but it’s an issue that stands out from most of the other issues out there in that there are no coherent arguments for carrying on the current policy path.”

As Birch acknowledges, Britain’s first-past-the-post system means anyone standing without major party backing faces an almost impossible uphill struggle. And yet many refuse to be daunted by the scale of the challenge.

In the Lancashire constituency of Fylde, electrical engineer Mike Hill is running on an anti-fracking platform that he says began as a move to protect his family and gained momentum as he came to feel the regulating authorities were “astonishingly complacent” about the dangers the industry could pose.

Since December, he has invested £7,000 of his own money, and put his own small business on hold, he says. But with the current Conservative MP, Mark Menzies, having won 52% of the vote in 2010, can he really mount a realistic challenge? “We’re not trying to get a few thousand votes off [Menzies], we are trying to win, you know? We have to win.”

Hill has contributed to expert reports on fracking and advised MPs on the issue, but ultimately, he says, he had to go further. “I needed to be in parliament myself, to be able to explain across the floor of the House of Commons to any secretary of state, minister, prime minister, exactly why fracking cannot go ahead in the UK. I can no longer do this fight from the outside. I need to be on the inside.

7 DE MAIO

General election 2015: Britain heading for hung parliament

Preliminary results of final Guardian/ICM campaign poll show Labour and Conservatives tied at 35% each

Tom Clark and Patrick Wintour

Britain is heading for a second hung parliament in succession after the most drawn-out election campaign since the war appeared to be ending in near deadlock with Labour and the Conservatives tied at 35% each according to the preliminary results of the final Guardian/ICM campaign poll.

Ed Miliband’s party has pulled back three points on ICM’s previous campaign poll, published nine days ago, with the Conservatives remaining unchanged. Previous ICM surveys had reported Conservative leads, ranging from six to two points.

Labour’s recovery appears to have been helped by a last-week squeeze at the political fringe: Ukip and the Greens both slip back two points, to 11% and 3% respectively.

The Liberal Democrats are unchanged on 9%, a buoyant Scottish National party climbs one to a Britain-wide score of 5%. Plaid Cymru are on 1%, and other minor parties are also on 1%.

The Conservatives are still predicting that their dominant message warning against a Miliband government dependent on the votes of the Scottish nationalists will sway the many undecided voters as they enter the polling booths on Thursday.

But on the basis of the ICM survey so far, the long-promised swing back to the Conservatives in the final 72 hours before the election, the central pillar of the strategy organised by Lynton Crosby, David Cameron’s campaign manager, has not materialised.

The survey is ICM's preliminary prediction poll, with a larger than normal sample size, and will be updated on polling day after additional interviews being conducted into Wednesday night are fed into the data.

The Conservatives are hopeful that the swing to Labour in the key English marginals will be blunted, pointing to the experience of 1992 and previous opinion polls that have over-estimated the Labour share of the vote.

When the Guardian's poll projection, an average of all the polls made public, is updated to take account of the new ICM data, it places both the Conservatives and Labour on 273 seats – neither anywhere near the 326 required for an absolute majority.

But the huge anti-Tory SNP bloc of 52 gives Miliband the stronger position in the battle to negotiate for control of No 10. The cabinet secretary, Sir Jeremy Heywood, is on hand to prepare for talks, but will not press Cameron to leave Downing Street, since it will be his right as prime minister to decide whether to test the opinion of the Commons on a Queen's Speech.

Behind the scenes all three parties have been preparing for coalition talks. Labour is hoping on Friday to be able to declare that Cameron cannot construct a Commons majority and should resign, challenging Nick Clegg to abandon any thought of a second coalition with Cameron.

Labour sources suggest the closer Cameron is to 280 seats, as opposed to 290, the harder it will be for him to mount a political argument around the illegitimacy of a minority Labour government.

Labour has made plans to make a big appeal to the Liberal Democrats to join it in building a new coalition to take the country from austerity, but in reality all will turn on the precise distribution of seats between the principal parties, something that in turn depends on only tens of thousands of votes distributed in around 30 marginals.

In a final election rally, Ed Miliband insisted the energy in the campaign lay with Labour saying that the Conservative party had run a negative campaign with nothing to say to working people, nothing to offer for the future, just desperate tactics.

David Cameron ended a 36-hour cross-country tour of key marginals and held a final rally at Hetherington Livestock Mart in Carlisle, where he asked for more time to build a better Britain and said the election would define a generation.

ICM's final survey does not only ask voters about their own voting intention for Thursday but also about their expectations as to what the rest of the country will do.

Voters' own predictions are less favourable to Labour than the poll headlines suggest. When asked to predict the poll scores, on average, respondents expect Labour to secure only 32%, three points less than the 35% they expect for the Tories.

ICM pressed voters on the government they would prefer. The single most popular choice – picked by 25% – was a Conservative overall majority, followed by a Labour majority, which 23% preferred.

A Conservative-led administration in which the Tories have to strike deals with others is the choice of 22%, while a Labour-led government that had to strike deals was picked by only 19%, a possible sign of success for the Conservative warnings about a SNP-backed “coalition of chaos” installing Miliband in Downing Street.

The public also envisages the Lib Dems outperforming most polls by achieving 14%, and Ukip underperforming somewhat, with 10%.

Martin Boon of ICM Unlimited, who pioneered this “wisdom of crowds” approach, explained: “Most people will have an inkling about how friends and relatives will vote, and in aggregate these impressions may count for more than individuals’ sometimes less-than-clear sense of their own intentions. That’s the ‘wisdom’ theory, and when we put it to the test in 2010 it proved a more accurate gauge of the result than the conventional approach.”

But it is ICM’s headline prediction that has been the more intensely anticipated, because its final survey has got closer than the rest of the polling pack to the final result in three of the last four general elections. In the raw data, Labour is actually ahead – by 37% to the Conservatives’ 33%. But this is misleading, because Labour-leaners are less committed to turning out.

A strikingly high 73% of all voters now say they will definitely cast a ballot, suggesting that the closely fought fight may push turnout up above the 65% level of 2010. But turnout rises further to 85% among Conservatives, and to 79% for Labour supporters. Adjust for this differential, and Labour’s initial advantage shrinks to a single point – 35% against the Tories’ 34%.

ICM then applies its final adjustment – allocating a chunk of those voters who won’t reveal their 2015 plans back to the party they say they backed last time, something which experience suggests many of them will do.

This final tweak pulls the Conservatives up to draw level with Labour, and comes close to pushing the Tories into the lead. “These results are on such a knife edge,” explains

Boon, “that assuming that just one or two extra former Conservative or Lib Dem voters will ‘go home’ on Thursday could have dragged Labour down to 34%, and given the Tories the narrowest of leads.”

David Cameron is being urged to hole up, like a Hollywood hero, no matter what the voters decide

In this election the surface is glossy, the policies are tame and the strategies are brutal. And Cameron has bet the UK’s future to win a second victory

David Marr

A campaign that never promised a winner has dragged itself to a climax. David Cameron looks done for on the numbers but in the atmosphere of stalemate and bravado in these last days, that does not seem to mean he will leave No 10.

He is being urged to hole up in there, like the hero of a Hollywood siege, no matter what the voters decide. For his anxious backers, the prime minister is a man born to rule and born to stay.

Even during the campaign’s final push, his sleeves rolled up for the fight, Cameron seems oddly untouched by office. Being president lent even George W Bush a kind of grave distinction. Obama grew grizzled and grey. But after five years of running a nation of 65 million, Cameron is as pink and sleek as he always was.

Only his politics have hardened. In this contest, the surface is glossy, the policies are tame and the strategies are brutal. Neither Labour nor the Conservatives have offered an earth shattering programme but Cameron has bet the future of the United Kingdom to win a second victory.

Cameron’s supporters commend his sense of humour, his resilience and high intentions. His cheerfulness holds him in good stead. For a leader who has broken so many promises, Cameron remains surprisingly liked, with a net approval rating just in positive territory.

These backers also say Cameron had no choice but to take the Conservatives to the right and put the boot into Scotland to mop up the extremists of the right. But he must take a fair slice of blame for the leverage these people have come to hold over Conservative politics in the UK.

This campaign is being fought in the shadow of the 2014 referendum on Scottish independence. But another referendum is crucial to the contest: the 2011 referendum on electoral reform that saw Cameron and the Conservatives fight tooth and nail to save the first-past-the-post system.

The damage they did themselves was terrible. Preferential voting tames threats from splinters and breakaways. Votes are not so easily lost out on the fringes but tend to flow back to the big parties. Little parties can still flourish but they don't have the same power to spook the political establishment of either left or right.

Voting is to be savoured

Factor in my bias. This is an Australian speaking. We have had preferential voting for decades. It's not without problems. It can be gamed and shouldn't be compulsory. If you want to park your vote out on the fringe you should be allowed to. But it is so obviously fairer – more “legitimate” in the language of this week – than putting one cross in one box.

While I'm at it: why on earth hold elections on Thursdays? The idea that this guarantees a new government will be in office by the time the bond markets open on the Monday came to look irrelevant in 2010 and promises to look ridiculous in 2015, if Cameron hunkers down for a long siege in No 10.

God gave us Saturdays for voting. Where I come from, it's a civic ritual. You take your time. It isn't something rushed before or after work. It's the point of the day. You walk to the local primary school, talk to your neighbours for the first time in years, vote in the cardboard box provided, buy a sausage sandwich from the team raising money for the school library and wander home, all democratic instincts satisfied.

Since the second world war the turnout at every federal election has been about 94%. We all vote – and not because we're threatened with \$20 fines. It's a national habit. This week, with so much at stake and leaders begging their followers to make their way to the ballot box to end the looming stalemate, the turnout in the UK today might hit 70%.

But if this were an election in Australia, I wouldn't have seen Cameron standing on a suburban railway station with a red dispatch box at his feet. The prime minister was pretending to carry his own luggage.

Only in Britain, surely, would a party official try to ban the New York Times from a political rally. I was there for Nigel Farage's bizarre meeting in a Ramsgate pub. My Guardian colleagues were there. The Daily Telegraph was present. So was the BBC. So why in heaven would you try – and fail - to keep out the New York Times?

Boombox populi

Back home I can't imagine demonstrators choosing Handel's Dead March from Saul as the soundtrack to their angry picket. "Give us Beyoncé," a wit called from the crowd, but the boombox roared the Dead March for half an hour as the aristocracy of Scottish Labour fought their way into Glasgow's Tollcross swimming centre to listen to Ed Miliband.

I can't imagine Australia's political leaders ever being held to account as Miliband and Nick Clegg were by Citizens UK at Westminster Central Hall. Their grilling by preachers, imams and children seemed, as the hours went by, to echo the old Church of England order of baptism: "Do you forswear the devil and all his works?"

Labour's leader did enthusiastically. Nick Clegg had reservations. The prime minister's stand in, the secretary of state for culture, media and sport, Sajid Javid, read from a document apparently drafted by a good QC.

And I don't believe I would ever read in Australia a political headline as ferocious as the one the Daily Mail put across Richard Littlejohn's column on Tuesday: "Trust Labour? I'd rather trust Jimmy Savile to babysit."

Back in the 1980s, Australians spent a lot of time wondering about national identity. The point eventually came when we decided to get on with being who we were whatever that might turn out to be. Time would tell us.

A great surprise of the 2015 campaign is to find the UK caught up in the same debate but with so little time to reach an answer. Voters know a Conservative win puts the European question back on the table in 2017. A Scottish National party sweep through Scotland will keep dreams of independence alive.

In the streets above the Forth and Clyde canal in Glasgow, they talk of Nicola rather than the SNP. "I was thinking of Nicola," an old woman says when asked by SNP canvassers how she will vote. And on doorstep after doorstep we were delivered little lectures on English greed: "All they're worried about is what England's getting."

What Conservative England wants now is some plausible excuse to bin the votes of Scotland. Here's where this election campaign for this outsider becomes not just surprising but unique.

With the polls locked in almost a dead heat, with no prospect of a winner being picked by the voters, Cameron's best hope of hanging on at No 10 is to persuade the political establishment to ignore the presence of as many as 50 of Sturgeon's MPs at Westminster.

They have to politically disappear, constitutionally evaporate. Much scorn and ingenuity have already been displayed to achieve this difficult outcome. But that may be nothing to what is attempted in the days ahead if those SNP votes might, as expected, deliver power to Miliband.

The vote has yet to be counted. Late shifts may save the Scots from this fate. But if, after the manoeuvring is done and the cars have shuttled back and forth to Buckingham Palace, Miliband stands in front of that shiny black door to claim victory, the Conservative sabotage of the union threatens to roll on for years, for as long as it takes to bring a Labour government down

Election 2015: a guide to results night

How will we know which party is winning? Which seats are the ones to watch? And when can we go to sleep? Here are the answers

Claire Phipps

Polling stations close at **10pm**, when broadcasters will spring into action with their result shows.

There will be an exit poll at **10.15pm** conducted by the BBC that will give us a strong impression of the overall picture, but the current polls suggest it is so close the real result could still be within the margin of error. Regardless, it will be worth watching the body language of the politicians doing the rounds of the TV studios.

It will be a long night, but thanks to the people of Sunderland, and their speedy paper-flicking, we could see the first declaration, from Houghton & Sunderland South, as early as **11pm**.

Results will come in throughout the night. We have a fuller guide below on when the key ones are expected, should you want to plan a strategic nap.

But by **6am or 7am** on Friday, we should have some idea who's won what, and who will need to be talking to whom.

What's going to happen?

The polls suggest we're heading for deadlock.

And it's worth reading a piece where we asked the eight leading pollsters what they thought would happen. Their verdict: score draw, leaving Miliband most likely to be able

to form a government numerically, but with a ferocious battle for legitimacy on his hands. Despite the country going to the polls, several say it will come down to “public opinion”.

How to watch the results

The Guardian’s Andrew Sparrow will be liveblogging through the night. You’ll find our polling day and results live blogs – plus live blogs from the last six weeks or so, should you want to relive the campaign minute-by-minute while waiting for Nuneaton to declare.

Alongside that, we’ll begrudgingly allow you some televisual company, because election night isn’t election night without Jeremy Vine explaining electoral swing on a giant Blockbusters gameboard.

Your TV options are:

BBC1: The magisterial David Dimbleby captains the live results show from 10pm, with Nick Robinson, Emily Maitlis, Vine and Andrew Neil alongside. From 7am on Friday, Huw Edwards takes over, with the BBC promising he will “stay live on air” until we know what’s happening, which presumably is also its zombie invasion plan.

ITV: Political editor Tom Bradby presents, with Julie Etchingham and Nina Hossain, and we are assured there will be no commercial breaks, which is a relief for those worried they might miss the Sheffield Hallam result for a “have you had an accident that wasn’t your fault?” advert. ITV also promises a Commons Calculator, which had better be more exciting than it sounds.

Sky News: It’s Adam Boulton, of course, with political editor Faisal Islam, broadcasting from “a specially created studio”, which sounds slightly unnecessary as you’d have thought they already had a few. Eamonn Holmes, hoping to turn in early, is in Sunderland. Dermot Murnaghan comes on board at 5am on Friday.

Channel 4: It’s Alternative Election Night here – though not that alternative as it has Jeremy Paxman, who said, while dying a little inside: “Elections matter. But that doesn’t mean the coverage has to be dull. I hope there’ll be room for both insight and laughter.” David Mitchell, Cathy Newman and Gary Gibbon are around too. And there’s a special election-themed Gogglebox in which the word “posh” will be heard a lot.

More 4: The real alternative election night, with a live screening of a Donmar Warehouse production, *The Vote*, which plays out in real time the last 90 minutes of polling station action. Or just go and hang out in your own polling station, but don’t blame me if you don’t see Judi Dench.

How to watch if you're not in the UK

BBC World is your answer. There you get the full Dimbleby experience as the global channel melds seamlessly with the domestic one to bring you baffling graphics, tired psephologists and overly chirpy politicians all through the UK night. Results programming starts at 7am on Friday AEST; 5pm Thursday EDT; 2pm Thursday PDT. (All other times here are BST.)

CNN International is providing through-the night coverage anchored by Hala Gorani and Max Foster. As part of its coverage it has chartered a Routemaster double-decker to travel around key election locations and is using the hashtag #BigRedBus for that. Social media, I hope you're proud of yourself.

The seats to stay up for

There's a full list here, complete with expected declaration times, should you want to tick them off with appropriately coloured highlighter pens (just me?). But below are some of the bellwether seats that should give us a clue which way things are going, as well as some where high-profile incumbents – and even the odd party leader – are at risk of early retirement.

(I should point out that this list has been heavily cribbed, with only a dash of disguising, from this much more detailed work done by my colleague Alberto Nardelli, but hey: that's coalitions for you.)

1am: Nuneaton. The first Tory-held marginal expected to declare. This is the kind of seat Labour needs to win to secure the election. If it doesn't, Ed Miliband's champagne might need to stay on ice. The Guardian's John Harris visited Nuneaton this week and you can watch his film here:

2am: Rutherglen & Hamilton West, and Kirkcaldy & Cowdenbeath. The first klaxons from Scotland. Labour's Tom Greatrex could hold on in Rutherglen, but in Kirkcaldy – once held by Gordon Brown as the safest Labour seat in Scotland – it could be a different story. It's all about the SNP, and if they win here, they might be on course to take the 50+ seats they've been predicted in polls.

2am-3am: Eastleigh; Yeovil; Bermondsey and Old Southwark. Lib Dem territory, especially for long-time south London MP Simon Hughes, and they might hang on here, despite doomy predictions. If not, the night could be even worse than predicted.

3am: Kingston and Surbiton. The Lib Dem energy secretary, Ed Davey, could be under threat from the Tories.

From 3am: Renfrewshire East and Paisley & Renfrewshire South. The chance of some shocks here, with Jim Murphy, Scottish Labour leader, and Douglas Alexander, the shadow foreign secretary, on the brink of losing out to the SNP. Jo Swinson hopes to avoid a similar fate in **East Dunbartonshire**.

3am: Thurrock. This could be where Ukip wins its first seat in a general election.

3am: Bristol West, Brent Central, and Hornsey & Wood Green. If Labour doesn't gain from the Lib Dems in seats such as these, including ousting Lynne Featherstone in north London, Miliband will struggle to get to No 10. But the Greens are also hoping to pull off a win in Bristol West.

3am: Holborn and St Pancras. The Green leader, Natalie Bennett, is up against Keir Starmer, who should hold the seat for Labour.

3.30am: Great Grimsby. Ukip aims to swipe this from Labour.

From 3.30am: Loughborough. If Labour ousts the education secretary, Nicky Morgan (which it probably won't), it might mean the party is on course for a majority.

From 4am: Doncaster North. Ed Miliband's seat. This one won't be a nailbiter.

From 4am: Broxtowe. Labour could claim this from the Tory defence minister, Anna Soubry.

From 4am Twickenham. The Lib Dem business secretary, Vince Cable, has been targeted by Tories here.

4.30am: Sheffield Hallam. Could Nick Clegg lose his seat? Tactical voting from local Tories could save him. But this one's worth staying up for.

From 4.30am: Morley and Outwood. Ed Balls's seat. He had a majority of just 1,101 last time.

From 4.30am: Witney. Who will win? The candidates include David Cameron and ... oh, moving on.

From 4.30am: Clacton. Douglas Carswell is hoping to hold on to this seat for Ukip.

From 4.30am: Gordon. The Lib Dems look almost certain to be booted out here by the SNP's Alex Salmond.

5am: Inverness, Nairn, Badenoch & Strathspey. The Lib Dem chief secretary to the Treasury, Danny Alexander, is expected to lose his seat around now.

From 5.30am: Rochester and Strood. Another Tory defector to Ukip, Mark Reckless, is hoping to hang on to his seat.

From 5.30am: Wirral West. Tory incumbent Esther McVey is on wobbly ground here.

From 5.30am: Brighton Pavilion. Caroline Lucas will hope to stay as Green MP here despite a Labour push.

6am: Uxbridge and South Ruislip. Is this the return of Boris Johnson? (Spoiler: pretty much definitely, yes.)

6am: South Thanet. The moment of truth for Nigel Farage. Too early for hair of the dog?

When we might know where we are

It's going to take a while. Exit polls at 10pm will be our first clue. The bellwether seats will give us pieces of the jigsaw. The politicians will all tell us that they're winning and really, everything is just going to plan, better than planned, super, really.

By around 5.30am, we should be starting to get results from the south-west – Cornwall North, Dorset Mid and Poole North, Torbay, and St Austell & Newquay – where the Tories are scrapping with the Lib Dems. And by then we should have an idea whether those scraps are shaping the balance of a new coalition or not.

How will we know who's having a good night?

Oh, you'll know. They won't be quiet about it. The parties have already lined up their frontbenchers to do a round of interviews at 10pm as the exit polls come out. Ed Balls (assuming he keeps his seat) will be speaking for Labour; Gove for the Tories.

But if you mean the *science* of it, keep those appropriately coloured highlighter pens to hand and start adding up.

A majority requires 326 seats (there are 650 MPs). If one party scores that, forget the "shape of the new government" thinkpieces; it'll be wall-to-wall "what was with all those polls, eh?" columns.

So, there will be some totting up to be done. Sinn Féin MPs – there were five of them – never take their seats in Westminster. The Speaker doesn't vote. So 322 MPs – or a block of 322 like-minded MPs – could survive a confidence vote.

The Guardian's poll projection shows the permutations that could reach the magic 322 figure (click on "see full projection" for a comprehensive breakdown).

On the face of it, then, the anti-Tory parties look more likely to have a good night. But given that most of them aren't talking to each other, it might take a while for them to notice.

There's a satisfyingly nerdy look at the swings and the numbers here. Swot up and impress your friends with your confident assertion that a Labour win in Pendle bodes well for Miliband.

Not sleep. Like Huw Edwards, we – voters, viewers, the people this is supposedly all for – will have to trudge on as politicians whip out their negotiating teams and talk ... not deals. Not pacts. (Or so they said before polling day, anyway.) Not even coalitions, unless you're the Lib Dems, who have made their peace with the idea of buddying up with people you've just spent the past six weeks deriding.

Red lines will be brandished; some might be crossed. Some might be rubbed away surreptitiously, to become pinkish scars. But eventually someone will form a government. We might even get two.

First things first. If nobody "wins", the cabinet manual is hauled off the shelf. David Cameron will stay as prime minister. He can have a go at putting together a government, but Ed Miliband doesn't have to wait to see if he manages it. As Gus – now Lord – O'Donnell, the former cabinet secretary who was instrumental in the 2010 coalition negotiations, said on Wednesday, if Cameron can get a Queen's speech through the Commons, with a majority of MPs backing it, he gets to stay. If he can't, he would need to resign and let Labour (and, um, friends?) have a try.

Please don't try to stay awake till all that is settled. Parliament isn't due back until 18 May. The Queen's speech is pencilled in for 27 May. And a formal vote on it probably wouldn't happen until 2 or 3 June. So get some rest. They will all still be here when you wake up.

But if you're not sleeping... here's your guide to staying awake

Jason Ellis, professor of psychology at Northumbria University and director of the Northumbria Centre for Sleep Research, writes:

Should I drink coffee to keep me awake and alert?

No. It may seem like a good idea at the time, but because it stays in the system for many hours, it may continue to keep you awake when you eventually want to go to bed.

Can I snack?

Yes, but nothing too heavy. You are more likely to crave foods high in fat and sugar but try to avoid these. Cereal with fruit ... perfect. The same is true for the next day – you will be more tempted towards fat and sugar as the hormones that regulate hunger are likely to be a little out of whack.

What about an alcoholic drink or two?

No. It is likely to make you sleepy and the sleep you get will not be as refreshing.

I want to watch at a friend's house, is that okay?

Sure. But remember that even if you don't feel particularly sleepy your concentration, memory and reflexes are likely to be affected, so arrange to get a cab home.

What about watching it in bed?

You should not have a television in the bedroom in the first place. I always say the bedroom is for sleep and sex alone otherwise we tend to get mixed messages about what constitutes sleep time versus awake time.

Should I have a lie-in the next morning to compensate?

No. One of the best ways to get back on track is to keep the same routine, especially in terms of getting up in the morning. Remember, though, you may be extra sleepy the next morning, so try to avoid doing anything that may cause you or others harm, such as driving or operating heavy machinery.

What can I do to survive the next day?

Get up to natural light as soon as you are able to. It will help re-regulate your body clock even if it is cloudy outside.

Now can I drink coffee?

Absolutely. Some of us are more sensitive to the effects of caffeine, however, so it may be best to avoid it after lunch, just in case.

What about a nap?

I would tend to say no unless you are really sleepy. If you do nap, try to keep it to less than 20 minutes or it may make you feel even worse. Avoid napping from late afternoon onwards as it may prevent you from dropping off to sleep that night.

Labour to fight any attempt by Cameron to declare victory without a majority

Party anticipates the Conservative leader will try to claim he has won the election even if he does not have a viable number of seats to control the Commons

Rowena Mason

Labour is preparing to fight any attempt by David Cameron to declare victory on Friday as leader of the largest party even if he does not have enough seats to command a majority, senior party sources have indicated.

The party's fear is that Cameron will try to claim that having the most seats means he has won the election, despite not being able to command the confidence of the House of Commons with the help of Lib Dems, the DUP and/or Ukip.

Even if he came second, Ed Miliband is thought to have more paths to a majority with the help of the Scottish National party, Lib Dems, Plaid Cymru and/or the Greens. Campaigning in Yorkshire and Lancashire on Wednesday, Miliband declared that he was still optimistic about victory.

However, the betting markets and most predictions suggest the most likely outcome is a hung parliament, with the Conservatives as the largest party and Labour close behind. The opinion surveys are a mixed bag with some showing Labour in front, some the Tories, and some the two parties neck and neck.

Miliband has spent the last two days repeatedly dodging questions about what he will do if he narrowly comes second, refusing to answer the question at least seven times. "I'm going to leave the commentary to others. My focus is not on the politicians but on the British people," he said at a meeting of supporters in Pudsey, West Yorkshire.

But Labour aides have made clear they take the same position as constitutional experts and the former cabinet secretary Lord O'Donnell, who say there is no law giving the leader of the largest party the right to govern. "The rules are the rules," one Labour adviser said – regardless of the political argument about legitimacy that Cameron may make.

Labour aides believe it will be clear by the end of Friday whether Cameron has no chance of getting a Queen's speech through the Commons. In that situation, they would call for him to resign, even if he tries to claim only a Conservative-led bloc would have legitimacy.

Miliband answered almost every question on Wednesday by referring to the choice facing voters: a Tory government for the rich or a Labour government that works for working people. On the eve of polling day, he then led an evening rally of supporters in Leeds while trying not to echo the misplaced triumphalism of Neil Kinnock at his Sheffield rally in 1992.

On election day itself, Miliband and his wife, Justine, will vote in his constituency of Doncaster North early in the morning and later do a clip for the cameras outside their home once the polls have closed.

Some thought among aides has been going into when he will grab some sleep, as he will need to ensure he is fresh for any negotiations that will start as soon as possible on

Friday, in the event of a deadlock. Last time, Gordon Brown managed to fit in at least a two-hour nap between 8pm and just after 10pm, when the first exit polls started to come through.

Senior figures are already being lined up to spin on the airwaves for that key moment, including Ed Balls, between 10pm and midnight. By the morning, the main action will quickly converge on Westminster.

Amid concerns Cameron and Clegg may attempt to stitch up a quick deal, the Labour team is conscious that it may take Miliband longer to get from Doncaster to London than the other leaders from Witney and Sheffield. But Labour advisers are convinced it will become clear fairly quickly on Friday, from the arithmetic of the seats, whether Cameron has enough support to get a Queen's speech through the Commons.

Whether Labour come first or second, it is apparent the party would be prepared to talk to the Lib Dems, with Miliband acknowledging for the first time on Tuesday that he has red lines on talks. Already the party has given up on unseating Clegg in Sheffield Hallam, and believe they will have to deal with him in the event of any talks, unless he faces a wipeout and loses the support of his own party.

Lord O'Donnell: leader of largest party does not automatically become PM

Next PM will be leader who commands confidence of of the Commons, not necessarily leader of largest party, ex-cabinet secretary reminds Cameron

Nicholas Watt

Gus O'Donnell, the former cabinet secretary, has reminded David Cameron that he signed up to a Whitehall document that says the next prime minister will be the leader who commands the confidence of MPs, regardless of whether their party has won the election.

In a sign of concerns in Whitehall that constitutional conventions should be followed if voters elect the most balanced parliament in nearly a century, Lord O'Donnell indicated that the leader of the largest party does not automatically become prime minister.

O'Donnell spoke out after the Cameron accused Ed Miliband of preparing a "con trick" to enter No 10 with the support of the SNP.

In an intensification of his warnings about the dangers of a post-election deal between Labour and the SNP, the prime minister said such an arrangement would raise huge questions about the credibility of that government.

He told the Today programme on BBC Radio 4 on Wednesday: "I think it is a con trick because Ed Miliband is saying I'm not going to do a deal with the SNP, I won't have an

agreement with the SNP. But actually he knows the only way he can become prime minister is with the backing of SNP MPs.”

But O’Donnell told the same programme shortly before Cameron’s appearance that the key qualification to enter No 10 was the ability to command the confidence of the House of Commons. In a Guardian interview in March, the former cabinet secretary said that the polls at that time suggested that “a Lab-Lib coalition with a deal with the SNP” looked like a feasible scenario. The polls once again suggest that the combined seats of the three parties would achieve a parliamentary majority.

O’Donnell told Today: “We live in a parliamentary democracy. The rules are very clear and they are laid out in the Cabinet Manual and that says the ability of government to command the confidence of the elected House of Commons is central to its authority to govern.”

He later reminded the prime minister that he signed up to the Cabinet Manual. He told the Daily Politics on BBC2: “One thing I should say about the Cabinet Manual. People keep saying it is my Cabinet Manual. It is the government’s Cabinet Manual. It is the cabinet’s Cabinet Manual in particular, and the preface is there signed by the prime minister, David Cameron.”

The former cabinet secretary, who also appeared on Sky News on Wednesday, indicated that he would take to the airwaves again after the polls close on Thursday night to ensure that the guidelines in the Cabinet Manual were respected.

He said: “I’ll be in London at various studios trying to ensure that those interpretations that come out of the exit poll at one minute past 10 are actually in line with what’s in the Cabinet Manual, and people aren’t saying: ‘Oh well, I think I’ve got a chance because I got this number of seats or whatever’.”

O’Donnell published a draft of the chapter of the Cabinet Manual on the formation of a coalition government in early 2010 because he expected voters to elect a hung parliament. The draft was endorsed by Gordon Brown as prime minister. The manual was fully published after the 2010 election with a foreword by Cameron on behalf of the coalition. This means the manual has the backing of the three main parties.

In his Guardian interview in March, O’Donnell said it was wrong to assume that the leader of the largest party should automatically become prime minister. His remarks were then aimed at Nick Clegg, who has always said that the Lib Dems would talk to the leader of the largest party in the first place in coalition negotiations.

O'Donnell said: "The one thing we need to be aware of is people thinking that what Nick Clegg said last time constituted an iron law that only the biggest party, somehow defined either by seats or votes, gets to have the first say. That is not true." Asked whether the prime minister is the person who can command the Commons he replied: "Precisely."

The former cabinet secretary is unlikely to be taking such a high-profile role on the airwaves without the agreement of Sir Jeremy Heywood, his successor as cabinet secretary.

Britain could elect its most balanced parliament since 1923 when Ramsay MacDonald, the Labour leader, became prime minister with the arms-length support of Herbert Asquith's Liberals even though Stanley Baldwin's Conservatives had come first in terms of number of seats.

ANEXO 2: MATÉRIAS ANALISADAS NO *THE TIMES***1º DE MAIO****Sturgeon calls Miliband bluff on SNP deal***Philippe Naughton*

Ed Miliband's decision to rule out any kind of deal with the SNP to keep out a Tory government will be the "final nail in the coffin of Scottish Labour", Nicola Sturgeon said today. The Scottish first minister said the Labour leader was increasingly sounding like a "man in denial" after polls suggested that the Nationalists could claim all 59 Scottish seats in next week's general election.

Mr Miliband, who will campaign in Glasgow later today, last night made his most strongly-worded declaration to date that he would not countenance any deal with the SNP in the event of a hung parliament after May 7. Pollsters say that he would lack the numbers to govern without them. During a special BBC Question Time programme last night, he said: "If the price of a Labour government is a coalition or a deal with the SNP, it is not going to happen."

Speaking in Dundee on a helicopter tour of target seats, Ms Sturgeon said the remark would only serve to drive more voters to the SNP. She said: "If Ed Miliband is really saying he would rather have a Tory government than work with the SNP for more progressive politics, then it's final proof that Labour has lost the plot.

"It will be the final nail in the coffin of Scottish Labour and I suspect Labour in other parts of the UK, and it makes it all the more important that we have a big team of SNP MPs because we will need them to protect Scotland from the Tories because clearly Ed Miliband is not prepared to do it."

She added: "If Ed Miliband is really saying that if there is an anti-Tory majority in the House of Commons and an opportunity to get the Tories out, he would stand back and watch David Cameron go back into Downing Street rather than work with the SNP, people in Scotland will never, ever forgive Labour if that turns out to be the case, and I suspect people in other parts of the UK won't forgive them either."

With Labour facing the loss of all 41 of its seats in Scotland, Mr Miliband was to urge Scots to reconnect with their Labour-supporting history. Speaking ahead of his visit, Mr Miliband said: "Remember our great leaders, from Keir Hardie to Jennie Lee, John Smith to

Donald Dewar. What would they want today? We could be on the verge of electing a Labour government. They would want to be part of it.”

He added: “Nationalism never built a school. It never lifted people out of poverty. It never created a welfare state that healed the sick and protected our most vulnerable. It is Labour values, Labour ideas and the determination of people across Scotland that has built this country to what it is today.”

David Cameron also responded to Mr Miliband’s statement this morning, saying that far from being a binding pledge it “changes nothing”. He told an audience in Yorkshire: “Is he really saying that if Labour don’t get a majority but if Labour plus the SNP is a majority, ‘I won’t be prime minister?’ Of course he’s not saying that. So the threat today is the same as the threat yesterday.”

Nick Clegg, the Liberal Democrat leader who is trying to position his party as the only acceptable coalition partner for either the Tories or Labour, described the comments as “ludicrous”.

He said: “If you don’t win a majority and you have to govern with another party, you don’t have the democratic right from the British people to insist on implementing your manifesto in full without any compromises. “I know that Ed Miliband describes every compromise as a betrayal, but I don’t.”

We’ll target Labour-held marginals now Ed won’t be prime minister, says Farage

Philip Webster

Nigel Farage today promised a push in Labour-held marginals in the last week of the election campaign and said that he would be prepared to support the Conservatives in a “confidence-and-supply” deal.

The Ukip leader said Ed Miliband’s pledge last night not to do any kind of deal with the SNP meant that he could not now become prime minister. “It would be the greatest lie of modern British politics for him now to try and form a coalition with the SNP,” he told the BBC Radio 4 *Today* programme.

He claimed that over the last three weeks the percentage of Labour voters from 2010 who were going over to Ukip had trebled. “If it’s seen that Mr Miliband simply cannot become prime minister without committing that lie, then suddenly those seats in the Midlands

and the North where we are the challengers are seats that we can now win. It will need some tactical voting from the Conservatives to do it.”

He added: “We can become a serious force in British politics. We will do it at the expense of the Labour Party.” Mr Farage made clear that Ukip would be targeting Labour-held marginals in the final days of the campaign. “I have a feeling after last night’s debates, Mr Miliband now cannot be prime minister,” he told the BBC Radio 4 *Today* programme.

“What has happened over the last three weeks is the percentage of 2010 Labour voters who say they are going to vote Ukip has nearly trebled.

The Ukip leader also indicated that the party could support a second Conservative-Lib Dem coalition on a “confidence-and-supply” basis provided there was a clear commitment to a referendum on the EU. “I can see the Liberal Democrats and the Conservatives in coalition with Ukip giving confidence and supply. Ukip will not be joining the coalition,” he said.

David Cameron last night made an in-out referendum a red line in any post-election negotiations in a clear attempt to attract Ukip supporters. That meets Mr Farage’s condition, but whether the referendum would be supported by the Lib Dem membership is open to doubt.

Miliband savaged for ‘lies’ over spending

Francis Elliott, Sam Coates, Michael Savage and Laura Pitel

Ed Miliband suffered a bruising final television contest before the election as he was accused of “lying” for refusing to accept that the previous Labour government spent too much.

In the last set piece of the campaign all three main party leaders were questioned by the public but Mr Miliband was given the most hostile reception.

An ICM poll after the programme awarded David Cameron victory — 44 per cent thought that he had been best on the night, with 38 per cent opting for Mr Miliband and 19 per cent Nick Clegg.

There were mutterings of discontent when the Labour leader did not accept that - Gordon Brown’s government had overspent, saying it had rebuilt schools, hospitals and Sure Start centres.

That drew an angry response from the audience of the Question Time special in Leeds. “If you can’t accept you overspent why on earth should we trust you that you won’t overspend again?” asked one member of the audience.

Another said: “This country suffered because Gordon Brown sold off the gold — how can you stand there and say you didn’t overspend? That’s absolutely ludicrous. You are frankly just lying.”

Earlier Mr Miliband was confronted by Catherine Shuttleworth, who runs a marketing company in Leeds that employs 76 people. She attacked him over the response of Ed Balls to an infamous 2010 letter by the Labour chief secretary to the Treasury that warned his successor: “I’m afraid there is no money.”

At the time, Mr Balls dismissed the note as a joke. To cheers from the audience, Ms Shuttleworth said: “What worries me is that you’re going to put Ed Balls back in as chancellor and he called that letter a joke. Now let me tell you, running a business the last few years is not a joke. And if that’s the way your party wants to treat the economy, how can we trust you?”

Mr Miliband responded with Labour’s plan to give help for small businesses priority over big corporations. Ms Shuttleworth was not satisfied. “If you worked in the corporate world he [Ed Balls] would have been fired and he would not be allowed back to do that job.”

At the end of his 30-minute ordeal, Mr Miliband stumbled as he left the stage, giving the cameras an apt image for his encounter with sceptical voters.

David Cameron was forced on to the defensive over his plans for a £12 billion welfare cut, falling short of an explicit guarantee not to cut child benefit.

“I don’t want to do that,” the prime minister said when he was asked whether he was planning to cut the payments, after the Liberal Democrat leak of a 2012 proposal to make £8 billion savings in child benefit.

He denied commissioning the plans, saying: “I didn’t ask for it.” Senior Liberal Democrats have suggested documents exist that prove Mr Cameron did ask for the cuts drawn up by Iain Duncan Smith, the welfare secretary.

Mr Cameron repeated his pledge to reduce net migration to below 100,000 as he faced tough questions on why he had failed to meet the same promise made in 2010.

He laid out his planned curbs to benefit entitlements for EU migrants when he was asked how he could control immigration from Europe and said only a referendum would lead

to the changes needed. “You need a prime minister who’s prepared to bring change in Europe.”

Mr Cameron targeted Ukip voters by saying that he would quit if he could not offer an EU referendum.

Both main party leaders were criticised for failing to make clear what they would do in the event of a hung parliament. Mr Miliband appeared to suggest he would banish Labour into opposition rather than do a deal with the SNP. He said there would be “no coalition or deal” with Nicola Sturgeon’s party.

He added that Labour would not support scrapping Trident if that were necessary to win the support of the SNP — his “diehard opponents”.

In Scotland, the first minister was questioned about Mr Miliband’s stance during her own question time, which was shown in Scotland after the main show. Ms Sturgeon said the Labour leader seemed to be “saying that he would rather see David Cameron and the Conservatives back in government than actually work with the SNP”.

She added: “Now, if he means that then I don’t think people in Scotland will ever forgive Labour for allowing the Conservatives back into office. But if he is a minority government then he will not be able to get policies through without other parties.”

She also said that even if the SNP won all 59 Scottish seats it would not result in another vote on independence.

Mr Clegg came under heavy pressure for breaking his tuition fees pledge. He said again that he would talk to the biggest party if the Liberal Democrats held the balance of power.

Scots voters aren’t listening any more, says Blunkett

Francis Elliott

Ed Miliband will be denied an outright majority by the SNP surge because Scots voters have stopped listening to rational argument, David Blunkett has said.

The former Labour home secretary, who is standing down from parliament, also called on Mr Miliband to move to the centre ground if he leads a minority government.

However, Len McCluskey, the general secretary of Unite, called on the Labour leader to have the “courage of his convictions and implement the programme that he is currently and effectively placing before the electorate”.

The head of Labour's biggest donor, who has previously called on Mr Miliband to work with "any progressive party", was also accused of describing voters worried about the influence of the SNP as "little Englanders".

Mr Blunkett said he expected Labour's Scottish MPs to be swept away by an SNP "tsunami".

"Once people have stopped listening, once their minds have switched off to even rational argument, then it's extremely difficult to win that back. I think that's happening," Mr Blunkett told BBC Radio 4's *World at One*.

He added: "It's possible that we could put a minority government in place which did not have a formal agreement, that was not in hock to, and did not find itself run by, a minority nationalist party, but could expect them to actually vote on the things that they themselves have committed to. I think that's a possible scenario."

To do so, however, would require Mr Miliband to postpone his "cutting edge programme" and head for the centre ground as he maximised support.

Meanwhile in an article for the LabourList website Mr McCluskey said that the "Tory media" were playing the "anti-Scottish card seeking to turn little Englanders back to their cause". Bob Neill, vice-chairman of the Conservative party, said: "Len McCluskey should order Ed Miliband to rule out a deal, rather than trade in pathetic insults."

A Labour spokesman said: "We are fighting hard for every seat, to win a majority. This is yet more scaremongering from the desperate Tories."

Postal ballots have decided marginal seats

Jill Sherman

About four million people have already cast their vote for the general election and many of the tightest marginal seats could already be decided, it emerged yesterday.

More than seven million postal ballot papers have been sent out to electors so far and between 50 per cent to 60 per cent of these have already been returned, according to election officials contacted by *The Times*. Nearly 30 million people voted in the 2010 election, with postal votes accounting for one in five votes. If turnout is similar this time more than one in seven voters have already marked ballot papers.

Politicians are putting campaign efforts into marginal seats in England, but as the result can turn on a few thousand votes, or hundreds, many constituencies could already be

decided. Postal voters are more reliable, with 83 per cent of those who got ballot papers returning them in 2010, compared with a turnout of 63 per cent of votes cast in polling stations.

Miliband is bad for business, warn FTSE bosses

Miles Costello

The gulf between Labour and big business can be seen in stark relief today as a survey of company directors shows that the overwhelming majority believe Ed Miliband's party has an anti-enterprise agenda.

With just six days to go before the polls, not one of the nearly 300 chairmen, executives or independent directors surveyed for *The Times* believed that Labour was "pro-business".

An overwhelming 78 per cent of bosses backed an outright Tory victory on May 7, with 76 per cent believing that this would be the best outcome for their own business, and 65 per cent saying it would be the best result for Britain.

Amid increasing concerns that neither main party will claim an outright majority next week, business leaders are also seriously worried about minority parties, particularly the Scottish National party, dictating policy in a coalition government.

A massive 85 per cent of respondents to the survey said that they were concerned about the policy power of small parties, as business leaders worried that a Labour-led coalition could wreak havoc on Britain's economy.

One respondent said: "If the coalition depends on SNP and/or Green support then Labour will have reason to enact even more left-wing policies than it has proposed in its manifesto — with negative consequences for the deficit, interest rates, exchange rates and tax rates."

Another said he was worried "because the coalition would most likely be with the SNP, which would lead to indecision, infighting, punitive taxation and weak budgetary controls".

The voice of business survey was carried out for *The Times* and Odgers Berndtson, the recruitment firm, last month by Reputation Leaders, just as the SNP and Nicola Sturgeon, its leader, were beginning to ride a wave of popularity.

A total of 296 chairmen, executive directors and independent board members across companies listed in the FTSE 350 stock market index took part. Of those, more than 100 either chaired the board or held influential executive positions in their companies.

In the only sign of potential tensions between David Cameron and businesses, however, 72 per cent want Britain to retain its membership of the EU, with greater devolution of powers to Westminster. Mr Cameron has promised to renegotiate the terms of Britain's membership but has also guaranteed a referendum in 2017.

Kit Bingham, a partner at Odgers Berndtson, said: "It may not be surprising that the business community largely supports the Conservative party. But it is interesting that UK business also strongly supports continued membership of the EU. It remains to be seen whether the business community will be vocal and 'above the parapet' in speaking out in favour of the UK's membership of the EU in the months ahead."

The findings of the survey underscore how Ed Miliband's party has struggled to woo the business vote. While the Tories have committed themselves to achieving an overall budget surplus by the end of the 2018-19 financial year, Labour has been less prescriptive. It has promised to reduce the overall deficit each year and get national debt down. However, it is only promising a surplus on part of the budget, non-investment spending, "as soon as possible in the next parliament".

Mr Miliband has also told businesses that he would increase corporation tax from 20 per cent to 21 per cent.

Almost two thirds of business leaders polled felt that a government, either Labour-led or Labour-controlled, would be the worst possible election outcome for their business.

Among chairmen and executive directors, 31 per cent listed a straight Labour victory as the worst result and 33 per cent a coalition led by Ed Miliband.

The findings also underscore the stunning rise to prominence of Ms Sturgeon, whose anti-austerity performances in several TV debates have wowed the public in recent weeks. With Labour trailing the polls in Scotland, the SNP is seen as the most likely of the smaller parties to be able to help set the agenda of a coalition government.

"If it's a coalition with SNP then they've no idea about running a country never mind anything else," one respondent said.

Labour said that it had been working closely with businesses and seized on the potential for the Tories to take Britain out of Europe.

A spokesman for the party cited the decision by HSBC last week to consider quitting Britain, adding: “The biggest uncertainty facing business is the Tories pushing Britain towards the EU exit door. As HSBC’s announcement last week underlines, this is already putting vital jobs and investment at risk.”

Cameron promises to protect child benefit in final TV clash

Francis Elliott, Sam Coates Michael Savage and Laura Pitel

David Cameron appeared to rule out cuts to child tax credits and child benefit if he is returned to Downing Street in a *Question Time* show that saw the audience repeatedly quiz him on the question of trust.

The prime minister sought to drive home his message that Britain still needed to deal with its debts as he faced sometimes emotional questions about the impact of welfare cuts, food banks and the party’s plans post-election.

He also insisted that an EU referendum was an absolute red line in any negotiations after May 7. “I want everyone holding that stubby pencil in the voting booth in a week’s time to know, if you get me as prime minister, you get that chance to have that in-out referendum.”

Mr Cameron was pressed by the BBC audience in Leeds about whether he knew, and was keeping secret, where welfare cuts would fall after the election, or whether he had simply not decided where the £12 billion he has said he needs to find would come from.

The programme came shortly after the Liberal Democrats revealed proposals discussed under the coalition for £8 billion of cuts to child benefit, including means-testing payments, removing them from 16 to 19-year-olds and limiting the benefit and child tax credit to two children per family.

Mr Cameron said: “I don’t want to do that. This report that was out today is something I rejected at the time as prime minister and I reject again today.” Asked if this was an absolute guarantee not to cut child benefit or child tax credit, the Tory leader said: “Child tax credit we increased by £450. That’s not going to fall. Child benefit, to me, is one of the most important benefits there is. It goes directly to the family — normally to the mother — £20 for the first child, £14 for the second. It is the key part of family’s budgets. That’s not what we need to change.”

However, Ed Miliband said that Mr Cameron's words had fallen short of a guarantee not to cut the payments. Mr Cameron appeared to indicate that he was relying on economic growth to reduce the welfare bill by reducing the number of unemployed people claiming benefits, telling the studio audience: "We can reduce welfare if, for instance, we get another two million back to work. That will cut welfare bills."

One audience member said that the Tories should provide more detail on where the axe would fall, telling Mr Cameron: "I think you are either deceiving the British public or you know exactly what you are going to do but you are refusing to give specifics."

"I find that very difficult to understand. How can I possibly vote for you on that basis?" Mr Cameron said he had not commissioned the leaked advice.

The prime minister also faced repeated tough questions on food banks, with one audience member saying that she did not want a million people relying on food banks. "People have died from the bedroom tax," she said. "That's not a country I want to hand on to my child." The prime minister replied: "I don't want anyone to have to rely on food banks."

Mr Cameron was also asked why he did not "debate directly [with Mr Miliband] rather than pointing fingers". He replied that he had debated with the Labour leader 146 times and "it's not always that's instructive." He added: "I think this is more powerful than a television debate."

Mr Cameron was confronted over whether his pledge to outlaw certain tax rises was an acknowledgement that he was "in the habit of lying" about his past election pledges. The idea of legislating against tax rises was ridiculed in the past by George Osborne when it was proposed by Alistair Darling, the former Labour chancellor.

However, the prime minister said that he wanted "to put it absolutely beyond doubt" that he would not put up VAT, national insurance or income tax.

"I know what needs to be done and I know we can finish the job without putting up people's taxes," he said. "Those people who have opposed every step we have taken — I think they will make a cut of their own, which is to put up taxes and to cut your pay."

Mr Cameron repeated his pledge to reduce net migration to below 100,000 as he faced tough questions on why he had "lied" by failing to meet the same promise in 2010.

Mr Clegg signalled that he would want to carry on as Lib Dem leader after the election even if he was not in another coalition government. "I'm 48, I have bags of energy — I believe in what the Lib Dems stand for," he said.

He also made the case for staying in the EU, arguing that it allowed Britain to fight crime, climate change and tax avoidance. He said that he could not imagine circumstances in which he would back the idea of leaving the EU.

While David Cameron was responding to questions on television, numerous Conservatives tweeted an identical description of how well they thought he was doing. Matthew Hancock, the business minister, Ed Vaizey, the culture minister, Jim Messina, the party's election campaign adviser, and the Tories' press office all wrote on Twitter that Mr Cameron was giving a "strong, commanding performance".

Postal vote fraud could cost us key seat, Tories claim

Faisal Hanif, Dominic Kennedy and John Simpson

Conservatives fear they are going to lose a marginal seat because of a surge of postal voting in an area vulnerable to vote-rigging claims.

Pendle, Lancashire, is one of the seats Labour must take from the Tories to win a majority. The borough is on a blacklist of areas described by the Electoral Commission as having a "greater risk of cases of alleged electoral fraud being reported".

Tony Blair's government gave everybody the right to a postal vote but the system is so open to abuse that an investigation by the Council of Europe has declared British elections "childishly simple" to rig.

In the Reedley ward, which has a high proportion of Asian voters, there has been a jump in postal voting from 29.9 per cent of the electorate in 2012 to 32.0 per cent last year and 35.2 per cent now.

The previous Tory MP Andrew Stephenson has complained in parliament that a previous surge in postal voting there led to a huge swing from Tories to Labour in a local election.

Pauline McCormack, a defeated Tory councillor for the ward, said: "This year there are over 1,400 postal ballots in Reedley. Why? I fear this could cost Conservatives the general election in Pendle and it's not fair."

The Times visited Pendle as postal votes were being delivered last week. A woman at a home that received about ten envelopes said she did not speak enough English to discuss the ballots. She was asked to find someone in the household who might but returned to indicate that nobody there could.

There are concerns that the Asian custom of “family voting”, when men decide who will receive the votes of their wives and children by supervising them as they fill in their ballot papers, will sway the result.

A 22-year-old professional woman said she had no idea why her family had postal votes. Her father organised it, she said, and they all sit down together to fill in the ballots before walking to the polling station about 50 yards away and delivering the votes, all on election day.

Mohammed Ikram, 44, a taxi driver, said: “Asian people don’t do anything different from what households in this country have done for a long time. We vote together and sit down and discuss things, so what’s wrong with that?”

Postal voting has long been contentious in Pendle. In 2002, an investigation by *The Guardian* named Azhar Ali, now Labour’s parliamentary candidate for the seat, as having acted as witness to dozens of postal votes during the local elections, raising questions about voter secrecy. There was nothing unlawful about his conduct.

More recently, Mr Stephenson has said that questions were raised in the letters page of the local newspaper about the use of postal votes in Labour’s selection of Mr Ali as its candidate.

A Labour spokesman said: “In 2002 the postal votes required a witness. Azhar was leader of the council at the time and the Lib Dems made unfounded allegations of improper use of postal votes. Azhar called in the police who investigated and after a proper investigation found that there was no evidence to support the allegations.

“Any suggestion the Pendle parliamentary selection was anything other than fair is completely without foundation and political opportunism.”

Andrew Scallan, of the Electoral Commission, said: “We would urge anyone with evidence of electoral fraud, including intimidation, to report it to the police as quickly as possible, or to contact Crimestoppers anonymously on 0800-555 111.”

2 DE MAIO

Clegg opens the door to Miliband government backed by SNP

Rachel Sylvester, Alice Thomson, Magnus Linklater and Francis Elliott

Nick Clegg has left the door open to supporting a Labour-led government propped up by the SNP, despite previously pledging not to back Ed Miliband with “life support” from the Scottish nationalists.

His stance came as Alistair Darling, the former Labour chancellor, said that a minority government would not last the course despite a law stipulating five-year fixed-term parliaments.

Meanwhile, Jack McConnell, the former Scottish Labour leader, warned Mr Miliband that the public would not accept a government unless it had the largest number of seats. Should David Cameron win more seats, “the public perception will be that he has won”, he told *Newsnight*.

Nick Clegg last week ruled out any “arrangements” with Labour that included the SNP. In a move that appeared to close off Mr Miliband’s most likely route to No 10, the Lib Dem leader said he could not back a government on a “life-support system where Alex Salmond could pull the plug at any time”.

However, in an interview with *The Times*, he said: “I cannot dictate how other parties vote on individual measures, in the same way that no other party can dictate how the Liberal Democrats vote.”

Mr Darling said that Mr Miliband had been right to rule out a deal with the SNP but a government without a Commons majority “can’t be sustained”. He added: “Look what happened to the Callaghan government [1976-1979], it limped on for two and half years once it lost its overall majority, before it was finally brought down.

“A fixed-term government can be repealed any time you want. My guess is that a frustrated government would go to the people and say, ‘Look we’re trying our best, but we can’t operate like this, give us a mandate’.”

With all polls pointing to a hung parliament, the last week of the campaign looks set to be dominated by questions over which parties are prepared to do which deals.

Mr Clegg, who is facing a strong Labour challenge in his Sheffield Hallam seat, denied that his preference is to remain in coalition with the Conservatives but suggested that

he and David Cameron occupied the same political ground in 2010. Amid internal Lib Dem opposition to agreeing to the Tory demand for an EU referendum in a second power-sharing deal, Mr Clegg said the party's decision would be determined by the size of its mandate, compared with Mr Cameron's.

He warned voters they will "quickly long for the stability of coalition" if next Thursday's election results in a minority government and that both the UK and membership of the EU are at risk. "If you mishandle things in the next parliament and allow factionalism and populism to rule the roost, we could end up as a country that loses two unions," he said. "I really don't want my children to grow up in a shrivelled, frightened angry England."

The tightness of the race was again underlined by polls showing the main parties effectively tied. A Populus poll had the Tories and Labour on level-pegging for the second time this year, on 33 per cent, after Labour lost its three-point lead. Ukip was on 15 per cent (+1), the Lib Dems on 9 per cent (+1) and the Greens on 4 per cent (-1).

The latest batch of constituency polls conducted by Lord Ashcroft had mixed news for the Conservatives. They are ahead in Croydon Central and Stourbridge but behind in Norwich North, Wirral West and Peterborough. There was a glimmer of hope for Jim Murphy, Labour's Scottish leader. The survey of his East Renfrewshire seat suggested he has closed an SNP lead from nine points to three.

Cameron could still lose with 1m more votes than Labour

Michael Savage and Jill Sherman

David Cameron could secure as many votes as Labour and the SNP combined and still find himself locked out of power, according to a leading election analyst.

The scenario is just one of a number of outcomes that could emerge from the closest election in decades. City analysts have warned that markets would be spooked if a messy result led to the threat of a swift second election. With the polls still deadlocked, it remains impossible to determine who will be prime minister after the election.

Most projections expect the Tories to win more seats, but the SNP's refusal to back the Conservatives means that Labour may have a better chance of forming a minority government. Nicola Sturgeon's party is predicted to win about 50 of Scotland's 59 seats, with one poll even predicting a clean sweep.

Rob Hayward, a polling expert and former Tory MP, said that the spread of the Conservative vote across the country meant that the party could end up with about 40 fewer seats than Labour and the SNP combined, despite winning as many votes.

“If the Tory party is 3 per cent to 3.5 per cent ahead this time, they will be one million votes ahead of Labour in broad terms,” he said. “If the SNP get 50 per cent of the votes in Scotland, they will get one million votes. In other words, Labour and the SNP could be broadly the same [in terms of] total votes as the Conservatives.

“The significant thing for the Tories is that they would get roughly 280 to 285 seats. For the same number of votes, Labour and the SNP will be up at somewhere around 320.”

The latest forecast from Elections Etc, headed by Stephen Fisher, professor of sociology at Oxford University, predicts that the Tories will win 290 seats but finish 33 short of a majority. It calculates that there is a 49 per cent chance of Ed Miliband becoming prime minister and a 51 per cent chance of Mr Cameron keeping the job. It means that lengthy power-sharing negotiations are likely to take place after an inconclusive result.

Next Friday, Sir Jeremy Heywood, who as cabinet secretary is the most senior civil servant, is expected to offer suites of rooms in at least two Whitehall buildings, the Cabinet Office and Admiralty House, as well as the Houses of Parliament, to the eight to ten parties that could be included in coalition discussions.

Sir Jeremy will lead a team of 15 to 20 “liaison officers” plus back-up cabinet office staff. Each team would have to keep negotiations confidential.

Officials are allowed to arrange the venues, provide tea and sandwiches and offer factual briefings. This can include costings of potential policies, factual advice on the legality and implementation of policies, plus any economic data held by the Treasury.

A record £1 billion was pulled out of funds investing in UK shares last month, according to the Investment Association. Analysts believe that the biggest cause of instability from the election would be the prospect of a quick second election.

“Regardless of who participates ultimately, what’s negative for the markets is a messy, drawn-out negotiation that leads to an inconclusive outcome that suggests an early second election,” said Bill O’Neill, head of the UK investment office at UBS Wealth Management.

“The markets abhor uncertainty. The further you go away from a coherent programme of government that seems to have a significant shelf life to it, the more the market will worry.”

A second election would be difficult to engineer. Under the Fixed Term Parliament Act, both the Tories and Labour would have to fail to secure a majority of 323 MPs in a confidence vote.

Leaders faced ‘an audience of Gillian Duffys’

Laura Pitel and Jessica McKay

The televised clash between party leaders was the moment that politicians met “160 Gillian Duffys” in an otherwise sterile campaign, audience members have said. David Cameron, Ed Miliband and Nick Clegg were all made to squirm by studio guests in the special edition of BBC *Question Time* on Thursday night, watched by 4.3 million people.

Simon Wilkinson, 27, a barrister from Leeds, challenged Mr Miliband on the live broadcast over his claims that he would not team up with the SNP, accusing him of “misleading the country”. Speaking to *The Times* yesterday, Mr Wilkinson compared the show to the infamous occasion in 2010 when Gordon Brown was caught on camera describing Mrs Duffy, a voter from Rochdale, as “that bigoted woman”.

“There’s a sense this election that the politicians are doing everything they can to avoid another Gillian Duffy moment. They met 160 Gillian Duffys last night, which is no bad thing,” Mr Wilkinson said.

Labour cried foul after it was revealed that Catherine Shuttleworth, a Leeds-based business owner, told the producers who chose the audience that she was an undecided voter.

This was despite the fact that she signed a small business letter organised by the Conservatives and set up her own company alongside a man who is now a Tory MP.

During the programme, Ms Shuttleworth attacked the Labour leader over his shadow chancellor, Ed Balls, who dismissed as a joke the 2010 note from the Labour chief secretary to the Treasury, Liam Byrne, warning his successor: “I’m afraid there is no money.”

She said: “Running a business, the last few years is anything but a joke and if that’s the way you want to treat business, how can we trust you?”

A Labour source said there was “a lot of anger” about her inclusion in the part of the audience reserved for undecided voters. “First the BBC buckle to Cameron’s pressure to dodge a head-to-head and then they fail to do basic due diligence on the audience. They’ve got questions to answer,” the source said.

Ms Shuttleworth dismissed claims that she was a stooge as “utterly ridiculous”. She said: “I did say that I was an undecided voter and I still am. I’ve got until next Thursday to make my mind up. People I work with know when I ask a question I want it to be answered. The lesson is, don’t come to Yorkshire if you don’t want to be asked straight questions.”

The BBC rejected the charge that it had failed to vet the audience properly, arguing that all three leaders faced “robust” questions. “We are satisfied that the audience composition was fair,” a spokesman said.

Challenging questions from the floor

Took On Cameron

Lorna Jasper, 49, Labour supporter from Leeds: “Is needing a law to guarantee your no tax rises promise an acknowledgment that you were in the habit of lying in your pre-election promises?”

Chedia Hoolickin, 30, NHS worker from Manchester: “Why do you think that voters don’t trust your party on the NHS?”

Took On Miliband

Elena Prokopiou, 19, politics student and Tory supporter: “If you can’t accept that you overspent in the last government, why on earth should we trust you again?”

Simon Wilkinson, 27, barrister and Conservative supporter: “Why is Labour misleading the country about having to do a deal with the SNP in the event of a minority Labour government?”

Took On Clegg

Bethany Cowling, 24, charity project manager from Leeds who plans to vote Labour: “Is leaking details that you’re only privy to as part of a coalition likely to get you into a coalition again?”

Darren Metcalfe, age and occupation unknown: “Your promise on student loans has destroyed your reputation. Why would we ever believe anything else you say?”

Spending spree in the Blair-Brown years is exposed

Jill Sherman

Ed Miliband's refusal to accept that Labour spent too much before the financial crash was challenged yesterday, with figures showing that British state spending soared faster than in any other country between 2000 and 2010.

The Labour leader was heavily criticised during the *Question Time* debate on Thursday night after he denied that Gordon Brown's government spent too much. "You talk about a global financial crisis, but Australia didn't suffer, Canada didn't suffer, some other countries didn't suffer," said one audience member. "This country did suffer because Gordon Brown sold gold to prop up the social services. How can you stand there and say you didn't overspend? It's ludicrous, you're lying."

Figures from the Organisation for Economic Co-operation and Development show that, under one measure, the size of the state rose from 40 per cent of GDP in 2001 to 43.7 per cent in 2007 before jumping to more than 50 per cent in 2009.

At the same time data from the Office for Budget Responsibility (OBR) shows that Mr Brown as chancellor also ran up huge deficits before the crash.

Between 1999 and 2001 there was no deficit, but this rose sharply to 2.4 per cent in 2003 before peaking at 3.4 per cent in 2005 — more than the maximum allowed under EU rules.

However, the OBR said this did not mean that Mr Brown's spending spree was to blame for the recession. "Looking back to the pre-crisis era it is hard to argue that the tax and spending policies implemented in the early and mid-2000s were in themselves an important cause of the crisis and the recession," said the OBR in a recent document. "But there were undoubtedly weaknesses in financial management during that period."

It admitted that Mr Brown increased public spending significantly as a share of GDP in the mid-2000s, arguing that this would be paid for by an increase in tax receipts, which never materialised. "External forecasters were consistently — and rightly — more pessimistic about the fiscal outlook than the government. Public sector net debt increased during a period when it was being reduced significantly in most other industrialised countries."

The OBR also pointed out that the UK entered the financial crisis in 2007-2008 with one of the largest structural deficits in the industrial world. “This limited the government’s perceived room for manoeuvre when the crisis hit,” said the OBR briefing.

Labour highlighted Mr Brown’s pre-crisis record yesterday and claimed that George Osborne, then shadow chancellor, had backed his plans. A Labour spokesman said: “The challenge now is how to balance the books in a fair way.”

The Tories tried to capitalise on Mr Miliband’s discomfort. They produced a page of statistics to suggest that Labour had left Britain with a record deficit and its spending was unsustainable. “In their last year in power £1 in every £4 spent by the government was borrowed,” a spokesman said. “It also ran a structural deficit in the last eight years from 2002-3 to 2009-10.”

I’ll make no pact with a party that wants to split UK, but...

Alice Thomson and Rachel Sylvester

Nick Clegg has overseen a massive slump in his party’s poll ratings, he has been booed and heckled, derided and dismissed, but at the end of five years of coalition the Liberal Democrat leader could be the only winner of the election.

As David Cameron and Ed Miliband fight to see who will enter Downing Street, Mr Clegg could be the kingmaker who determines who walks through the door of No 10. If he holds his Sheffield Hallam seat — about which, he says, “I am confident but not complacent” — he might soon return as deputy prime minister.

Already he is setting out his red lines for any coalition deals. He won’t make any predictions. “Anyone who tries to predict this election result is a fool or a charlatan. I genuinely think the Lib Dems are going to do far better than the pessimists and pundits think.

“It is the Lib Dems who are increasingly emerging as the guarantors of good sense and stability. Voters don’t like this hardline ideological stuff from David Cameron or the economic illiteracy of Ed Miliband and they are bewildered by the vehemence of their campaigns.”

Mr Clegg is adamant that a coalition would be better than a minority government. “I don’t think anyone walks around the supermarket thinking, ‘What I really want is coalition’, but it is starting to dawn on voters that most of the other permutations are going to cause fragmentation.”

The Lib Dems, their leader believes, are now emerging as the only party of the centre and this will prevent them from being wiped out. “We were traditionally the anti-establishment party, then we became the party of government. It’s quite novel that we are now emerging as the reassuring, sensible centre ground party. I do think the idea of factionalism — minority governments being held hostage and internal feuding — is beginning to bother people. It’s an incredibly profound instinct for yourself and family to want stability. I think that will win through for us in the final days.”

His party, he says, is not angry that it has received such a drubbing in the polls. “There were some Lib Dems who felt uncertain about coalition but they have the zeal of the converts now they can point to free school meals, apprenticeships, concrete things we have done.”

Although there has been speculation that activists and MPs would veto another coalition, Mr Clegg is convinced that he would win their support. “The vast majority aren’t just convinced what we did in 2010 was the right thing, they are proud of it. That is why we are having much more of a chirpy and positive campaign. We have lost councillors and MEPs — that hurts. But I genuinely think that if the party woke up on Friday and thought the only way to provide stability and good sense was to step up to the plate again, of course we would live with that. Don’t underestimate the sense of duty there is if you feel there is no other way of keeping the government on the straight and narrow.”

The other parties, he believes, are in denial about what will happen after May 7. “Ed Miliband is infantile to say even if Labour doesn’t have a majority it will act as though it did. As night follows day in a democracy if no one wins an outright majority no one has a right to implement their whole manifesto, you have to be grown up about it and take it on the chin.”

That could mean Labour forced to rely on the SNP. Would the Lib Dems ever help a government that had SNP backing? “I start from the principle that I can’t see any earthly reason why you would put the government into the hands one way or another of a party that would want to pull our country apart. It is a difference which is of a fundamentally different order to the arguments of how you borrow, tax or spend, it changes the entire country and could break up the Union.”

He has said he will not back Mr Miliband if he is reliant on the SNP for his “life support”. Given the state of the polls, does this mean he is effectively ruling out joining forces

with Labour? “I’m ruling out putting the government of our country in the hands of a party that wants to destroy our country,” he replies.

What if the Nationalists were backing a government vote by vote, rather than involved in a coalition or a formal “confidence and supply” arrangement?

“Self-evidently — this is just a description of parliamentary fact — I cannot dictate how other parties vote on individual measures, in the same way that no other party can dictate how the Liberal Democrats vote.”

Although he insists the discussion has “become slightly loopy” there is clearly some room for manoeuvre. “Of course, in any parliament people decide how they are going to vote. I’m just not going to enter into any arrangements, pacts or deals.”

The Liberal Democrat says he is equidistant between the two main parties. “The Tories could five years ago have camped their troops on the centre ground. It is one of this biggest acts of failure that David Cameron decided to do exactly the reverse. They are now in an ideological cul-de-sac saying to British people for reasons I assume that are only doing to keep their hard right happy, that they will take the most hardline approach to cutting public spending, services and support to the most vulnerable.” Labour, meanwhile, are “in denial about the way they have vacated the centre ground in terms of managing the economy. I could work with David Cameron and also Ed Miliband. But I am certainly not going to do it on the terms in which they have said that they want to govern. I want to make sure that any government isn’t either socially unfair or economically illiterate. We are not going to budge from the centre ground. This is why I have been much more explicit about my red lines.”

He can’t comprehend why the Tories have made a referendum on Europe a priority. “Mr Cameron now says the party’s own internal trauma on Europe is more important than tax cuts for people on low incomes or properly funding of services. If the Conservative party want to say their only purpose in life is synonymous with Ukip, that is a measure of quite how far Ukip has pulled [them] away from the centre ground.”

Would he refuse to go into a coalition if the Tories insisted on holding a referendum? “I’m a pro-European, but the moment pro-Europeans portray themselves as being somehow anti-democratic we are in trouble,” he replies. “I’m not frightened of talking about Europe and making the case. I just think you’ve got to be careful what you wish for.”

Mr Clegg worries about the rise of nationalism on both sides of the border, which he says is “feeding off” each other. “David Cameron and Nicola Sturgeon have appointed

each other as the great bogey figures to corral voters into their corners. It's a very perilous thing to do."

A referendum on Europe, he says, is "umbilically linked" to another Scottish independence vote. "Do not underestimate the danger of this umbilical link between the rage on the right wing of British politics about Europe and the nationalist fervour north of the border. If the Conservative right have their way and get us out of the EU, then within a heartbeat Scotland will leave the UK. We could end up as a country that loses two unions. I really don't want my children to grow up in a shrivelled, frightened angry England drifting somewhere anchorless in the mid-Atlantic. That's not the lovely open-hearted country I believe in."

With smaller parties becoming increasingly influential, Mr Clegg thinks that the voters may soon warm to the Lib Dems' desire for a more proportional voting system. "Maybe we should have waited and had a referendum when people saw that electoral reform is in keeping with the increasing fragmentation of British politics," he says. "I happen to believe that it will re-emerge at some point because it is now so obvious to people that we have an electoral system that is completely broken."

In his view, the current election campaign proves the point. "You have millions of pounds and thousands of hours being devoted to bombarding voters in a small number of seats and vast swathes of the country that are totally ignored. It's completely lop-sided." The "pass the parcel" politics, with power being handed from left to right, "has been withering on the vine for 20 or 30 years", he says. "Class-based tribal affiliations have been diminishing. I think that our clapped out political system is now on its last legs."

Although he insists that he is "distributing my disobliging adjectives judiciously" between Labour and the Conservatives, it is clear his Rose Garden romance with Mr Cameron is over. "The Conservative leadership have a sense of entitlement about them that goes deep into the party's DNA. They are interested in power, they are less interested in what they then do with power."

The Tories are running "the most oxygen-sapping, mind-numbingly robotic, unimaginative, uninspiring campaign because it's basically built on an assertion that power will fall into the Conservative party's lap". It was completely justified, he insists, to leak details of coalition discussions about welfare cuts. "If they are not going to come clean we should try and force them to come clean."

He says he has never dismissed Mr Miliband. “I don’t underestimate my rivals. It’s so condescending to say, ‘Oh, look, he hasn’t had another bacon sandwich moment’. The guy is a leader of a major political party. He’s an intelligent guy.”

As he contemplates the possibility of going back into government, his wife, Miriam, must have asked him if it would be worth it. “As a couple and as individuals, we had to learn some pretty difficult lessons quickly and under ferocious pressure early on. I’m not going to pretend that’s easy but you have to toughen up. In politics you start popular and inexperienced and you end up experienced and smarter, but less popular.”

Nicholas William Peter Clegg

Curriculum vitae

Born January 7, 1967

Educated Westminster School; Robinson College, Cambridge; University of Minnesota; College of Europe, Bruges

Career After a stint as a journalist on The Nation in New York, he went to work for the European Commission, then took a job for Leon Brittan, the trade commissioner. He was an MEP from 1999 to 2004, and was elected to the Commons in 2005. He was the Liberal Democrat home affairs spokesman before being elected leader in 2007. In 2010 he became deputy prime minister

Family Married to Miriam González, a lawyer. They have three sons

Quick fire

Game of Thrones or House of Cards? House of Cards

Notting Hill or Dartmouth Park? Sheffield

School run or cabinet meeting? School run

Dusty village in Spain or Chevening? Dusty village

Hedgehogs or badgers? hedgehogs

European flag or St George’s flag? St George’s

Boris or Theresa? Heaven help us with both

Russell Brand or Jeremy Clarkson? Brand. I thought all this pomposity about how dare Ed Miliband do an interview was ridiculous. I did one a few months ago. If I refused to be interviewed by people who didn’t agree with me I probably wouldn’t be interviewed by anybody

Ask not what you can do for career, critics tell PM

Michael Savage

After a campaign that has seen political leaders criticised for not levelling with the electorate, David Cameron appeared to engage in a moment of candour yesterday — as he described the election as a “career-defining” moment.

The prime minister, who quickly corrected himself to say it was a “country-defining” election, was immediately attacked by his opponents for appearing to prioritise his own CV over the needs of the country.

Mr Cameron is likely to step down should he fail to lead the next government. There may also be calls from within his party to oust him should he miss out on an overall majority. It comes days after Mr Cameron was at a loss to explain why he had suggested during a speech that his favourite football team was West Ham, when he has previously said that he was an Aston Villa fan.

Mr Cameron made the latest slip during a question-and-answer session at the Asda supermarket’s headquarters in Leeds. “Whatever your views and whichever party you support, please make sure you do vote on May 7,” he said. “This is a real career-defining . . . country-defining election that we face now in less than a week’s time.” He said later that it had not been a slip at all. He told ITV News that the election was “both country-defining and career-defining”.

Former Obama campaign adviser David Axelrod, who is now helping the Labour campaign, said that it was a “Freudian slip”, in which Mr Cameron had revealed his inner thoughts.

Ed Miliband said that it suggested that Mr Cameron “puts himself first”, rather than the needs of the electorate. “After weeks of people saying that he lacks passion, he has finally found something he is passionate about — it’s his own career,” he said. “That tells you the difference between us. He thinks this election is about him. I think it’s about you, the British people.”

Cameron promises better basic pension

Francis Elliott

The basic state pension will rise to almost £7,000 under the “triple lock” introduced by the coalition, David Cameron will say today.

All three main political parties are committed to keeping the mechanism which ensures the pension always rises in line with the highest of earnings, inflation or 2.5 per cent. With inflation low recently, the lock has ensured pensioner income has grown in real terms.

Some experts question whether it is affordable and say the elderly have been protected from austerity. Mr Cameron, well aware that pensioners are the most likely to vote, has resisted pressure to restrict payments.

He has again pledged to keep universal pensioner benefits such as winter fuel payments given to even the wealthiest. He has not, however, matched a Lib Dem commitment to enshrine the triple lock commitment in law.

Using Office for Budget Responsibility figures, the Tory leader will say that the basic state pension in 2020 will be £6,999.15 for a single person and £11,194.42 for a couple on one person’s contributions.

He will say: “I have a simple view that if you have done the right thing — worked, saved and paid your taxes — you should be rewarded, not punished. That is why I am determined to make Britain the best country in which to grow old — security and freedom when it comes to your pensions; guaranteed, personal access to your GP; and the ability to pass on the family home to your children.”

Ros Altmann, former head of Saga and earmarked as a pensioner minister in a new Tory government, will add: “Older people have lived through tough times, often making sacrifices to build up our great country. We must make sure they are treated well in later life.”

3 DE MAIO

Royal family’s role should be ceremonial, says Green leader Natalie Bennett

Harriet Line

The leader of the Green Party has called for a “People’s Constitutional Convention” to relegate the royal family to a ceremonial role.

Natalie Bennett said her party believed that the “hereditary principal should have no place in our constitution” as she explained her proposed reforms.

Speaking on Sky News’s *Murnaghan* programme, Ms Bennett said: “We want to have an elected House of Lords as well as proportional representation in both the lower House and the upper House.

“That is the kind of constitutional reform we are focused on.”

Citing the Constitution Act of 1974 which relegated the Swedish royal family to a ceremonial-only role, Ms Bennett said it was “past time” that Britain started to redraw its own constitution for the 21st century.

She said: “Westminster hasn’t been reformed significantly since women got the vote in 1918.”

Ms Bennett’s comments came as republican campaigners predicted that the royal family will face a funding squeeze if minority parties help Labour into power.

Graham Smith, chief executive of anti-royalist group Republic, said: “A minority Labour government with support from other parties would be more inclined to take a critical view of issues relating to the monarchy — perhaps not the institution itself but certainly things like the sovereign support grant which would get a less favourable hearing.

“The SNP in particular would be more inclined to take a dim view of the current financial arrangements.”

Although the SNP officially support the monarchy, Nicola Sturgeon has a republican tendency.

The SNP leader boycotted the Queen’s visit to the Scottish parliament in 2003 and took an oath of allegiance to the sovereignty of the people, rather than the monarch, when she was first elected.

Leanne Wood, leader of Plaid Cymru, also showed her republican stripes when she was thrown out of the Welsh assembly for referring to Her Majesty as “Mrs Windsor”.

The Sovereign Grant Act will be up for renewal in 2017, meaning the amount of money the royal family receives from the crown estate could change.

The grant, introduced in 2011, replaced the Civil List and other grants that support the Queen’s official duties, and is based on a percentage of the profits of the Crown Estate.

Britain faces weeks of political chaos after general election

Harriet Line

Senior politicians have warned that Britain could face weeks of political chaos until a government is formed just four days ahead of the general election.

A hung parliament remains the most likely result, with the latest YouGov poll for *The Sunday Times* showing the Tories and Labour neck and neck.

The Conservatives are on 34 per cent — a one-point lead on Labour — while the polls suggest that Ukip could win 13 per cent of votes. The Liberal Democrats are trailing with 8 per cent while the Greens and the Scottish National Party (SNP) are both on 5 per cent.

As the campaign enters the last critical days, the major parties have been hammering home their pledges.

The latest election broadcast by the Tories shows a clock being smashed by a sledgehammer — a metaphor for their claim that a Labour government “propped up by the SNP” would threaten the economy.

David Cameron will also urge voters today to “stop and think” about who they would prefer in Downing Street as he urges Liberal Democrat and Ukip voters to be tactical on polling day.

The prime minister said a tie-up between Ed Miliband and the SNP would be “calamitous”.

Mr Miliband, meanwhile, has unveiled an eight-foot limestone monolith engraved with his six election pledges to show his vows are “carved in stone”.

The Labour leader promised to install the imposing manifesto monument in the Rose Garden of No 10 if he wins the election.

However, critics likened the stunt to the Ten Commandments carried by Moses.

A Conservative spokesman said: “In his long history of gimmicks this is surely Miliband’s most desperate”.

Mr Miliband also accused the Conservatives and Lib Dems of planning to raise university tuition fees to £11,500 if they return to power.

He blamed Mr Cameron and Nick Clegg for eroding trust in all political leaders because of their broken promises on tuition fees and immigration.

Mr Clegg, who appears to have avoided a red line over tuition fees, said it would be a “disaster” if his party split under the pressure to enter a second coalition with the Conservatives.

The Liberal Democrat leader told *The Independent on Sunday* that there was a “strong sense of national duty” for his party to act in the interest of the country as a whole.

He said: “I will not go against the collective will of my party. You can’t weather all the pressures, you can’t hang tough, you can’t stay the course unless you’ve taken a collective decision.

“At all levels of the party, including the leader, there is wariness, of course there is.”

Mr Clegg also revealed the final of his six ‘red lines’: a “green line” on the environment.

After pledging yesterday to guarantee pay increases for public sector workers, the deputy prime minister promised to protect the natural environment at home.

He criticised the Tories for their “relentless, remorseless foot-dragging and resistance” on renewable energy and climate emission reduction targets, and pledged to show strong leadership at the United Nations Climate Change Conference in Paris later this year.

Elsewhere, Nigel Farage has claimed that Mr Cameron cannot be trusted to hold a “full, free and fair” referendum on Britain’s membership of the European Union unless there are Ukip MPs in the House of Commons to “hold his feet to the fire”.

The Ukip leader dismissed Mr Cameron’s call for voters to “come home” to the Conservatives.

He told the *Andrew Marr Show*: “Mr Cameron once before promised a referendum, then he broke that promise, then he spent two years saying it wasn’t in the national interest, then he saw Ukip spreading like a purple rash across the country and decided he would offer a referendum.

“If he held that referendum on his own, without Ukip holding his feet to the fire, I am not confident that it would be a full, free and fair referendum.”

Meanwhile in Scotland, a YouGov poll suggested the SNP were on track to win 50 seats, leaving Labour with five.

Nicola Sturgeon, leader of the SNP, said Ed Miliband had been “so spooked by the anti-SNP rhetoric that he has allowed himself to be bullied by the Tories”.

She criticised his pledge to abandon his plans for a Labour government if it means working with the SNP as “cack-handed”.

Ms Sturgeon explained: “In Scotland it simply galvanises even more support for the SNP — and there is already polling evidence suggesting that is the case.”

4 DE MAIO

Teenagers vote for party supported by their parents

Tom Knowles

Plans by Labour to lower the voting age if elected into government are likely to find fresh support after studies showed that 16 and 17-year-olds vote in line with their parents, rather than opting for more extreme parties.

Political scientists in Austria and Norway discovered that 16 and 17-year-olds are not only more likely to turn out to vote than those aged between 18 and 24, but also largely vote the same way that their parents do.

Labour and the Liberal Democrats have pushed for lowering the voting age from 18, despite proposals to introduce the reform being defeated in parliament in 1999 and in 2005.

Political scientists argue the tide is turning in favour of reducing the voting age. The Isle of Man, Jersey and Guernsey have all allowed 16-year-olds to vote since 2007, while last September those aged 16 and 17 living in Scotland were allowed to vote in the independence referendum.

Countries which have lowered the voting age or which have conducted trials to do so include Argentina, Austria, Brazil, Denmark, Germany, Hungary, Israel, Nicaragua, Norway and Switzerland. In the United States trials have been held in Maryland and Massachusetts.

In Norway the voting age was lowered to the age of 16 in 21 municipalities for local elections in 2011, with studies finding that the turnout among 16 and 17-year-olds was much higher than normal for first-time voters.

Jo Saglie, at the Institute for Social Research in Oslo, said that this was because younger voters were easier to mobilise as they tended to still live with their parents and go to school.

He added that there was a noticeable similarity between how the younger teenagers voted compared with their parents. He said: “Previously we have seen that young voters have voted for extreme parties, but now this difference has become smaller and smaller.

“This generation is different from previous generations — they are less rebellious. They want to work hard and get a good job and be good students. They are just more like their parents than previous generations, and the same can be seen when it comes to voting.”

A similar result was found in Austria, which lowered the voting age to 16 for national and local elections in 2007. Eva Zeglovits, managing director at the International Foundation for Electoral Systems, based in Vienna, said: “One of the main concerns was that young people might be attracted to the extreme right-wing parties, who are very popular in Austria. Instead, we found that although they tend to vote for the party that is not in government, there was not a trend to vote for the left or the right.”

However, some political scientists argue that the biggest reason for not lowering the voting age is exactly because younger teenagers are more likely to vote according to what their parents are doing.

Sarah Birch, professor of comparative politics at the University of Glasgow, said: “There is a danger that by allowing 16 and 17-year-olds to vote you are essentially just giving a vote to your parents and they will be voting for the party that increases pensions and benefits the older generation, so they would not be voting in their own interests as much.”

In addition, the argument that lowering the voting age encourages political parties to produce more youth-friendly policies was found not to be the case in Austria.

“I do not think parties changed their agenda in order to attract young voters,” Ms Zeglovits said. “If you want to be a party whose aim it is to gain as many votes as possible, you focus on retired people because that’s a third of the population.”

In Norway, however, it was found that the number of young people putting themselves forward as political candidates increased in areas where they had lowered the voting age.

Don't sneak into No 10, Miliband is warned

Sam Coates and Laura Pitel

Ed Miliband will not have the right to govern if he wins 15 fewer seats than the Conservatives in Thursday's election, senior Labour party figures have warned.

In a series of interviews with *The Times* yesterday, parliamentary candidates rejected claims by allies of Mr Miliband that he could become prime minister even if Labour was not the largest party in the Commons. One frontbencher suggested that Mr Miliband should resign if he finished as few as 12 seats behind David Cameron.

Others fear that Labour's future in key battlegrounds in England would be compromised if he scraped a parliamentary majority only with the help of Scottish Nationalists.

A forecast by Peter Kellner, of YouGov, puts the Tories on 283 seats and Labour on 261, with the Nationalists and Greens on up to 60, meaning that Mr Miliband would be within touching distance of governing with the help of other left-wing parties, but 22 seats behind Mr Cameron.

Allies of Mr Miliband insist that he would have the right to enter No 10 if he mustered the support of more than half the 650 MPs in the Commons, even if this meant relying on the Nationalists. Labour advisers and some candidates believe that the question of legitimacy does not arise under the parliamentary system, also pointing out that the second largest party often forms the government elsewhere in Europe.

Others, including some members of the shadow cabinet, are privately worried about this outcome. One Labour frontbencher said: "If we come second and try and cling on, [everyone else] will kill us. Mr Cameron would say — not unreasonably — that he's won and he'd be right. I don't think that the country will forgive us if we have effectively lost the election but say we're going into government. If the mandate for governing relies almost exclusively on the SNP, we should quit trying because we will have failed to convince the electorate, and seek a new leader."

Another senior frontbencher said: "If we are not within 10 to 12 seats of the Tories, it will be very difficult to govern for five years . . . We would have questionable legitimacy to make changes on the scale wanted."

It would be better for the party to stay in opposition for a few months and campaign against the minority Tory government, he said, while hoping for another election

quickly. “It would not be a good idea to be in government in these circumstances, even if it was mathematically possible.”

Labour is facing a tough fight both in English marginal seats against the Tories and in Scotland where it is facing the threat of wipeout from the SNP. In the past fortnight, Labour downgraded its Scottish target seat operation from 20 seats to 12.

In the final Scottish leaders’ debate last night, Nicola Sturgeon said that her party would seek to change the direction of a Labour government without bringing it down. She said that the party would vote against an Ed Balls budget which “imposes more cuts on vulnerable people”.

Ms Sturgeon also refused to rule out seeking a second referendum on Scottish independence if the Trident nuclear deterrent were renewed.

Stewart Hosie, the SNP deputy leader, suggested earlier that the party could vote down a Labour Queen’s Speech. He was asked during a debate on Radio Clyde by Anas Sarwar, Scottish Labour’s former deputy leader, whether he would vote against such legislation if Mr Miliband put it forward without discussing it with the SNP. He said: “It depends what’s in it.”

Another senior Labour figure told *The Times*: “If the result is 290 Tories, 275 Labour, I don’t think the parliamentary Labour party would see that as tenable, and I think they would come under intense pressure and would buckle. But this may not happen immediately.”

Mr Cameron would have until the vote on the Queen’s Speech in the first week of June before his ability to form a government is tested in a Commons vote. However, the fate of both parties is likely to be decided at parliamentary meetings once the results are known.

Labour’s EdStone is not welcome in our back yard, say city planners

Laura Pitel

Ed Miliband could struggle to obtain planning permission to erect his much-maligned stone tablet of pledges, the deputy leader of Westminster council warned last night.

The Labour leader was mocked after unveiling the 8ft 6in limestone plinth with his six key promises “set in stone”. It quickly drew unfavourable comparisons with a

tombstone, the seven commandments of *Animal Farm* and Neil Kinnock's hubristic Sheffield rally.

It was originally reported that Mr Miliband would install the monolith in the Downing Street garden if he became prime minister, with a view to reminding him of his election promises. Officials later backtracked, suggesting that it could also find a home at the party's central London headquarters.

Robert Davis, a Conservative councillor and chairman of Westminster city council's top planning committee, warned that Mr Miliband would need permission and listed building consent to erect the giant slab at No 10, or at any other outdoor location in Westminster. In the Tory-controlled borough, he could face a battle for consent.

"Of course I couldn't tell you what my decision would be," Mr Davis told *The Times*. "On the other hand, with a majority of three to one Conservative to Labour on the committee, you can probably guess what the decision might be."

If he was refused permission, the Labour leader could appeal by referring the decision to the secretary of state, an appointment chosen by the prime minister. Mr Davis said. "If he didn't approve it, I'm not sure he would last very long."

Mr Miliband unveiled the monument in a car park in Hastings on Saturday in front of a small group of activists. "These six pledges are now carved in stone," he said. "I want the British people to be in no doubt. We will deliver them. We will restore faith in politics by delivering what we promise at this general election."

The monument quickly gained the Twitter hashtag, #EdStone, due to its resemblance to a grave marker.

The Tories sought to use the announcement as the moment Mr Miliband met his political death. Party officials circulated a doctored image with the words "RIP Britain's recovery, 2010-2015 (If Labour and the SNP get in)."

David Cameron said the stone showed that his Labour rival had poor judgment.

Boris Johnson said: "Who does he think he is? Moses?"

George Osborne compared the stunt to the Sheffield rally when Neil Kinnock cried "We're all right!" just a week before losing the 1992 election. The chancellor tweeted: "Carving stone monument for Downing Street garden looks like a Sheffield rally moment."

Some social media users embraced the stone as inspiration for Photoshop mock-ups depicting Mr Miliband as Moses or comparing the plinth to the opening scene of *2001: A Space Odyssey*.

David Axelrod, the former Obama campaign chief hired by Labour, came out in support of Mr Miliband yesterday, tweeting: “I can see why the Tories are throwing stones over the idea of putting manifesto pledges on display, given the many they haven’t kept!”

The idea was reportedly the brainchild of Torsten Henricson Bell, a young strategist who is one of the Labour leader’s most trusted aides. An Oxford graduate and former adviser to Alistair Darling, he drew fire for the idea yesterday.

Damian McBride, Gordon Brown’s former spin doctor, said: “For those who don’t know Torsten Bell, the #Edstone architect, he’s one of those arrogant oafs with brains to spare but no common sense.”

The decision to commission a plinth for a prime minister who has not yet been elected jars with Mr Miliband’s insistence that he will not be found “measuring the curtains” for Downing Street before voters have had their say.

Nervousness among party aides was reflected in a reluctance to provide details about the origins of the stone. Officials would say only that the bill for the monument, estimated to be £3,000- £4,000, was picked up the party.

Cameron and Clegg trade ‘liar’ insults over poll claim

Michael Savage

David Cameron has angrily denied accusations that he privately told Nick Clegg that the Conservatives could not win a majority.

The explosive claim was issued today by Lord Scriven, one of the deputy prime minister’s closest allies.

Writing on Twitter, the peer unleashed a fresh row between the coalition parties by saying: “So Cameron has taken to lying on Tory majority. Nick Clegg told me that Cameron privately admitted to him that the Tories won’t win a majority.”

He was backed up by a senior Lib Dem source, who said: “Nick (Clegg) is a close confidant of Paul [Scriven]. I don’t think he would make this stuff up.”

The allegation, which was quickly described as “100 per cent untrue” by a Conservative spokesman, was also denied by the prime minister.

“I think Nick Clegg is increasingly desperate because he knows the truth, which is there is an inescapable choice,” he said, during a visit to the marginal Hastings and Rye constituency.

“On Thursday people have to choose - would they like me to continue as Prime Minister or do they want Ed Miliband and the SNP, the only other available option?”

“My message is if you vote Lib Dem you are in danger of ending up with Ed Miliband, if you vote Ukip you are in danger of ending up with Ed Miliband.”

Lord Shrivven said that he had decided to speak out after reading that the Tories were targeting Lib Dem marginals in their quest of winning a majority.

“If David Cameron is going to lie when he knows in his heart of hearts his private polls are showing that the British people are likely to give no party an overall majority, then so be it,” he told the BBC.

“I don’t take back anything I said in the tweet. People are not stupid. The opinion polls show what’s happening, the private opinion polls show what is happening.

Mr Clegg was confronted with the claim while out campaigning in Twickenham. He refused to disclose whether it was true, but argued that the idea the Tories could secure a majority was a “big, fat fib”.

“It is not for me to comment on private conversations or tweets from Paul Scriven,” he told Sky News. “But - how can I put it - I’ve never met a senior Conservative ever who will tell you privately that they think they’re going to win this election.

“I wish I could reveal some of these private conversations, because of the difference between what the Conservatives say privately and what they are claiming publicly is quite a gulf.

“They’re now basically communicating a big, fat fib that they are going to win a majority. They are not. They need 323 seats, they are not going to get 323 seats. Everybody knows that.”

The bad blood came after it emerged how senior Labour party figures have warned Ed Miliband will not have the right to govern if he wins 15 fewer seats than the Conservatives in Thursday’s election.

In a series of interviews with *The Times* yesterday, parliamentary candidates rejected claims by allies of Mr Miliband that he could become prime minister even if Labour was not the largest party in the Commons. One frontbencher suggested that Mr Miliband should resign if he finished as few as 12 seats behind David Cameron.

A forecast by Peter Kellner, of YouGov, puts the Tories on 283 seats and Labour on 261, with the Nationalists and Greens on up to 60, meaning that Mr Miliband would be within touching distance of governing with the help of other left-wing parties, but 22 seats behind Mr Cameron.

Labour is facing a tough fight both in English marginal seats against the Tories and in Scotland where it is facing the threat of wipeout from the SNP. In the past fortnight, Labour downgraded its Scottish target seat operation from 20 seats to 12.

In the final Scottish leaders' debate last night, Nicola Sturgeon said that her party would seek to change the direction of a Labour government without bringing it down. She said that the party would vote against an Ed Balls budget which "imposes more cuts on vulnerable people".

Mr Cameron would have until the vote on the Queen's Speech in the first week of June before his ability to form a government is tested in a Commons vote. However, the fate of both parties is likely to be decided at parliamentary meetings once the results are known.

SNP and tuition fees loom large as parties fight toxic reputations

Sam Coates

The Conservatives have not ruled out increasing tuition fees above the maximum of £9,000 a year, William Hague said yesterday.

The remarks came as polling by YouGov for *The Times* found both Labour and the Conservatives still battling to overcome big reputational problems.

Asked to list the biggest weaknesses of Labour, 34 per cent said the economy, 32 per cent said the SNP having too much influence and 27 per cent said they feared Mr Miliband would be a failure as prime minister. Asked about the Tories' weaknesses, 41 per cent said the NHS, well ahead of the 25 per cent which said business leaders will have too much influence.

Tuition fees was brought to the fore yesterday after Nick Clegg refused to answer on five occasions under questioning from Yvette Cooper, the shadow home secretary, if he would rule out an increase.

Mr Hague, the first secretary of state, who is not standing for the Commons, claimed that Labour was putting out "scare stories" on the issue, adding that these were "extremely misleading" and designed to frighten voters.

The coalition presided over a rise in university fees from £3,000 a year to a maximum of £9,000 in 2012. Labour wants to reduce them to £6,000.

Mr Hague said: “There has been a big change. The universities in this country are now able to raise the money they need to keep being world-class. Other parties have made promises to reduce the fees that I don’t think have credibility.”

Told the party had not ruled out an increase in the next parliament, Mr Hague said: “We haven’t ruled that out but scare stories about what may happen to such fees are really, as I say, just designed to scare people ahead of the election.”

Mr Clegg has said tuition fees should be kept under review but there was no need for the £9,000 level to be changed. Speaking on his campaign bus, he said: “I see no need to change the limit again. Labour, perhaps by their own admission, have concocted this new approach — as a politician I understand it — to exacerbate the Liberal Democrat embarrassment.”

He also made clear that he could grant an EU referendum in a future Tory-Lib Dem coalition if his party’s six red lines are met. These include a pay rise for public sector workers, funding for the NHS and raising the personal allowance.

He was pressed over what he would do should the Tories demand an in/out EU referendum in 2017 as part of a future coalition.

He said the Tories “constantly flip and flop” over the issue, telling The Andrew Marr Show on BBC One: “You ask me the question the wrong way round. I would be saying, I have said to the British people, the Liberal Democrats will not enter into government unless the NHS gets the £8 billion it needs.”

This could set the Lib Dem leader on a collision course with some in his party. On Saturday, Julian Huppert, the Lib Dem seeking re-election in Cambridge, told a hustings that he would block a Tory EU referendum in any new deal.

Mr Cameron again insisted that a referendum on Britain’s EU membership would be a red line if Tories fail to achieve an overall majority. “What I am saying is that people would worry that were we to fall short — and I don’t believe we will — this is something that could be bargained away and I want to be absolutely clear with people that that will not happen . . . Come what may, I will not be PM of a government that does not deliver that referendum.”

Nigel Farage has confirmed that an in/out EU referendum is “absolutely” a red line for Ukip MPs, telling Sky News’ Murnaghan: “We need to have that referendum and we need it now.”

Steve Coogan, the comedian, has endorsed Labour, saying that Conservatives would “dismantle” the NHS. He urged voters to back the party because it could be trusted with the NHS and would take action to tackle rich tax avoiders.

He said in a video: “When we see the Conservatives helping their rich friends avoid paying taxes we know that’s not fair because it means decent, hard-working people have to pay more. If we don’t think that’s fair we have to change it and the way to change it is to vote Labour.”

A Tory election broadcast shows a clock being smashed by a sledgehammer as the party claims a Labour government “propped up by the SNP” would threaten the economy.

Mr Cameron says: “Vote for the Conservatives on Thursday and you will have the security of a plan that is working.

“You’ll have stable government and the strong economy on which our schools, our NHS and your family’s future depend. But vote for any other party and Britain’s recovery could be stopped dead in its tracks.”

5 DE MAIO

Ex-bookie is Miliband’s secret weapon

Lucy Fisher

A self-taught election analyst from Greater Manchester has emerged as Labour’s secret weapon in the battle against Ukip.

Ian Warren, 44, dubbed the “Nate Silver of Bolton” in Westminster circles, after the celebrated US election analyst, has revolutionised the party’s ground campaign by exploiting demographic data to map the likely voting intentions of each household in a constituency, street by street.

While the recruitment of David Axelrod, the US political consultant and a chief adviser on Barack Obama’s election campaigns, was publicly celebrated by the Labour party, the hiring last autumn of Mr Warren failed to generate headlines.

Yet the move of the former political betting guru and Betfred odds-setter into Labour's headquarters in Westminster was one of the most important backroom political appointments of the campaign.

Mr Warren keeps a low profile but, like the real Nate Silver, who runs the FiveThirtyEight website, he is said to have predicted the outcome of the 2008 and 2012 US presidential elections during a stint of betting on American polls.

He also has a masters degree and doctorate in criminology from the University of Manchester, where he honed mapping skills by analysing the spatial distribution of crime in the city by using public health data.

A Labour insider said: "What Ian can do with data is amazing. His mapping skills don't come from professional training — he just has this intuitive, savant-like mind."

His granular demographic analysis, based on census and other data, puts individual electoral wards under the microscope. South Thanet, the Labour-Tory-Ukip marginal where Nigel Farage is standing, is one of the seats for which Mr Warren has compiled an in-depth dossier.

It calculated the 9,500 households in the constituency that were most sympathetic to Mr Farage's message, and split them into five categories: struggling families; blue-collar strivers; ageing council estate households; deprived and disaffected voters; and the transient young. He told the local campaign team that he had used "data to help you understand the demographics, lifestyles and voting patterns of South Thanet. The aim of the profile is to help you decide your campaign strategy."

He used 850 million pieces of information on individuals and households to categorise people into 69 separate consumer "segments".

Labour calculates which of its pledges and attacks are most likely to play well with each demographic group and then uses Mr Warren's maps to target appropriate messages on the doorstep and in campaign literature in each electoral ward.

A secret party document given to all Labour candidates last December, which was based on Mr Warren's research, spelt out which messages to prioritise for which groups.

Members of the "older traditionalist" category, for example, were deemed "better suited to the 'more Tory than the Tories' message against Ukip and Nigel Farage", while "such a message is less likely to work amongst younger Ukip switchers who have little or no memory of the Thatcher and Major governments".

Cameron makes 36-hour dash to the finishing line

Francis Elliott

David Cameron will embark on a nonstop, 36-hour tour of Britain today as he targets Liberal Democrat and Ukip voters in a last-gasp effort to shade the closest election in a generation.

In a repeat of the pitch that he made in the last two days of the 2010 election, the Conservative leader will campaign through the night and into the final day of a six-week campaign which, the polls suggest, has so far had little effect on public opinion.

Mr Cameron is expected to be joined on the tour by Boris Johnson as the Tories throw everything at the handful of marginal seats that separate victory from defeat.

With some Conservatives preparing to oust a leader who failed to beat Gordon Brown outright and who looks set to fail to win an overall majority against Ed Miliband, the Tory leader is also seeking to insure himself against the charge that he did not have the appetite for a second term.

Although tight-lipped about the exact locations for the tour, Conservative sources said that he would visit areas with the highest concentrations of key battlegrounds. They include the southwest, where the Conservatives are seeking to make sweeping gains from the Liberal Democrats.

In a speech to a Conservative rally, Mr Cameron will attack Nick Clegg, seizing on an interview that the Liberal Democrat leader gave to *The Times* at the weekend in which he held open the door to supporting a Labour government backed by the SNP.

“You don’t have to imagine the chaos there would be if Ed Miliband became prime minister. Just watch the news. Nicola Sturgeon is on the television all day every day, telling us she plans to put Ed Miliband into No 10 — so that she could hold him to ransom every time there’s a vote in the Commons. She wants to load the rest of the UK with higher taxes to pay for more welfare,” he will say.

“Nick Clegg is no better. He told *The Times* he could happily support a Labour minority government propped up by the SNP. Back-room deals. Bribes. Ransom notes. Chaos. Not just for the week after the election. But for five long years.

“So I say to voters in Lib Dem seats, the only way to avoid Miliband/SNP and economic chaos is to vote Conservative this time. And I say to Ukip voters, the only way to

avoid Miliband and the SNP is to vote Conservative this time. Nigel Farage is the back door to a Labour government.

“And I say to previous Conservative voters, who may be thinking twice about turning out: turn out because if the nation is to avoid Miliband/ SNP and economic chaos you must vote.”

During the general election five years ago Mr Cameron began his marathon campaign finale delivering leaflets in London before flying to Scotland and travelling south through Cumbria, joining firefighters on the night shift and greeting the dawn of the last day of the campaign at a Grimsby fish market.

After swinging through the Midlands Mr Cameron finished his campaign effort with a rally in Bristol.

He told the BBC at the time: “It’s a huge sacred bond of trust that you’re asking for and I think showing that you’re really working for it, showing you’re really keen to do it in the interests of the whole country, that’s the right thing to do.”

In the 2015 remake, the Conservative leader’s tour will take in London, the Midlands, northwest England, Wales and Scotland.

George Osborne, the chancellor, is expected to conduct a similarly intensive tour lasting 24 hours.

Miliband asks unions to save his No 10 bid

Francis Elliott, Michael Savage and Lindsay McIntosh

Ed Miliband is set to hold talks with union bosses within 48 hours of the polls closing as he tries to shore up support for entering No 10 without a Commons majority.

As a row broke out yesterday over the legitimacy of a government led by the “losing” party, it emerged that Mr Miliband would seek union backing at an emergency meeting of the national executive committee (NEC), which could be held as soon as Saturday, according to a member of Labour’s ruling body.

Under new internal rules, Mr Miliband also needs to consult Labour MPs before trying to form a government without an overall majority. Shadow cabinet members admitted that he would need to “build legitimacy” if the opinion polls are correct and he wins fewer seats than Mr Cameron.

As the campaign enters its final two days, during a 36-hour tour of Britain David Cameron will question Mr Miliband's right to govern in such circumstances. Mr Cameron will direct his message at Liberal Democrat and Ukip voters worried about a Labour government backed by the SNP. Nick Clegg has raised similar legitimacy concerns.

Last week Len McCluskey, general secretary of Unite, Labour's largest financial backer, said that he expected Mr Miliband to "work well with any progressive party who seeks to support the vision that he has of changing Britain for the better". He pointed out that half of Unite's Scottish membership supports the SNP. A Labour aide hit back, saying: "All the noise coming out of the mouths of David Cameron and Nick Clegg is about how they can cling on to power even if their coalition loses its majority."

The argument came as a poll indicated that Tory supporters were planning to vote tactically for the Lib Dems in Sheffield Hallam to stop Mr Clegg being deposed by Labour, amid reports that the coalition partners are prepared to "move quickly" if the results allow for a second pact.

Mr Miliband will plead his case at meetings of the NEC and parliamentary Labour party (PLP). Union representatives make up more than a third of the NEC's membership and form its largest bloc.

One member predicted strong support for a minority Labour government from union bosses and Labour MPs. An attempt to form a coalition with the Lib Dems would face more opposition, however, and Labour MPs could force a vote.

Mr Miliband will also face much tougher opposition if he seeks to bind his party to a commitment to resist SNP demands for measures such as an increase in the minimum wage and less austerity.

The Labour leader again hardened his promise not to do a deal with the Scottish Nationalists, ruling out "arrangements" with the SNP. Nicola Sturgeon tried to turn the legitimacy row back on the Conservatives. The SNP leader said that the "test of legitimacy" for a government that included Scotland "cannot simply be that it is the largest party in England".

Labour can take power even if it wins fewer seats than the Conservatives because SNP, Plaid Cymru, the Greens and SDLP in Northern Ireland are all committed to voting down a Conservative Queen's Speech — the test of whether a government is viable.

The smaller parties said that they could put Labour into power but then target its first budget with demands including a rise in the minimum wage, more NHS spending and

less austerity. The Fixed Term Parliament Act means that they could vote against Labour's emergency budget this summer without bringing down the government. Leanne Wood, the Plaid Cymru leader, said that Labour was wrong to think that her party was "in their back pocket" and that Plaid would be prepared to vote against a Labour budget.

Ms Sturgeon repeated her threat that her party would be prepared to vote against an emergency budget. The SDLP said it would have a strong hand to play after an inconclusive result.

Last night Ms Sturgeon suggested that a UK government that did not include SNP representation could be illegitimate. The government formed after the election would have to represent the whole of Britain, she said.

One poll found that her party was on course to win the vast majority of Scottish seats, while the latest YouGov poll had Labour and Conservative tied on 33 per cent each.

Ms Sturgeon said: "A test of legitimacy that should be applied to whatever government is formed after this election cannot simply be that it is the largest party in England. The test that must be applied is whether a government can build a majority and win support that reflects the whole of the UK. English MPs will always be the largest part of any Westminster majority, but to ignore Scottish voices would be wrong."

Mr Cameron was warned by senior figures from his own side not to use questions of the legitimacy of a Labour government to deflect Tory anger if he fell short. "If there is an anti-Tory majority in the Commons on Friday, we are dead and no amount of bluster will change that," one influential Tory said.

Another said that No 10 had "misread the mood" of Conservatives if it believed they would automatically back Mr Cameron after winning more seats than Labour. Senior Tories said that the benchmark for a credible attempt at government was between 285 and 290 seats depending on the tallies of other parties.

Media scrutiny? Bring it on, says Clegg's wife

Lucy Fisher

Intense scrutiny of leaders' spouses — from poring over their careers to analysing their clothes — often draws ire. Miriam González, however, takes a different tack.

The wife of Nick Clegg accepts public attention because voters have a right to gain insight into politicians, including their families, she has said.

Ms González said the past five years had been a “privilege” and dismissed the idea that being in the public eye entailed sacrifice.

In an interview with *The Times*, she said: “When politicians or their families who are around us complain about what it is to be in the public eye . . . at the end of the day that is nothing in comparison to what others have to go through. And it is a voluntary endeavour. Nobody asks them to be there, if they don’t want that, they shouldn’t be there.

“I accept that public scrutiny comes with the territory. All these [political leaders] are asking you to give them a place to be taking decisions that affect your life. Of course you should be looking into who they are, respectfully, but yes, rightly so.” She has always insisted that the privacy of her three sons is paramount.

Ms González, a partner at Dechert, a law firm, has used the scrutiny to promote her Inspiring Women campaign, which has already enabled 12,500 successful women to talk to more than 180,000 schoolgirls.

On Friday she hit the campaign trail in Aberdeen to support Christine Jardine, the Lib Dem candidate standing against Alex Salmond of the SNP.

Passionate about encouraging more women to enter politics, she said: “When the campaign came — it was a no-brainer. I want to do something, I should be supporting some of the really good candidates that we have.”

Ms González, 46, said that her involvement in the campaign “has come from my own initiative. I asked them [the candidates]: ‘Would you find it helpful’ and they [said that they] did. It’s not so much I’m here speaking for Nick, I’m here helping these women.”

Asked whether, as a Spaniard, she felt strongly about an EU referendum, she said: “Not personally, but I feel the position of the Lib Dems is quite clear on the referendum. I have not seen in the campaign anybody who’s been raising that issue. Seems to me more a Conservative party issue than anything.”

Ms González also talked about her home life. “We talk about the day, and it may involve some politics, probably more than policy — but in a completely natural manner.”

The couple relax by “pottering around” with their sons and playing sport. Ms González also plays the piano, runs and reads. She added that “the programme for the Lib Dems was not done in my kitchen” and made clear that she was “not a political adviser”.

6 DE MAIO

Miliband trying to con way into No 10, says PM

Francis Elliott and Sam Coates

David Cameron has accused Ed Miliband of preparing a “con trick” to become prime minister as the Labour leader acknowledged for the first time that he is set to fall short of a majority in tomorrow’s election.

The prime minister raised fresh doubts over the legitimacy of a Labour government that would have to rely on the SNP to win votes in the Commons.

Speaking to reporters on his 36-hour tour of Britain, Mr Cameron accused Mr Miliband of ducking the question of whether he would refuse to enter No 10 rather than rely on SNP support.

“He has said so many different things about no deals or this or that. Basically what he’s doing is a con trick,” Mr Cameron said. “You can see what he’s doing: ‘Look at this strong language about no deals and no pacts, and ignore the fact that I can only become prime minister off the back of SNP votes.’

“The question he needs to be asked more directly is: ‘Are you saying that if there was a hung parliament, and Labour and the SNP had a majority of votes, you wouldn’t become prime minister?’ If asked that question, I suspect the answer is: ‘No, I’m not saying that.’

“At that moment he will in the eyes of the British people totally break with what he said about no deals and no pacts with the SNP. The last promise he made before the election will be the first promise he breaks after the election. He knows this and that’s why he is not answering this point. That’s why it’s the monkey he can’t get off his back.”

Mr Cameron would not be drawn on whether, if the Conservatives fell short of a majority as expected, he would stay in No 10 until Labour voted him out with the help of the SNP.

Mr Miliband appeared to concede yesterday that he might not win an absolute majority by setting out his “red lines” for dealing with other parties.

He said that his plan to abolish “non-dom” tax status would not be up for negotiation. “Any government I lead is going to get rid of non-dom status,” he told the BBC

yesterday. Asked if this was non-negotiable, he said “absolutely” and added that there were “lots of” other red lines. He then insisted: “I want to implement my manifesto.”

In an interview with the *New Statesman*, Lord Kinnock, the former Labour leader, suggested that Mr Miliband would oversee a minority government. “I think the most likely result is that Ed becomes prime minister and that he follows a fairly conventional course in the House of Commons,” he said. “You gather majorities for specific issues, whether they are big statutory requirements, like the Queen’s Speech or the budget . . . or amendments on bills.”

With only one full day’s campaigning until the election, polls suggest that the parties are broadly level-pegging. A poll for Lord Ashcroft put the Tories ahead on 32 per cent to Labour’s 30. Ukip was on 12, the Lib Dems were on 11 and the Greens on 7. A poll for Populus put both main parties on 34 per cent while Survation put Labour on 34 and the Conservatives on 33.

A ComRes poll for ITV News and the Daily Mail has the Tories gaining two points to reach 35 per cent while Labour dipped a point to 32 per cent.

Ukip was on 14 per cent — its highest vote share since January — in a ComRes telephone poll, with the Lib Dems also up one on 9 per cent.

In an article in today’s *Times*, Mr Cameron compares Mr Miliband to an “arsonist”, adding that there is “no room for protest” as he begs voters to set aside their grievances to “save our country”.

The Tory leader makes one of his most personal attacks on his rival, saying that Mr Miliband has been proved “wrong time and again” in the five years they have faced one another across the dispatch box.

“When I hear him attack this government and what we’re doing to fix the mess Labour left, it brings to mind an image of a firefighter putting out a blaze, with the arsonist who started it standing next to him and criticising the job he’s doing,” Mr Cameron writes.

Labour’s pledges on plinth aren’t set in stone, says election guru

Laura Pitel

Ed Miliband was forced last night to defend his giant plinth of promises “carved in stone” after a senior frontbencher conceded that it could not stop him breaking his word.

The Labour leader was mocked after unveiling the limestone monolith, which he said would help to rebuild trust in politics by ensuring that he kept his six key pledges.

In an unfortunate gaffe, Lucy Powell, one of Labour's campaign gurus, admitted that the plinth did not mean that he would "absolutely not" break his promises.

The slip of the tongue came during an interview on BBC Radio 5 Live after the presenter, Peter Allen, ridiculed the stone and described it as "Monty Python politics".

Ms Powell responded: "I don't think anyone's suggesting that the fact he's carved them into stone means that he is absolutely not going to break them or anything like that." She insisted, however, that Mr Miliband was "a man of principle" who "stands by his pledges". The stone was "just another way of highlighting that", she said.

The Conservatives leapt on her words. Grant Shapps, the party co-chairman, said that they proved that "Ed Miliband has no intention of keeping the promises he makes during the election campaign".

Ms Powell took to Twitter to defend herself, accusing the Tories of "desperately misquoting what I said".

Mr Miliband was later forced to reject the notion that he would break his promises. "Not at all," he told the BBC. "Carved in stone. Delivered by a Labour government." Asked whether Ms Powell was wrong, he said: "Well, I'm clear about it, yes."

Labour officials dismissed the episode as a forgivable case of misspeaking. "She messed up her words," a party source said. "She obviously wasn't serious suggesting that Ed's going to take a sledgehammer to the stone."

Nonetheless, it will still be seen as an unfortunate own goal so close to polling day. The party had already been exposed to ridicule over the 8ft 6in plinth, which quickly gained the nickname "Edstone" for its resemblance to a grave marker.

At the presentation of the slab on Sunday, Mr Miliband said: "These six pledges are now carved in stone. They are carved in stone because they won't be abandoned after the general election. I want the British people to remember these pledges, to remind us of these pledges, to insist on these pledges, because I want the British people to be in no doubt, we will deliver them."

Boris Johnson accused him of comparing himself to Moses and his Ten Commandments, while George Osborne drew parallels with Neil Kinnock's hubristic Sheffield rally in 1992.

Simon Blackwell, one of the creators of the political satire *The Thick of It*, suggested that the limestone creation was beyond parody. He wrote on Twitter: “Ed Miliband builds a policy cenotaph. And you wonder why we stopped doing *The Thick of It*.”

David Cameron said that he had been forced to check that it was not April 1 when he first read the news. “I just couldn’t believe this was a serious proposition,” he told LBC Radio. “If you’ve a problem with judgment and you are seen as a bit wonky, really is the answer to have an 8ft tombstone?”

The debacle came as footage emerged of a young Mr Miliband leading a protest against a rent rise for Oxford university students. In the coverage unearthed by ITV News Meridian, the politics, philosophy and economics undergraduate, then known as “Ted”, is seen sporting a grey woolly jumper and a thick bowl haircut.

In a short clip for the camera, he says: “People wouldn’t get angry if it wasn’t unaffordable. And it clearly is an unaffordable rise.”

The news feature, filmed in 1991, is thought to be the earliest ever footage of Mr Miliband.

Westminster awaits biggest influx of new MPs since 1997

Lucy Fisher

Up to 235 new MPs are forecast to enter the Commons after the general election — the highest number since 1997.

An election bloodbath could see as many as 145 incumbent candidates fail in their bid to be re-elected this week, according to calculations made by the parliamentary expenses watchdog.

Ninety former MPs stepped down at the dissolution of parliament at the end of March, ensuring that new MPs will be elected in seats they have vacated. The turnover of more than a third of the Commons would represent major upheaval in Westminster.

The MPs who retired from the Commons this year include 38 Conservatives, 39 Labour, 11 Lib Dems, one Plaid Cymru and one independent. The number was down from the post-war record in 2010, when 148 MPs decided not to stand again.

Among the high-profile MPs who stepped down ahead of polling day this week are Gordon Brown, William Hague, Sir Menzies Campbell, Jack Straw, Alistair Darling, David Blunkett, Sir Malcolm Rifkind and Dame Tessa Jowell.

The forecast of sitting candidates set to be deposed was calculated by the Independent Parliamentary Standards Authority (Ipsa) in order to arrange its budget for the year ahead.

Collectively, 145 purged MPs and those who are retiring would cost the taxpayer more than £18 million, thanks to the leaving allowances to which departing MPs are entitled.

Each incumbent candidate who is deposed tomorrow is allowed up to £57,000 in “winding-up” expenses, which can be used to reimburse travel, staff salaries and office and second home removals. They are also granted a month’s salary for each year in office they have served, up to a maximum of £33,500.

The payoffs are controversial for MPs who lost their seat at a previous election and make it into the Commons again, because they do not have to return the money. In this election 14 so-called retreads have been selected to contest Westminster seats, 12 for Labour and two for the Liberal Democrats.

A rout of 145 sitting parliamentarians would be reminiscent of Tony Blair’s landslide election in 1997, when 160 incumbent Tories lost their seats to Labour.

The watchdog urged caution in its estimate, however. Marcial Boo, chief executive of Ipsa, said earlier this year: “We have made a number of prudent assumptions about the turnover of MPs in particular, based on past history, on the number of MPs . . . and so on.

“We have assumed also that a further 145 seats will change hands on election night. That is a high estimate; we are not expecting that degree of change, but, for the purposes of our budgeting, we would rather be slightly more prudent than have to come back for a supplementary estimate if things become tight.”

Each of the new MPs arriving in parliament from Friday onwards will be granted a new iPad Air 2, worth £499. The new move to offer all MPs the cutting-edge Apple tablets is set to cost taxpayers £1 million over the course of the next five-year parliament.

Around 150 parliamentarians who own older versions of the iPad will be able to swap their outdated models and upgrade to the latest design.

The earlier generation iPads that are handed in to the Commons authorities will be destroyed if they are too old or slow to process the latest Apple operating system, amid fears that they could be vulnerable to viruses or other cyber-security threats.

While the decision to grant each MP a state-of-the-art iPad will cost £200,000 a year, it is linked to a programme to reduce paper printing costs that will save £3 million a year.

It is also understood that each new MP will be offered a “buddy” to show them around the parliamentary estate and help them and their staff settle in. Almost 110 Commons officials have signed up so far to become a volunteer buddy.

It also emerged yesterday that former MPs who fail to get re-elected this week may face some embarrassment if they have yet to clear out their offices.

Those candidates standing again are allowed to leave their belongings in Westminster, but have just five days after the election to come and collect them if they lose their seats.

Clegg warns of second poll this year

Tom Knowles

There will be a second election before Christmas if the Liberal Democrats are not in government after tomorrow’s vote, Nick Clegg has warned.

The Lib Dem leader said that only a coalition involving his party would provide a “stable” government that did not force voters back to the polls before the end of the year. Any attempt by the Tories or Labour to govern as a minority with the support of smaller parties such as Ukip or the SNP would be “a shambles”, he predicted.

In an attempt to reinforce the party’s message that the Lib Dems are the responsible party of the centre ground, Mr Clegg said that a “messy and unstable minority government” led by Labour or the Conservatives would “risk all the hard work and sacrifices people have made over the last five years”.

He added: “The last thing Britain needs is a second election before Christmas. But that is exactly what will happen if Ed Miliband and David Cameron put their own political interest ahead of the national interest. The only party that will ensure stability is the Liberal Democrats.”

In a further signal that he was open to a second coalition with the Conservatives, Mr Clegg confirmed that avoiding an in/out referendum on Britain's EU membership would not be a "red line" deal-breaker for the Lib Dems. He told BBC Radio 4's *Today* programme that issues including the NHS and "balancing the books", were a bigger priority.

Under the Fixed-term Parliaments Act, there can be another election before 2020 only if two thirds of the Commons vote for one, or the government loses a vote of no confidence and 14 days pass without an alternative government winning a vote of confidence.

A vote of no confidence would be a more likely scenario because it is unlikely that both the Conservatives and Labour would vote for a new general election, which is what would be required to form a two-thirds majority.

Only last month, Mr Clegg said that the prospect of a second election was "very remote". However, he said that he had since changed his view because of the way that the Conservatives and Labour had acted. He said: "I didn't expect, at all, firstly that the Conservative party would be so open about their plans to enter into a Blukip right-wing alliance with Ukip, with the DUP and basically dance to the tune of the right wing of the Conservative party.

"Nor did I expect that Ed Miliband would arrive at this preposterous assertion that even if the Labour party does not win a majority, it is somehow going to pretend as if it did."

Mr Clegg left Land's End yesterday to embark on a 1,000-mile tour of Britain on his battle bus, arriving in John o'Groats today. He was also asked yesterday by Susanna Reid on ITV's *Good Morning Britain* how the birth of Princess Charlotte would affect his party's election chances. Perhaps suffering from the early 5am start at Land's End, he sharply responded that people who asked such questions should "get a life".

Workers abandon traditional allegiance and switch to SNP

Michael Savage

Ed Miliband is coming under growing pressure from Scottish union officials and members to work with the SNP and block the Conservatives from power.

With Nicola Sturgeon's party pledging to put the Labour leader in Downing Street after the election, thousands of workers from unions affiliated to Mr Miliband's party have

signed up to a new trade union group founded by the SNP, boosting its membership 15-fold in less than nine months.

The head of the Scottish Trades Union Congress (STUC) said that he wanted to work with all parties committed to backing a “progressive” agenda and stopping the Tories from imposing a clampdown on strike laws after the election.

Grahame Smith, general secretary of the STUC, used a rally speech last week to raise the prospect of breaking new Conservative laws making it harder to strike. He said yesterday: “We will assess the outcome of the election on Friday and work with all political parties that are willing to pursue our progressive agenda.”

It follows remarks from Len McCluskey, the Unite leader, who said that he expected Mr Miliband to work with the SNP and other progressive parties should he become prime minister.

Some in Labour fear that the unions could cause problems for the party should it form a minority government by encouraging left-wing MPs to demand further concessions and higher spending.

In a sign that Labour’s trade union base is being swayed by the SNP’s anti-austerity message, there are now more than 15,000 members of its trade union group. There were fewer than 1,000 members last September.

Chris Stephens, the secretary of the SNP Trade Union Group, who is also expected to be among the mass of new SNP MPs, said that workers had been signing up “across the board” from Labour-affiliated unions and those not connected to the party.

“It’s been quite incredible,” he said. “That’s down to the referendum and recognition that Labour no longer speaks for them. [Len McCluskey] has made some interesting remarks that SNP policy, anti-austerity policies, are in tune with the policies of the Unite membership.

“I think trade union movements are now more open to more political parties and alternatives to Labour, than just ‘you should vote Labour’. I think there is starting to be a groundswell in some trade unions that their political fund arrangements should suit the Scottish political context.”

There are already proposals by Unite, Labour’s biggest financial backer, to hand more independent political power to its Scottish wing — a move that could eventually cost Labour.

Pat Rafferty, Unite's Scottish secretary, said that the proposals would mean "the political direction and the political strategies would be determined at the Scottish level".

The reforms, to be put to a vote this summer, could pave the way for Unite to donate less money to Scottish Labour. Senior Unite officials have already spoken out against the Scottish Labour leader, Jim Murphy, who previously attacked the union over alleged vote-rigging in a Labour selection process.

However, a Unite spokesman said that other reforms would be needed before Unite officials in Scotland had the power to deprive Scottish Labour of funds. He stressed that any such move was "hypothetical" and a long way off.

'Ted' Miliband's first strike at Oxford

Tony Bonnici

The face is instantly recognisable, the sentiments too. Footage of Ed Miliband as a radical young student has emerged.

It shows the future Labour leader involved in one of his first political struggles, leading a rent strike on behalf of Oxford students in the spring of 1991.

Then known as Ted Miliband, he was 22 and reading Philosophy, Politics and Economics at Corpus Christi College.

Shown the footage on ITV News Meridian, Mr Miliband, who was elected junior common room president, looked startled.

With a pudding basin haircut and wearing a grey jumper, he explained that the students had come out against a 27 per cent proposed rent rise.

He tells the interviewer: "People wouldn't get angry if it wasn't unaffordable, and it clearly is an unaffordable rise."

Phil Hornby, ITV Meridian's political correspondent showed the film to Mr Miliband, who laughed and agreed that he was known as Ted then.

"I was a Ted, but it feels like a long time ago, and that's because it probably was a long time ago."

Asked if he won the rent strike, he said: "I think we made some progress."

As to the footage, he said: "How could you possibly find it?"

He was told it was in the archive - but under Ted.

The Labour leader said he was delighted with the ten-second clip, which he had forgotten about, and had not seen since it was first aired.

No sleep till Friday (and it shows)

Francis Elliott

Somewhere in mid Wales a slumbering farmyard woke this morning to two large coaches, three camera crews, a gaggle of bleary-eyed aides and David Cameron doing his best to look perky.

The exact location of Mr Cameron's dawn assignment with a "hard-working" farmer was, as of last night, not divulged. Like so much of his last-gasp 36-hour, 1,300-mile tour of Britain, the details were obscured as much by fatigue as secrecy.

"Where are we going? I've no idea," a heavy-lidded official said with feeling before slumping back in the black leather upholstery of the first "battle bus" (the second carries a photographer corps).

The logistic operation is large; at least three teams of buses; a chartered jet (an Embraer 135); fleets of cars; and a crack squad of relentlessly cheerful press officers placating journalists with sweeties, literal as well as metaphorical — "More Haribos?"

Yet even Mr Cameron is flagging. His voice during a stump speech in St Ives in Cornwall was scratchy — the all too familiar campaign trail gags delivered in a broken rhythm and the tweedy elderly audience more fired with outrage at the prospect of Ed Balls in No 11 than anything he could muster.

Earlier in a call centre in the London suburb of Hendon, with commanding views of the local skyline, the London mayor Boris Johnson had joined Mr Cameron on the campaign trail and set the surreal tone of those who really need a good long sleep.

"See the cranes," he said, waving, "sprouting like springtime in the Canadian tundra!"

Somewhere in the flood of words at the looming SNP threat, there was a line about Alex Salmond "drinking pink champagne" on the taxpayer.

"He's getting tired," said a close friend as he watched Mr Cameron muddle up the names of broadcasters and call one correspondent, James Mates, by the name of his father, the former Tory MP Michael Mates.

Under the pitiless rules of modern campaigning, however, leaders must show that they are doing all they can to harvest every last vote.

Even if, as in the Hendon leg of the tour, those votes are hard to come by. One after another, Mr Cameron fielded three hostile questions from workers at a company called Utility Warehouse, including one from a woman who wanted to know why she should trust the Tories “who were in the same class at school”.

Mr Johnson’s reply — that he shared an alma mater with Ed Miliband and he didn’t think the world needed to worry over much about the “sinister Primrose Hill primary school” cabal — turned jeers to cheers.

Mr Cameron had his own moment of grace under pressure when he was asked if the man on his left wasn’t the future of the Conservative party. Reaching past Mr Johnson, he clasped the other man on the stage, Matthew Offord, the local candidate, and appeared to affirm him as his successor.

Politicians always say they derive energy from campaigning and for some, some of the time, it is actually true. Mr Cameron won’t finish his marathon tour refreshed. Yet tired as he is, he appears ready for the battle ahead.

7 DE MAIO

Sturgeon: we can keep the Tories away

Lindsay McIntosh

Nicola Sturgeon said the SNP was within touching distance of winning a Westminster election yesterday as she gave one final, rousing public speech to rally her supporters.

The first minister called on all of Scotland — “yes” and “no” voters, rural and urban dwellers, highlanders and lowlanders — to come together and back the Nationalists.

At the final one of the selfie-punctuated street rallies which have defined her phenomenally successful election campaign, she reprised the lines which she has adhered to faithfully throughout. Send a strong bloc of SNP MPs to Westminster to make Scotland’s voice heard. Back us and we’ll help deliver a better Labour government. We will lock David Cameron out of Downing Street.

The hundreds of fans listened in rapt silence as she spoke, and burst into applause at the right moments. The loudest outpouring was for her condemnation of Mr Cameron.

She told them: “The weather may be a wee bit dreich in Edinburgh this morning but the outlook for Scotland is sunny — very sunny.

“The SNP is in a wonderful position going into this election and that is down not to me or anybody in the SNP leadership, that is down to all of you and I thank you for it.”

She added: “At the heart of this campaign lies this simple truth: the more seats the SNP wins tomorrow, the more power Scotland is going to have, and that is the prize that is now within our grasp. We are now within touching distance, if we continue to work hard today and tomorrow, of doing something the SNP has never done in our history — winning a Westminster election.”

Despite the drizzle, hundreds had come to watch Ms Sturgeon, their “I’m with Nicola” placards waving bright against the grey skies outside the Scottish National Gallery on Princes Street. The atmosphere — oddly for an event in the dog days of a long election campaign — was joyful.

It could hardly be anything else. This party has apparently got the support of about one in two people in Scotland — and could seize every one of its 59 seats. A new poll from TNS found that it is on 48 per cent support north of the Border — no change on the last poll — while Labour has dropped a point to 26 per cent. According to the Electoral Calculus website, this would give the SNP 48 seats and Labour 11.

Fred Lovell, a 54-year-old scaffolder, was at the Ms Sturgeon show with his son, two-year-old Alfie, on his shoulders. He said: “I believe in everything Nicola stands for. I have been an SNP supporter for 35 years and I just believe in Scotland. I’ve always been a believer. Lots of people have jumped ship from Labour to SNP but I have always been SNP.”

Karen Miele, a 54-year-old small business owner, said she had first voted for the Nationalists in the 2007 Scottish parliament elections, having previously been a Labour supporter. “I want the SNP to do well and speak up for Scotland,” she said. “My whole family were Labour but it’s time for change and something new away from the two camps, good and bad.

“I really believe in the SNP and I believe in Nicola. She comes across as an honest, decent, ordinary person. I just feel she’s the real deal.”

Another woman in the crowd, who did not want to give her name, said she was a Green party supporter but would be lending her vote to the Nationalists this time. “The

Greens will never do well in first past the post in Scotland so the next best thing for me is the SNP. I'm tactically voting. The times they are a-changing."

Grievance will fuel new vote, Clegg warns

Hamish Macdonell

SNP MPs will use "every smidgin of grievance" in the next parliament to drive the UK apart, Nick Clegg warned yesterday.

With every one of his 11 MPs in Scotland vulnerable to an SNP surge, the Liberal Democrat leader used his last campaigning visit to Scotland to launch a stinging attack on the Nationalists.

He warned that the new group of SNP MPs in the House of Commons would use its influence to push for a second referendum and to burden future generations with debt.

Speaking at a nursery in the East Dunbartonshire constituency, won last time by Jo Swinson for the Lib Dems, Mr Clegg said: "Clearly, if you look at the SNP, they are on manoeuvres.

"Their mission remains as it always has been: to have a second referendum, and they will use every smidgin of grievance that they can muster in the next parliament to mount the case for a second referendum whilst sticking to a plan that would rack up mountains of debt which [would], of course, fall on the shoulders of our children and grandchildren."

Mr Clegg also compared the SNP to Ukip and emphasised that there would be no agreements at all between the Lib Dems and the Nationalists because they had nothing in common: "One party wants to break up one union we believe in, the European Union, the other party wants to break up another Union we believe in — the United Kingdom — there is just no meeting point."

The Lib Dem leader refused to talk about any looser arrangement between "progressive" parties of the type favoured by Nicola Sturgeon, instead emphasising his determination not to do any deals with either Ukip or the SNP. He said: "We are not going to enter into arrangements, deals, pacts with either Ukip on the right or the SNP on the left because the nature of our disagreement with those two parties is of a totally different order to our disagreements with other parties — on tax and spend, how to afford public services, there is a fundamental difference."

Mr Clegg stopped off in Bearsden in East Dunbartonshire on his way from Land's End to John o'Groats. His two-day, nation-long tour was designed to shore up the Lib Dem vote, particularly in its heartlands of the southwest of England and northern Scotland.

Mr Clegg insisted that he had been energised by the campaign because it had allowed him to differentiate his party from his Conservative coalition partners. Indeed, he took the opportunity to take a swipe at the Tories, claiming that they had become effectively an English nationalist party.

He said: "The Conservative party is now not even pretending to be a party for the whole UK, it has basically mutated into an English party chasing Ukip votes in southern England. It has got barely any representation in Scotland and is behaving in this election campaign as something tantamount to an English Conservative party.

"David Cameron, I think, has given up even pretending to seek a mandate as prime minister for the whole of the United Kingdom, yet 20 per cent of the Lib Dem party is north of the border.

"We really care about what happens in Scotland and care about the integrity of the United Kingdom in a way that the Conservatives don't any more."

Talking about Mr Cameron's insistence on holding a referendum on EU membership, Mr Clegg said: "Cameron basically now has the same red lines as Nigel Farage so the mutation of the Conservative party into a pale imitation of Nigel Farage is now complete."

Miliband invokes party founder to convert Scots

Laura Pitel

Ed Miliband invoked the name of one of Labour's founding fathers last night in a final attempt to persuade disillusioned Scottish voters to return to the fold.

Amid predictions of wipe-out at the hands of the SNP, he cited Keir Hardie, the Scot who became the first Labour leader, as he said that the party "was born in Scotland and remains Scotland's party of social justice".

Mr Miliband said he understood the "patriotism and pride" that Scots felt in their nation, adding: "I know you want change." Describing the contest as "the tightest general election in a generation", he said David Cameron would seek to hold on to power if he had only one more MP than Labour.

He warned those tempted to support the Nationalists: “Any seat the SNP wins from Labour in Scotland makes that more likely and we’ll suffer five more years of cuts, food banks and falling living standards.”

Last night it was claimed that trade union bosses would urge Mr Miliband to opt for a pact for an anti-Tory deal with the Liberal Democrats. Two senior union figures are said to have told *Channel 4 News* that the Labour leader should even consider offering the party a deal on electoral reform.

Labour is expected to lose at least 30 of its 40 Scottish seats to an SNP riding high after last year’s independence referendum. Mr Miliband hopes to counter some of these losses by gaining marginal seats from the Tories and the Liberal Democrats in England.

The Labour leader is widely seen as having exceeded expectations during more than a month of intensive election campaigning.

Nationalists fear election will be rigged against SNP

Lindsay McIntosh and Hamish Macdonell

Radical Scottish Nationalists are planning to photograph and follow their ballot papers today in an attempt to make sure that the election is not rigged against the SNP.

Some pro-independence supporters still believe that the referendum result was fixed, depriving the Nationalists of victory. They have set up Operation Scallop, which calls on supporters to vote late to give less time for fraudsters to change ballot papers, photograph their ballot papers and then follow the boxes to the count to make sure they cannot be tampered with.

Police and the electoral management board have advised poll officials across Scotland to look out for suspicious activity. Although it is legal to take a picture of a ballot paper in certain controlled conditions, it is illegal to identify whose ballot paper it is or to send the picture on to anyone. Polling station staff have been advised to ban voters from using cameras or smart phones.

An SNP spokesman said the party did not share the view that the referendum was rigged and did not expect any problems with the general election. However, the revelations are embarrassing for the party, which this week suspended two members involved in a fracas at a rally led by Jim Murphy, the Scottish Labour leader.

Yesterday hundreds of supporters listened in rapt silence as Nicola Sturgeon told them: “We are now within touching distance, if we continue to work hard today and tomorrow, of doing something the SNP has never done in our history — winning a Westminster election.”

A poll from Panelbase found that the party was on 48 per cent support north of the border — no change on the last poll — while Labour has dropped one point to 26 per cent. According to the Electoral Calculus website, this would give the SNP 48 seats and Labour 11.

Afterwards, at the last first minister’s questions before the election, Ms Sturgeon said that SNP MPs could vote against a Labour budget to force Ed Miliband to “think again” and come back with something better.

Meanwhile, Nick Clegg, speaking at a nursery in the East Dunbartonshire constituency won last time by Jo Swinson for the Lib Dems, claimed the SNP’s “mission remains as it always has been, to have a second referendum”. He said that the party would use “every smidgen of grievance” to make the case while “sticking to a plan that would rack up mountains of debt”.

Expect the unexpected on a night of few sure things

Lucy Fisher

It has been tagged the “most unpredictable election in a generation”. All good planners prepared for the unexpected though — here are eight things to watch out for as the results come in.

SNP 100% hit rate

Could the Scottish Nationalists sweep every single one of Scotland’s 59 Westminster seats? This would mean the Scottish Labour leader, Jim Murphy, ousted in East Renfrewshire and the Labour campaign chief, Douglas “wee Dougie” Alexander, booted out in Paisley. An SNP landslide would also force out top Lib Dems (see below) and mean the Conservatives losing their only seat in Scotland: Dumfriesshire, Clydesdale & Tweeddale, held by David Mundell.

Red march across London

Expect Labour to sweep up to ten marginal seats in the capital tonight, including the Tory-held seats Brentford & Isleworth, Hendon and Harrow East. Keep a close eye on Finchley & Golders Green — Margaret Thatcher’s old seat, give or take a few wards — which could just swing to Labour. Despite Ed Miliband’s controversial “mansion tax”, which would disproportionately hit London homeowners, Labour has cast itself as the party of metropolitan values. Labour could also retain all the English seats it won last time.

The retreads are back

Ten Labour and two Lib Dem former MPs ousted in 2010 are standing again today. Those who have built up a personal following are expected to do well, including Andrew Dismore in Hendon, Bob Blizzard in Waveney and Nick Palmer in Broxtowe. Some retreads were badly burnt in the 2009 MPs’ expenses scandal, including the Labour candidate Joan Ryan (set to retake Enfield North), who was asked to hand back £5,000 in overclaimed mortgage interest.

Lib Dem big beasts felled

Nick Clegg’s party not only faces losing up to half its 56 seats, but the prospective ignominy of seeing its leader and top figures purged. In fact the chances of Mr Clegg losing his Sheffield Hallam are low, but look out for a steep decline in his 15,000 majority. Danny Alexander, the Treasury minister, Jo Swinson, the business minister, and the party grandee Charles Kennedy could all become victims of the SNP onslaught. The Lib Dems could also haemorrhage seats in the southwest, as the Tories look to make strong gains from their coalition partner.

Tory onslaught in the shires and southwest

The Conservatives are likely to clear out up to 12 Lib Dem incumbents in the southwest. It is a strategy that could help David Cameron to win the most votes and/or seats, leaving the Tories in a strong position to argue they are the legitimate “winner” of the election. However, in poaching seats from the Lib Dems, they lower the chance of a coalition with their favoured partner adding up to the 323-seat total needed for a majority.

Ukip in the north

The anti-EU party could become the official opposition to Labour in the north of England, with academics predicting that it will come second in scores of seats. Watch out for a squeeze on the party in the south, however, as a proportion of Kippers “come home” to the Tories. Nigel Farage failing to win South Thanet would be the big Ukip bombshell, followed by the Tory defector Mark Reckless losing his Rochester seat.

Green failure

The Green party’s sole MP, Caroline Lucas, faces a tight battle to cling on to her Brighton Pavilion seat against a strong local campaign by Labour. The party leader, Natalie Bennett, is forecast to finish a dismal fourth in Holborn & St Pancras.

Pollsters’ report card

For the truly wonkish observer, cross-referencing recent national and constituency polls with the actual ballot box results could prove interesting. The tectonic shifts across the UK since 2010 has made the correct weighting of polls tricky to calculate, and the results could prove a sharp departure from the forecasts.

This is the Big One, says Cameron at journey’s end

Michael Savage

A well-travelled David Cameron launched an impassioned defence of his election campaign last night as he told activists to give voters a positive reason to back the Conservatives.

Making a final pitch to undecided voters in the last hours before polls open, he said that there was a moral case for his party’s plans to cut the deficit and help people off welfare.

“This is the election that will define this generation,” he told activists in the Tory marginal seat of Carlisle. “It is the big one. What it’s about — what I’m about — is public service, trying to do the right thing, trying to change people’s lives for the better.”

He said he wanted to give voters “a promise” to fix the economy, adding that he and George Osborne were not “demented accountants” for trying to repair Britain’s finances.

However, he also warned about the effects of the Scottish National party holding the country to ransom under Labour and wrecking the recovery. “I don’t raise it as some irrational fear,” he said. “I raise it because people are raising it with me . . . We have got 24 hours to stop that from happening.”

The Tories have been accused of waging a negative campaign based on Labour’s economic competence, Ed Miliband’s character and the SNP’s determination to prop him up in government. Some Conservative candidates have been uncomfortable with the tactics, especially after Michael Fallon, the defence secretary, accused Mr Miliband of preparing to “stab the UK in the back” in the same way as he beat his brother, David, to the leadership.

Speaking on his campaign bus yesterday, the prime minister insisted that his party had offered a “positive outlook” for another five years of government.

However, the former Barack Obama aide who advised Labour’s campaign said that the Tories had made two critical errors. David Axelrod, reportedly hired by Labour for £300,000, said that the Tories had overestimated the economic recovery for families and had underestimated Mr Miliband.

“The Tory campaign has not been a particularly good one on the whole,” he told the Politico website. “They felt that the recovery of the macro economy translated into a sense of progress and security in the lives of everyday people and that simply wasn’t true. Second, they thought that caricature of Miliband would carry through the election.”

With the polls still too close to call, Mr Cameron suggested that he had done all he could to retain the keys to No 10. He said: “I think we have focused on the things that matter — the choice of leadership, the importance of the economy, the centrality of the economy. I think our manifesto was the most positive. Taking a family home out of inheritance tax, childcare, tax cuts, funding the NHS plan — these are big, bold offers. So I feel we’ve had a good campaign with very positive outlook for the next five years.”

He visited Wales, England and Scotland yesterday and was joined at a Lancaster housing development by his wife, Samantha, who lent her backing during his final hours on the road.

Press nails its colours to the mast

David Sanderson

Andrew Neil, the broadcaster and former *Sunday Times* editor, accused the press of showing “its partisan worst” with yesterday’s front pages.

Readers have been advised how to vote by newspapers for decades, but “all pretence of separation between news and opinion” had gone, he claimed. So what are the national daily newspapers advocating this time round?

The Independent says “another Lib-Con coalition would both prolong recovery and give our kingdom a better chance of continued existence.” *The Financial Times* also advocates a Tory-led administration with the “countervailing force of Lib Dem moderation”.

The *Daily Mail* wants votes for Tories but adds that its readers should vote Lib Dem or Ukip where they are the only parties with a chance against Labour.

The Daily Telegraph tells readers they have a “stark choice between a pro-enterprise Conservative party and a wealth-hating Labour party”. Given the “remote possibility” of a clear Tory majority *The Times* boils the post-election possibility down to a renewed Conservative-Lib Dem coalition.

Ukip has its biggest supporters at the *Daily Express*, whose owner Richard Desmond recently gave the party a £1.3 million donation.

The other tabloids split down the middle: the *Daily Mirror* is fervently pro-Labour, the *Sun* equally passionate about the Tories — although its Scottish edition advocates the SNP.

Although he has lost the newspaper war, Mr Miliband can take some comfort from *The Guardian*’s endorsement. Gordon Brown did not get that.

Ukip in line for £2.5m windfall even if it secures just one seat

Laura Pitel

Ukip is in line for a multimillion-pound windfall if it returns just one MP today, as the party faces the biggest test in its 22-year history.

After a string of successes in recent years, the anti-EU party hopes to secure a record share of the national vote and a small clutch of MPs. Party officials have been forced to downgrade their expectations since the giddy heights of last autumn, when there was talk of targeting dozens of seats.

Even a moderately good performance, however, will bring a significant financial boost for the party. If it wins just one parliamentary seat and 10 per cent of the vote, Ukip will secure about £500,000 a year over the next five years — £2.5 million — in public funding, known as “short money”, set aside to help opposition parties with their parliamentary work.

Today is make-or-break for Nigel Farage, the Ukip leader, who has promised to stand down “within ten minutes” if he fails to win the South Thanet seat.

Speaking on the final day of campaigning in Ramsgate yesterday, he compared his seventh attempt to make it to parliament to the Grand National’s most famous hurdle.

“It is a big moment for me after all these years,” he said. “This is my Becher’s Brook. I’ve got to jump it and land safely on the other side.”

In a heated encounter during his walkabout in the Kent town, a protester accused Mr Farage of being a “sexist”, “racist”, “homophobic” former banker. He responded by saying that he was, in fact, a former commodities trader.

In a separate incident, a man who challenged Mr Farage in the street yesterday was later punched in the face by a man he alleged to be a Ukip supporter, though the party deny this. If Mr Farage loses, senior Conservatives hope that May 2015 will prove to be Ukip’s high watermark after a stellar three years in which it gained hundreds of councillors, two dozen MEPs and two Tory defectors.

The party has had a mixed election campaign, struggling at times to make its voice heard over the main battle between Labour and the Tories.

It has not been helped by the closeness of Mr Farage’s own three-way fight in South Thanet, which has made him reluctant to leave the constituency.

There have also been mixed messages. Robin Birley, a Ukip donor and owner of the nightclub Annabelle's, contradicted Mr Farage yesterday by urging Ukip supporters to vote Tory in unwinnable seats.

Patrick O'Flynn, the campaign director, insisted yesterday that a phenomenon of "shy Kippers" meant that the party would "significantly" outperform expectations.

"That means doing much better than a political-class consensus of a vote share of around 10 per cent and around one or two seats in the Commons," he said. The party has been averaging 13 per cent in the polls.

Mr O'Flynn admitted that he would be disappointed if they did not have "four or five" MPs. Party insiders predict that these will include Mr Farage and Tim Aker, the 29-year-old candidate in the Essex seat of Thurrock.

They expect comfortably to hold Clacton, home to former Tory MP Douglas Carswell, and hang on narrowly to Rochester & Strood, which was held by Mark Reckless, another Tory defector. An extra gain or two, they believe, could be found from Boston and Skegness, Castle Point or Great Grimsby, or from an unexpected "wild card".

Cautious Cath, voter who holds the nation's fate in her hands

Patrick Kidd

She's a 35-year-old mother who lives in a three-bedroom semi-detached house in Nuneaton, shops at Aldi, drives a Ford Fiesta and watches *Holby City* — and today she holds the election in her hands. No wonder she's been struggling to sleep.

Meet Cautious Cath, the archetypal swing voter, who may not finally decide who to vote for until she enters the polling station.

According to the pollster YouGov, the largest group of undecided voters in the final days of the campaign are mothers in their 30s. They are getting by, in the main, but there's little money left at the end of each month and they are deeply concerned about a downturn in the economy. When she considers it this way, Cautious Cath's pencil hovers over the Conservative box on the ballot paper.

Then she thinks, though, about her young children and the trips she's had to make to the doctor over the past few years. She thinks about the childcare support she needs in order to return to work and where the children will go to school. Do the Conservatives understand people like her? The pencil moves towards the Labour box. But, but . . .

Cautious Caths hate taking risks. Women are always about 20 per cent less supportive of military action and they voted strongly against Scottish independence last year. Neither is much of an issue in Warwickshire, of course, where Nuneaton, with its 2,000-vote majority for the Conservatives, is expected to be the first Tory-Labour marginal to declare tonight, but Cath still feels the burden of her choice. Public services or the economy: which is the bigger risk?

From Southampton Itchen to Stockton South, from Peterborough to Pudsey, Cautious Caths are the voters whom the parties have been keenest to woo. They are 2015's version of Worcester Woman or Mondeo Man.

The latter term was coined by Tony Blair after he met a voter while campaigning in the 1992 election. Mondeo Man was a self-employed electrician who had bought his former council house and was ambitious to get on. Polishing his new Ford every week gave him great pride. He came from a Labour family but was voting Tory because they offered more to his business. Mr Blair realised these were the voters that new Labour had to court.

Worcester Woman, a similarly aspirational mother of two, was also seduced by Labour in 1997. Her parents voted for Peter Walker in the 1980s, but she supported Labour's Michael Foster in 1997 and until the 2010 election, when she gave her vote to Mr Walker's son, Robin. With a majority of less than 3,000, Robin Walker depends on the modern Worcester Woman — Cautious Cath.

Perhaps the first group of voters to be defined as a class of their own was Essex Man, a term that first appeared in *Campaign* magazine in 1990. They were described as “working-class, right-wing, noisily rambunctious, no subtlety”. Essex Man helped the Conservatives in 1992 and deserted them five years later.

Today, Essex Man is more likely to vote for Ukip. For Cautious Cath, though, Nigel Farage would be too much of a risk.

Polls put the Lib Dems back in crucial role of kingmaker

Sam Coates

Labour and the Conservatives go into election day tied in the polls with a seat forecast that thrusts the Liberal Democrats back into a “kingmaker” position.

A YouGov eve-of-election survey of 10,307 adults has Labour and the Conservatives tied on 34 per cent of the vote. Ukip is on 12 per cent while the Lib Dems have 10 per cent and the SNP has 5.

In Scotland, a poll of 1,351 voters puts the SNP on 48 per cent and Labour on 28, while the Tories languish on 14 per cent, the Lib Dems are on 7 and Ukip and the Greens have 1 per cent each.

The final seat prediction by Peter Kellner, president of YouGov, hands 284 seats to the Tories and 263 to Labour. He predicts 31 for the Lib Dems, 48 for the SNP (out of 59 seats in Scotland), plus three seats for Plaid Cymru, two for Ukip and one for the Greens. Although this puts the Tories ahead on seats and tied on votes, the race remains too close to call.

On these figures, David Cameron might in theory be able to persuade the Lib Dems, the DUP (which is projected to get nine seats in Northern Ireland) and Ukip to lend him their support, which could give him the backing of 326 MPs — just above the 323 threshold required for a Commons majority. However, the Lib Dems have ruled out joining a coalition involving Ukip.

Ed Miliband can almost automatically rely on the votes of the SNP, the Green party, Plaid Cymru, the SDLP and an independent MP that would take him to 319, four short of the 323 threshold.

Should either the DUP or Lib Dems switch sides and also support Mr Miliband, he would become prime minister comfortably. However, it is unclear whether the Lib Dems would do any coalition deal that did not produce a majority government and had to rely on the votes of the SNP.

Fifty-three per cent of those polled by YouGov said they had made up their mind how to vote before the campaign started, while 18 per cent had decided at least a week ago, 9 per cent in the last week and 2 per cent only in the past 24 hours, while 13 per cent still said they had not finally decided.

A series of other polls and forecasts put the race effectively at a dead heat.

The first results from ICM's final poll put Labour and the Tories both on 35 per cent. A TNS poll had the Conservatives on 33 per cent, one ahead of Labour. Opinium's final result also had the Tories a point in the lead, on 35 per cent. Panelbase had Labour leading by two percentage points on 33 per cent.

An electionforecast.co.uk forecast by Chris Hanretty, of the University of East Anglia, put the Tories on 281 seats, Labour on 266, the SNP on 52, the Lib Dems on 26, the DUP on eight, Plaid Cymru on four, the SDLP on three, and Ukip and the Greens on one seat each.

An electionsetc.com forecast by Stephen Fisher, of Oxford University, gave the Tories 289 seats, Labour 257, the Lib Dems 26, the SNP 53, Plaid Cymru three, Ukip three and the Greens one.

A Survation poll for The Mirror put the Tories and Labour on 31.4 per cent each, Ukip on 15.7 per cent, the Lib Dems 9.6 per cent, Greens 4.8 per cent, SNP 4.7 per cent and others 1.9 per cent.